



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**VULNERÁVEIS VENERÁVEIS:
AGÊNCIAS FEMININAS NO ASSOCIATIVISMO NEGRO BAIANO A PARTIR DE
UMA ORDEM TERCEIRA DE HOMENS PRETOS DO SÉCULO XIX**

MARIANA DE MESQUITA SANTOS

BRASÍLIA
2024

MARIANA DE MESQUITA SANTOS

VULNERÁVEIS VENERÁVEIS

AGÊNCIAS FEMININAS NO ASSOCIATIVISMO NEGRO BAIANO A PARTIR DE UMA
ORDEM TERCEIRA DE HOMENS PRETOS DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para o título de Doutora em História.

Linha de pesquisa: História Social e suas Múltiplas Formas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Flávia Magalhães Pinto

Coorientador: Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva (UnB).

BRASÍLIA
2024

MARIANA DE MESQUITA SANTOS

VULNERÁVEIS VENERÁVEIS

AGÊNCIAS FEMININAS NO ASSOCIATIVISMO NEGRO BAIANO A PARTIR DE UMA ORDEM
TERCEIRA DE HOMENS PRETOS DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de doutora em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Flávia Magalhães Pinto (UnB – Orientadora)

Prof^a. Dr^a Lucilene Reginaldo (UNICAMP)

Prof. Dr. Itan Cruz Ramos (UFBA)

Prof. Dr. Tiago Luís Gil (UnB)

Profa. Dra. Mariléa de Almeida (UnB)
(Suplente)

BRASÍLIA
2024

Para Maria da Conceição, minha mãe.
Para Justinas, Joannas, Alexandrinas,
Olgas, Analias, Antonias e outras irmãs
que fizeram e fazem a Ordem do Rosário
às Portas do Carmo.

AGRADECIMENTOS

O cansaço captura as palavras devidas para fazer um agradecimento que faça jus à gratidão que tenho por cada pessoa que esteve ao meu lado nesses cinco anos. Diante de uma pandemia, não é só pela conclusão deste trabalho que devo ser grata, mas também por estar viva. Isso também eu devo à luta de quem não esmoreceu em meio à crise. Obrigada!

Agradeço à minha mãe, Maria da Conceição, e Pedro, meu irmão, por me apoiarem na decisão de enveredar para o doutorado e darem todo o suporte que estava ao alcance de vocês para que eu estivesse segura. Sem vocês eu não estaria aqui. Essa conquista é nossa. Amo vocês, muito obrigada!

Essa pesquisa nunca teria começado se não fosse o apoio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. A irmã e pesquisadora Analia Santana, que confiou em mim desde o primeiro contato, quando eu estava concluindo a graduação. Graças à ela pude acessar o acervo documental da ordem e ela segue me recebendo com toda atenção e torcendo pelo sucesso da pesquisa. Muito obrigada por tudo, Analia! Desejo muito sucesso na sua caminhada. Estendo os agradecimentos aos irmãos William Justo, Henrique, Adonai, irmã Cosma e a todo o corpo da gestão. Parabéns pelos 338 anos de existência e vida longa ao Rosário dos Pretos!

Pela acolhida, confiança e solicitude também agradeço a Regina Célia, Luciana, Jamile e Meire, da Sociedade Protetora dos Desvalidos, que abriram suas portas, mais uma vez, para que eu pudesse conhecer mais do acervo documental da associação. Da Biblioteca Central da Bahia, agradeço ao Sr. Edgar pela cordialidade no atendimento e pelos geladinhos. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, contei com o cuidado e presteza nos serviços de Fernanda, Lidi e Fernando. No Arquivo Público da Bahia, o Sr. Nelson também não me falhou. Para acessar o acervo da Cúria Metropolitana de Salvador, tive o apoio de Miracy e Pedro do Laboratório Eugênio Veiga, abrigado na Universidade Católica de Salvador. Foram de extrema importância os acervos da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, cujos atendentes foram prestativos e compreensivos com minhas demandas informadas pela limitação do meu tempo em Salvador. E, no meio da rota dos arquivos baianos, é incontornável agradecer a Urano

Andrade, que sempre se dispõe a ajudar, sendo o mais ponta firme que temos! Muito obrigada a todos pelo empenho em abrir nossos caminhos para as pesquisas!

À Professora Ana Flávia Magalhães Pinto, eu agradeço pela confiança e incentivo desde a banca de qualificação do mestrado. Na defesa de dissertação, o empurrão com a fala “e essas mulheres, hein Mariana?” foi o que nunca me deixou sossegar enquanto não colocasse esse projeto de tese em marcha. Sou grata por isso e por ter me provocado a me apropriar do meu trabalho como historiadora, me dando mais segurança quando eu precisava fazê-lo chegar em outros espaços. As aulas da disciplina “Racismo, Antirracismo e Escrita da História”, ofertada pela professora no PPGHIS, foram outro diferencial inesquecível. Essas e outras situações de aprendizado e estímulo jamais serão esquecidas. A possibilidade de ser sua orientanda despertou muitos aprendizados que não cabem em qualquer relatório de pesquisa. Sua atuação como historiadora e ativista é um exemplo e acompanhar sua trajetória de perto é um privilégio. Muito obrigada!

Ao Professor Anderson Oliva, por ter me acompanhado desde a seleção para o doutorado, me ajudando com o projeto. Seu cuidado e atenção me ajudaram em momentos muito difíceis, quando precisei conversar sobre a escrita, pesquisa, decisões profissionais ou simplesmente desabafar sobre os anseios em relação a tudo que estava acontecendo, afora toda importância que você teve como docente desde a minha graduação. É uma sorte contar com pessoas compreensivas assim na academia. Muito obrigada!

Agradeço às Professoras Lucilene Reginaldo e Mariléa de Almeida por terem aceitado participar da banca de qualificação do projeto de tese. Vocês aceitaram as necessidades do nosso calendário mesmo com tantas outras atribuições e trouxeram contribuições valiosas que definiram o redirecionamento da pesquisa e da escrita. À Professora Lucilene, reforço o agradecimento por não só ter topado continuar na avaliação da tese, mas vir a Brasília para que a defesa se desse integralmente no modo presencial. Obrigada pela confiança e disponibilidade depositada no projeto!

Ao Professor Tiago Gil por ter atualizado a acolhida no Atlas e pelas palavras de motivação em momentos de incerteza. Além de referência como historiador, sua conduta também move a gente a ter fé nessa escolha profissional que tomamos. A ele e ao Professor Itan Cruz, o meu “Obrigadíssimo” por comporem presencialmente a banca da defesa da tese! Foi um prazer conhecer o Itan e espero poder continuar nossos diálogos sobre as histórias de Joanna, Amanda Paranaguá e tantas outras por vir.

Ao Lucas, por ter encarado estar ao meu lado em meio a finais de semana comprometidos com a escrita, viagens para pesquisa ou congressos e outros empecilhos que atravessaram nosso tempo. Você foi um parceiro incondicional, seja compreendendo a minha ausência quando era necessário, ouvindo minhas inquietações, me oferecendo carinho ou até mesmo revisando parte do texto. Muito obrigada por tudo! Espero que tenhamos mais muitos momentos bons para compensar esses dias que tivemos que nos colocar para depois. Amo você!

Nessas ausências em decorrência da escrita da tese, fiquei devendo muito à minha sogra também, Rosa Clara. Obrigada pelo incentivo e por ter oferecido todo o suporte que estive ao seu alcance, especialmente o teto quentinho ao lado da UnB. Obrigada!

Às minhas amizades, a quem fiquei devendo muito nesse tempo, primeiro eu peço desculpas. Algumas passaram por situações familiares e de saúde delicadas e não pude estar perto da maneira devida, justamente por estar atarefada e com os prazos da tese me impedindo. Pedi muito para que as melhores energias chegassem até vocês enquanto eu estava na frente da tela do computador trabalhando. Agora, vendo parte significativa dessas situações superadas, eu fico mais tranquila e pensando como a celebração pode ser mais completa com essa tese concluída, finalmente. Vocês são incríveis e amadas demais!

Agradeço à rede que a História me deu e me dá de presente. Scarlett Dantas e Pedro Eduardo, vocês acompanharam tudo nesses anos, foram minha base em todos os assuntos. Eu não consigo imaginar como teria sido isso sem ter vocês para conversar quase 24 horas por dia, nos sete dias da semana. É um privilégio tê-los comigo. Sou igualmente grata a Allan Aruil, Thaina Macena, Regis Marques, Aline Moura, Carolline Rossetto, Mariana Regis, Julya Primo, José Henrique, Hugo Evaristo, Vinicius Maluly, Bárbara Manguiera, João Pedro Ramalho, João Vitor Oliveira, Carlos Antônio (Rasok), Manoel Rendeiro, Jéssica Ma Vie, Felipe Alvarenga, muita obrigada pela escuta nos momentos de desabafo, apoio, suporte com leituras, companhia de estudo e torcida! A parceria e amor que recebo de todos vocês também dão sentido a tudo. Muito obrigada!

Ao Bonde Pesadão, time de orientandas da Professora Ana Flávia, formado por Alexandre Magno, Ana Paula Oliveira, Fernanda Pinheiro, Janira Sodré, Keilla Villa Flor, Stephane Ramos e Thais Lopes, muito obrigada por tanto aprendizado. Estendo este agradecimento à rede mais ampla estabelecida a partir das atividades do GT Emancipações e Pós-Abolição, em especial Jonatas Roque Ribeiro, Josemeire Alves, Murilo Borges, Rosinalda Simoni e outras já citadas. É um privilégio poder fazer parte

de um círculo de pesquisadoras/es tão inspiradores. Também se fez incontornável o registro de minha gratidão às referências para o estudo sobre associativismo baiano, Aldrin Castellucci, Douglas Leite e Lucas Campos, quem hoje considero interlocutores diretos. O incentivo desses grupos foi importantíssimo e sou muito grata pela acolhida!

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho. Sou grata também à Universidade de Brasília e, especialmente, ao Programa de Pós-Graduação em História, que também viabilizaram a ida para o 3º Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico, realizado na Universidade Federal Fluminense, em 2022, e ao 32º Simpósio Nacional de História-ANPUH, realizado em São Luís-MA, em 2023. Em Niterói, fui hospedada por Thiago Alvarenga e Elizabeth, a quem dedico imensa gratidão. O coordenador Luiz César de Sá foi uma figura importante, especialmente com as questões burocráticas impostas pela pandemia. Nesse sentido, reforço o agradecimento a ele e à equipe da secretaria, sob os cuidados de Jorge, Rodolfo e Alaídes. O final do doutorado também foi coroado pela participação presencial dos membros externos graças ao apoio da Direção do Instituto de Ciências Humanas, na figura da professora Neuma Brilhante, a quem serei sempre grata.

A quem mais tenha depositado qualquer apoio, muitíssimo obrigada!

RESUMO

Esta tese corresponde a um exercício de análise, a partir do repertório da história social, acerca dos sentidos do engajamento de mulheres negras no associativismo soteropolitano, no pós-abolição. Partindo do espaço da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo, vislumbrei trajetórias de pessoas como Joanna Maria Ritta da Conceição, Justina Ricarda da Costa, Maria do Carmo Friandes, Olga Lydia da Conceição. Essas irmãs demonstraram as vulnerabilidades e venerabilidades vividas por parcela de mulheres negras sobretudo em condição de liberdade, em Salvador, Bahia. Os limites cronológicos foram dados pelas experiências das personagens, percorridas por meio dos documentos preservados pela confraria e pela arquidiocese, jornais, testamentos, inventários, assentos de batismo e registros de imigração custodiados em arquivos públicos. Em diálogo com a historiografia, examinei esse conjunto diverso de fontes, mapeando processos de constituição das famílias, de apropriação dos espaços de trabalho, de ensino, de cuidado e de sociabilidade, como ações atravessadas por gênero, raça, origem, classe e religião. Essas experiências, forjadas portas adentro e afora, me permitiram contar histórias diversas que se encontram com o itinerário da própria confraria do Rosário, outra venerável vulnerável. Afinal, sua sobrevivência foi posta em questão a partir de meados do Oitocentos, diante da imposição de outros padrões de atuação social da Igreja, que elencavam a mulher branca de elite como figura central. Ainda que distinta pela condição de Ordem Terceira, obtida em 1899, a permanente disputa pelo reconhecimento do espaço de trabalho e da assistência à comunidade afro-baiana assinala o paralelo entre o percurso da Ordem e das suas filiadas, já que ambas mobilizaram sua liberdade e seus direitos para se conservarem influentes na cidade de Salvador na virada para o século XX.

Palavras-chave: Mulheres; Irmandades negras; Pós-abolição; Bahia.

ABSTRACT

This thesis corresponds to an analytical exercise, based on the repertoire of social history, about the meanings of black women's engagement in associations in Salvador, in the post-abolition period. Starting from the space of the Venerable Third Order of Our Lady of the Rosary at Portas do Carmo, I glimpsed the trajectories of people such as Joanna Maria Ritta da Conceição, Justina Ricarda da Costa, Maria do Carmo Friandes, Olga Lydia da Conceição. These sisters demonstrated the vulnerabilities and venerabilities experienced by a number of black women, especially in conditions of freedom, in Salvador, Bahia. The chronological limits were given by the characters' experiences, covered through documents preserved by the brotherhood and the archdiocese, newspapers, wills, inventories, baptism records and immigration records held in public archives. In dialogue with historiography, I examined this diverse set of sources, mapping processes of family formation, appropriation of work spaces, teaching, care and sociability, as actions crossed by gender, race, origin, class and religion. These experiences, forged inside and outside the chapel, allowed me to tell different stories that are in line with the itinerary of the Rosário confraternity itself, another vulnerable venerable one. After all, its survival was called into question from the mid-1800s onwards, given the imposition of other standards of social action by the Church, which cast elite white women as the central figure. Despite the distinguish status of Third Order, obtained in 1899, the permanent dispute for the recognition of work space and assistance to the Afro-Bahian community highlights the parallel between the path of the Order and its affiliates, as both mobilized their freedom and their rights to remain influential in the city of Salvador at the turn of the 20th century.

Keywords: Women; Black Brotherhoods; Post-Abolition; Bahia.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Convite para missa de 30 dias de morte de Antonia Francisca Gomes de Mattos.	p. 21
Imagem 2	Movimento Vapor Nacional de 06 e 07/04/1896.	p. 76
Imagem 3	Retrato de vendedora com banca de frutas montada na frente de igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros.	p. 79
Imagem 4	<i>A Negress of Bahia</i> (1910).	p. 102
Imagem 5	Retrato ilustrado de Luiz Alvares dos Santos.	p. 125
Imagem 6	Registro de jornal sobre a atividade da Sociedade Humanitária de Senhoras.	p. 144
Imagem 7	Registro de jornal sobre a atividade da Sociedade Recreativa 13 de Junho.	p. 151
Imagem 8	Capa do processo acionado junto ao STF por Wenceslau Gomes de Mattos.	p. 179
Imagem 9	Registro de jornal que noticiou que Felisbertus Americus Sowzer acionou o STF.	p. 180
Imagem 10	Carta à mesa da Ordem Terceira do Rosário (1904).	p. 196
Imagem 11	José Martins de Jesus assina seu testemunho no processo relativo ao inventário de Joanna Maria Ritta da Conceição (1919).	p. 196
Imagem 12	Carta de José Martins de Jesus dirigida ao Arcebispo d. Jerônimo Tomé da Silva (1922).	p. 196
Imagem 13	O irmão Júlio César Soares da Silva leva o retrato de um antecessor na confraria, em novembro de 2022.	p. 237
Imagem 14	A irmã Maria das Graças Ramos dos Santos leva o retrato de uma antecessora na confraria, em novembro de 2022.	p. 237
Imagem 15	Título de irmã Maria Joaquina do Espírito Santo. O juiz responsável por assinar o termo foi Manoel Friandes.	p. 247
Imagem 16	Damazia Topázio Sowzer	p. 249
Imagem 17	Felisbertus Americus Sowzer	p. 249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Testemunhas arroladas por Wenceslau para provar que era sobrinho de Joanna	p. 38
Tabela 2	Bens inventariados no espólio de Joanna Maria Ritta da Conceição	p. 63
Tabela 3	Legatários/as do testamento de Joanna	p. 71
Tabela 4	Profissões religiosas realizadas na Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (1900-1923)	p. 252

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	Linhagem de Ritta e seu entorno mais próximo	p. 37
Diagrama 2	Pessoas físicas herdeiras de Joanna Maria Ritta, segundo seu testamento	p. 86
Diagrama 3	Instituições beneficiadas no testamento de Joanna Maria Ritta da Conceição	p. 96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMS	Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador – Laboratório Eugênio Veiga
AOTNR	Arquivo Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
ASPD	Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1. “DONA DA CASA, ME DÁ LICENÇA”	18
1.1 Entre Cachoeira e Salvador, entre a escravidão e a liberdade	26
1.2 Pais de Wenceslau, compadres de Joanna	36
1.3 “Vivia de negócio”: riqueza, trabalho e moradia no rastro dos testamenteiros e outras irmãs do Rosário	60
1.4 Parentesco e escolhas no rastro dos herdeiros casa afora	83
CAPÍTULO 2. UMA FILANTROP(I)A NA COMUNIDADE AFRO-BAIANA?	93
2.1 Legado, devoção, identidade e afirmação social	96
2.2 Uma Venerável para servir	119
2.3 Irmãs e o associativismo porta afora.....	138
CAPÍTULO 3. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO ROSÁRIO E O “DIREITO QUE LHE ASSISTE”	160
3.1 Entre referências e reverências	162
3.2 Entre a suprema corte e a mesa da Ordem Terceira do Rosário	178
3.3 Recolhimento dos espólios de irmãs, reconhecimento de direitos	185
3.4 Viabilizando o direito de existir para outras devoções	205
CAPÍTULO 4. “SE A FAMÍLIA DE CORPORACÃO PRETA POR SONHO SOUBESSE QUAL A NOBREZA QUE TEM ESTA VENERÁVEL ORDEM”	215
4.1 Entre Lazara e Maria do Carmo Friandes: uma promessa pelo breve e agências por memória	217
4.2 “A senhora não nos traz embaraço algum, e os homens é fácil de trazê-lo”: raça e gênero na consolidação da Venerável Ordem Terceira de Pretos (1890-1920).....	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
FONTES	270
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
ANEXOS	292
Transcrição do testamento de Joanna Maria Ritta da Conceição	292

INTRODUÇÃO

JÁ VAMOS DESMENTINDO O ESTRANGEIRO

A crioula de correntões de ouro escasseia

Nos raros livros que no Estrangeiro se há escrito sobre o Brasil, os senhores podem não encontrar no capítulo referente à Bahia, quando ele existe, estampas do monumento ao 2 de Julho, da Faculdade de Medicina ou da Maternidade. Porém, matematicamente, vão deparar com “la nègresse de Bahia”, sentada num banquinho de lona, com o pano da costa, a saia preta de anáguas, o “torço”, a camisa talhada por cima dos seios balofos, os braços retintos, nus, cheios de pulseiras, os longos cordões de bolas de ouro maciço e as pequeninas sandálias de couro bordado...

Passaram como tudo passa. Restam-nos das “crioulas douradas” de outrora uma ou outra que ainda se apresenta na festa de S. Roque da Igreja da Barroquinha... S. Cosme e S. Damião cederam lugar ao cinema e às regatas. Essas poucas crioulas devotas de S. Roque valem por tradições de uma época...¹

Em publicação de outubro de 1914, o colunista Alvino registrava o seu incômodo com as representações estrangeiras sobre a Bahia. A seu ver, elas estampavam as mulheres negras em trajes de “baianas” como um elemento sintetizador da imagem do estado. Em tom de denúncia de anacronismo, ele fazia campanha pelo reconhecimento de que a modernidade havia de fato desembarcado na Baía de Todos os Santos. Assim, ele escrevia como esforço para confirmar a superação da herança da antiga capital colonial e escravista, na qual aquelas figuras femininas sinalizariam o arcaísmo indesejado. Na avaliação de Alvino, houve uma transição na ocupação do espaço público, que passava a ser explorado pelas mulheres para acompanhar “o cinema e as regatas”, e não mais as festas em celebração aos santos católicos. Sem explicar o que teria mobilizado a mudança, o autor concluiu simplesmente que elas “passaram como tudo passa”. Então mostrava-se necessário evocar outros símbolos, como “o monumento ao 2 de julho [e a] a Faculdade de Medicina”, estes sim representantes de uma modernidade.²

Se eram esses os pilares de um “novo tempo” na Bahia, as mulheres, sobretudo negras, dificilmente teriam seu lugar nessa expectativa que se informava também pela desaffricanização. Em coluna anterior, o autor demonstrou a sua hostilidade em sentido semelhante, direcionada especificamente às trabalhadoras domésticas. Segundo ele, os testemunhos das relações nas casas dos senhores eram espalhados nas ruas por meio das

¹ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). *A Notícia* (BA), 29/10/1914.

² ALBUQUERQUE, Wlamyra. “O civismo festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889-1923)”. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

conversas entre colegas, forjando, assim, uma “vingança” contra o patronato. Além da indisposição com a liberdade recentemente assegurada à população negra com o encerramento formal do regime de escravidão, os retratos que foram anexados ao texto não negam o classismo, racismo e sexismo impressos nas suas opiniões.³ Portanto, ainda que correspondessem à força de trabalho substancial da cidade, a presença das trabalhadoras não poderia ser “evidente demais”, de forma que diversos mecanismos foram acionados para disciplinar e invisibilizar essas sujeitas no pós-abolição.⁴

Junto à figura da mulher negra, as festas católicas apareceram como outro elemento cuja falência era decretada pelo autor, o que traz à baila um dispositivo que conjugava todos esses quesitos: as irmandades negras. Afinal, muitas dessas celebrações se davam pelo trabalho dessas agremiações. Elas eram herdeiras do catolicismo leigo fomentado na Europa, durante a Idade Média. Nessas agremiações, fiéis se reuniam para expressar sua devoção a um santo, compor uma rede de apoio mútuo e assistência, afiançar seu sepultamento e organizar as celebrações públicas voltadas ao respectivo orago, respeitando o calendário cristão. Sob o regime de dominação ibérica e escravização na Afro-América, a prática atravessou o oceano e a conduta da Irmandade da Misericórdia passou a orientar a criação de irmandades leigas na porção portuguesa de colonização do continente.⁵ Para estimular a devoção ao catolicismo, sacerdotes e missionários apoiavam a criação de confrarias específicas para não-brancos. Portanto, a diferenciação e hierarquização étnico-racial, pautados pela “limpeza de sangue”, inicialmente, constituíam um eixo da empreitada colonial que também orientou a fundação de agremiações católicas leigas, no bojo da conversão forçada acionada pela escravização. Outros quesitos foram dando sentido à junção e à separação de devotos ao longo do tempo, bem como as atribuições devidas aos irmãos e irmãs internamente. Todas essas definições estariam impressas em um “compromisso”, um corpo de normas que conferia a validade da associação, de onde se extrai os quesitos orientadores do ingresso a cada confraria, tais quais o estatuto jurídico, riqueza e ofício.⁶

³ “A vida do *ménage* vem toda pr’a rua... As cozinheiras são as que mais falam”. In. HDBN. *A Notícia* (BA), 15/10/1914.

⁴ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). In. *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 239-256.

⁵ REGINALDO, Lucilene. Irmandades. In. SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 269.

⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Black and Mulatto Brotherhoods in Colonial Brazil: A Study in Collective Behavior. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 54. N. 4 (Nov. 1974). Pp. 567-602. FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974. SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no

Nesses documentos, a diferenciação do papel por gênero nas funções confrariais não passou despercebida, na medida em que o conceito enfatiza o “aspecto relacional” das definições sociais normativas em torno de feminilidade e masculinidade como elementos simbólicos da experiência de determinado grupo.⁷ Outros tipos de registro da atividade interna confrontados com as análises acerca da experiência urbana de mulheres escravizadas e livres também permitiram diferenciar alguns sentidos da relação com as instituições de acordo com gênero, além da raça e do estatuto jurídico.⁸

A variação de critérios e dinâmicas internas evidenciam as possibilidades de exercício de liberdade concentrados no espaço das irmandades. Assim, ainda que o processo de evangelização tenha acrescentado mais um elemento ao processo colonizador e escravista, a forma pela qual ele se deu não foi imune aos significados e agências mobilizadas por gente negra.⁹ Por isso o contato com sua experiência através dos aportes

Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975. MULVEY, Patricia A. Black Brothers and Sisters: Membership in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, 1980, Vol. 17, N. 2. Pp. 253-279. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Editora Ática, 1986. REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996. Pp. 7-33. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011. PRECIOSO, Daniel. “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. “A quebra dos grillhões: devoção mercedária e criouliização em Minas Gerais (1740-1840)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2021.

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2): 71-99. Jul. dez. 1995.

⁸ FARIAS, Sara. “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. Pp. 32-35. KARASCH, Mary. Rainhas e Juízas: as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860). In. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 52-65. REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro: o livro de irmãos do Rosário das Portas do Carmo (1719-1826). In. SOUZA, Evergton Sales. MARQUES, Guida. SILVA, Hugo R (Orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016. Pp. 191-222. SOUZA, Daniela dos Santos. Mulheres devotas na Irmandade do Rosário: relações de sociabilidade e identidades em São João Del-Rei (1808-1850). In. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. RODRIGUES, Aldair. MAIA, Moacir (Org.). *Sacerdotisas voduns e rainhas do Rosário: Mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão Editora, 2023. Em geral, as irmandades constituíram um fenômeno mais urbano do que rural. Ainda assim, expressões localizadas já foram encontradas, como na Fazenda do Iguassu, onde existiu uma Irmandade dedicada à Nossa Senhora do Rosário. FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. *Escravos da religião: família e comunidade na Fazenda de São Bento de Iguassú (Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX)*. Curitiba: Appris, 2021. p. 177-178.

⁹ SOUZA, Marina de Mello e. “Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. In.: *Afro-Ásia*, n. 28, 2008. Pp. 125-146. DELFINO, Leonara Lacerda. “O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do *Viver e Morrer* na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar – São João Del-Rei (1782-1850)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo*

da História Social do Pós-Abolição e Pós-Emancipação lançam luz para entender experimentos de cidadania de gente negra no contexto onde elas se inseriam.

Por algum tempo as irmandades negras foram abordadas na historiografia como uma experiência circunscrita à vigência da escravidão e, significativamente, ao Setecentos. Esse registro evidencia que a sentença de desaparecimento proferida pelo colonista Alvino em relação ao catolicismo agenciado pelas festas se estenderia também à existência das confrarias em si. De fato, o século XVIII corresponde ao momento de maior difusão pelo território, sobretudo em razão do adensamento da vinda de escravizados do continente africano. Mas, assim como o tráfico de escravizados não se encerraria, a conformação de irmandades negras continuaria ativa entre afrodescendentes livres ou não. Com efeito, pesquisadores e pesquisadoras experimentaram investigá-las também no contexto do século seguinte,¹⁰ bem como os agentes contemporâneos têm reivindicado suas histórias e patrimônios.¹¹

Essas referências são as que mais nos interessam aqui, especialmente quando atinentes à experiência baiana. Entre as irmandades mais conhecidas deste cenário, parece incontornável a menção à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo,

espiralar, poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. JESUS, Padre José Enes. A resistência negra ao projeto de exclusão social. In. SANTOS, Helio (Org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial*. São Paulo: Jandaíra, 2022. pp. 227-237. GALANTE, Rafael Benvindo Figueiredo. “*Essa gunga veio de lá!*” Sinos e sineiros na África Centro-Occidental e no Brasil centro-africano”. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

¹⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. FARIAS, Sara. “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won*. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998. ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. MAC CORD, Marcelo. “O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antonio”: Alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1873”. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2001. QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002. HENRIQUE, Márcio Couto. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Para do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*, Vol. IV, nº 1, 2009, p. 31-51. MULLER, Liane. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Editora Pragmática, 2013. GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016. DIAS, Thiago Cancelier. A atuação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (Desterro) e a figuração sociopolítica em torno das eleições 1846-1847. *Topoi*, v. 21, n. 45, p. 732-753, set./dez. 2020. FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. *Op. Cit.*

¹¹ ASSIS, Simone de. Diáspora africana e a memória congadeira em São João del-Rei: “a Congada vem mesmo da raça negra”. *Sacrilegens*, v. 16, n. 1, p. 275-300, jan-jun./2019. SANTOS, Fabrício Forganés. *As três igrejas dos homens pretos de São Paulo de Piratininga*. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, 2022.

hoje mais conhecida como Irmandade dos Homens Pretos do Pelourinho.¹² Fundada por africanos angolas, mas assinalada por uma relativa diversidade étnica evidenciada pela presença crioula e jeje no Oitocentos, ela correspondia à terceira mais citada por testadores e testadoras negros entre o século XVIII e XIX, na Bahia.¹³ Em 2024, aos 338 anos de existência, a sua longevidade assinala o papel emblemático que assume para entender a mediação de mundos e sujeitos inscritos sob uma agremiação católica de agência negra no pós-abolição.

Com o fim oficial da escravidão no Brasil, os vestígios de engajamento às irmandades se pulverizaram. No caso da agremiação que mais me interessa aqui, os membros conservaram um rico acervo documental que permite elucidar percursos para além dos inventários e testamentos. As condições do acervo não são as ideais, muitos documentos se perderam e as séries são descontinuadas ou se embaralharam na classificação. Felizmente, com a digitalização do acervo promovida em 2021, essas fontes se tornaram bem mais manejáveis. É uma conquista importante não só para a Irmandade como guardiã da sua própria memória, mas também para a pesquisa em História, Linguística, Antropologia e outros campos do saber que se fortalecem com esse aporte documental tão rico.

A princípio, os testamentos e inventários de livres e libertos foram privilegiados para entender as filiações e serviços da confraria, porque as citações a estes eram frequentes, especialmente em decorrência da função funerária. A concentração nos testamentos para analisar experiências de gente negra no século XX, por sua vez, apresenta desafios, em decorrência da rarefação da menção à cor ou raça. À exceção daqueles produzidos em nome de africanos,¹⁴ a projeção serial de dados para entender trajetórias de pessoas negras por inventários não apresenta a mesma proporção que as obtidas para períodos mais antigos. Vale considerar que a disponibilidade de catalogação digitalizada e o tempo de chegada de mais processos ao Arquivo Público oferecem ao pesquisador e à pesquisadora mais registros que outrora. Com efeito, novas investidas

¹² OTT, Carlos. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho. *Afro-Ásia*. nº 6-7. CEAO-UFBA: Salvador, 1968. BACELAR, Jeferson. SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974. FARIAS, Sara. Op. Cit. BUTLER, Kim. *Freedoms given, freedoms won...* Op. Cit. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas...* Op. Cit.

¹³ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 87.

¹⁴ BACELAR, Jeferson. Os últimos africanos em Salvador. In. BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. pp. 17-39.

assinalam que as ações judiciais, cíveis e criminais continuaram profícuos nesse sentido,¹⁵ bem como o aporte da imprensa, sobretudo após a digitalização de periódicos de todo o Brasil executada pela Biblioteca Nacional e disponibilizada na *Hemeroteca Digital* (HDBN).

A interrupção das atividades de muitas irmandades também obstruiu a conservação massiva dos documentos de sua atividade interna, ainda que alguns estejam disponíveis no Arquivo da Cúria Municipal de Salvador (ACMS), abrigado no Laboratório Eugênio Veiga da Universidade Católica de Salvador — além dos arquivos portugueses, para quem se concentra nas atividades pré-Independência. A aproximação temporal dos pesquisadores com descendentes de livres e libertos e com a formação presente do sodalício também tornou o relato oral um aporte significativo de pesquisa, diversificando as abordagens e perguntas formuladas em torno dessas associações.¹⁶

Além da escassez dos vestígios de cor e raça, a rarefação de testamentos e inventários dão a medida da redução de possibilidades de aquisição de bens de raiz ou outros bens passíveis de compor uma herança para a população negra no pós-abolição. Ainda assim, as listas fartas de nomes de filiados e filiadas à Ordem do Rosário possibilitaram a identificação de documentos relativos a pessoas negras no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), driblando os silêncios sobre a identificação dos sujeitos, caso fosse seguido o sentido inverso na pesquisa. A mesma busca a partir dos nomes foi feita nos jornais a partir da Hemeroteca Digital, possibilitando cruzamento de fontes com resultados significativos para o delineamento das trajetórias das mulheres-irmãs privilegiadas na tese.

Na data em que a coluna de Alvino foi publicada, a festividade da padroeira Nossa Senhora do Rosário havia acontecido há pouco, decerto. A organista Eudoxia Carahy recebeu a remuneração das mãos do tesoureiro Affonso João Maria de Freitas por ter

¹⁵ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. “Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. 1888/1930”. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. FIALHO, Paula Juliana Foltran. “Mulheres incorrigíveis: capoeiragem, desordem e valentia nas ladeiras da Bahia (1900-1920)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019. DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: Transgressões de regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, Bahia, 1890-1920*. Salvador: EDUFBA, 2022.

¹⁶ SANTANA, Anália. “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969-2001)”. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2013. MENDEL, Debora Simões de Souza. *Entre raios, trovões e tempestades: Festas de Santa Bárbara e Iansã em Salvador*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

tocado nas celebrações da Ordem do Rosário, sinalizando alguma vivacidade festiva, mesmo que capela adentro.¹⁷ Afinal, as sociabilidades realmente seguiam outros sentidos, mas é difícil que essas novidades tenham substituído por completo práticas culturais mais antigas. As festas das irmandades continuavam sendo noticiadas nos jornais, trabalhadores se beneficiavam dos serviços prestados para os organizadores, que contavam com algum engajamento, ainda que houvesse esvaziamento.

Inclusive, a promoção dos festejos era uma atribuição normalmente encarregada às irmãs na rotina das irmandades. Em razão da liberdade relativa auferida com o desempenho de atividades de ganho na cidade, muitas mulheres conseguiram acumular recursos para investir também nos elementos devocionais.¹⁸ Por isso, elas foram, em larga medida, as financiadoras das festas periódicas no auge de sua presença nas cidades. Com efeito, uma constatação de decadência dessas práticas poderia corroborar o argumento do afastamento das mulheres negras do espaço público. Essa é uma das hipóteses que esta tese problematizou, ao levantar perguntas sobre os lugares das mulheres na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo, como forma de contribuir para o estudo das histórias das mulheres negras no pós-abolição baiano.

Se, antes desse processo, a atuação das mulheres já poderia ser equivocadamente entendida como “acessória” por se tratar das funções festivas,¹⁹ no Novecentos, o esgotamento se tornaria ainda mais invisibilizador. Contudo, é importante salientar que a reserva do espaço das irmandades na historiografia que limita as agências de irmãos e irmãs no pós-Treze de Maio aos festejos despojam aquele espaço de outras funções que as fontes apresentam, evidenciando os problemas da folclorização em torno dessas manifestações. Como alertou a socióloga Luiza Bairos, o valor da cultura negra, especialmente na Bahia, é inestimável e se apresenta enquanto “elemento vivo e atuante na sociedade”. Todavia, é necessário visualizar esses “fazedores de cultura”, como os sujeitos de ambos os sexos perpetuadores da Irmandade do Rosário, na estrutura produtiva e política, entendê-los nos demais âmbitos de sua existência, para não incorrer em folclorizações e observações que tendem a descolar os espaços dos seus agentes.²⁰

¹⁷ Arquivo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (AOTNR). Recibo de 21 out. 1914. In. “Recibos 1898-1914”. CX 16 DOC 03.

¹⁸

¹⁹ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 183-184.

²⁰ BAIROS, Luiza. “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. In. REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 292-293. Reproduzo aqui a reflexão feita a partir de Luiza Bairos que foi elaborada

No ponto em que as mulheres negras demonstram atividade mediante as disputas por seus meios de sobrevivência era onde elas se encontravam com a referida confraria, compartilhando do estatuto de “vulneráveis”. Por outro lado, a verificação da trajetória de filiadas que confirmam uma influência feminina permite classificá-las, também, como “veneráveis”. A Irmandade, por sua vez, adquirira esse título no bojo das categorias próprias das agremiações católicas leigas. Elevada, em 1899, ao status de Venerável Ordem Terceira, ela atingiu o nível mais distinto entre as congêneres. Não era a primeira na região a obter a honraria, mas é uma conquista bastante significativa pelo momento em que fora atingida.

Além do anseio modernizador que atravessou a estrutura física da cidade, os espaços de trabalho de mulheres negras e as manifestações culturais,²¹ o racismo contido nessas iniciativas²² informava, em alguma medida, o movimento reformador da Igreja Católica, posto em marcha a partir da segunda metade do Oitocentos. O clero esperava romanizar as práticas católicas, isto é, torná-las mais fiéis aos preceitos tridentinos. Assim, acionava-se um movimento de desestímulo às essas irmandades forjadas no período colonial e que deu espaço para o desenvolvimento de uma relação peculiar dos fiéis com o divino. Por conseguinte, sujeitos que antes se filiavam a essas agremiações em troca de afirmação de prestígio teriam também deixado de ver o mesmo sentido no vínculo, adotando outras formas de benfeitoria para somar emblemas de distinção social.²³ Sendo assim, a conservação de filiações e a elevação da Ordem apresentam elementos importantes para entender as histórias do pós-abolição em Salvador, que foram explorados de forma ainda bastante localizada quando se refere a este momento específico.²⁴

pela professora Ana Flávia Magalhães Pinto. In “Prefácio”. MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário: sentidos da cidadania na irmandade de pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930)*. Teresina: Editora Cancioneiro. Pp. 15-20.

²¹ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. “*E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916*”. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

²² ALBUQUERQUE, Wlamyra. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *De que lado você samba? – Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. E-book Kindle. SCHWARCZ, Lilia. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²³ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 402.

²⁴ FARIAS, Sara. Op. Cit. BUTLER, Kim. *Feedoms given, freedoms won... Op. Cit.* MESQUITA, Mariana. *Pelas contas do rosário... Op. Cit.* Para a segunda metade do século XX, Cf. SANTANA, Analia. *Op. Cit.*

Considerando a definição como uma Ordem formada por “pessoas de cor preta” em consonância com os silêncios sobre raça em outros vestígios deixados por membros, as concepções raciais aparecem elaboradas como um processo, que não é unívoco. Assim, a ideia de “racialização” na virada para o século XX em Salvador bem colocada pela historiadora Wlamyra Albuquerque influenciada por Barbara Fields, é adequada neste esforço, na medida que responde à demanda de um discurso que está sempre em construção quando apropriado pelos sujeitos.²⁵

As irmandades negras também foram vistas como “resquícios” de uma experiência outrora dinâmica em razão da difusão ampliada dos candomblés no pós-abolição. Entender a presença da Ordem do Rosário é importante para desafiar conclusões como essa, além de inseri-la no estudo das Ordens Terceiras de pessoas de cor — cujos resultados se apresentam mais no âmbito de Minas Gerais setecentista²⁶. Afinal, o trabalho dos irmãos e das irmãs pela aquisição do título foi árduo e o título é pouco citado como algo significativo no entendimento da sua história. Russell-Wood foi dos poucos pesquisadores que registraram a elevação. Ele o fez para demonstrar que haveria mudanças em curso na lógica das terciárias baianas no século XX.²⁷ Kim Butler, por sua vez, insere o evento em um contexto mais amplo de atuação, nos primeiros cinquenta anos posteriores à Lei Áurea, quando ela considera que a agremiação buscava “uma inserção segura em uma nova sociedade”.²⁸ Assim, os significados da elevação continuam sendo desvendados. Nesse sentido, as discussões das atas posteriores à confirmação do título inseriram mais nuances dos debates entre os irmãos, corroborando as análises sobre os significados do evento e os desafios da consolidação do título.

Por mais que a interlocução com a Igreja tenha dado um sentido à trajetória, o registro da identidade como um contorno para a agremiação insere a experiência no campo do associativismo negro. A partir de meados do século XIX, agremiações formadas por “pessoas de cor” para promover o apoio mútuo, “a elevação da raça” por meio da educação e do lazer se espalharam pelo país. Na Bahia, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), fundada em 1851, foi um marco nesse sentido. Tratava-se de uma

²⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 35-36.

²⁶ PRECIOSO, Daniel. “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p. 9-10. TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. *Op. Cit.*

²⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Prestige, Power, na Piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador”. In. *The Hispanic American Historical Review*, Fev. 1989, Vol. 69, N. 1. pp. 61-89.

²⁸ BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won... Op. Cit.* p. 147.

espécie de dissidência da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, que fora abrigada na Capela dos Quinze Mistérios.²⁹ Ela era formada por “cidadãos brasileiros de cor preta” e teria funções similares às de uma irmandade, sem o vínculo eclesiástico. Além do recorte racial, sua composição tinha um elemento de classe determinante e as demais relações firmadas pela associação e parte considerável de seus membros confirmavam o vínculo estreito entre a SPD, irmandades negras, associações políticas e de classe. Essa relação demonstra que o movimento de criação de associações mutualistas não era, necessariamente, um rompimento com a prática de filiação e conservação das irmandades leigas.³⁰

As irmandades ativas no pós-abolição encontravam-se nesta encruzilhada de acontecimentos, como a diversificação associativa e a secularização das práticas sociais. Essa condição lança luz sobre a relevância de se investigar melhor a sua atividade nesse momento. Inseridas neste universo, estavam aquelas mulheres com as quais o colonista Alvino demonstrava seu incômodo. À luz dos laços estreitados por irmãos do Rosário entre outros espaços associativos da capital baiana,³¹ e do alerta lançado por Álvaro Pereira Nascimento acerca da influência da experiência das irmandades e candomblés

²⁹ BRAGA, Julio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Edições Ianamá, 1987. LEITE, Douglas Guimarães. “Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX”. Tese (doutorado em História) – São Paulo. Universidade de São Paulo, 2017. CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: Mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

³⁰ Vários trabalhos circunscritos a diversas regiões do Brasil têm evidenciado a inserção das irmandades nas experiências negras e mutualistas da virada para o século XX, além de outros já citados. RIBEIRO, Jonatas Roque. “A *Classe de Cor*: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2022. SANTOS, Fabrisio de Freitas Tenório dos. “Tecendo laços e ligando pontos: homens de cor, culturas políticas, racialização e a armadura (in)vulnerável de cidadão, Santos (1870-1898)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021. LIMA, Ana Paula de. “Sons da cidadania: bandas, músicos negros e uma corporação musical em Campinas no pós-abolição”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021. KIDDY, Elizabeth. Progresso e religiosidade: Irmandades do Rosário em Minas Gerais, 1889-1960. *Tempo*, nº 12, dez./2001. pp. 93-112. BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. RIBEIRO, Fábila Barbosa. Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade”. *Projeto História*, n. 57, pp. 108-138, Set.-Dez. 2016.

³¹ BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won... Op. Cit.* p. 140. CASTELLUCCI, Aldrin. “Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. p. 130. MESQUITA, Mariana. *Pelas contas do rosário... Op. Cit.* p. 226.

sobre os embates travados por gente negra nos mundos do trabalho,³² lancei-me também a buscar por relações de mulheres com outras organizações coletivas, religiosas ou não.

Como nos lembra Fernanda Oliveira da Silva, expoente dos estudos do associativismo negro no Brasil, as atividades das associações mutualistas são, por definição, de cuidado. Tendo em vista que a ação está na base da ocupação de mulheres negras no mercado de trabalho,³³ sua atuação seria fundamental, ainda que não deva ser entendida como restrita só a essas funções. Nesse sentido, a identificação dos vestígios da passagem de mulheres por associações elucida outros aspectos da sua liberdade, para além de representações estigmatizantes e fixadora de imagens de mulheres.³⁴ Essa relação, portanto, é um passo inicial para considerar que a função desempenhada por mulheres não era auxiliar, por mais que a liderança majoritariamente masculina muitas vezes interditasse protagonismos femininos. Nesse sentido, a relação apresenta contornos mais complexos, onde o “gênero organiza, mas não necessariamente hierarquiza as relações”, como apontado por Fernanda. Assim vislumbra-se as “vulneráveis veneráveis”.

Os capítulos da tese seguem, então, os passos da Venerável Ordem Terceira do Rosário como um dos fios do tecido de sociabilidades vividas pelas suas irmãs no pós-abolição. Inspirada pelo aporte teórico e metodológico da micro-história e da história social da escravidão,³⁵ tomo como ponto de partida a trajetória de uma irmã,

³² NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, pp. 607- 626, set./dez. 2016.

³³ SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-abolição ao Sul: balanços e perspectivas. In. SILVA, Lúcia Helena. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (Orgs.). *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. [Livro eletrônico] pp. 273-296.

³⁴ GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 141. (Publicado originalmente em 1988). NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In. NASCIMENTO, Beatriz; RATTIS, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras*. Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. pp. 55-61. SANTOS, Taina Aparecida Silva. Histórias de mulheres negras no mercado de trabalho: caminhos trilhados e trajetórias que ainda podem ser percorridos. In. SILVA, Lúcia Helena. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (Orgs.). *Escravidão e liberdade... Op. Cit.* pp. 217-238.

³⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 133-161. GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In. GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994, pp. 169-178. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SCOTT, Rebecca J. HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade: Uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Páscoa Vieira diante da inquisição: Uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

eventualmente entrelaçada a outras, para explorar as dimensões de religiosidade, trabalho, moradia e família que, invariavelmente, acabariam surtindo efeito nas atividades da agremiação. Tendo como principal fonte o processo que resultou do desenvolvimento do inventário de Joanna Maria Ritta da Conceição, iniciado em 1919, e outras fontes auxiliares, foi possível apontar eixos da constituição dessa figura de destaque na cidade, bem como de outras irmãs. As ações do sobrinho-neto de Joanna sobre o andamento do inventário da tia lançaram luz sobre as tensões entre arranjos familiares e de lealdade impressas nas vontades de Joanna. Por fim, buscou-se extrair desse imbróglio dados sobre vulnerabilidades e escolhas de mulheres pretas veneráveis no pós-abolição soteropolitano.

Já ciente de “quem eram” algumas das irmãs do Rosário no pós-abolição, iniciou-se, no capítulo 2, a costura entre a trajetória de irmãs com a trajetória da Ordem como agremiação. Em um contexto em que urge ações em defesa da população vulnerabilizada em Salvador, sobretudo pobre e negra, as escolhas de Joanna que permitiram classificá-la como “filantropia afro-brasileira” são colocadas em questão. Caberia definir Joanna dessa forma, à luz dos significados da “filantropia” da época? E a Ordem Terceira do Rosário às Portas do Carmo? As irmãs pretas reivindicavam os dispositivos hegemônicos de beneficência? Para responder a essas perguntas, foram discutidos conceitos dos feminismos negros e outras experiências similares registradas na historiografia. As fontes do Arquivo da Cúria Metropolitana, acervo da irmandade, jornais, inventários foram essenciais para entender o histórico de serviços prestados e sua expectativa quanto à função assistencial no pós-abolição.

Das vontades de Joanna, um quinto da casa à Rua do Tinguí pertenceria à Ordem do Rosário. Assim, no terceiro capítulo, as disputas pela confirmação das vontades impressas em testamentos de mulheres em benefício à irmandade são apreciadas, para debater a relação dos representantes da ordem com esses legados. As interferências de irmãos sobre a efetivação do destino dos bens da testadora apontam limitações à liberdade desta mulher, por um lado, e o alcance da contenda no Supremo Tribunal Federal sugere a vivacidade política e social de todos os envolvidos. Os outros inventários identificados colocam em perspectiva o lugar das mulheres como principais benfeitoras em períodos anteriores, que parece ter alguns reflexos no início do Novecentos. Ademais, a venerabilidade no rol de associações religiosas negras permitiu ao Rosário das Portas do Carmo servir de abrigo a confrarias fragilizadas, possibilitando-as o direito de existir, não

sem que isso fosse também vantajoso à conservação daquela. É o que a existência de mais legados reservados à Ordem neste período permite concluir, chegando a assumir um posto de repositório coletivo de riquezas geradas por gentes negras.

No quarto e último capítulo, são discutidas as relações da agência feminina e interdições de gênero com a conservação material e da memória daquele espaço, no pós-abolição. Sua posição entre as sociabilidades afro-baianas foi confirmada após a aquisição do título de Venerável Ordem Terceira, em 1899. A campanha pela honraria era mobilizada desde 1870 e a valorização do título enunciada nas atas levou à busca pelas estratégias acionadas por confrades para o sucesso, diante do racismo do pós-abolição. Nessas condições, coube perguntar se o rótulo terciário ofereceu reconhecimento e aceitação porta a fora. Internamente, os irmãos da mesa disputavam pela memória do processo de aquisição do breve de Ordem Terceira, o que assinala essa importância. Entre aqueles que reivindicaram o feito, uma figura se despontava: Manoel Friandes. Sua trajetória informa que tamanha autoridade — porta adentro e a fora — foi mediada também pelos recursos que sua mãe, a africana Maria do Carmo, lhe provera. Essa relação permite analisar a influência indireta que as mulheres exerceram e, paralelamente, como elas foram esvaziadas em seu tempo, haja vista a efervescência das discussões em torno do mérito masculino nas ações em prol da confraria. Com efeito, busquei entender quais as possibilidades de ação direta, além dos subsídios materiais, para contribuir com a definição dos próximos passos da Ordem no século XX e o que a orientação por gênero das novas filiações tinha a informar. Considerando as respostas encontradas, foram elencados os elementos que lhes asseguraram vulnerabilidades e venerabilidades, como irmãs e como instituição.

Por fim, a relação de mulheres ocupadas em diferentes ofícios e inseridas em configurações familiares plurais revelada nos vestígios das atividades da Ordem do Rosário demonstra que não era fácil tirar delas algumas atribuições constitutivas das sociabilidades afro-baianas. Mesmo assim, o discurso do colunista na abertura ilustra a disputa que elas enfrentaram no campo do trabalho, da religião e do lazer. Na tese será apresentado que, em dois dos espaços que ele citou — no cinema e na Faculdade de Medicina — foram mapeadas ações que envolveram o Rosário ou suas integrantes, em alguma medida. Isso sugere que essa relação não era só de oposição. As mulheres negras não deixaram de exercer influência, assim como internamente elas ainda tiveram com o que contribuir confrontando as obstruções das normas compromissais capela adentro. De

todo modo, reproduziu-se ali a interdição de agência decisória e de honrarias como recompensa pelas contribuições dadas pelas irmãs, as quais, ao que consta, foram limitadas às agências masculinas. Nesse sentido, essa pesquisa aponta caminhos para que essas contribuições oferecidas no pós-abolição sejam identificadas e reconhecidas.

CAPÍTULO 1. “DONA DA CASA, ME DÁ LICENÇA”³⁶

No dia 29 de setembro de 1889, as irmãs e os irmãos reabriram a igreja de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo.³⁷ O local passara quase dez anos de portas fechadas para reformar toda a estrutura da capela, que se encontrava gravemente deteriorada mais de cem anos depois de sua construção pelas mãos de africanos e afrodescendentes, no Pelourinho, em Salvador. Além da conquista de um templo renovado, os membros reafirmavam a posse daquele espaço, ameaçado pela provedoria local, ao alegar que a interrupção das atividades teria durado dezoito anos. As denúncias eram utilizadas como argumento para pedir a desapropriação da igreja.³⁸

Naquele domingo, Joanna Maria Ritta da Conceição ouvia nitidamente, de sua casa na Ladeira do Carmo, os dobres dos sinos que ficaram aqueles anos em silêncio às portas de sua rua.³⁹ Só que ela não pôde comparecer à missa pela qual tanto esperou, já que apreciava a atividade dos membros e até cogitava pertencer à agremiação como irmã, o que fez pouco tempo depois.⁴⁰ A joia de 15 mil réis a ser paga na entrada era pouco perto do que ela poderia oferecer às ações da instituição como irmã e benfeitora. Mesmo com a expectativa, em razão das obras da capela, ela ficou sem o acolhimento sob o teto do Rosário, o que fora compensado com as idas aos demais templos que frequentava, de onde já compunha fileiras de confrarias, como as igrejas da Barroquinha e do Corpo Santo.

Devota e influente na vizinhança como era, só uma ocasião muito importante impediria Joanna Maria Ritta da Conceição de estar no evento. No dia da esperada missa, ela precisou ficar em casa por conta do nascimento do filho de Antonia Francisca, sua sobrinha. Até que ela pudesse ver a parturiente e o bebê com saúde, ela não arredaria os seus joelhos dos pés do seu altar particular dedicado a São José, Santo Antônio, Santa Joanna e a duas Nossa Senhoras, além de alguns espelhos. Ali ela se manteve empunhada

³⁶ Trecho e título de samba de roda do Recôncavo Baiano de domínio público, popularizado pela obra de Dona Edith do Prato.

³⁷ “A vista, pois, do que fica declarado, procedeu-se a eleição da nova Mesa, reabriu-se a Capela no dia vinte e nove de setembro de mil Oitocentos oitenta e nove”. Arquivo Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário (AOTNR). “Livros de ata (1879-1899)” (sem paginação).

³⁸ Defesa dos irmãos perante o arcebispo contra as denúncias de que a capela estaria fechada por dezoito anos. AOTNR. “Livros de ata (1879-1899)” (sem paginação).

³⁹ Testemunho de Juvencio Florippes da Fonseca. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923. Pp. 00900-01263 (como está a paginação do processo). p. 01045-01046.

⁴⁰ AOTNR. “Prestação de contas da irmandade (1890-1891)”. Caixa 11, DOC. 09 (sem paginação).

de rosário na mão e com algumas velas acesas por horas. Certamente, de lá da igreja reaberta, a vizinhança que comungava no Rosário estava rezando para que a criança e sua mãe ficassem em paz.

A casa nº 77 da Ladeira do Carmo, na freguesia de Santana, estava mais agitada do que costumava ser. Não porque a sua proprietária tivesse muitos filhos. Na verdade, não teve nenhum descendente biológico. Mas eram muitos agregados e agregadas sob o mesmo teto, ou com livre acesso à residência. Por volta das três horas da tarde, ouviu-se o choro vindo do quarto. Wenceslau havia chegado ao mundo. Silvino Gomes de Mattos comemorava o nascimento de seu filho, Joanna agradecia repetindo o sinal da cruz, abraçando e conversando com seus protetores, diante de quem ficara ajoelhada a manhã toda. Ela foi abraçada pelo futuro padrinho da criança, o seu companheiro Firmino, que diferentemente da dona da casa, era branco. Ela tinha raízes no continente africano, mas se fez liberta em outro continente em razão do sequestro de Ritta, mãe de Joanna e Maria Francisca, de sua terra Natal.⁴¹

Maria Francisca, mãe de Santa, apelido pelo qual Antonia era chamada na casa e pelos vizinhos,⁴² estava amparando a filha e seu neto. Ritta, mais experiente, tinha muito gosto em ver a continuidade de sua linhagem, na expectativa de que uma neta daria continuidade ao legado no comércio. Mas era preciso esperar o nascimento para confirmar o sexo da criança, o que era importante nos negócios.

Firmino era filho adotivo de Theodora Maria da Conceição. Por ser companheiro de Joanna, levara consigo sua mãe e o outro filho dela, Manoel Pedro de Assumpção Costa, para a mesma casa na Ladeira do Carmo.⁴³ Eles presenciavam o evento com a mesma agonia dos demais, conferiam se o bebê já havia nascido, comemoraram a chegada do netinho de “Malhada”, como era chamada Maria Francisca por ali.⁴⁴ Como agregados, Theodora e Manoel ficaram mais distantes do centro da ação, cochichando entre eles se a criança teria as mesmas manchas que a avó tinha na pele, apesar do desconhecimento se elas eram de nascença.

⁴¹ APEB. Registro Civil, 1877-1976," database, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-Q9LZ-7?cc=3694028> : 23 April 2020) Acesso em 04/08/2022.

⁴² Testemunho de Juvencio Florippes da Fonseca. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 1046.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Declaração Manoel Pedro de Assumpção Costa. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 01001.

Wenceslau estava bem, mas Antonia não dava bons sinais de recuperação do parto. Agora Joanna poderia recorrer ao altar da igreja do Rosário, além do seu particular e das outras capelas, para pedir pela saúde da sua sobrinha. Os irmãos e irmãs procuradores das suas confrarias foram ao encontro da jovem e doía de ver uma moça de vinte e três anos com a saúde tão debilitada. Foram promessas feitas em nome da sua recuperação, visitas de médicos e de rezadeiras, remédios de todas as formas, mas Antonia não resistiu. No dia em que Wenceslau completou um mês de vida, a família se despediu de Santa.

Abatida pela perda, Joanna não podia esperar para providenciar o sepultamento, que teria um jazigo perpétuo na Quinta dos Lázaros, tamanha a consideração e a estima que tinha pela sobrinha. Sem condições de cuidar de tudo por conta própria, ela acionou os membros daquela família estendida. A seu pedido, o compadre Manoel Pedro cuidou da compra da pedra para a sepultura, que deveria vir com mensagem ditada por Joanna em memória da sua sobrinha. Por não saber ler e escrever, a tia preferiu deixar a missão com Manoel e só cuidou de passar depois na banca para pagar os 220 mil réis do serviço. Na lápide, o carinho se traduziu na frase “Gratidão de sua tia Joanna Maria Ritta da Conceição”.⁴⁵ Enquanto isso, no convento de São Francisco, ela foi acolhida pelas irmãs de São Benedito e outros membros providenciaram os trâmites para o sepultamento e as missas seguintes pela alma da jovem.

A família foi prestigiada com a presença da vizinhança, familiares e integrantes das irmandades coirmãs no sepultamento. Joanna era muito conhecida por seu trabalho como comerciante⁴⁶ e sua preocupação com a comunidade, mas a consideração se dirigia a toda a família. Todos seus componentes quiseram manifestar seu agradecimento pelo acompanhamento da cerimônia fúnebre no dia 30 de outubro, como foi encomendado ao *Diário da Bahia* (Imagem 1) e convidavam para a missa de sétimo dia de Francisca, como também era chamada. A capela escolhida não foi a do Rosário, mas o convento franciscano, que também não ficava muito longe dali. Até então, o espaço abrigava outra tradicional irmandade negra, a de São Benedito. Joanna já nutria proximidade com a igreja e a referida agremiação, ao passo que ela passa a integrá-la no ano seguinte e, entre

⁴⁵ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 00976.

⁴⁶ Apesar do esforço investigativo empregado, adiante que não foi possível chegar a uma definição do ramo comercial de atuação de Joanna, infelizmente. Ela foi registrada como alguém que “vivia de negócio” no registro civil de Wenceslau Gomes de Mattos e os indícios explícitos se encerraram aí. De todo modo, não me furtei de propor algumas pistas e palpites nesse sentido, como será discutido em páginas posteriores.

1892 e 1893, aceitou o cargo de primeira juíza, oferecendo-lhes 100 mil réis de joia para isso⁴⁷. Talvez, até a própria Francisca já fosse irmã e tivesse direito ao rito enquanto tal. Mesmo recém-ingressa, seus recursos, prestígio e benfeitorias fizeram dela uma mulher influente internamente.

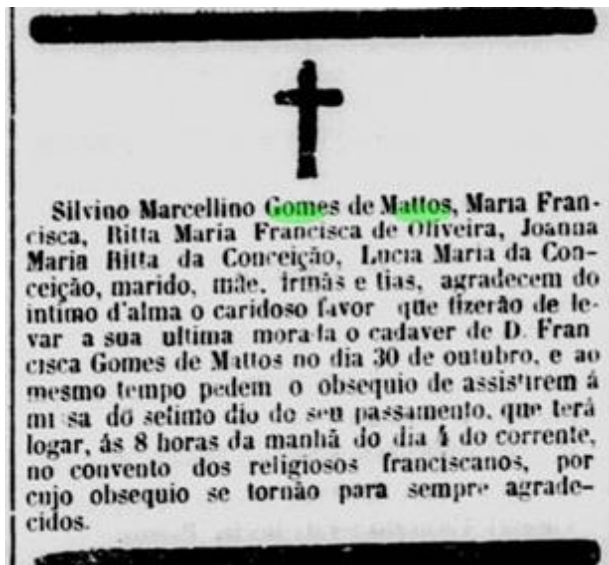


Imagem 1. HDBN. *Diário da Bahia* (BA), 03/11/1889. Seu nome foi registrado só como Francisca Gomes de Mattos, sem “Antonia”. Haja vista as pessoas da família citadas e as datas, dificilmente se trataria de outra falecida. Ritta Maria Francisca de Oliveira poderia ser a matriarca africana.

Pouco tempo depois, Joanna filiou-se ao Rosário das Portas do Carmo.⁴⁸ Teriam a perda precoce da sobrinha, a preocupação com o futuro de um recém-nascido negro e órfão no horizonte desconhecido da recém-nascida abolição e a reabertura da capela da irmandade aproximando Joanna dos seus ritos e confrades? Apegar-se a mais uma devoção para pedir que novas perdas não acontecessem dessa forma e, caso acontecessem, suas almas fossem devidamente amparadas vinha a calhar e não pesaria em seu bolso. Ainda mais em se tratando daquela agremiação, que encomendou a alma de tantos daqueles e daquelas com os quais Joanna compartilhava um passado e uma identidade. Ali ela seria bem-recebida, tanto por sua história quanto pelas contribuições que suas posses poderiam oferecer.

A trajetória dessa família traz elementos de prestígio, vulnerabilidade, práticas políticas, econômicas, sociais, laborais, raciais e religiosas que acionam sentidos da

⁴⁷ “Demonstrativo da Receita que teve a irmandade de S. Benedito ereta no Convento de S. Francisco no ano compromissal de 1890 a 1891”; “Demonstrativo da Receita que teve a Irmandade de S. Benedito ereta no Convento de S. Francisco no ano compromissal de 1892 a 1893”. ACMS. Irmandades. Caixa 2. Freguesia de São Salvador da Sé.

⁴⁸ A referida irmandade é conhecida por diferentes nomes como Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros, Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo e Venerável Ordem Terceira das Portas do Carmo. Usaremos todas essas denominações ao longo da tese, sendo que o último título só é oficialmente alcançado em 1899.

história da Irmandade do Rosário e vice-versa. São cinco gerações de uma família (Diagrama 1), desde uma africana aportada no Brasil no início do século XIX pelo empreendimento escravista até seus descendentes no início do Novecentos. Evidentemente, não foi possível captar todos os detalhes. Ciente de que o conteúdo das fontes acessadas e o tempo de uma pesquisa de doutorado limitam a tarefa de detalhar minuciosamente os passos dados por Ritta, as filhas Joanna e Maria Francisca, os respectivos parceiros, Antonia Francisca, Silvino, o filho e todos os agregados que rodeavam a casa da Ladeira do Carmo e, posteriormente, a Rua do Tingui, o resultado dos esforços aqui apresentados se deram no sentido de entender os significados das relações dessa família com a Irmandade, vislumbrando, a partir de um relato sólido, alguns aspectos da sociedade soteropolitana do pós-abolição que possam ter sido distorcidos por “generalizações e formalizações quantitativas”⁴⁹ a respeito da experiência de homens e mulheres negras nas irmandades afro-baianas.

A priori, o projeto de pesquisa foi orientado para responder sobre possíveis especificidades do engajamento feminino nas confrarias negras, tendo como espaço e tempo privilegiados a Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho na virada do século XIX para o XX. Respeitando os desvios de rotas impostos pelas fontes, novas questões emergiram, levando-me a extrapolar esse recorte eventualmente, com retrospectivas ou prospectivas em relação ao tempo, ou ampliando o espaço. Tomando Joanna Maria Ritta da Conceição e o desenrolar de suas atividades e vontades intermediadas por Wenceslau Gomes de Mattos como fio condutor da investigação — mas não experiência única —, gênero, raça e etnia se mostraram atrelados a outras categorias sociais influentes sobre as escolhas de Joanna e a sua relação com seus bens.

Da parte da Irmandade do Rosário, o espólio de mulheres continuou a ser fundamental para a sua manutenção, tal como diagnosticado em períodos anteriores.⁵⁰ E,

⁴⁹ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 153.

⁵⁰ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011. Pp. 326-335 SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp.185-195; 204-213. MULLER, Liane. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Editora Pragmática, 2013. pp. 112-127. FARIAS, Sara. “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. Pp. 32-35. KARASCH, Mary. Rainhas e Juízas: as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860). In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 52-65. SILVA, Fernanda Oliveira da. “As lutas políticas nos clubes negros: culturas

apesar da moradia ser um problema enfrentado pela população negra no pós-abolição tanto no campo quanto na cidade, a proeminência da escolha por parte de alguns irmãos e irmãs em deixar um imóvel para a confraria do Rosário, neste caso, revela a priorização da reserva de um bem para uma organização negra em detrimento de indivíduos, inclusive, de familiares consanguíneos. Essa preferência pode se dar no ímpeto pelo aproveitamento em prol de uma coletividade, mantendo rendimento do bem em benefício de uma família ampliada. Em outro nível, o reconhecimento pelo feito a favor da constituição de uma memória dentro e fora da instituição estimularia a escolha por destinar um bem de raiz.

Com efeito, a irmandade e sua sede se afirmam enquanto repositório não só de práticas e devoções, mas do próprio patrimônio material da comunidade negra acumulado durante e depois da escravidão. Mulheres que, ora tiveram que investir para se livrar do cativeiro financiando alforrias⁵¹ e, depois da Lei Áurea, investiram em liberdade cuja aquisição se concretizaria na coletividade.

Os documentos que levaram a uma reconstituição possível dos eventos como os narrados acima reforçam o papel central de Joanna Maria Ritta da Conceição naquela família e nos demais espaços por onde passou. O manejo de imóveis e custeio das atividades de confrarias são sinais do seu protagonismo e, em um contexto de ameaça aos espaços e práticas inventadas por gente negra na diáspora, são experimentos salutares para entender a cultura política acionada pelos sujeitos, ora individualmente ora a partir de instrumentos institucionais, como as irmandades.

Embora minha busca por Joanna tenha sido despertada pela presença de seu nome nas listas de irmãs do Rosário e uma breve menção na historiografia,⁵² foram os rastros deixados por iniciativa do seu sobrinho-neto, após a sua morte, que acrescentaram mais questões a esta investigação. Quando Joanna morreu, em 6 de janeiro de 1919, seu testamento foi aberto e a lista das últimas vontades foi vasta. Quem deveria intermediá-las, assumindo o inventário, seria Ignacio de Almeida Gouvêa, um homem cujo marcador

negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)". Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. p. 207-255.

⁵¹ O que não pode ser interpretado como um investimento "individual", pois geralmente era um gasto cujo cálculo levava em consideração os demais envolvidos, não só a/o libertanda/o. Ver COLLINS, Jane-Marie. *Emancipatory Narratives & Enslaved Motherhood: Bahia, Brazil, c. 1830-1888*. Liverpool: Liverpool University Press, 2023. COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

⁵² BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won*. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998. p. 157.

racial e seus outros vínculos familiares e pessoais não são identificados. No testamento de Joanna, as credenciais hierárquicas do inventariante são muito evidentes: “major”. Fora isso, tudo o que consegui encontrar sobre ele dizia respeito a processos em que ele foi escrivão ou inventariante. Além disso, ele era responsável pelo cartório da Rua da Misericórdia.⁵³

Apesar de dividir o teto há longa data com Joanna e ser o principal herdeiro, Wenceslau, aos 29 anos, esperava ser o inventariante e não facilitou o andamento do processo. Restou entender o que teria motivado as escolhas de Joanna, a objeção do sobrinho e como elas se relacionam com o cerne da minha pergunta de pesquisa: havia particularidades de gênero na mobilização da Irmandade do Rosário dos Pretos de Salvador no pós-abolição? Havia ligações que podem ser assimiladas especificamente às mulheres?

Tomar esse processo como eixo de análise possibilita captar, através das ações do sobrinho, os percursos de Joanna. Direcionei ao máximo o olhar para extrair o que havia de experimentos da falecida quando não era possível recorrer a extratos em diretos de sua agência. A visibilidade dada a Wenceslau, cujo nascimento foi narrado acima a partir dos indícios extraídos da leitura das fontes sobre aqueles dias,⁵⁴ é resultado da sua resistência em aceitar a forma prescrita no testamento da tia para condução do seu inventário. Como adulto que dava sinais de ter sido ente muito mais próximo da falecida do que o rótulo familiar dito permite acessar, ele vai explorar os recursos da justiça para romper alguns dos laços estreitados por Joanna em vida, bem como reafirmar outros.

O testamento e a reação a ele, protagonizadas pelo usufrutuário do principal imóvel do espólio (Wenceslau), e o inventariante (Ignacio de Almeida Gouveia), deixam escapar a tensão entre as expectativas da tia, extraídas da leitura do testamento, e os objetivos que as ações de Wenceslau e a sua rede deixam transparecer. Se Joanna escolheu retribuir e afirmar alianças por meio do seu inventário, Wenceslau não se via como

⁵³ HDBN. *A Notícia* (BA), 23/09/1914.

⁵⁴ Os pequenos detalhes que excederam a fonte se misturaram na descrição de momentos, preenchendo espaços entre os acontecimentos e outros pormenores evidenciados nas fontes. São especulações não menos verossímeis do que aquilo que os documentos e outras pesquisas já revelaram sobre sujeitos semelhantes que habitaram aquele mesmo cenário. Metodologia similar é aplicada de forma mais extensiva em HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022. Na obra, a autora não assume um compromisso exatamente igual ao ofício historiográfico, mas são relatos baseados em fontes fotográficas, historiográficas e jornalísticas, em que os momentos “especulativos” são sinalizados pela autora, por se tratarem de histórias que “excedem o arquivo”. *Op. Cit.* p. 373.

tributário das mesmas “dívidas”. Essa tensão se registrou por escrito após o falecimento de Joanna, mas certamente foi ativa enquanto os dois viviam sob o mesmo teto.

Entre as retribuições que Joanna buscou mover a partir do inventário, certamente algumas eram resultantes de negociações firmadas por relações de trabalho, escravo ou não. Nesse sentido, é incontornável abordar o passado marcado pela escravidão dessa família, já que, pelo menos, metade de sua vida foi experimentada vendo muitos de seus semelhantes de cor escravizados e, possivelmente, ela mesmo explorando pessoas escravizadas. Sua sobrinha, se tiver sido libertada pela Lei Áurea, viveu apenas um ano e alguns meses em liberdade. Mas o cativo ainda diz muito pouco sobre sua existência. Ela era uma mulher que “vivia de negócios”, o que a tornava dependente de boas alianças. Mas não só isso, o antecedente de cativo vivido por sua irmã, Maria Francisca, e sua sobrinha, Antonia, fez dela uma fiadora da liberdade de ambas, se não pela alforria, decerto no pós-abolição. Nesse sentido, suponho os ajustes políticos de Joanna foram cruciais nesse processo. Portanto, as compensações e afirmações destes ajustes via herança poderiam ser esperadas. Só que, para Wenceslau, um homem nascido no alvorecer da abolição e versado nas leis da República, tais acordos não seriam tomados como de sua conta e, em alguma medida, ele poderia assimilar que a libertaria dessas obrigações ao anular o testamento.

Sendo assim, mesmo que a escolha do inventariante evidenciasse uma proximidade significativa entre Ignacio e Joanna, Wenceslau assumiu uma disputa que chegaria às instâncias máximas da justiça para impedir que a execução do inventário fosse conduzida pelas mãos de Ignacio Gouveia. Só que havia beneficiários e beneficiárias do testamento da sua tia que poderiam interditar seu projeto de anulação do testamento. Se a sua questão era pessoal com Ignacio e alguns outros privilegiados no testamento, a anulação privaria beneficiários de seu agrado. Pessoas que poderiam ser do seu convívio direto e/ou indireto e poderiam ficar insatisfeitas com o embargo, ou simplesmente reprovarem a atitude de contrariar as últimas vontades da falecida. Entre esses sujeitos estavam algumas irmandades, inclusive daquelas que Joanna comungou. Essa teia firmada por Joanna e os significados possíveis por trás dela serão interpretados ao longo da tese, começando a partir do processo de constituição dessa família em solo baiano.

1.1 Entre Cachoeira e Salvador, entre a escravidão e a liberdade

Ignacio d'Almeida Gouvêa, testamenteiro e inventariante de Joanna Maria Ritta da Conceição, por seu advogado infra informado, vem trazer ao conhecimento de V. Exa., que indo os avaliadores ao prédio nº 21, à Rua do Tingui, onde estava morando Wenceslau Gomes de Mattos, para, de conformidade com o mandado expedido por V. Exa., procederem a devida avaliação no mesmo prédio e em todos os móveis que ali existem, não foi possível cumprir o dito mandado, porque o Wenceslau Gomes de Mattos fechou o prédio e escondeu-se para que não fosse efetuada a aludida avaliação.⁵⁵

Aqui, Wenceslau não era mais uma criança e “esconder-se” de Ignacio de Almeida Gouvêa, caso tenha sido isso mesmo que ocorrera naquela segunda quinzena de fevereiro de 1919, não se trataria de uma brincadeira. Ele estava perto de completar 30 anos de idade e trabalhava como escrivão no Judiciário do estado da Bahia. Apesar da idade, continuou morando no imóvel em que vivia sua tia Joanna, onde ela faleceu em 6 de janeiro daquele mesmo ano. Não se sabe quando eles se transferiram da casa na Ladeira do Carmo para o prédio na Rua do Tingui, nº 21, distrito de Santana. Mas, em todo esse tempo, certamente Joanna ocupou em larga medida o papel familiar mais próximo para Wenceslau e vice-versa. Como madrinha, era essa função que se esperava dela. Mesmo enlutados, os dois homens de universos diferentes da convivência da falecida, ao que parece, entraram em um embate em torno do inventário dela.

Apesar de serem documentos acionados pela morte, testamentos e inventários são instrumentos valiosos para o historiador investigar o vivido, desde que se leia a contrapelo as intenções e os indícios deixados pela testadora em suas últimas vontades. Como era de praxe na feitura de um testamento, Joanna deu partida apresentando suas insígnias de nascimento: comunica que nasceu na cidade de Cachoeira, na Bahia, e que era filha da “africana” Ritta.⁵⁶ Em 1918, ano da emissão do testamento, não havia mais o rigor da parte dos escrivães em apontar se, além de nascida em algum lugar da África, Ritta também teria sido escravizada. Joanna, por sua vez, também não demonstrou essa preocupação e marcou a origem da mãe sem mencionar passagens por um cativo, informação que ela certamente saberia. Não obstante, dificilmente Joanna não passara por quaisquer das atrocidades envolvidas no processo escravizador, afora o racismo ainda

⁵⁵ Comunicado da defesa de Ignacio de Almeida Gouvêa ao Juiz da Provedoria em 21 de fevereiro de 1919. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 010012.

⁵⁶ Sem sobrenome encontrado na documentação consultada.

mais evidente no período da documentação sobre a qual me debruço aqui primordialmente.

Sobre seu pai, há menos informações ainda. No testamento, ela não quis deixar seu rastro e o que posso presumir a seu respeito foi extraído de carta anexada aos autos mobilizados por Wenceslau. Joanna comunicava-se com um homem chamado Marcello, a quem se referia como “pai” e bisavô de Wenceslau:

Meu Pai Marcello,
Estimando sua saúde, recebi sua cartinha e fiquei muito satisfeita por ter notícias suas e ao mesmo tempo saber de sua saúde, pois sempre estou com muito cuidado em vossa senhoria e rogo a Deus todos os dias em minhas orações para que lhe prolongue os anos de vida por muito tempo e juntamente muita saúde. [...] Recebi a quantia de 25 mil réis que mandou para seu *bisneto* Wenceslau [sic], filho da finada Santa.⁵⁷

A correspondência foi redigida em setembro de 1894 por Firmino, companheiro de Joanna, por esta não saber escrever. Neste momento, ao que parece, pai e filha viviam distantes um do outro e esta era a forma de manter o contato. Contudo, não encontrei mais sinais de Marcello convivendo presencialmente com o grupo fixado em Salvador, nem de onde ele enviava as suas notícias e para onde a carta era remetida. O presente enviado no mês do aniversário do sobrinho indica que o contato poderia ser rotineiro, ao menos, nas datas comemorativas.

Uma vez identificado em outra fonte, retornei ao testamento para tentar encontrar qualquer vestígio do pai por meio do nome “Marcello”. Era esperado que ele fosse citado na relação das missas desejadas a serem rezadas por sua alma, por exemplo, já que era algo comum em documentos desse tipo. Entretanto, Joanna reservou sufrágios apenas às almas de Firmino, Ritta e Maria Francisca – parceiro, mãe e irmã, respectivamente. Provavelmente o pai ainda estava vivo, não cabendo registrar o pedido ou seria um indício de que o “núcleo duro” da família se manteve entre os que viviam em Salvador.

É possível que Marcello tenha continuado a viver em Cachoeira, onde Joanna nasceu, e o distanciamento tenha se intensificado com o tempo, haja vista que ele não foi lembrado também como legatário de nenhum dos bens. O historiador Walter Fraga comenta que a migração foi para muitos libertos uma forma de se distanciar do passado escravista, ainda que fosse comum reconstituir na capital os laços firmados no interior.⁵⁸

⁵⁷ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 00996-00997. Mantive a grafia do nome de Wenceslau na forma que consta na referida carta.

⁵⁸ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 310; 326.

Analisando a trajetória de africanos minas libertos residentes na capital de Pernambuco oitocentista, a historiadora Valéria Gomes Costa não encontrou vestígios de laços de parentesco que incluíssem o mundo rural.⁵⁹ Para escravizados e escravizadas da Bahia, Isabel Reis também alertou que ainda era necessário aprofundar as investigações sobre a proporção de envolvimento de parentesco entre o campo e a cidade.⁶⁰ Aparentemente, tais vínculos estão menos investigados ainda ao se tratar do pós-abolição.

No encaminhamento para elaboração do inventário, registrou-se que Joanna faleceu “com mais de 60 anos de idade”. Assim, seu nascimento pode ter se dado entre as décadas de 1840 e 1850. Assim como ocorreu com sua mãe, não encontrei evidências expressas de escravização em sua trajetória. No entanto, vale reforçar que a origem de sua mãe, bem como o cativo de irmã Maria Francisca, assentado no registro de batismo da sua filha em 1866, sugerem que dificilmente ela não fora também escravizada, haja vista que a escravidão era transmitida pelo ventre da mãe.

Outra possível marca do cativo pode vir do apelido “malhada”, frequentemente citado no processo iniciado por Wenceslau. A alcunha sugere sequelas do cativo na pele possivelmente provocadas por exposição ao sol e maus tratos, caso não fossem sinais de nascença ou vitiligo. Por conseguinte, se Maria Francisca fora escravizada, a tia também poderia ter sido. São afirmações que escaparam à capacidade deste trabalho, mas a elucidação de outras variáveis precisaria dessas constatações: a duração do cativo de Ritta, Joanna, Francisca e Antonia, os meios de libertação e as datas mais exatas de seu nascimento. Ademais, as práticas de reescravização e escravização ilegal de pessoas negras trazem mais imprecisões a essas previsões, o que demanda estudos futuros.

Conhecer os passos dessa família em Cachoeira pelos caminhos traçados através dos vestígios de Ritta, Joanna, Maria Francisca e Antonia mostra-se importante para, mais adiante, interpretar o engajamento de Joanna às irmandades e demais articulações coletivas onde ela se inseriu. Por isso dediquei algumas linhas a entender as dinâmicas do trabalho nos engenhos do Recôncavo e as configurações familiares de escravizados. Nesse sentido, continuarei no rastro da idade da madrinha de Wenceslau ao morrer. Estimo que Ritta tenha chegado ao Brasil nas levadas de africanos do início dos Oitocentos

⁵⁹ COSTA, Valéria Gomes. *Ôminira: mulheres e homens libertos da Costa d’África no Recife (c. 1846 – c. 1890)*. São Paulo: Alameda, 2021. Pp. 182-183.

⁶⁰ REIS, Isabel. Cristina Ferreira dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 91.

e, a depender de quão jovem ela tenha desembarcado no Brasil e dado à luz sua filha, foi uma possível vítima do tráfico ilegal.⁶¹ No ato do registro civil de Wenceslau, em 1890, sua avó Maria Francisca tinha 40 anos, ou seja, ela teria nascido em 1850. A diferença de idade entre ela e Joanna não era grande. No processo de abertura do inventário, a idade no leito de morte foi dada como “mais de 60 anos”. Se fosse viva, Maria Francisca teria 69 anos na mesma data. Então, Ritta teve as duas filhas em um intervalo menor que 10 anos entre as gestações. Ainda arrisco afirmar que Joanna era a mais nova, já que a marcação foi “mais de sessenta anos” apenas. Sem nenhum registro encontrado sobre a idade de Ritta, considero essas datas e as estatísticas analisadas pelo historiador João José Reis, que confirmou, mais recentemente, previsões já aceitas que indicavam que a maioria dos africanos trazidos para a Bahia na primeira metade do século XIX eram iorubás, advindos da Costa da Mina (golfo do Benim). Portanto, Ritta poderia ter desembarcado dessa região, na onda do tráfico intensificado pelas ameaças e legislações antitráfico.⁶²

A manutenção da mão de obra escravizada dependia do tráfico atlântico para se recompor, já que o trabalho no eito, que exigia um volume maior de pessoas, valorizava mais a força masculina que a feminina. Nesse sentido, a Bahia recebeu, entre 1801 e 1851, 318 mil africanos escravizados, volume muito maior que as importações para todas as províncias ao norte desta – de Sergipe até o Pará – onde não passou de 260 mil escravizados.⁶³ Este número dá a medida do “consumo” dessa mão de obra que, na freguesia do Iguape (Mapa 1), onde a irmã de Joanna vivia e pariu sua filha Antonia, apresentava um contraste entre a presença masculina e feminina expressivo: nos engenhos e fazendas de cana, havia 152 homens para cada 100 mulheres.⁶⁴ Por conseguinte, a

⁶¹ Florentino e Valência analisaram os dados do tráfico de crianças africanas no início do século XIX e perceberam um aumento proporcional significativo nesse número. Ao se abastecer com meninos e meninas escravizados, os traficantes e proprietários se preparavam para a interrupção do tráfico que vinha se anunciando pela pressão inglesa e que começou a ser institucionalizada no Brasil a partir de 1810. Era uma estratégia para favorecer a reprodução natural e prolongar a geração de trabalhadores em cativeiro adquiridos. Entre 1810 e 1815, estima-se que foram 9.571 crianças africanas traficadas para a Bahia. No intervalo de 1816-1825, este número saltou para 32.983. VALENCIA VILLA, Carlos. FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v. 35, e. 78, 2016. Pp. 16-17.

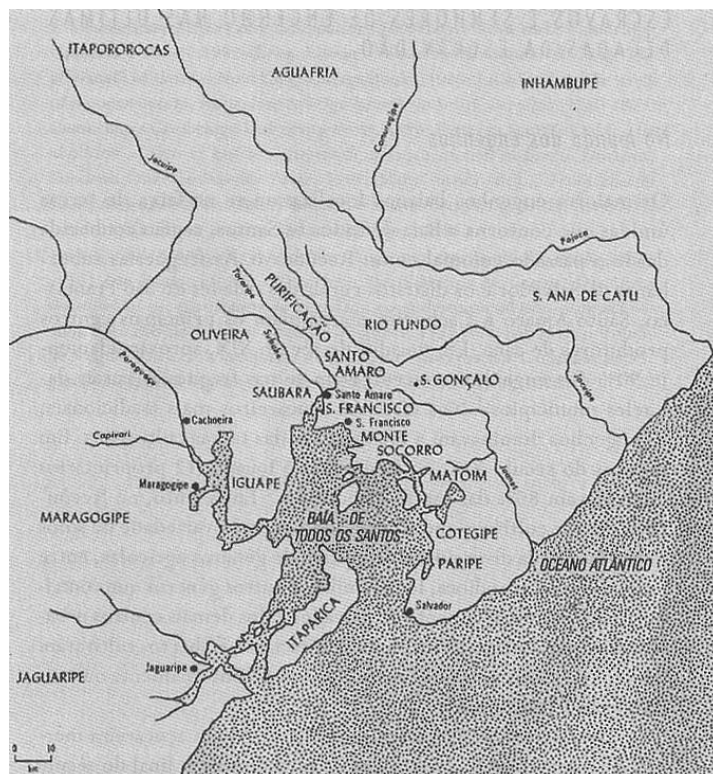
⁶² REIS, João José. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*. n. 63 (2021). Pp. 241-242.

⁶³ ELTIS, David. Apud. SILVA, Ricardo Caires. “Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. p. 58.

⁶⁴ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 257. Segundo Walter Fraga, havia engenhos do Recôncavo onde essa configuração era diferente e o contraste numérico entre homens e mulheres foi menor que a verificada em finais do século XVIII e início do XIX. FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade... Op. Cit.* p. 28.

população escravizada permanecia majoritariamente africana e masculina. Para a cidade de Salvador, João José Reis identificou que, além de a maioria do grupo de escravizados da cidade ser composta por originários da África,⁶⁵ as relações afetivas tendiam a se manter endogâmicas.⁶⁶ Se a endogamia tiver se reproduzido nos engenhos do Iguape, Marcello teria sido um africano como a mãe de suas filhas.⁶⁷

Mapa 1. Recôncavo Baiano: cidades e paróquias



Fonte: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 84.

Como Joanna e Maria Francisca nasceram em Cachoeira, a indústria açucareira, fumageira ou de mandioca em seu entorno possivelmente absorveu o trabalho de Ritta.⁶⁸ Considerando que, anos depois, Maria Francisca, escravizada, deu à luz Antonia em 1866 na freguesia de Santiago do Iguape e se desestimulava a separação das famílias escravas, é muito provável que seu trabalho estivesse envolvido com o açúcar, já que a região foi considerada a produtora do “melhor açúcar do Recôncavo”, devido à qualidade do solo

⁶⁵ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2. ed. rev. e aum. p. 27.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 411-412.

⁶⁷ BARICKMAN, Bert Jude. *Op. Cit.* 253.

⁶⁸ *Ibidem*.

massapê disponível.⁶⁹ O artigo representou mais da metade das exportações da província, tendo passado por breves momentos de baixa, entre o final do século XVIII e meados do século XIX,⁷⁰ levando à proeminência constante de escravizados na composição social da região. Nesse sentido, o historiador brasileiro Bert Barickman identificou que a população de cativos correspondia a 53,9% do total da Freguesia de Santiago do Iguape entre 1779 e 1854. Essa era a mão de obra explorada de forma generalizada, “tanto no serviço da agricultura de exportação quanto na produção de gêneros alimentícios para abastecer os mercados locais”.⁷¹

Assim, estima-se que essa família se constituiu em solo brasileiro em um dos mais rentáveis polos açucareiros do Brasil em meados do século XIX. Por isso, esse era um ambiente predominantemente africano, onde Ritta e Marcello conceberam duas filhas, estendendo a família ao mesmo tempo em que foi inserido à escravaria de um barão da Freguesia do Iguape. Seja em cativo ou em liberdade, não há registro de que os pais de Joanna tenham se casado. Como cativos, a união era até estimulada pelos valores regentes da sociedade; mas, na condição de liberdade, há contextos em que interessava menos facilitar a oficialização de uma união entre africanos, haja vista a condição indesejável desses sujeitos em grande parte do século XIX. A burocracia, portanto, era uma forma de criar obstáculos à oficialização da união entre libertos.⁷²

Diferentemente de sua mãe, sem ter filhos Joanna pôde reunir maior mobilidade para atingir meios para a liberdade e uma transferência para a capital, rompendo com um lugar onde viveu dolorosamente, mas sem deixar de se empenhar para reaver o saldo constituído ali em forma de uma família entre sua irmã e suas descendentes.

⁶⁹ *Ibidem.* p. 194. Com a interrupção do tráfico atlântico, esse contingente de africano passa a ser inferior ao de escravizados nascidos no Brasil, diminuindo para 1/3 dessa população entre 1850 e 1888. Os homens se mantêm como maioria.

⁷⁰ A Bahia retoma os elevados índices de exportações em 1770, depois de uma estagnação que vinha desde 1680, segundo Barickman. As guerras de independência das colônias britânicas na América do Norte, seguidas das rebeliões no Haiti em 1790, sufocaram o suprimento açucareiro que vinha da América Central para a Europa. Assim, o porto de Salvador passa a vender o produto a preços mais altos, em vista da redução da oferta. Em 1820, o mercado foi abatido devido aos conflitos de independência da Bahia, mas as safras se recuperam nos últimos anos daquela década. Entre 1830 e 1840 foi a seca que incomodou os escravistas açucareiros, e a recuperação efetiva se deu por volta de 1845, a partir de acordos com a Alemanha e Grã-Bretanha. BARICKMAN, Bert Jude. *Op. Cit.* p. 71-78.

⁷¹ *Ibidem.* p. 214-215.

⁷² COSTA, Valéria Gomes. *Ôminira... Op. Cit.* 165. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo (28), Dezembro/Fevereiro 1995/1996. p. 182. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

A data da sua chegada a Salvador também seria reveladora, já que foi lá onde Joanna constituiu os bens de raiz que conservou até seus últimos dias e criou grande parte dos vínculos pessoais e coletivos que chegam ao testamento, inclusive com a Irmandade do Rosário. Por mais que não seja nítida a perenidade de vínculos familiares depois da estabilidade de uma parte da família em um desses pontos, como dito anteriormente, o contato entre o Recôncavo e a capital sempre se deu de forma constante, especialmente devido ao comércio.⁷³

Na primeira metade do século XIX, era comum que as alforrias do Recôncavo estimulassem as/os forras/os a se transferirem para a capital. Em um primeiro momento, em razão das guerras de independência. Na segunda metade, em virtude da derrocada das exportações de açúcar,⁷⁴ da atratividade do comércio de mão de obra escravizada por parte dos produtores de café do Sul após a interrupção do tráfico atlântico. Outro motivo foi o desgaste do regime escravista catalisado pelo movimento abolicionista, que acentuara o volume de fugas e manumissões.

O historiador Ricardo Tadeu Silva indica que os grandes proprietários de engenho, — como o senhor escravista de Francisca —, não foram os primeiros afetados pela “especulação” dos preços dos traficantes de escravizados do sul.⁷⁵ Mas, levando em conta o período de nascimento de Antonia, no ano de 1866, suponho que sua mãe e ela encontraram maior abertura para se emanciparem, caso tenham sido auxiliadas por algum aliado ou aliada que já estivesse na capital, como seria Joanna, se as suas condições materiais já fossem próximas à que apresentava perto da morte. Então, desembolsando os valores para compensar o escravista e apresentando influência suficiente para realizar uma transação segura, seria possível se safar dos riscos de um comércio inescrupuloso e desabastecido, especialmente pós-1870. Afinal, da Bahia saíram cerca de 30 mil escravizados entre 1850 e 1880 por meio do tráfico interprovincial.⁷⁶ Sem conseguir precisar as datas e os motivos que levaram Joanna, Maria Francisca e Antonia a se estabelecerem na capital baiana, esses dados são indícios dos anseios por trás da transferência dessas mulheres.

⁷³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 313.

⁷⁴ Barickman aponta que, em 1880, a economia açucareira baiana quase colapsou e o volume das exportações de fumo eram cada vez mais próximos ao de açúcar, mesmo não tendo mais a demanda fumageira advinda do tráfico atlântico de escravizados. *Op. Cit.* p. 84.

⁷⁵ SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Op. Cit.* p. 300.

⁷⁶ *Ibidem.* p. 97.

Walter Fraga demonstra a medida da evasão populacional da freguesia do Iguape nos finais do Oitocentos. A população preta passou de 43,5% para 34,8% entre 1872 e 1890.⁷⁷ Mudar-se para Salvador simbolizava um horizonte de vida em liberdade com um afastamento mais concreto do cativo, pelo menos para aqueles que o experimentaram no campo. Na cidade, esses libertos oriundos dos engenhos dividiriam os espaços de trabalho tradicionalmente ocupados pela população livre e liberta.⁷⁸ Sendo negociante estabelecida, imagino que Maria Francisca e Antonia tenham encontrado funções junto aos negócios de Joanna. Assim, a conjuntura encontrada na capital era mais antiescravista e mais receptiva às demandas por liberdade, sobretudo de escravizadas.⁷⁹

De fato, a estimativa de livres e libertos em Salvador era superior ao número de escravizados desde o início do século XIX e só aumentou até o fim do cativo.⁸⁰ Joanna não mencionou nada de forma direta em seu testamento que acionasse qualquer vínculo com a cidade de Cachoeira depois de ter uma vida assentada na capital, assim como não deixou nenhuma pista exata, além de sua filiação, afirmando que tenha sido escravizada. Uma vez em liberdade, realmente era melhor não citar a passagem pelo cativo. Com efeito, de permanências mais longevas e referentes ao Recôncavo, no testamento, ficaram a mãe e a irmã. Wenceslau tinha, em seu registro civil, o nome do avô materno, Antonio Correia, que em 1890 ainda vivia em Cachoeira e era solteiro.⁸¹ Suponho que Joanna atingira um posto na sociedade soteropolitana que a desvinculara do estigma da escravidão e, por conseguinte, do ambiente que remetia ao cativo (se não o seu, o de seus familiares), e ela mesma teria atendido a essa expectativa. Por isso também o silêncio em relação ao pai, Marcello, no testamento.

Tendo em vista a relevância do vínculo de apadrinhamento naquela sociedade escravista, é curiosa a menção rarefeita aos padrinhos de Antonia, filha de Maria Francisca. Seu batismo foi realizado em agosto de 1866, na capela matriz de São Tiago do Iguape.⁸² Seus padrinhos, Gustavo Antonio de Souza e Thomazia de Cerqueira, não

⁷⁷ FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade... Op. Cit.* p. 324.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 324-325.

⁷⁹ *Ibidem.* p. 83.

⁸⁰ “Segundo as minhas contas, em 1835 haveria 27.500 escravos (42% da população) e 38.800 livres e libertos (58%)”. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil... Op. Cit.* p. 24.

⁸¹ APEB. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-Q9P7-6?cc=3694028> : 22 April 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil. Acesso em 27 jun. 2023.

⁸² Arquivo da Curia Metropolitana de Salvador (ACMS). "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P6F-X?cc=2177272&wc=M7ZB-X3D%3A370077401%2C370077402%2C370201701> : 10 February 2022),

foram mais mencionados em nenhum outro momento da documentação analisada. No assento não foram indicados traços relevantes dos padrinhos para mapear essa relação, como cor/raça ou condição jurídica dos escolhidos, e não achei outras informações a seu respeito nem outros indícios que os aproximassem do grupo do meu interesse. No entanto, o casal aparece apadrinhando outro cativo na mesma ocasião, Colatino, “cabra”, filho de Felicia, que pertencia à escravaria de outro senhor, João Antonio de Souza, cuja similaridade nominativa sugere parentesco com o padrinho.⁸³ Este assento foi registrado logo depois de Antonia no mesmo livro de assentos.⁸⁴

Não há indícios de que fossem um casal. Provavelmente eram livres, de condição inferior ao escravista José de Araújo Bulcão, mas próximos a outros senhores de engenho da Freguesia de São Tiago do Iguape. Supostamente trabalhadores da lavoura, assumiram a posição de apadrinhar escravizados, já que “em suma, a escolha de padrinhos na Bahia era quase sempre verticalmente ascendente ou horizontal, nunca descendente”.⁸⁵ Segundo os historiadores Stuart Schwartz e Stephen Gudeman, pais escravizados poderiam escolher vizinhos livres que serviriam de mediadores de um conflito com um senhor escravista provocado por uma fuga.⁸⁶ Se Antonia tiver nascido escravizada efetivamente, essa pode ter sido uma estratégia.

Considerando os batismos como elemento emblemático das relações sociais escravistas e assumidas, em alguma medida, por pessoas negras em seu pós-emancipação ou no pós-abolição, este silêncio em torno dos padrinhos de Antonia me parece significativo. Nos grandes arranjos de escravizados, era comum que o compadrio se estabelecesse com pessoas libertas e livres, pois garantia uma ampla rede de solidariedade entre os envolvidos, oferecendo utilidade e estabilidade às famílias cativas.⁸⁷ Como não

Iguape > São Tiago > Batismos 1856, Dez-1871, Dez > image 270 of 396; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em mai. 2022.

⁸³ Dificilmente o proprietário apadrinhava o próprio escravizado, mas um “paternalismo indireto” ocasionalmente aparece. Também era raro que o padrinho de um escravizado fosse de uma posição social igual ou superior à do proprietário deste. SCHWARTZ, Stuart. GUDEMAN, Stephen. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 44; 47.

⁸⁴ ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:662G-TSG2> : Tue Dec 12 01:06:18 UTC 2023), Entry for Colatino and Felicia, 28 de agosto de 1866.

⁸⁵ SCHWARTZ, Stuart. GUDEMAN, Stephen. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 50.

⁸⁶ *Ibidem*. p. 47.

⁸⁷ FREIRE, Jonis. “Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2004. p. 3.

há testamentos de Maria Francisca e Antonia, fica difícil afirmar com precisão se de fato não se manteve o contato das libertas com os compadres e padrinho, respectivamente.⁸⁸ O que me restou, então, como fonte, foi a omissão dos padrinhos de Antonia nos demais registros. Isso evoca, novamente, uma ruptura com parte do universo constituído no cativo, além de prever que Gustavo e Thomazia possam não ter sido escolhidos pela mãe e/ou pai de Antonia, mas sim pelos escravistas, como era comum.⁸⁹ Ademais, os padrinhos podem ter se isentado de seu compromisso espiritual após a libertação e a transferência de Antônia para Salvador. Portanto, se houve intermediação a favor da afilhada por parte dos padrinhos, ela não fora digna de lembrança nos registros, diferentemente de várias outras que o foram.

Do ponto de vista da aspiração da constituição de outra vida na capital e em liberdade, fazia sentido dispensar padrinhos com os quais não foram estreitados laços. Por isso também Joanna precisou providenciar a certidão de batismo da sobrinha às vésperas do casamento. Pois, além de uma suspeita acerca de sua liberdade, o matrimônio católico pressupunha o batismo e os padrinhos de Antonia deveriam ser desconhecidos pelo grupo. Assim, a constituição de vida na cidade após a passagem pelo cativo e em terras distantes colocava as pessoas em posição de provação constante no exercício de sua liberdade. O apadrinhamento enquanto condição para registro civil tornava os padrinhos sujeitos rastreáveis e, quando não rastreado no convívio, a apresentação do assento do batismo poderia ser ainda mais indispensável.

Esses vínculos compõem a extensa rede que permeou as cinco gerações rastreadas a partir do desenvolvimento do testamento de Joanna, em que nem todos aqueles com quem ela chegou a nutrir afinidades de nascença ou colaterais foram inseridos ou mantidos após a transferência para a capital, como é o caso de seu pai (Marcello), do pai de Antonia (Antonio Correia) e de seus padrinhos. Seu lugar de mantenedora dos familiares que a acompanharam na mudança de cidade parece nítido em decorrência da ausência de outros inventários com somas similares no grupo, ao que me consta. Dos

⁸⁸ A historiadora Maria Inês Côrtes apontou que era um desafio extrair uma regra específica para a escolha de padrinhos de escravizados através da análise dos livros de batismo unicamente. Nesse sentido, ela sugere que os testamentos possibilitariam uma aproximação, pois quando a condição jurídica e étnico-racial dos padrinhos são silenciadas nos registros de batismo, os testamentos fornecem um aporte para a compreensão da instituição do compadrio ao apresentarem os padrinhos assumindo a posição de testamentários ou herdeiros, o que serve para identificar uma relação com “laços de afeição, os cuidados mutuamente dispensados e os interesses que podiam se esconder sob estes vínculos”. OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *Viver e morrer no meio dos seus*. *Op. Cit.* p. 185.

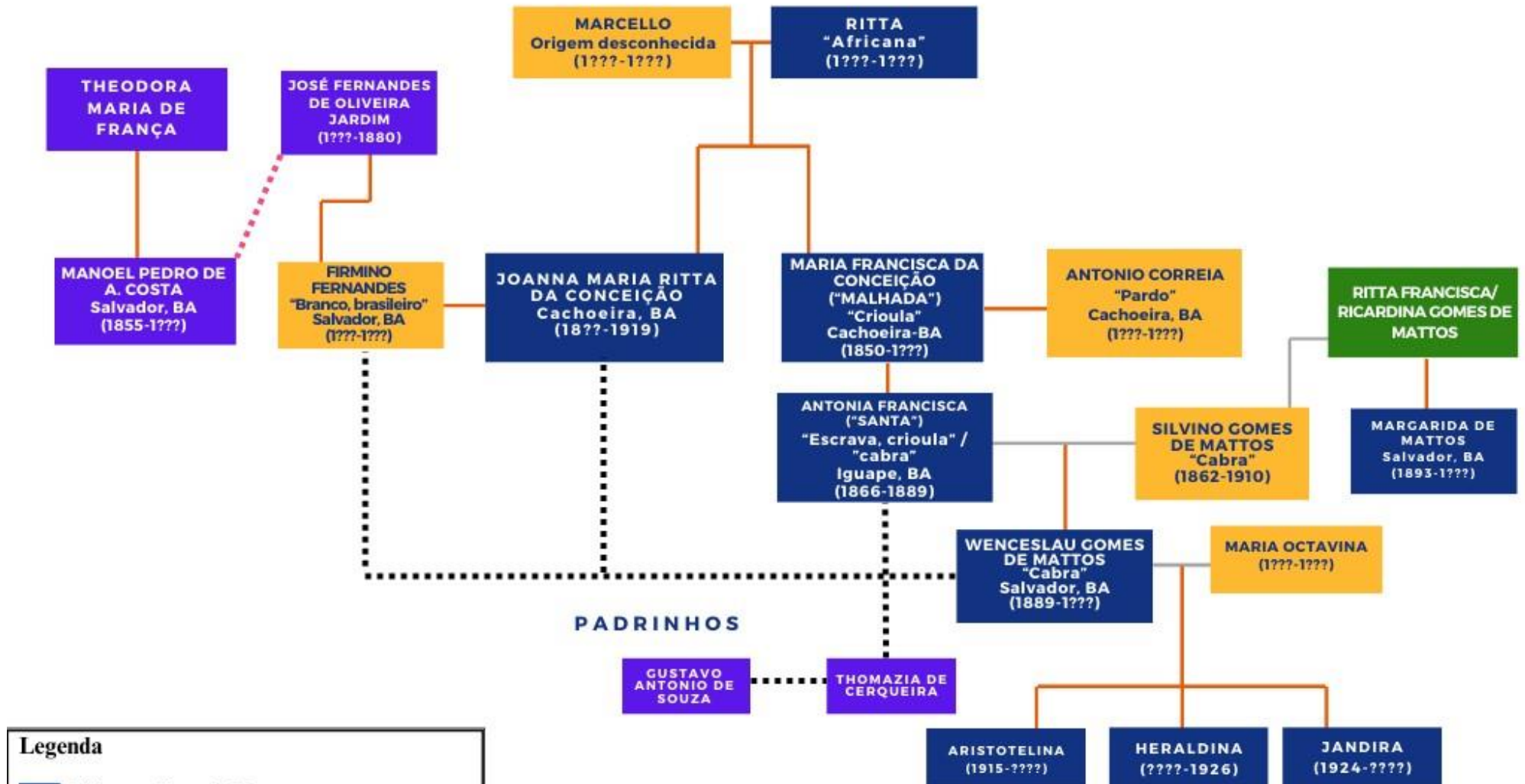
⁸⁹ *Idem.*

vínculos de primeiro e segundo grau detectados na “primeira fase” da vida de Joanna e da sua irmã, tendo em vista que Cachoeira é sua cidade de nascença, o núcleo se manteve composto por Ritta, Joanna, Maria Francisca e Antônia até o final do Oitocentos. Interessa, agora, entender a composição dessa família reconstituída em Salvador depois da saída de sua cidade de origem, Cachoeira.

1.2 Pais de Wenceslau, compadres de Joanna

O movimento de Joanna Maria Ritta para a capital é difícil de ser mapeado com precisão, já que não há indícios da data, nem se sua irmã e a respectiva filha se mudaram ao seu lado. No entanto, posso afirmar com mais segurança que, em 1866, Maria Francisca e Antonia ainda tinham sua liberdade privada por constituírem parte da escravaria de engenho no Iguape e não encontrei documentação relativa à libertação das duas. Não obstante, o evento mais antigo de que tive notícia das três vivendo juntas na capital foi o casamento de Antonia com Silvino Gomes de Mattos, os pais de Wenceslau (Diagrama 1).

Diagrama 1 - Linhagem de Ritta e seu entorno mais próximo



Fontes: APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário. Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923. APEB. Seção Judiciária. Inventário. Silvino Gomes de Mattos, Firmino Fernandes da Silva. 01/360/694/04, Salvador, 1910. APEB. Registro Civil, 1877-1976," database, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-NHTZ?cc=3694028> : 13 April 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil (Acesso em jun. de 2023). APEB. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-Q9P7-6?cc=3694028> : 22 April 2020), > image 1 of 1 (Acesso em jun. 2023).

Não é à toa o destaque a este evento nos autos. Afinal, o processo que norteia esta análise sobre Joanna se baseia, sobretudo, no esforço de Wenceslau para anular o testamento dela, valendo-se do vínculo que assumia como seu sobrinho de sangue, isto é, o parente biológico vivo mais próximo, visto que Joanna não era casada nem tinha filhos.⁹⁰ A estratégia foi reunir provas para convencer a justiça, já que o Representante da Fazenda indeferiu seu pedido em fevereiro de 1919, alegando que Wenceslau não constava nos autos como sobrinho da inventariada, como alega, e que ela também instituiu herdeiros a estranhos.⁹¹ Ora, como o suplicante entrou na vida de Joanna quando ela já vivia em Salvador, eram os passos trilhados ali que lhe interessava. Sendo assim, tudo começaria com as intercessões da vida de Joanna com a de sua mãe, Antonia.

Tabela 1. Testemunhas arroladas por Wenceslau para provar que era sobrinho de Joanna

TESTEMUNHA	IDADE	PROFISSÃO	ENDEREÇO
Eulalio de Oliveira Costa	-	-	-
José Martins de Jesus	65	Marceneiro	Rua do Socorro, Distrito de Brotas
Manoel Pedro de Assumpção Costa	64	Carapina	Pau Miúdo, Distrito de Santo Antônio
Anna Egydia de Menezes Doria	-	-	-
Juvencio Floripes da Fonseca	63	Polidor	Tororó, Distrito de Santana
Maria de São Pedro Lopes	-	-	-
Alvino Paulo do Bonfim	-	-	-
Leordina Joaquina França	-	-	-

Fonte: APEBA. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

Possivelmente orientados pela defesa, o casamento foi um evento que se repetiu nos relatos das testemunhas arroladas por Wenceslau para provar que era tratado como sobrinho por Joanna, afirmando o reconhecimento público da família e validando a “cartografia negra” da qual Wenceslau fazia parte a partir de seu nascimento. Isto é, as “malhas de sociabilidades, conflitos e tensões” entre africanos e seus descendentes constituídas na disputa por liberdade e reconstrução de suas autonomias, que tinham

⁹⁰ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 00937.

⁹¹ *Ibidem.* p. 00941.

como elemento aglutinador “experiências de parentesco dos indivíduos ao longo das gerações”.⁹²

Primeiramente, ele recolheu testemunhos escritos de seis pessoas (Tabela 1) - apesar de anunciar inicialmente que seriam oito: Eulalio de Oliveira Costa, José Martins de Jesus, Anna Egydia de Menezes Doria, Manuel Pedro de Assumpção Costa, Maria de São Pedro Lopes, Juvencio Floripes da Fonseca, Alvinho Paulo do Bonfim, Leordina Joaquina da França. Desses, os seis primeiros redigiram uma declaração por extenso, similares à reproduzida a seguir, com detalhes a mais ou a menos:

Eu, Anna Egydia de Menezes Doria, sei do que acima alego, porque, na qualidade de vizinha da falecida Joanna Maria Ritta da Conceição desde outubro de 1889, sei e afirmo que Sr. Wenceslau Gomes de Mattos é filho legítimo do Sr. Silvino Gomes de Mattos e Antonia Francisca Gomes de Mattos, sobrinha de Joanna Maria Ritta da Conceição e filha de Maria Francisca da Conceição e avó de Wenceslau Gomes de Mattos.

Bahia, 12 de fevereiro de 1919.
Anna Egydia de Menezes Doria⁹³

Anna assinala que sua palavra se assenta no posto de vizinha, que tinha desde que Wenceslau era recém-nascido. Além disso, a credibilidade e o reconhecimento público da sua família pode ter sido uma credencial visada por Wenceslau para convencer o juiz. Provavelmente, ela acompanhou a movimentação dos eventos narrados no início deste capítulo. Outras testemunhas não expõem exatamente o que justificaria o valor de sua declaração no caso, mas tentarei apontar algumas explicações pelos indícios do cruzamento das fontes.⁹⁴

O marceneiro José Martins de Jesus, ao que indicam seu nome e a caligrafia, já era um conhecido da Irmandade do Rosário das Portas do Carmo,⁹⁵ serviu para atestar o parentesco do suplicante:

Declaro que o Sr. Wenceslau Gomes de Mattos é filho legítimo de Antonia Francisca Gomes de Mattos, sobrinha de Joanna Maria Ritta da Conceição; e

⁹² COSTA, Valéria Gomes. *Ôminira... Op. Cit.* p. 140.

⁹³ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 01000. O major Anastácio Francisco de Menezes Dória comandou tropas em torno do Recôncavo à época das batalhas contra Portugal, na década de 1820. Outros membros da família Menezes Doria adquiriram prestígio, ocupando cargos no Conselho de Estado e pastas ministeriais. CRUZ, Itan. *Jogo de Damas Amanda Paranaguá: memória, baianismo e poder na corte do Brasil e além, 1849-1931*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora. Pp. 81-82.

⁹⁴ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 00974.

⁹⁵ BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won... Op. Cit.* p. 151. MESQUITA, Mariana. *Pelas contas do rosário: sentidos da cidadania na Irmandade dos Homens Pretos de Salvador no Pós-Abolição (1888-1930)*. Teresina: Cancioneiro, 2022. pp. 118-122.

filha de Maria Francisca da Conceição, que era conhecida por “malhada”. Sendo eu uma das testemunhas do casamento. José Martins de Jesus⁹⁶

Martins de Jesus reforça a validade de seu depoimento a favor da tese de Wenceslau dando dois sinais de proximidade: a presença no casamento da sua mãe e o tratamento pelo apelido de “malhada”. Nessa data, ele contava 65 anos de idade, era viúvo e residia na rua do Socorro, distrito de Brotas, segundo consta no registro do testemunho em audiência no dia 15 de março de 1919. Na presença do Juiz Substituto da Provedoria Julio Olympio da Silva, ele se apresentou apenas como marceneiro, apesar de ser conhecido por “tenente” e ter outros sinais de prestígio naquela sociedade, como ter “feito carreira”⁹⁷ na Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, promovido bailes noticiados em jornais e nutrido certa proximidade com o arcebispado.⁹⁸ Além disso, ele também foi padrinho da “crioula” Isaura ao lado de Joanna Maria Ritta da Conceição, em cerimônia registrada em 1896 na Freguesia do Santíssimo Sacramento do Paço.⁹⁹ Logo, a relação com o marceneiro fora também herança da tia.

Dito isso, resta a dúvida acerca das razões para que apenas a condição de ofício de marcenaria tenha sido citada por ele na audiência. Talvez porque a um juiz o título de “tenente”, que era comum ser atribuído a artífices negros no Império,¹⁰⁰ significasse menos socialmente passados quase trinta anos do fim do regime. Ademais, este seria o fator de sua trajetória de vida que o aproximaria mais do foro íntimo daquela família de libertas, já que o de vizinhança aqui não se sustentava, pelo menos no contexto do depoimento. O título de marceneiro sozinho também o diferenciava do inventariante Ignacio e seus grupos de influência.

O casamento também foi citado por Manoel Pedro de Assumpção Costa, carapina, viúvo, com 64 anos de idade, residente no Pau Miúdo, distrito de Santo Antônio. Ele disse em dois depoimentos em audiência:

⁹⁶ APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 00998.

⁹⁷ Termo utilizado por Valéria Gomes Costa para definir a trajetória de sujeitos que repetidamente ocuparam cargos na mesa administrativa das irmandades. GOMES, Valéria Gomes. *Ôminira...* *Op. Cit.* p. 295.

⁹⁸ HDBN. *Correio do Brasil: Orgão Democrata*, (BA), 10/11/1903. ACMS. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço. Correspondência José Martins de Jesus ao Arcebispo d. Jerônimo Tomé da Silva, 12/12/1922.

⁹⁹ ACMS. Registro de batismo de Isaura. Disponível em "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V1SZ-M6?cc=2177272&wc=M78M-4ZS%3A369568701%2C370966301%2C371006101> : 16 February 2022), Salvador > Santíssimo Sacramento do Paço > Batismos 1893, Fev-1910, Maio > image 80 of 253; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em 9 ago. 2022.

¹⁰⁰ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativoiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p. 83.

Declaro que o Sr. Wenceslau Gomes de Mattos, filho legítimo de Antonia Francisca Gomes de Mattos, sobrinha de Joanna e filha de Maria Francisca da Conceição, que era conhecida por "malhada", *sendo eu que movia por mando de Joanna*, que era minha comadre e que vivíamos juntos em companhia de minha mãe, Theodora Maria de França e Firmino Fernandes da Silva, também meu compadre, e padrinho de Wenceslau Gomes de Mattos, legítimo sobrinho e afilhado de Joanna.¹⁰¹

[...] morou muitos anos em casa de Joanna no Tororó [Freguesia de Santana], que Joanna vivia com Firmino Fernandes da Silva, padrinho de Wenceslau; que Firmino era filho de José Fernandes de Oliveira Jardim, o qual era padrastrado dele testemunha; que ele testemunha assistiu o casamento do pai de Wenceslau, que realizou-se na casa à Ladeira do Carmo, então com o número setenta e sete e atualmente trinta e um.¹⁰²

Somando ao que Manoel havia declarado por escrito anteriormente, entende-se que ele viveu por um tempo com Joanna, em sua casa localizada no bairro do Tororó, junto a Wenceslau, Firmino e com a mãe dele, Theodora. A testemunha era “meio-irmão” de Firmino (companheiro de Joanna) e seu compadre, tendo convivido neste núcleo presenciando o tratamento do casal com Wenceslau (Diagrama 1).

Portanto, Manoel integrava aquela família extensa e foi beneficiado pelas propriedades. Surgem novas informações sobre a ocupação dos espaços na cidade por Joanna e seus agregados, já que a casa do Tororó não estava no legado deixado no testamento. Nos demais testemunhos, só se falou de Joanna vivendo na casa da Ladeira do Carmo, onde Wenceslau nasceu, e na casa da rua do Tingui, onde ela passou seus últimos dias. Sendo assim, a vida de Joanna na casa do Tororó talvez seja o registro mais antigo de seus passos na cidade de Salvador, sobre os quais não há precisão de data de início nem da existência da companhia de sua irmã até então. O companheiro, por seu turno, já ocupava esse espaço, evidenciando a longevidade da relação que lhe rendeu um sufrágio nas últimas vontades de Joanna.

Os registros dos ofícios das testemunhas coadunam com as descrições da freguesia onde a primeira casa da família na capital estava localizada. Anna Amélia Vieira Nascimento aponta que, entre 1847 e 1848, a lista eleitoral apresentou o perfil dos habitantes de Santana: artistas, artífices, negociantes — muitos deles, negros — e algumas figuras da elite, como dois ex-presidentes da província. Lá ficava um Liceu, o hospício da Palma, o Quartel das Forças Armadas. Ali também residia outro personagem do qual falaremos adiante, o capitão Manoel Friandes, com sua família. Tratava-se de um

¹⁰¹ Declaração por escrito de Manoel Pedro de Assumpção, em 12 de fevereiro de 1919. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 01001.

¹⁰² Testemunho em audiência de Manoel Pedro de Assumpção, em 15 de março de 1919. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... p. 01043-01044.

ambiente social relativamente confortável em termos de raça e classe para mulheres de cor que aspiravam a um mundo de trabalho livre e urbano, tanto que ela foi não muito longe dali posteriormente.¹⁰³

As análises sobre a urbanização e propriedade imobiliária de Salvador na virada para o século XX sugerem que a alienação da casa pode estar atrelada à remodelação dessas freguesias centrais, que passaram a absorver mais o comércio em detrimento de residências,¹⁰⁴ bem como à perda de rendimentos devido ao fim da propriedade escravista, que pode ter sido uma das fontes de renda de Joanna. Dessa forma, a família deixava os endereços, mas os vínculos por onde havia se estabelecido eram mantidos.

Caso a freguesia de Santana tenha sido o primeiro destino das descendentes da africana Ritta, é provável que elas tenham chegado a Salvador com recursos e/ou bons contatos. Provavelmente sua própria mãe houvesse reunido condições por meio do trabalho de ganhadeira, podendo abrigar a família em uma boa casa. O trabalho de ganho foi amplamente praticado entre escravizados, libertos e pessoas negras livres pobres, especialmente entre as mulheres africanas nas cidades escravistas. Este sistema funcionava, sobretudo, a partir do trabalho de rua de escravizadas e escravizados que tinham uma cota a entregar ao/à escravista e o valor que extrapolasse, ficava para seu proveito. Quem não tinha senhor embolsava todo o dinheiro para si, em tese.¹⁰⁵ As ganhadeiras vendiam toda sorte de alimentos nas ruas, produtos locais ou importados, tinham seus pontos fixos com seus tabuleiros ou saíam caminhando pelas ruas oferecendo os artigos a quem passasse ou de porta em porta.¹⁰⁶ Por desempenharem funções comerciais na região da África Ocidental, as mulheres que chegaram nessas últimas levas de escravizados na Bahia deram continuidade a esse ofício a partir do traquejo que trouxeram.¹⁰⁷ Em meados do século XIX, cerca de 90% dos 331 africanos libertos

¹⁰³ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007. Pp. 141-144.

¹⁰⁴ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *RUA: Revista De Urbanismo E Arquitetura*, 3(1). p. 23.

¹⁰⁵ Havia uma série de taxas a serem pagas e outro regime de dependência estabelecido, haja vista a necessidade de ter pessoas que afiançassem o caráter da classe em liberdade. Isso acabava levando a outras despesas para o desempenho do seu trabalho. Ver REIS, João José. “Guerra fiscal e reação pessoal” *In*. REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 145-169.

¹⁰⁶ REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* p. 19-20. SOARES, Cecília Moreira. “As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX”. *Afro-Ásia*, n. 17 (1996), pp. 57-71.

¹⁰⁷ Sobre o traquejo das mulheres africanas no comércio urbano no Brasil entre a escravidão e a liberdade SOARES, Cecília Moreira. *Op. Cit.* PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, n. 4/5, 2004, Lisboa, p. 79-97. FARIAS, Juliana Barreto. “Mercados Minas: Africanos na Praça do Mercado do Rio de

comerciantes que atuavam na freguesia da Conceição da Praia eram mulheres. Em Santana, 87,5% dos africanos que viviam do comércio eram mulheres.¹⁰⁸ Um catalisador do aumento de suas reservas possivelmente foi a posse de escravizados, pois era frequente que mulheres negras tivessem maior demanda para assegurar sua subsistência, especialmente as solteiras e viúvas em razão da falta de rede de parentesco, filhos ainda em cativeiro, a viuvez ou o celibato.¹⁰⁹ Mesmo com duas filhas, a presença de um escravizado poderia servir de suporte à Ritta, que teve uma filha escravizada também.

Joanna se definia como quem “vivia de negócio”.¹¹⁰ Os bens da mãe possivelmente deram início ao seu pecúlio. Teria ela herdado também as parcerias comerciais da genitora e aprofundado os negócios, atuando em outras frentes? Provavelmente. A falta de menção à Ritta nos depoimentos e outras evidências arroladas dá a entender que Joanna teceu suas próprias redes, apesar de uma eventual herança da mãe. Inclusive, a fala de Manoel Pedro em seu testemunho dá a entender que ele mesmo compunha uma malha de seus prestadores de serviço a partir da expressão “sendo eu que movia por mando de Joanna”.¹¹¹ Outra evidência é que, após o falecimento de Antonia, ele quem providenciou o túmulo da falecida, do qual falaremos adiante. Assim, a linguagem apresentada por Manoel e as suas parcerias sugerem uma ressignificação do campo de trabalho de Joanna, que acena para uma continuidade da trajetória de sua mãe, uma possível antecessora nos negócios, alimentada por parcerias do seu companheiro e/ou de outras mulheres africanas.

O parceiro de Joanna, Firmino, um homem branco, também atuava no comércio e a companhia pode ter rendido novas habilidades e outras propriedades à companheira, e vice-versa. De todo modo, mesmo que ilegítima, nem sempre uma união com um branco era vantajosa economicamente para a companheira. Coabitar com uma mulher africana ou “crioula” próspera preenchia, ao lado da exploração como força de trabalho, o

Janeiro (1830-1890)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2012. FARIA, Sheila de Castro. Mulher forras – Riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, pp. 65-92. POPINIGIS, Fabiane. “Conexões entre gênero e raça no Brasil Meridional – mulheres africanas e o pequeno comércio em Desterro, século XIX”. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Santa Catarina, 2013.

¹⁰⁸ NISHIDA, Mieko. *Slavery and Identity: ethnicity, gender and race in Salvador, 1808-1888*. Bloomington: Indiana University Press, 2003. p. 85.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Libertado: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 42-43.

¹¹⁰ “A profissão ‘negócio’ era expressão usada indistintamente, tanto para portugueses e baianos ditos brancos, como para os pardos e pretos, homens e mulheres libertas, que, naturalmente, faziam algum pequeno negócio para sua sobrevivência”. NASCIMENTO, Anna Amélia. *Op. Cit.* p. 125.

¹¹¹ Procurei registros da expressão no mesmo sentido sem sucesso. Contudo, me pareceu razoável dentro deste contexto.

repertório de benefícios de homens brancos obtidos através de relações inter-raciais na Bahia escravista. A presença dessas mulheres mantinha ou somava à possível posse ou outros tipos de recursos simbólicos que esses sujeitos apresentavam.¹¹² Portanto, ainda que haja pesquisas que apontem essa companhia como condicionante para a ascensão social das libertas, é nítido que essas mulheres validaram posições sociais e econômicas de senhores, potencializando seus empreendimentos.

Das duas primeiras gerações de mulheres que fizeram sua vida entre o cativo e a liberdade, tem-se notícia de que apenas Antonia se casou. A união de Firmino com Joanna é citada por todos e no próprio testamento em termos de relação ilegítima. Apesar de Firmino já ter falecido nesse ato, ela não se definiu como “viúva”. Os dois compartilharam muitos momentos, desde a morada no Tororó à casa na Ladeira do Carmo, foram juntos padrinhos de Wenceslau e desempenharam prontamente o que se espera desta atribuição após morte dos seus pais, da qual também falaremos em breve.

Maria Francisca, por sua vez, deu à luz a filha no cativo aos 17 anos, em junho de 1866, na freguesia açucareira do Iguape, onde era parte da escravaria de José de Araújo Aragão Bulcão, segundo Barão de São Francisco e dono do engenho Calembá.¹¹³ Não há registro do nome de seu pai no batismo, mas na certidão civil de Wenceslau, nascido em 29 de setembro de 1889, consta como seu avô materno Antonio Correia, “pardo, solteiro, residente na cidade de Cachoeira”, e Maria Francisca se identificou como “crioula, solteira”.¹¹⁴ Portanto, Antonia não conviveu significativamente com pai e mãe em Salvador, mas pode ter recebido e trocado notícias com ele enquanto viveu com sua mãe

¹¹² COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 230.

¹¹³ ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P6F-X?cc=2177272&wc=M7ZB-X3D%3A370077401%2C370077402%2C370201701> : 10 February 2022), Iguape > São Tiago > Batismos 1856, Dez-1871, Dez > image 270 of 396; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). ALVES, Vinicius Bonifacio Santos. “Os engenhos centrais no Recôncavo Baiano: 1874-1890”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019. p. 61. BARICKMAN, Bert Jude. *Op. Cit.* p. 188.

¹¹⁴ APEB. Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-Q9LZ-7?cc=3694028> : 23 April 2020) Acesso em 04/08/2022. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* previam que o nome do pai não precisaria ser registrado se fosse desconhecido ou se “gerasse desonra”. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em jul. 2022. Um dos casos entendidos como “desonra” era quando o pai do filho da escravizada era o proprietário da mesma. Não obstante, os senhores comumente interferiam na união por casamento de escravizadas para sobrepor seu direito de propriedade, se protegendo de possíveis interdições de vendas de cativos que separariam famílias, medida que era vedada aos senhores. O silêncio da paternidade no registro de batismo também assinalaria a não oficialização de possíveis uniões. Uma vez que Wenceslau nasce após a abolição, havia outras variantes na hora do registro civil familiar. HÉBRARD, Jean. Esclavage et Dénomination: Imposition et appropriation d’un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX^e siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, nº 53/54. p. 61.

e demais parentes vinculadas a ela. O distanciamento da capital em relação ao interior observado na relação de Joanna com o pai, citada anteriormente, se repetiu aqui.

No caso da família escravizada há muitas variáveis que influenciavam na escolha pela união matrimonial e aqui tratamos de uma família que começou a se estabelecer no ambiente da escravização, do engenho no Recôncavo Baiano e, posteriormente, se consolidou na capital trilhando uma liberdade a seu modo. Com efeito, essa família assumiu novos contornos, mas raça, classe e gênero mantiveram um peso expressivo na avaliação dos sentidos dos vestígios que nos permitem vislumbrar as escolhas de Joanna e suas familiares.

Diferentemente das mulheres brancas de elite, que acabavam sendo alijadas muitas vezes dos mundos do trabalho urbano, as mulheres negras livres precisavam trabalhar para sua subsistência.¹¹⁵ Apesar de ser uma condição que as desqualificaria enquanto mulheres neste contexto, o exercício de uma profissão proporcionava a elas mais espaços de autonomia e o acúmulo de bens. A condição econômica poderia influenciar positiva ou negativamente na escolha por contrair uma união matrimonial oficial. Joanna afirmou expressamente ser “católica apostólica romana” sem se furtar de ter vivido publicamente uma união com Firmino Fernandes da Silva não oficializada civilmente, nem religiosamente. Perante as instituições, os dois nutriam o compadrio de Wenceslau Gomes de Mattos e tinham a mesma profissão, “viviam de negócio”. À época do nascimento do afilhado, no registro civil, não foi registrado que os dois viviam sob mesmo teto. O que constava era que Joanna vivia em sua casa na Ladeira do Carmo e Firmino na freguesia de Santana, sem especificar a casa. Poderia não interessar às partes que fosse registrado civilmente que os dois moravam juntos para não configurar um casamento.

O perfil de mulheres como Joanna, aparentemente, era o de que preferia não se casar para preservar os bens sob sua alçada. Ela tinha muitos outros afilhados e “lealdades e fidelidades”¹¹⁶ a preservar. Assim, uma tensão entre a espécie de alianças poderia ameaçar a garantia de que ela teria como manter essas lealdades. Afinal, eram comuns homens que se aproveitavam do regime de bens em um casamento para tirar proveito para

¹¹⁵ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2007. p. 77.

¹¹⁶ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 90.

si. Em 18 de julho de 1889, por exemplo, o *Diário da Bahia* veiculou a denúncia da africana analfabeta Narcisa Maria de Jesus. Ela dizia ser casada com o africano Pompeu Justino Fernandes e anunciava:

a quem possa interessar que não deu outorga, nem pretende dar, para seu marido vender ou hipotecar as propriedades do casal à rua do Tingui, freguesia de Santana, e ao Taboão, da Rua do Paço; nem mesmo assinou ou autorizou alguém a assinar qualquer escritura ou procuração: pelo que protesta contra a transação que seu marido tenha feito ou queira fazer sobre as ditas casas.¹¹⁷

Apesar de o registro indicar que Narcisa possa ter sido vizinha de Joanna no Tingui, não me pareceu necessário avançar em busca de detalhes sobre sua trajetória para dar conta de informações estratégicas para esta pesquisa. Não obstante Pompeu ser um negociante e não depender, a priori, de fontes de outras pessoas,¹¹⁸ a africana se protegeu de qualquer alienação de bens dos quais ela se via possuidora. Ao expor este temor nos jornais, ela colocava em xeque a reputação civil e pública de Pompeu, já que era um homem de negócios e sua credibilidade era algo a ser preservado. Ainda assim, ela não aparentava ter se separado oficialmente dele, uma vez que reforçou ser sua esposa. Aliás, se o seu principal temor era a perda de posses, a separação também não seria vantajosa, pois “qualquer casamento em que não houvesse acordo pré-nupcial era considerado como de comunhão de bens”.¹¹⁹ De fato, a historiadora Maria Inês Côrtes apontou que “casamentos ou uniões tardias, especialmente para as libertas que tinham conseguido constituir um patrimônio, tornavam-se às vezes uma cômoda maneira de melhorar a vida do marido em detrimento dos bens da mulher”.¹²⁰ Assim, uma vez que as propriedades eram divididas, Narcisa não queria que transações fossem feitas à sua revelia.

Pelo muito que dar a parecer, as mulheres souberam articular as normas civis sobre o casamento e suas posses. Ao sinal de que a união não constituía uma relação na qual “o que mais importa [era] a camaradagem, a confiança e o auxílio mútuo”, elas tratavam de se proteger.¹²¹ No caso de Joanna, o casamento poderia se tornar uma forma de cercear a liberdade que conquistou. De todo modo, ela precisou continuar apoiando familiares que

¹¹⁷ HDBN. *Diário da Bahia* (BA), 18/07/1889.

¹¹⁸ PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552–1944. São Paulo: Brasiliana; Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1982. p. 262.

¹¹⁹ FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres negras, família e pecúlio no Brasil escravista: contribuição para a história da família brasileira”. In. FARIA, Sheila de Castro. REIS, Adriana Dantas (Orgs.). *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico* (séculos XVIII–XIX). Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo, RJ: Editora Cantagalo, 2021. p. 229.

¹²⁰ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *Viver e morrer... Op. Cit.* p. 182.

¹²¹ Ver o caso da africana Ana Maria da Silva Rosa em OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto... Op. Cit.* p. 59-60.

absorveu dessa união com Firmino, haja vista a menção à divisão de teto com Manoel Pedro e sua mãe, cujas identificações de cor/raça não apareceram nas fontes consultadas. Sem embargo, Manoel tinha também a profissão com a qual se sustentava, ao mesmo tempo em que poderia prestar serviços à Joanna. Além disso, a união, ainda que informal, certamente somou os bens de ambos de alguma forma, já que eles dividiram um lar e a vida de “negócios”. Não obstante, fugia à norma o fato de ser um homem branco amasiado com uma afro-brasileira.¹²²

Ademais, não tendo filhos, a priori, e sendo casada, os seus bens iriam todos para o cônjuge. Ela tinha ainda Wenceslau, seu afilhado, que foi criado por ela e por Firmino. Mas a frouxidão deste laço, em tempos de justiça laica, passou por um duro teste. Nos casos de separação de libertas no Rio de Janeiro oitocentista, a historiadora Juliana Barreto Farias identificou mulheres que tiveram divórcios conturbados, que envolveram interesse dos cônjuges em se aproveitar das propriedades da esposa.¹²³ Os homens usavam “a lei de branco” a seu favor, conhecendo a previsão de separação dos bens entre os cônjuges e se aproveitando dos rendimentos das quitandas das suas esposas.¹²⁴ Tendo Firmino como seu parceiro no trabalho e na vida afetiva, e outros dependentes filiados a ele, Joanna calcularia que era melhor não correr esse risco.

A união de Firmino com Joanna, a despeito de qualquer especulação, foi duradoura, haja vista os testemunhos e a ligação de compadrio desde o registro civil de Wenceslau, datado de 1890. Tendo recursos, fica ainda a suposição de que não ter deixado descendentes foi uma escolha de Joanna. A historiadora Sheila Faria sinaliza que a maioria das mulheres que fizeram testamento entre os séculos XVIII e XIX em São João del-Rei (Minas Gerais) e no Rio de Janeiro não deixou filhos. A seu ver, isso estaria associado à ideia da concepção de uma prole como algo indesejável por parte dessas

¹²² No levantamento feito sobre casamentos e uniões entre 1851 e 1890, Maria Inês Côrtes de Oliveira identificou apenas duas mulheres crioulas casadas com a identificação de origem dos esposos, que eram africanos. Os laços deste tipo entre homens negros e mulheres negras em que mais consta a origem são entre pessoas africanas, contando 88 uniões, sendo que em 24 do total dos registros não consta a raça/origem de uma das partes. A condição de “estrangeiros em terra de brancos” tornava o casamento uma via para a solidariedade social. OLIVEIRA, *Op. Cit.* p. 57; 60.

¹²³ FARIAS, Juliana Barreto. “Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX”. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 118-119.

¹²⁴ *Ibidem.* p. 114.

testadoras forras. Assim, faziam uso de práticas contraceptivas, abortivas, infanticidas ou, até mesmo, evitariam relações sexuais,¹²⁵ o que não acredito ter sido a escolha de Joanna.

Entretanto, essa relação com a maternidade não pode ser reduzida apenas à escolha, haja vista que a condição de exercê-la era atravessada pelo sexo, raça e condição jurídica. A historiadora Jane Marie Collins apresenta diferentes situações de interdição de mães escravizadas e libertas africanas e afro-brasileiras, a partir da análise de processos judiciais, como é o caso da africana liberta Margarida. Ela foi despojada de seus dois filhos pela interdição de sua antiga proprietária, que tratava as crianças como suas crias e avaliava Margarida como incapaz de “preparar” os jovens para o pertencimento ao país, principalmente pela proximidade que a genitora nutria com os grupos associados à rebelião dos malês e aos batuques, ambas práticas perseguidas na cidade.¹²⁶ Exemplos como este apontam que a escolha por “maternar” ou não poderia se dar pela ponderação em relação às condições de exercício desse direito em termos socialmente constituídos.

Diferentemente da irmã, Maria Francisca teve uma filha enquanto era escravizada. Para o escravista que a detinha como proprietário, Antonia serviria ao abastecimento da mão de obra que não explorava mais o tráfico atlântico em 1860. Ela optou por não se casar com Antônio Correia, avô de Wenceslau. Teria sido a diferença racial um motivo, já que ela era “crioula” e ele um homem “pardo” em Cachoeira? Não era incomum os filhos fora de uma união reconhecida publicamente entre escravizadas e libertas. A ausência do nome do pai no registro de batismo de Antonia deu sinais disso e de que ele não foi uma figura tão próxima. Aqui a burocracia, bem como a expectativa de acompanhar a irmã em Salvador podem ter tirado o casamento do campo de objetivos de vida de Maria Francisca. Então, ela passava a ser a “malhada”, uma mulher que cultivou uma ampla rede a partir da estadia na capital, aparentemente mediada por sua irmã.

A jovem Antonia construiria um novo capítulo na história da família encabeçada por Ritta no Brasil. No dia 7 de fevereiro de 1888, Joanna pediu para Luiz Gonzaga Sanches escrever um pedido ao cônego provisor do arcebispado da Bahia, Joaquim Tito Galvão, para que mandasse passar por certidão o teor do batismo de sua sobrinha Antonia,

¹²⁵ FÁRIA, Sheila de Castro. *Op. Cit.* p. 248.

¹²⁶ COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* pp. 256-259. SOUSA, Ione Celeste Jesus de. OLIVEIRA, Daiane Silva. “Levá-los em seu poder, para não perderem eles o seu amor, e estima [...] e criando-os como se fossem seus filhos, com muito amor e afago”: contendas entre mães ex-escravas e patronas pelos serviços de menores ingênuos e livres – Vahia (1852-890). In. MACHADO, Maria Helena P. T [et al.] (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. pp. 489-509.

“parvula”, “crioula”, filha natural de Maria Francisca, “crioula”.¹²⁷ A iniciativa teria se dado para assegurar algum direito à Antônia, quem sabe até a própria liberdade. Afinal, era o registro de batismo que orientava todas as ações judiciais e administrativas ao longo da vida de pessoa livre ou escravizada, e ali não havia menção à condição de cativo, salvo à de Maria Francisca e a demarcação nominativa “de Tal”.¹²⁸

Apesar da proximidade da abolição para quem a vê no pós-treze de maio, até aquele momento a liberdade dos que eram libertos e aspirantes estava em risco. Como diagnosticou o historiador Sidney Chalhoub, “os negros no Brasil do século XIX tinham sua vida pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela”.¹²⁹ Em que pese isso, Joanna era proprietária de bens e interessada em assegurar uma parte deles aos seus familiares, como aprova o seu testamento. A plena liberdade dos seus assegurava à sua descendência os direitos que ela lhes legasse. Além disso, sua influência teria algum peso no pedido, que demandava um registro feito em outra cidade. Não deveria ser um procedimento tão instantâneo, mas o registro foi emitido na mesma data do pedido. Finda a escravidão, as propriedades funcionavam também como recurso de preservação da liberdade, como meio de sobrevivência. Logo, ela precisava manter os seus familiares munidos das provas que lhes afiançariam tais direitos.

Preservar a sua linhagem também era uma preocupação de Joanna e a cópia do termo de batismo da sobrinha Antonia poderia servir para dar encaminhamento ao casamento desta última. Liberta ou ainda em cativo, Antonia casou-se naquele mesmo ano, segundo consta no depoimento escrito entregue por Eulalio de Oliveira Costa:

Antonia Francisca Gomes de Mattos, sobrinha da falecida Joanna Maria Ritta da Conceição, filha de Maria Francisca da Conceição, avó do referido Wenceslau Gomes de Mattos, que é filho legítimo de Silvino Gomes de Mattos, casado com Antonia Francisca Gomes de Mattos, na freguesia da Rua do Paço, em mil Oitocentos e oitenta e oito.¹³⁰

Caso a celebração tenha se dado depois do 13 de maio, a família teria muitos motivos para comemorar. A casa nº 77 da Ladeira do Carmo estava mais movimentada que o normal. Depois da celebração religiosa na igreja da Rua do Paço,¹³¹ as convidadas e convidados partiram para a festa, sobre a qual os testemunhos deixam transparecer que

¹²⁷ APEB. Recurso Extraordinário... p. 00980-00981.

¹²⁸ HÉBRARD, Jean. *Op. Cit.* p. 59-60.

¹²⁹ CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 29.

¹³⁰ APEB. Recurso Extraordinário... p. 00998.

¹³¹ Testemunho de José Martins de Jesus. APEB. Recurso Extraordinário... p. 01048.

foi memorável. Aos 22 anos, Antonia unia-se a Silvino Gomes de Mattos, “cabra”, de 27 anos. A historiadora Edinelia Maria Oliveira Souza identificou um aumento entre batizando filhos de uniões legítimas na cidade de Santo Antônio de Jesus, Recôncavo Sul da Bahia, a partir da República, em decorrência da laicização dos registros.¹³² Mas o fim da escravidão e a possibilidade de constituir família com o tipo de vínculo que anteriormente lhes era vetado também poderiam ser um horizonte a ser perseguido mesmo antes. Inclusive, a existência do assento de batismo e registro civil de Wenceslau atesta que seus familiares estavam atentos às exigências recém-impostas. Dessa forma, com a abolição no horizonte próximo ou já consolidada, essa geração da família se constituiria com a relativa segurança de que, pelo menos, o cativo não mais as atingiria. Era o mínimo, mas para quem conviveu com o cativo, prometia dias muito melhores.

Com pouco tempo de casados, nasceu Wenceslau, que passou apenas um mês com a mãe e o pai juntos. A escravidão era uma chaga aberta e a abolição era um passo importante para novos começos, até que outro trauma abateria a comunidade: Silvino ficara viúvo e o recém-nascido, órfão de mãe. Daí em diante Joanna e Firmino desempenhariam o papel de madrinha e padrinho de forma ainda mais presente do que se esperava. Sem essa segurança, a expectativa que cercaria essa criança era da continuidade da exploração e da violência vivenciada pela mãe e pela avó, dessa vez por uma precariedade da liberdade após a abolição.¹³³ Portanto, não foi algo desimportante para sua trajetória poder atestar que, no livro de Registro Civil, na certidão lavrada no dia 18 de janeiro do ano seguinte, Joanna fora registrada no posto de sua madrinha.¹³⁴ No assento de batismo, do dia 8 de dezembro anterior, o único padrinho era Firmino.¹³⁵ Não é demais lembrar que, desde 1º de janeiro de 1889, fez-se obrigatório o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos.¹³⁶ Seguindo este compromisso, Maria Francisca, avó de Wenceslau, esperou pouco mais de três meses para cumprir a exigência em relação ao

¹³² SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. “Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. 1888/1930”. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. p. 85.

¹³³ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Dos afazeres de meninas de cor”: trabalho doméstico, infância e situações de exploração (1920-1950). SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix. *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. [Livro eletrônico]. Pp. 65-75.

¹³⁴ Testemunho de José Martins de Jesus. APEB. Recurso Extraordinário... p. 01048.

¹³⁵ ACMS. Registros de batismo, 1598-2007. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V1SQ-9Q?i=149>. Acesso em 18/08/2022.

¹³⁶ Decreto Nº 10.044, de 22 de Setembro de 1888. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-publicacaooriginal-52347-pe.html>>. Acesso em 18 ago. 2022.

neto. O luto pela perda da filha com um recém-nascido para criar certamente gerou empecilhos para cuidar de trâmites como esse. É digno de nota que foi a avó da criança quem cuidou dessa obrigação. O pai é indicado, mas não consta entre as testemunhas e os avós citados são apenas os maternos. Esses silêncios sugerem a ausência física do pai neste momento.

A título de curiosidade, quando esse filho tinha três anos de idade, Silvino Marcellino Gomes de Mattos teve outra filha, fruto de novo casamento. Margarida de Mattos era descendente legítima de Marcellino com sua segunda esposa, Ritta Francisca Gomes de Mattos (Diagrama 1).¹³⁷ Wenceslau pode ter ficado dividido entre a casa da madrinha e a casa da nova família constituída pelo pai. No ato de elaboração do testamento de Joanna, Silvino e a sua avó já haviam falecido e uma correspondência que foi inserida no processo deve ter sido encontrada em meio aos objetos de sua madrinha a serem separados para as doações previstas no testamento. Sem ser mencionado na correspondência, pode-se presumir que Wenceslau encontrava-se com seu pai em estadia fora da Bahia, à primeira vista:

[ilegível] Firmino,

Saúde e felicidade quanto para mim desejo. Recomende-me a tia Joanna e a todos de casa Leslair [ilegível] e Senhora Leoldina. Pergunte a tia Joanna se da roça tem vindo laranjas para ela. A minha demora é um lugar que espero no Correio. Ligo para Friburgo um desses dias com o Senhor Sodré, de onde partirei para a Bahia. Recomende-me a João Sacerdote e a todos rapazes. Eu fico sem novidade graças a Deus. Espero até o dia 12 seguir para aí. O movimento do Rio é pra quem possui meios [trecho ilegível] ... da nossa terra. Tudo só se faz da quantia de 100 réis para cima de vintém e dois não se faz, portanto não é possível que um pobre viva na terra, só para quem possui grandes fortunas, quem vier para o Rio é mesmo que os portugueses quando vão para a Europa. Sem tempo para mais assuntos, fica aqui o seu [ilegível] compadre.

Silvino Gomes de Mattos

Residência à Rua Voluntários da Pátria, nº 40.¹³⁸

Apesar de ser uma mensagem curta, Silvino citou nomes de forma específica para quem quis registrar sua lembrança. É curioso que, estando a distância, ele não tenha dado notícias à família sobre seus outros familiares, o que impõe dúvidas sobre quem levava na viagem. Decerto tratava-se de viagem para acumular recursos que impossibilitava a companhia de parentes. Nesse sentido, Wenceslau poderia estar incluído entre os “todos

¹³⁷ ACMS. Registros de batismo, 1598-2007. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V533-C?i=523&cc=2177272>. Acesso em 18/08/2022.

¹³⁸ Há um trecho da carta que está ilegível por conta da encadernação do documento.

de casa” de Joanna, apenas, sem merecer um cumprimento em especial, sugerindo distância entre pai e filho. A ausência da data não possibilita afirmar se ele também tinha se distanciado da segunda esposa e da filha, pois a carta pode ter sido elaborada antes de seu segundo casamento. O que fica é o precedente sobre momentos de distanciamento entre pai e seu filho órfão de mãe.

Por outro lado, ele dava indícios de que tinha vontade e certa pressa em voltar para a Bahia pela dificuldade de se manter materialmente no Rio de Janeiro, onde o custo de vida era muito superior ao de sua cidade de origem. Ele até brincou com a própria situação, sem deixar de alfinetar os portugueses, sujeitos com os quais ele deve ter esbarrado muito nas terras fluminenses, haja vista o volume de migração para a região na virada do século XIX para o século XX.¹³⁹ Somado ao contexto de racismo ostensivo, Silvino reconhece que os lusos poderiam se colocar como superiores diante de gente de origem africana, mas ele sabia que, na Europa, os portugueses que eram os “nativos de segunda classe”. Ao fim e ao cabo, parece que Silvino lidava bem com a distância, mas assumia que não se sustentaria por muito tempo ali, pois lá só viviam bem os mais afortunados e a concorrência com os brancos era bem mais intensa que na Bahia, que recebia bem menos europeus naquele momento.

A convivência familiar experimentada por Wenceslau reflete a baixa ressonância do “modelo burguês” de família entre as classes populares, mas também em estratos mais remediados, como a casa de Joanna. Com efeito, acionar outras formas de apoio coletivo para se manter em situações como o êxodo de Silvino e sua morte, posteriormente, não se tratava só do efeito de uma “anomalia estrutural”.¹⁴⁰ Como suportes substanciais para além da necessidade da figura masculina, os espaços das irmandades e candomblés continuaram a existir e suas funções extensivas ao sentido afetivo e material certamente

¹³⁹ Segundo o historiador Sidney Chalhoub, “o imigrante trazia de sua terra Natal – e reforçava ainda em terras tropicais – sua concepção de ser racial e culturalmente superior aos brasileiros pobres de cor; e estes, por outro lado, para quem a escravidão era ainda um passado bastante recente, ressentiam-se dos brancos em geral e, mais ainda, dos imigrantes, que vinham chegando ao Rio de Janeiro em grandes levadas desde os últimos anos da Monarquia, abocanhando boa parte da fatia de empregos disponíveis na cidade”. Neste período, portugueses e negros formavam a maioria da composição étnico-racial da classe trabalhadora urbana carioca. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. pp. 60-61.

¹⁴⁰ Alberto Heráclito Ferreira Filho identificou que “em debandada os homens parecem fugir no período de 1872 a 1940, num verdadeiro êxodo, em busca de melhores chances profissionais em outras regiões”. O fenômeno não se dava só entre classes despossuídas, haja vista que o pesquisador identificou todos os processos de investigação de paternidade envolviam partilha de bens, o que indica que os possíveis pais seriam proprietários de alguma riqueza considerável. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1994. p. 22.

permaneceram na mesma medida, ao passo que a dependência do grupo não perdurava por conta de uma ausência parental somente, pois já era algo enraizado entre aquelas famílias. O mesmo acontecia com as relações de compadrio. Evidentemente, eram estratégias que não eliminaram as ações mobilizadas pelo racismo contra mulheres, famílias negras e todos esses dispositivos de afeto e segurança. Mas, no cenário em que essas dinâmicas opressivas imperavam, a preservação destes espaços retroalimentava a sobrevivência das gentes negras de Salvador e vice-versa.

A certeza de que o falecimento de Antonia se deu em decorrência de complicações no parto me falta, mas a proximidade da morte em relação ao nascimento e a ausência de registro da causa evocam uma tentativa de preservação da família diante da notícia da perda. A chegada ao posto de funcionário do judiciário demonstra o êxito da formação, ainda que tenha tido que passar por espaços atravessados pelo “preconceito de cor” em ambientes de estrato social médio, onde conviveu com “famílias convencionais” — brancas, unidas pelo matrimônio cristão, marcada pelo patriarcado —, enquanto ele tinha uma experiência muito distinta na sua casa, apesar de Joanna apresentar condições para não ter deixado faltar nada e o modelo de lar vivenciado ser muito comum no ambiente negro baiano.

A formação de Wenceslau evidencia o enfrentamento colocado em marcha pelas mulheres da família contra as expectativas impressas ao filho de uma liberta. O manejo de propriedades, deslocamentos e relação com a justiça operados por Joanna e Maria Francisca confirmam as práticas de pertencimento em liberdade ao país que se estendeu no pós-1888, de forma que o próprio bisneto de uma africana chegaria a agente das leis em seu exercício profissional. O que precarizava esse pertencimento era a relutância externa, e não a inação de quem reivindicava seu lugar de cidadão. A orfandade, a herança do cativo e o racismo poderiam ter despojado a criança daquela família e de sua cidadania. Contudo, as formas de “maternidade” concebidas por mulheres negras desafiaram a eficácia do discurso familiar hegemônico moralizador, fazendo de Wenceslau um cidadão brasileiro e membro de um lar, onde não se conviveu com a necessidade de tutela exterior à família de que sua mãe já fazia parte.

A perda da tia Joanna vinha seguida das da avó Maria Francisca, do padrinho Firmino, do pai Silvino, e da sua mãe Antonia. Foram idas e vindas de muitos parentes que participaram da criação de Wenceslau, apesar de Joanna se destacar pelos documentos de que disponho, por ser dela que Wenceslau quer provar a proximidade. É

por meio desse compilado de fontes que ficamos sabendo que, em setembro de 1894, próximo ao aniversário de cinco anos do garoto, Joanna enviou uma carta ao seu pai Marcello, bisavô de Wenceslau. Ela agradecia por ter recebido notícias dele e pelos 25 mil réis que enviara ao menino. Pela mão de Firmino, Joanna, que era analfabeta, atualizava membros da família sobre o crescimento do pequeno, que estava “muito esperto e engraçado”, o que precisava ser conferido com os próprios olhos. Enquanto pedia para que Marcello lhes fizesse uma visita, ela dizia em tom de reclamação: “é desgosto constantemente com os nossos parentes, por mais que se queira fazer dela gente é impossível trabalho sempre para ela se endireitar, porém tenho visto que é impossível”. E continuava pedindo que o bisavô de Wenceslau fosse fazer uma visita.

Essa versão da carta que foi acessada por Wenceslau pode se tratar de um rascunho que ele encontrou enquanto reunia os documentos em meio aos objetos da tia, já que Joanna era a remetente e, até onde sabemos, Marcello vivia em Cachoeira. Outra possibilidade é que, após o falecimento de Marcello, seus bens tenham sido incorporados por Joanna. Parte desse trecho que citei está rasurado, o que pode sinalizar a hesitação de Joanna em registrar sua insatisfação com o comportamento de familiares ou só um erro do redator. No processo, o trecho em questão vem anexado logo antes da carta enviada por Silvino, que não apresenta data, com o objetivo de provar que, sendo declarado que Wenceslau era bisneto de Marcello, como consta na carta, ele tinha vínculo sanguíneo com Joanna. Portanto, não se trata de um vínculo de tia simbólico, apenas, como o advogado de Ignacio tentava impor.¹⁴¹

Suponho que na carta ela se via insatisfeita com alguma situação familiar e reclamava do descaso de alguns parentes. Somavam-se os problemas com a administração dos negócios e funcionários. Por sua conta, Joanna não tinha muito que se preocupar com descaso de familiares, pois conseguia se sustentar e se cuidar. Tinha seu trabalho, sua casa, um companheiro, vários grupos com quem socializava. Todavia, manter essas lealdades poderia render desgastes e, àquela altura, cuidar de uma criança que perdeu a mãe cujo pai já tinha outra família poderia ser um dos transtornos que lhe tiravam a paz.

A historiadora Sheila de Castro Faria identificou uma frequência significativa de famílias chefiadas por mulheres africanas libertas, especialmente as de origem mina e

¹⁴¹ Não é possível ler toda a carta que foi enviada a Marcello, porque a encadernação do processo tem uma lombada bastante larga.

bem-sucedidas economicamente. Como muitos sujeitos à época, essas mulheres costumaram enriquecer também pela aquisição de escravizados e as famílias que se formavam criavam uma combinação de “comércio e práticas de parentesco centradas nas mulheres”.¹⁴² Nesse sentido, os testamentos e inventários de africanas da Bahia oitocentista analisados por Jane Marie Collins confirmaram em parte o diagnóstico da autora brasileira para o Rio de Janeiro, de modo que entre libertas não casadas, foram identificadas apegadas às descendentes de escravizadas, esperando legar-lhes seus bens e costumes. Joanna era uma mulher de ascendência africana e muito provavelmente da África Ocidental, conforme os dados do tráfico para a Bahia sugerem. Ela pode ter “incorporado comportamentos socioeconômicos e práticas culturais que lhe foram transmitidas pela sua mãe africana”.¹⁴³

Não é possível afirmar se Antonia chegou a ser escravizada enquanto conviveu com Joanna. Pela morte precoce da primeira, não houve testamento para que buscasse pistas mais evidentes nesse sentido. Maria Francisca, por sua vez, não apresentou espólios porque Joanna que deveria ter lhe provido, ou Joanna herdara automaticamente o que a irmã tinha. Por outro lado, “Malhada” (Maria Francisca) não foi citada no testamento quando listados os sufrágios desejados, indicando certo distanciamento entre as irmãs. Em relação à “Santa” (Antonia), é evidente que a testadora se dedicou aos seus cuidados de muitas formas, como ilustra o pedido do assento de batismo, o compadrio, o sepultamento e a lembrança das missas por sua alma no testamento. Embora fossem nascidas no Brasil, apresentava-se uma relação ligada por sangue com hierarquias sociais, assinalando uma dependência de Maria Francisca e Antonia para com Joanna, onde se percebe tensões entre figuras femininas mais velhas da família, neste caso, a mãe e a tia.¹⁴⁴ A aparente queixa na carta endereçada a Marcello sugere uma relação mais tensa com Wenceslau, que pode estar assentada na diferença de gênero, na infelicidade de Joanna pela perda precoce da sobrinha e na indisposição frente ao cuidado com alguém

¹⁴² FÁRIA, Sheila de Castro. “Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)”. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. p. 239-240. COLLINS, Jane-Marie. Op Cit. p. 292-293. FÁRIA, Sheila de Castro. Mulheres negras, família e pecúlio no Brasil escravista... *Op. Cit.* p. 247.

¹⁴³ COLLINS, Jane-Marie. Op Cit. p. 296.

¹⁴⁴ “All the same, it is impossible to overlook the fact that some African and African-descendant women engaged in practices of informal adoption of children of their enslaved women in ways that usurped the maternal role of biological mothers.” *Ibidem.* p. 335.

que teria idade para ser seu neto e não possibilitaria a perpetuação dos valores passados por Ritta, uma provável africana da região ocidental.

Viúvo, Silvino, pai de Wenceslau, tinha direito reconhecido de se casar civil e religiosamente. Da união do pai com Ritta Francisca, Wenceslau passou a ter uma irmã, Margarida, como mencionado anteriormente (Diagrama 1).¹⁴⁵ O primeiro indício de proximidade dos irmãos surge na documentação produzida para o encaminhamento do inventário de de Silvino, em 1910.¹⁴⁶ No entanto, a relação de amizade expressa na carta citada anteriormente, bem como o compadrio devem ter mantido a aproximação entre esses familiares, apesar de um novo casamento. Silvino vivia no distrito de Brotas, na rua Uruguaiana, mais distante da Ladeira do Carmo e do Tingui, mas muito próximo de onde vivia José Martins de Jesus, uma das testemunhas aliadas a Wenceslau, em 1919.¹⁴⁷ Essa distância não era suficiente para afastar completamente os grupos do convívio e limitar a lealdade consolidada, mantida até mesmo quando ele esteve em outro estado.¹⁴⁸ Assim, o compadre Firmino, companheiro de Joanna, foi intimado para servir de tutor dos órfãos e inventariante do falecido.

Os dois filhos eram menores de idade: Wenceslau contava 20 anos de idade e a garota, 17. Os dois assinaram os documentos, indicando o investimento no letramento assegurado pela família. Apesar de não haver sinal de um divórcio com a mãe de Margarida, Firmino foi quem tratou do inventário e se tornou tutor dos menores por decisão do juiz. Além de padrinho de Wenceslau, o tutor escolhido reunia condições mais favoráveis do ponto de vista do Tribunal de Órfãos, que no século XIX entregou a tutela

¹⁴⁵ ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V533-C?cc=2177272&wc=M7ZT-YZ9%3A369567701%2C369565602%2C369955301> : 22 May 2014), São Pedro > São Pedro > Batismos 1865, Jul-1903, Ago > image 521 of 684; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em 08 jul. 2023.

¹⁴⁶ APEB. Inventário. Silvino Gomes de Mattos. Firmino Fernandes da Silva. Salvador, 1910. 01/360/694/04. As demais menções ao processo com referências não indicadas correspondem ao mesmo documento.

¹⁴⁷ José Martins de Jesus, à época do testemunho, vivia na rua do Socorro, atual Arlindo Cardoso, e a rua Uruguaiana atualmente é chamada de Ladeira do Pepino. A distância entre as duas é de um quilômetro, aproximadamente. NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Maria do. "O Distrito Soteropolitano de Brotas na Primeira República (1889-1930): conflitos sociais na produção, apropriação e uso do seu espaço urbano". Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019. pp. 552-553.

¹⁴⁸ "É mais conveniente considerar o meio social imediato das famílias urbanas não como espaço local em que elas vivem, mas como a rede de relações sociais efetivas que mantêm, independentemente de estas se restringirem à área local ou ultrapassarem suas fronteiras". ELIAS, Norbert. "Da relação entre família e comunidade". In. ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 196.

de muitas crianças órfãs livres a quem se depositava uma confiança no compromisso dos projetos do Estado-nação brasileiro em detrimento da figura de mulheres não brancas, despojadas gradualmente da figura da maternidade no pós-abolição.¹⁴⁹ Sendo um homem branco de posses que não era oficialmente casado com Joanna, Firmino assumiu os cuidados, de modo que a tia continuava convivendo com o sobrinho e participando ativamente da tutela.

No que diz respeito ao espólio a ser administrado, a casa onde Silvino vivia fora construída em terreno próprio, avaliada em 3 contos de réis e estava hipotecada desde 1903. Assim, acabou sendo colocada em leilão em favor do respectivo credor, que deveria receber 600 mil réis e os juros da dívida. Foram saldados os demais gastos com tratamento médico do falecido, sepultamento e tributos e restou a quantia de 1:308\$614, que ficaria depositada na Caixa Econômica Federal, a ser dividida entre os dois filhos. No registro da hipoteca da casa, “Ritta Ricardina de Mattos” aparecia casada com Silvino em “regime comum de bens” e é indicada como coproprietária da casa. No entanto, ela não se beneficiou deste legado, o que evidencia a imprecisão da relação dos dois, a despeito da afirmação na escritura da hipoteca.

É curioso, mas não incomum que a relação entre os dois surja assim, de forma fluida. Apenas nos primeiros andamentos do processo de alienação da casa que a segunda esposa apareceu como proprietária conjunta. Nos demais termos, a casa esteve vinculada à posse de Silvino apenas, sem haver qualquer questionamento da parte de Ritta. A união ilegítima teria sido descoberta, invalidando a comunhão de bens. Firmino, por sua vez, tomou nota de que no testamento também foi citado um seguro de vida na Sociedade Mutuária Pedro II de 5 contos de réis. Finda a etapa da casa, quando Firmino procurou a referida associação para obter o pecúlio em favor dos herdeiros, em outubro do mesmo ano, ele recebeu a seguinte resposta, traduzida em suas palavras ao juiz: “acontece que D. Ritta Ricardina Gomes de Mattos apresentou-se à referida Direção inculcando-se¹⁵⁰ tutora dos menores, recebendo a quantia de 644\$000”.

A mãe de Margarida se antecipou e recolheu parte do dinheiro. É na manifestação do juiz em resposta a esse saque que ele assentou que “se officie a Sociedade Mutuária Pedro 2º, a fim de não mais pagar à D. Ritta o que de saldo tiver o casal, pois *não é ela*

¹⁴⁹ COWLING, Camillia. *Op Cit.* p. 287. COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 254-255.

¹⁵⁰ “Inculcar-se, v. a. Dar-se a conhecer. Oferecer-se para fazer”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

viúva do de cujus, intimando-se também a D. Ritta para trazer a Juízo dentro de 24 horas a quantia recebida”. Ao ser provocada no processo, a referida associação respondeu no dia 14 de outubro de 1910:

O rateio agora distribuído foi de seiscentos e setenta mil réis quando recebeu desde 30 de setembro último a Exma. Sra. D. Ritta Ricardina Gomes de Mattos, única pessoa que podia receber o referido pecúlio, conforme declaração feita na apólice nº 798 pelo referido Silvino Gomes de Mattos, em data de 27 de Dezembro de 1909, servindo de testemunhas o Dr. Manoel Nascimento de Jesus e Bemvenuto Moncorvo, e firma reconhecida em 28 do mesmo mês e ano pelo tabelião Affonso Pedreira de Cerqueira. Tudo de acordo com o art. 8º do Estatuto desta Mutuária.

Possivelmente, o estatuto previa que Silvino escolheria quem ele colocaria como beneficiária da apólice e então elegeu a sua amásia. Ele vinha fazendo consultas médicas desde novembro de 1909. Foram 77 atendimentos até seu falecimento. Ao tomar consciência de que sua saúde estava em risco, ele se preparou para assistir aos seus em caso de uma ausência, utilizando esse mecanismo como acréscimo ao testamento. Sabendo que a casa estava hipotecada e a propriedade renderia aos seus filhos, já que o casamento não parecia efetivo, essa foi uma forma de incrementar a sua herança e estendê-la a Ritta Ricardina.

Se Firmino tiver sido favorecido pelo Juiz de Órfãos por sua condição de classe e raça, Ritta Ricardina se complicava porque era companheira de Silvino por uma união ilegítima, igualmente maléfica para a formação para a cidadania dos jovens. Dessa forma, a morte do pai de Wenceslau a afastou dos cuidados de sua filha e, mesmo que a tutela fosse incapaz de impedir o convívio dos jovens com a madrasta/mãe, o recurso acionado por Firmino para reaver o seguro da Mutuária Pedro II indica que não era desejado por parte do tutor que o pecúlio favorecesse a “viúva”, mas Silvino se resguardou e, ao que consta, Ritta ficou com o dinheiro.

De todo modo, Firmino, enquanto tutor oficial dos menores, procurou reaver a quantia, entendendo que os dois deveriam ser beneficiados e que a palavra do juiz de órfãos deveria ser superior à de Ritta. Pode ser que ele também temesse que seu afilhado fosse preterido na divisão do benefício nas mãos da madrasta, já que as fontes sugerem a distância entre ela e o enteado. Ademais, seu questionamento também era razoável pelo sinal de certo desprestígio da administração desta agremiação naquele momento, diante do “desfalque de 3:818\$ da Associação Mutuária Pedro II com sede na Bahia”.¹⁵¹ Ou

¹⁵¹ HDBN. *A Capital* (RJ), 14/09/1910; *Jornal do Commercio* (AM), 04/11/1910; *Jornal do Recife* (PE), 21/09/1910.

seja, ela esteve exposta a golpes dos quais as causas não teve notícia. Portanto, Silvino (ou Ritta Ricardina) teve seus motivos para não oficializarem a sua relação, sem que isso afetasse o aproveitamento dos bens constituídos durante essa união. A Firmino coube prezar pelos direitos dos órfãos conservando, ao lado de Joanna, a linhagem de Antonia Francisca sobre si, demonstrando o empenho que a levou a manter Maria Francisca e Antonia consigo.

Wenceslau acompanhou com certa maturidade o encaminhamento dado ao inventário por seu padrinho. Pouco tempo depois, ele já alcançaria a maioridade, aos 21 anos, e poderia sacar a sua parte do espólio resultante da casa deixada pelo pai. Teria todo o compromisso e expertise de Firmino servido de aprendizado para o seu afilhado? Wenceslau, àquela altura, experimentava uma cidadania ativa por meio do acesso a seus direitos, sendo colocado para representar civilmente seus interesses, agora não mais com a escravidão como uma variável para interditar oficialmente os direitos de sua família. Ao conquistar o cargo de escrivão, ele teria ainda mais familiaridade com os trâmites jurídicos.

As evidências reunidas no Recurso Extraordinário aberto em prol da anulação do testamento da tia também sugerem que Wenceslau tenha entendido que a sua posição naqueles termos lhe garantia muito pouco perto de tudo que terá vivido com Joanna. Sua insatisfação se traduziu na resistência em aceitar a forma do termo e o recurso que ele dispunha era insurgir contra a vontade da própria tia e os que queriam executá-la. Era o caso de Ignacio, inventariante de Joanna, com quem Wenceslau certamente conviveu em alguma medida. O fato de a falecida ter ostentado um retrato exposto em sua casa em que posava com o seu inventariante, como indica a descrição do imóvel nos autos, é indício importante nesse sentido. Se a resistência de Wenceslau contra a execução do inventário não foi por algo que ela causou a ele diretamente, pode ter sido em resposta à relação que ela nutria com Ignacio. Em alguma medida, essa proximidade poderia ser reprovada pelo sobrinho-neto.

De qualquer forma, a escravidão, as disputas por liberdade e as configurações específicas quanto à família e aos papéis de gênero na vigência do cativo ainda eram influentes para as escolhas feitas pelos parentes de Wenceslau, embora não fossem as únicas razões. Por isso este incursu nas gerações dessa família. Ele, por sua vez, pensava se a manutenção dos laços criados naquele contexto ainda era plausível. Outros, como a filiação da tia com a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário, passaram a fazer

sentido, como discutirei páginas adiante. Então, ele vai tecendo uma nova rede com legados — não necessariamente materiais — deixados por sua mãe, avó e tia, ao mesmo tempo que tentava reajustar os fios que, ao seu ver, prejudicavam seus interesses.

Em 1919, muito mais bens estavam em jogo e Wenceslau Gomes de Mattos não os disputava só por si, mas também por sua própria família já constituída (Diagrama 1). Como sobrinho e morador do imóvel que compunha o espólio da tia, sua defesa requeria a anulação do testamento na justiça, enquanto Wenceslau dificultava o acesso do major aos bens que estavam sob seu controle, como a casa do Tingui, onde estava grande parte dos objetos legados a ele, além do usufruto do imóvel em si (Tabela 2). Se Wenceslau convivia tanto com Joanna e ela foi tão cuidadosa com suas finanças, acumulando valiosos bens e abrigando parentes, por que Wenceslau desconfiava do inventariante eleito por ela? Analisaremos a seguir os possíveis significados dessa decisão, da seleção dos beneficiados e demais escolhas tomadas pela testadora no registro de suas últimas vontades.

1.3 “Vivia de negócio”:¹⁵² riqueza, trabalho e moradia no rastro dos testamenteiros e outras irmãs do Rosário

Joanna seria “crioula” para os termos da escravidão na Bahia oitocentista, mas na oportunidade em que teve de se auto-classificar, ela escolheu não ditar nestes termos e nem em outro, pelo que fica no testamento. O contrário se deu no registro civil de Wenceslau, pela mão do agente do cartório, onde ela foi citada dessa forma logo após o registro do seu nome como madrinha. Já havia passado mais de um ano da abolição, mas o escrivão do cartório da Freguesia da Rua do Paço manteve-se fiel aos termos do regime escravista. O desapego ao termo no testamento também corrobora a constatação de que sua relação com o cativo foi distante ou de que ela se esforçou para se afastar dos estigmas atrelados a isso ao emancipar-se. O ingresso no mundo do “negócio” foi uma alternativa profícua nesse sentido. Na cidade de Salvador, o espaço que mais absorvia o comércio correspondia à região portuária na Cidade Baixa. No fim do século XIX, o setor passa a ocupar também distritos centrais da Cidade Alta, ampliando e diversificando suas

¹⁵² APEB. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-Q9P7-6?cc=3694028> : 22 April 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil. Acesso em 28 jun. 2022.

relações em termos de ocupação do território e isso se apresenta pela quantidade de beneficiados por seu testamento.

O valor do espólio deixado por Joanna Maria Ritta (Tabela 2) comprova que ela foi bem-sucedida e pertencia a uma minoria de mulheres negras que foram “genuinamente ricas” na região. A verificação do baixo índice de volume de riqueza similares à dela se refere às falecidas no século XIX coligidas pela análise de testamentos feita pela historiadora Jane-Marie Collins em obra recentemente publicada.¹⁵³ Dos 82 testamentos de mulheres negras (“africanas” e “mulheres negras brasileiras”) que detinha alguma propriedade entre 1830 e 1888, apenas três (Rosa Maria da Conceição, Justina Maria da Conceição e Maria Joaquina Vitória da Conceição) apresentaram patrimônio superior a dez contos de réis, adquiridos via posse de escravizados e pelo aluguel de propriedades.¹⁵⁴ Dessas, a que faleceu por último foi Justina, em 1876. De 1.115 testamentos de moradores de Salvador observados pela historiadora Katia Mattoso para um intervalo mais extenso (1801-1889), foram identificadas 145 fortunas somadas entre 20 e 59 contos de réis, totalizando 13% do total de fortunas.¹⁵⁵ Os inferiores a este valor somavam quase 76%.

Segundo os dados extraídos de testamentos, inventários e termos de arrecadação de africanos, no período de 1889 e 1919 em Salvador, o antropólogo Jeferson Bacelar identificou que 28,6% chegaram a espólios entre 10:100\$000 e 50:000\$000.¹⁵⁶ Destes, 6,9% eram pessoas negras. Negociantes negras como Joanna, ele identificou apenas uma com legado superior a 10 contos de réis.¹⁵⁷ Com efeito, as informações coligidas por Bacelar confirmam a rarefação de espólios de valor similar ao de Joanna. Considerando todas as proporções, uma mais distante cronologicamente da informação e outra contemporânea, seu espólio não estava entre os mais costumeiros entre proprietários da cidade, o que torna sua experiência menos ordinária não só entre mulheres negras, mas também em relação a toda Salvador.

Os testamentos do início do século XX foram menos explorados que os do Oitocentos e a tarefa mostra-se desafiadora, porque muitas pessoas acabaram não

¹⁵³ COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 205.

¹⁵⁴ *Ibidem.* pp. 202-206.

¹⁵⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* p. 607.

¹⁵⁶ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 85. O autor não explicitou a diferença dos patrimônios por gênero, mas cita os nomes de algumas mulheres negras cujo espólio era expressivo. Joanna não apareceu entre elas.

¹⁵⁷ *Ibidem.* 69. Possivelmente o pesquisador só considerou na coleta a autoidentificação racial, pois o testamento de Joanna se insere no intervalo selecionado.

registrando cor/raça.¹⁵⁸ No geral, o prognóstico é que essas baianas de farta riqueza passaram a ser fenômeno ainda mais raro, só que certamente se a sua identidade fosse mais facilmente detectável, seria possível verificar e entender melhor essa decadência em termos numéricos e qualitativos.¹⁵⁹ No caso observado aqui, o dado sobre a ascendência africana de Ritta em conexão com a historiografia atinente ao tráfico de escravizados me levou à conclusão de que Joanna possivelmente herdou expertise e os recursos materiais da mãe para se consolidar naquele mercado disputado. Igualmente relevante pode ter sido a relação com Firmino, seu companheiro, que era um homem branco influente e, também, negociante. Sem mais elementos além do prenome e da adscrição como “africana” da mãe, o que resta é o diálogo com as gerações que atravessaram trajetórias comuns a essa à luz dos debates historiográficos. Seguindo este caminho, é possível chegar a dados sobre riqueza e mobilidade social (ascendente ou descendente) em Salvador, entre o pré e o pós-abolição, de modo a recompor uma “cartografia negra”.

¹⁵⁸ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 106-107.

¹⁵⁹ Os sentidos da perda de espaço das mulheres negras no mercado de trabalho urbano, especialmente das comerciantes, e confinamento nas atividades domésticas, a partir do final do Oitocentos em Campinas, São Paulo, foram analisados em SANTOS, Taina Aparecida Silva. “Mulheres negras, mercado de trabalho, racismo e sexismo (Campinas, 1876-1892)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2023.

Tabela 2. Bens inventariados no espólio de Joanna Maria Ritta da Conceição

BENS	VALORES
Casa nº 21, do Tingui/Zuavos, distrito de Sant'Anna	8:000\$000
Casa nº 31, Ladeira do Carmo, distrito da rua do Paço	6:000\$000
Terreno foreiro ao Convento do Carmo, na rua das Flores, distrito da Rua do Paço	1:000\$000
Mobília de jacarandá composta de sofá 2 cadeiras 2 cadeiras de balanço 8 cadeiras singelas 2 consolos com lastro de pedra mármore 1 mesa de centro de sala com lastro de pedra mármore	150\$000
1 espelho quadrado com frisos dourados	20\$000
6 quadros com frisos dourados, com figuras	30\$000
1 lustre de ferro pintado, com três arandelas com candeeiros 1 candeeiro no centro com abajur de louça	30\$000
Mesa elástica 1 guarda-louças com portas envidraçadas 2 cadeiras singelas com lastro de palinha 1 sofá, todas essas peças de vinhático	60\$000
1 Candeeiro de suspensão	10\$000
1 relógio de parede	5\$000
Louças e vidros em pequena quantidade	50\$000
1 espelho pequeno quadrado	5\$000
1 cama de vinhático, com lastro de tábuas	20\$000
1 arca de madeira envernizada e pés com gavetão também de madeira envernizada	20\$000
1 arca de madeira e pés com gavetão de madeira envernizada (menor)	10\$000
1 outra arca de madeira sem pés 1 baú velho	5\$000
1 nicho de jacarandá, faltando um vidro	10\$000
1 cômoda de jacarandá com três gavetões e duas gavetas 1 nicho com duas imagens do crucificado em tamanho regular 10 imagens de tamanho regular e 2 crucificados pequenos	150\$000
Diversos aparelhos de prata das imagens existentes no nicho Estantes de 6 resplendores, 1 coroa 2 cruces finas Aparelhos dos dois crucificados, estando 6 peças douradas	100\$000
1 relógio grande de prata	15\$000
1 relógio de ouro de 18 quilates	150\$000
1 cadeia de ouro de 18 quilates	65\$000
Caderneta da Casa Comercial Santos e Companhia, a juros de 8% ao ano	5:800\$000
Valor em poder de José Cypriano Rebouças	2:000\$000
TOTAL	23:705\$000

Fonte: APEB. Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01. APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

Seja como trabalhadoras domésticas livres, operárias na indústria têxtil ou como mercadoras, havia uma circulação crescente de mulheres negras livres na cidade ao longo do Oitocentos. No fim destes anos, a concorrência se fazia presente somada à perseguição de autoridades contra as atividades predominante negras e femininas, prejudicando o ofício e a sobrevivência dessas.¹⁶⁰ No pós-abolição, a ocupação das mulheres no comércio vai se diversificando. O historiador Alberto Heráclito Ferreira Filho destaca que outro setor explorado por mulheres era o aluguel de boxes nos mercados e feiras, armando “barracas nas ‘festas de largo’, ou [abrindo] pequenos estabelecimentos na própria residência”, como quitandas que ofereciam hortaliças e utensílios de cozinha.¹⁶¹ Só que a pujança negra e feminina no comércio esbarrava em desafios que a tese do “matriarcado baiano” do início do século XX não davam conta,¹⁶² haja vista que a persistência nas ruas com suas vendas de comidas e artesanatos se dava mediante contestação, burla do fisco e dos controles sanitários e da desvalorização dos seus produtos.¹⁶³ Frequentemente, dependiam da conivência de autoridades para contornar a fiscalização ou da mediação de algum protetor de prestígio na cidade.¹⁶⁴

Além disso, a respectiva clientela tinha baixo poder aquisitivo e os saberes aplicados não eram tidos como vantajosos à mentalidade hegemônica, apesar de informados por conhecimento e esforço especializados.¹⁶⁵ Portanto, não cabe afirmar que elas eram desejadas naquele ambiente ao ponto de afirmarem-se ou serem vistas enquanto matriarcado. Embora a ocupação do espaço fosse acentuadamente marcada por mulheres negras, sua presença esteve sempre em disputa.

Elas resistiam à invalidação orientada pelo racismo e pelo sexismo e sustentavam a cidade com seus serviços. Ao ponto que, em momentos de insuficiência de abastecimento, como ocorreu em 1914, o intendente municipal chegou a interromper provisoriamente a cobrança de taxas sobre as “ganhadeiras” e vendedores ambulantes em

¹⁶⁰ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999). Pp. 239-256. NOVAES, Bruna Portella de. “Embranquecer a cidade negra: gestão do trabalho de rua em Salvador no início do século XX”. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

¹⁶¹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1994. p. 43

¹⁶² LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

¹⁶³ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Salvador das mulheres...”. *Op. Cit.* p. 40.

¹⁶⁴ SOARES, Cecília. *Op. Cit.* p. 64.

¹⁶⁵ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Salvador das mulheres...”. *Op. Cit.* p. 41.

geral.¹⁶⁶ Décadas antes, em 1857, a crise provocada pela greve ganhadores também dá a medida de quão essencial era essa mão de obra para Salvador, conforme verificou o historiador João José Reis.¹⁶⁷

Na Primeira República, a tensão era contínua. Uma acentuada crise econômica causada pela política do Encilhamento, implementada em 1891, levou à disparada inflacionária, acentuada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com efeito, a aferição de graus de riqueza estabelecida por Mattoso, que colocava o espólio de Joanna entre as “médias altas” fortunas já seria defasada.¹⁶⁸ Na verdade, a data de produção do testamento de Joanna, dezembro de 1918, imediato pós-guerra, é simbólica, já que a região passava por um período de recuperação econômica, ainda mais trabalhosa em virtude do infortúnio da pandemia de gripe espanhola, do que falarei no próximo capítulo.

Naquela conjuntura, os países da periferia da economia global sofreram com a alta demanda das potências europeias por produtos primários. Por um lado, o saldo era positivo para os exportadores deste setor; por outro, altamente prejudicial para a economia interna, pesando no bolso de trabalhadores e trabalhadoras na aquisição de gêneros de primeira necessidade e pagamento de aluguel, principalmente. No fim das contas, os agentes desses dois setores comerciais foram prejudicados, até mesmo os exportadores do setor têxtil que era o mais próspero da Bahia naquele momento.¹⁶⁹ A construção civil, que se achava florescente com as obras de modernização da cidade fomentadas pelo governo Joaquim Seabra (1912-1916; 1920-1924),¹⁷⁰ descontou do ordenado de seus operários para não interromper as reformas em razão da falta de insumos para o trabalho, levando-os à organização de greves.¹⁷¹

Nesse sentido, é possível concluir que, para além da idade avançada e do prenúncio de uma despedida, o ímpeto de Joanna para produzir um testamento se motivou também pelo embaraço vivido nessa conjuntura adversa. Os efeitos podem lhe ter sido menos danosos em decorrência da concentração do maior volume da riqueza em imóveis e em uma caderneta de poupança. Aliás, a localização de sua residência demarca outro

¹⁶⁶ SANTOS, Mario Augusto da Silva. Apud. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Salvador das mulheres...”. *Op. Cit.* p. 38.

¹⁶⁷ REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* p. 35.

¹⁶⁸ MATTOSO, Katia M de Queirós. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* p. 608.

¹⁶⁹ CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 131-166, 2005. p. 134-135.

¹⁷⁰ Considera-se que todo o período entre 1912 e 1924 foi governado pelo “seabrismo”, porque o governador Antônio Moniz (1916-1920) era seu aliado.

¹⁷¹ *Ibidem.* p. 141.

sinal de comodidade e estabilidade no pós-abolição, haja vista que à época do casamento de Antonia sua família residia em uma casa na Ladeira do Carmo, freguesia do Paço, enquanto seu falecimento foi registrado na casa à Ladeira do Tingui ou Zuavos, na freguesia de Santana. Apesar de ambas terem sido conservadas como propriedades de Joanna, ela se transferiu da primeira para a segunda em algum momento no intervalo entre 1889 e 1918.

O historiador Mário Augusto da Silva Santos apurou que o distrito do Paço estava entre aqueles que tiveram seus imóveis mais visados para a apropriação pelo comércio no início do século XX e ficaram inexplorados pelas obras de Joaquim Seabra. Assim, os estabelecimentos prediais voltados para moradia foram reduzidos, tomados pela quase quadruplicação dos estabelecimentos comerciais.¹⁷² Tendo condições financeiras para tal, uma transferência para uma região mais residencial lhe proporcionaria mais conforto. Na freguesia de Santana, endereço da casa da Ladeira do Tingui, foi mantido este perfil, conforme constatado pelo mesmo pesquisador. Então, ali ela estaria mais bem acomodada e distante do afluxo com o qual ela já deveria ter convivido demais para chegar ao fim da vida na mesma agitação.

O depoimento de Manoel Pedro de Assumpção Costa me fez saber de que Joanna também teve morada por “muitos anos” no Tororó, outro bairro da Freguesia de Santana. A casa não era mais sua quando faleceu, mas reflexões já feitas sobre essa região podem ser interessantes para conceber como uma mulher como Joanna era enxergada no pós-abolição em Salvador. O bairro foi abordado em peças de teatro encenadas no final do Oitocentos, que foram objetos de estudo do historiador Daniel Rebouças Carvalho. Ele identificou que os dramaturgos de comédias de costume exploravam de forma jocosa o lazer das pessoas negras, tendo o Tororó com um de seus cenários.

A série de peças elaboradas na última década de 1800 criou a personagem “Sinhá Mariquinhas do Bico Roxo”, uma mulher negra possuidora de um “negócio” no Cais Dourado, região comercial próxima às similares já citadas. Os diálogos que ela travava com o personagem de um empresário inglês denotam que os interesses se davam em torno de “fundos de reserva” e “bens de raiz”, sem deixar de atribuir-lhe também conotação sexual. De um lado, as primeiras referências a

dois mecanismos de acumulação de recursos que poderiam garantir alguma autonomia à população liberta no Oitocentos – emprestava à cena o ar de

¹⁷² SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Op. Cit.* p. 23. SOARES, Cecília. *Op. Cit.* p. 83.

negócio que deveria caracterizar o encontro. De outro, a carga sexualizada desses primeiros diálogos na estação ferroviária sugeria Sinhá Mariquinha com uma moral duvidosa para os padrões burgueses, sexualidade aflorada e ligada à prática da prostituição.¹⁷³

As encenações, assim, reconheciam a disseminação da prática comercial comandada por negociantes negras, mas não deixava de associá-las aos discursos deterministas da época direcionados a essas mulheres como supostamente propensas à “alegria, a uma vida imoral e a uma sexualidade exacerbadas”.¹⁷⁴

Na peça *A Frôr da Arta Sociedade*, Carvalho avalia que os autores quiseram associar a comédia à discussão sobre o “lugar social da cor”.¹⁷⁵ Um soirée elegante acontecia na casa de Mariquinhas, no bairro do Tororó, e neste cenário “o mote da piada da peça era a aparente contradição entre o perfil social e racial dos frequentadores da festa, mulheres e homens negros e pobres, e a pretensa sofisticação de se realizar ali uma soirée elegante”.¹⁷⁶ O autor do estudo pontuou que as críticas aos lazeres dos moradores do Tororó, majoritariamente de cor, eram comumente veiculadas por colunista social na década de 1880.

A discrepância seria ainda mais jocosa aos olhos dos artistas considerando o perfil do bairro pelos caracteres de raça, classe e gênero interseccionados.¹⁷⁷ Em 1904, o periódico *A Bahia* descrevia a região do Tororó como habitada por “população de totalidade pobre”, onde “o jogo dos bichos de funestas consequências é campeão”.¹⁷⁸ Estruturalmente, aquela área também enfrentava problemas, como falta de água canalizada e saneamento básico.¹⁷⁹ Dificuldades que se acumulavam por um descaso governamental que também é informado por classe e raça. Para quem via graça na peça, tudo isso estava automaticamente interligado, porque esses eram atributos que

¹⁷³ CARVALHO, Daniel Rebouças. “A Liberdade em cena: Teatro, humor e racismo no tempo da abolição e além (Salvador, Bahia; 1884-1906)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021. p. 147.

¹⁷⁴ *Ibidem.* p. 150.

¹⁷⁵ *Ibidem.* p. 152.

¹⁷⁶ *Ibidem.* p. 153.

¹⁷⁷ O conceito de interseccionalidade, no âmbito da teoria crítica da raça, foi cunhado no fim do século passado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, como chave que permite instrumentalizar metodologicamente a inseparabilidade de raça, classe, gênero para analisar as experiências de sujeitos. Embora tenha sido concebida nestes termos no âmbito do Direito e das Políticas Públicas, a insuficiência daquelas categorias em separado para contemplar as vivências de mulheres negras já era amplamente debatida nos feminismos negros, por intelectuais como Angela Davis e Lelia Gonzalez. Sobre a trajetória e as críticas à ideia de interseccionalidade, ver AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

¹⁷⁸ BPEB. *A Bahia* (BA), 19/10/1904.

¹⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Escala em Salvador de Todos os Santos. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. cap. 4, p. 99.

compunham, de forma geral, as impressões racistas sobre a população negra naquele momento: vadiagem, desvios de preceitos de higiene, devassidão, suas manifestações culturais eram consideradas “excessivas” e outros desprestígios.¹⁸⁰ Sendo assim, naquela região, Joanna poderia ser uma dessas mulheres que atingiu bens por meio de seu trabalho e ocupava aquele espaço livremente, gerando incômodo a uma elite racista que, logo após a abolição, não esperava que a população negra esbanjasse a sua liberdade, principalmente se fosse para acionar símbolos parecidos com os seus e em um ambiente onde, para essa elite, não os caberiam.

Menos pelas opiniões externas e mais por querer proteção, é provável que Joanna tenha se mudado com a família para o Tingui, em momento impreciso até onde os dados disponíveis permitiram mapear.¹⁸¹ A mudança, que apontava para um percurso de ascensão social, dava sinais de que ela havia gerido seus recursos racionalmente e que o produto que negociava sofrera relativamente pouco com o cenário adverso, proporcionando a si mesma conforto e possibilidades de trânsito pela cidade. Infelizmente, os documentos não deixaram claro qual seria o produto cujas vendas lhe permitiram tudo isso, mas alguns indícios foram encontrados a partir das pistas deixadas nos nomes que Joanna escolheu favorecer através das suas últimas vontades.

Além do Capitão Ignacio de Almeida Gouveia, os escolhidos como testamenteiros (por conseguinte, possíveis inventariantes)¹⁸² de Joanna eram José Cypriano Rebouças e Manoel Joaquim dos Santos Patury, segundo e terceiro testamenteiros, respectivamente. As similaridades identificadas entre esses sujeitos sugerem qual seria a praça comercial de Joanna, a despeito da ausência de especificação citada por ela: o mercado de ferragens. Também evocam outras relações necessárias para a sua sustentação, como o serviço de registro civil.

Ignacio ostentava patentes de major e capitão, títulos que, por si só, já denotavam elevado poder local. Ele atuava como escrivão no cartório da rua da Misericórdia e desempenhou a mesma função no Tribunal de Apelação e Revista. Sua residência não

¹⁸⁰ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 18-19.

¹⁸¹ As fontes apontam que ela viveu no Tororó, na Ladeira do Carmo e no Tingui.

¹⁸² “Art. 1.578 § 3º “Na falta de cônjuge ou de herdeiros, será inventariante o testamenteiro”. BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm. Acesso em 10 jul. 2023.

ficava muito longe de Joanna, era na rua do Jenipapeiro, no mesmo distrito de Santana.¹⁸³ Às vésperas da erradicação do cativo em termos legais, ele participou do movimento abolicionista baiano, segundo consta na lista de homenageados pela empreitada antiescravidão na *Revista do Brasil*, em ocasião de celebração pelo 13 de maio, em 1911. Joanna teria tido alguma participação ao seu lado nesse sentido? A lista publicada é vasta, com nomes de sujeitos conhecidos como o do artista, professor, escritor e político Manoel Querino, Ismael Silva, professor Antonio Bahia, mas nenhuma mulher foi citada.¹⁸⁴ Tanto nas organizações comumente entendidas como abolicionistas e na imprensa, espaços expressivamente masculinos, a ação de mulheres negras não tinha o mesmo alcance que nas ruas, por exemplo. Apesar de não estarem organizadas nos mesmos cantos de trabalho que os homens, as ganhadeiras durante a greve de 1857 podem ter ajudado os grevistas, porque integravam também as suas redes.¹⁸⁵ As questões e pistas precisam ser mobilizadas para entender melhor a agência feminina nestes lugares.

No rastro da relação de Joanna com Ignacio, parece-me que havia ali algo próximo ao que se observa na rede do sacerdote africano liberto Domingos Sodré. Ele teve em sua rede um escrivão do cartório da freguesia de São Pedro, Miguel Champloni. Ele foi padrinho de casamento de Domingos e a indicação para a escrivania teria partido de outro aliado não africano, Antonio José Pereira de Albuquerque, que, por sua vez, era subdelegado da mesma freguesia e defendeu Domingos como advogado. O liberto ocupava um lugar na relação mais antiga entre Champloni e Albuquerque, o subdelegado que teria amenizado a pena de Domingos diante da denúncia de “feitiçaria”.¹⁸⁶

Domingos, assim como Joanna, era negro e analfabeto, e isso não o impediu de frequentar assiduamente o cartório de sua freguesia. A relação da nossa testadora com Ignacio também indica uma rotina semelhante, sempre acompanhada de alguém que assinaria a seu rogo.¹⁸⁷ Possivelmente esse funcionamento se dava em nome da segurança

¹⁸³ HDBN. *A Notícia* (BA), 23/09/1914; *Almanak do Estado da Bahia*, 1903. Um médico homônimo aparece nas buscas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional pelo nome “Ignacio de Almeida Gouveia” na Bahia, em períodos próximos. Como no testamento de Joanna a patente de major já é indicada, vinculei ao Ignacio que me interessa apenas as menções em que há indicações no mesmo sentido, por não parecer se tratar da mesma pessoa.

¹⁸⁴ HDBN. *Revista do Brasil* (BA), 18/05/1911. p. 59. Aparece como “tenente Ignacio de Almeida Gouveia”.

¹⁸⁵ REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* p. 186. GOMES, Flávio dos Santos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as Quitadeiras...”. *Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, p. 3-16, jul/dez 2002. p. 3-14.

¹⁸⁶ REIS, João José. *Domingos Sodré... Op. Cit.* p. 286-287.

¹⁸⁷ *Ibidem.* p. 287-288.

dos seus negócios. Inclusive, a disponibilidade de um escrivão que a atendesse em plena véspera de Natal é sugestiva, e Wenceslau pode ter herdado “a adesão a uma cultura de demanda judicial muito comum na época”,¹⁸⁸ vivenciada pela tia e por Firmino, da qual ele seria também servidor direto.

Continuando na identificação dos testamenteiros, o *Indicador Baiano* de 1938 apresentou Cypriano Rebouças, segundo inventariante, como sócio do Dr. Gilberto Pinto da Silva Moreira na loja *J. Rebouças & Cia*, um estabelecimento voltado para venda de ferragens e tintas à rua Guindastes dos Padres (posteriormente, Rua dos Ourives)¹⁸⁹, no bairro do Comércio.¹⁹⁰ Joanna confiou a ele, a quem ela definiu como “bom amigo e protetor”, 2 contos de réis (Tabela 3), que não estava entre os bens legados em testamento. Um valor que ela pode ter reservado para outras despesas, as quais possivelmente não poderiam esperar o inventário, e ela depositou fé no amigo para manejá-lo.

¹⁸⁸ *Ibidem*. p. 288.

¹⁸⁹ SOUZA, Raymundo Camillo de. *Guia da Cidade do Salvador... Op. Cit.* p. 69.

¹⁹⁰ APEB. *Indicador Baiano*. Anuario de Informações e Propaganda da Bahia. Rio de Janeiro: Typographia de Fernando Barretto, 1938. Disponível em <https://archive.org/details/indicador-baiano-1938/page/n31/mode/2up>. Acesso em 10 jul. 2023.

Tabela 3. Legatários/as do testamento de Joanna

NOME	BENS/QUANTIAS DEIXADOS
Wenceslau Gomes de Mattos	Usufruto da casa da rua do Tingui/Zuavos “Toda mobília restante da casa a rua do Tingui, bem como quadros e enfeites” (somados, 575\$000) Relógio de prata (15\$000) 500 mil réis
6 Irmandades	Venda da casa da rua da Tingui em partes iguais Senhor dos Martírios: uso definido do dinheiro (compra de apólice da dívida pública e conserto do altar) Boa Morte: + 300 mil réis para esquite da santa
Afilhados (sem especificar nome e quantidade)	25 mil réis cada
Judith (“parda”), filha do ourives Angelo de Oliveira	200 mil réis
Filha de Judith	200 mil réis
Matilde	200 mil réis
Viridiana	200 mil réis
Asilo de Mendicidade	“suas roupas de todo seu uso”
Para ser distribuído a famílias pobres	100 mil réis
“pobres na Confraria de S. Francisco”	100 mil réis
José Cypriano Rebouças (“bom amigo e protetor”)	215 mil réis (relógio e cadeia de ouro)
Paulo Ricardo dos Santos	200 mil réis
Eudazio de Souza Dantas	200 mil réis
Francisco Iglesias Cabalhero	200 mil réis
Manoel Ricardo dos Santos	100 mil réis
Presidio filho de Ollearia	100 mil réis
Secundina	100 mil réis
Sogimia Maria da Conceição	100 mil réis
Aristotelina Gomes de Mattos	500 mil réis
Carlos Pereira Rebouças (filho de José Cypriano)	500 mil réis
Aladia (filha do testamenteiro Ignacio d’Almeida Gouvêa)	2 contos de réis
Santíssimo Coração de Jesus Casa da Providência Nossa Senhora de Sallette Asilo do Bom Pastor	“ficando algum bem remanescente”

Fonte: APEB. Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01.

Encontrei o registro de nascimento de um filho de pai homônimo ao 3º inventariante, Manoel Gomes Patury, o qual foi registrado como branco¹⁹¹ — ou teria a identificação embranquecida como resultado da percepção externa de ascensão social? A

¹⁹¹ Registro de nascimento de Raymundo dos Santos Patury. APEB. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C3Q5-C9KX-T?cc=3694028> : 13 October 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil. Acesso em 10 jul. 2023.

informação é insuficiente para definir mais aspectos de sua identidade. Em um dos assentos de imigração do ano de 1882, temos a identificação de um “Dr. Manoel Joaquim dos Santos Patury” indo para o Rio de Janeiro. A insígnia que acompanha seu nome sugere prestígio social obtido por formação acadêmica.¹⁹² Seguindo a pista do sobrenome, incomum, por sinal, encontrei a *Gazeta de Notícias* anunciando o estabelecimento fornecedor de ferragens — o mesmo ramo de Rebouças — para a Fazenda Modelo, *Patury & C.*¹⁹³ Caso a loja seja de fato do terceiro inventariante de Joanna, haveria um ponto de aproximação pela via do comércio com Rebouças, o segundo inventariante. O encontro em torno do testamento de Joanna evidencia uma rede dos proprietários de lojas de ferragens.¹⁹⁴ Ou, como o registro encontrado da loja de Rebouças é mais tardio, este pode ter até trabalhado com Patury, adquirindo expertise na área e, posteriormente, aberto a própria loja.

Apesar de não ter sido elencado como testamenteiro ou coisa do tipo, mais um homem citado se inseria no comércio de ferragens. Era o responsável por colocar no papel as últimas vontades de Joanna por esta não saber ler e escrever: Manoel Joaquim Neves Silva. Sua loja foi a mais antiga das três, ativa, pelo menos, desde 1892, e teve dois endereços: inicialmente, à Rua dos Droguistas¹⁹⁵ e, posteriormente, funcionou na Rua da Fonte dos Padres¹⁹⁶. As duas localidades faziam parte da mesma Freguesia da Conceição da Praia. O encontro dessas quatro peças elementares do testamento indica que poderia ser este eixo da relação que fundamentou parte das escolhas no testamento, contra as quais o sobrinho resolveu se rebelar.

A proximidade de uma rede de ganhadores, bem como a figura de seu companheiro, um comerciante branco, poderiam explicar a sustentação de Joanna entre

¹⁹² APEB. "Brasil, Bahia, Salvador, Relações de passageiros e imigrantes, 1855-1964," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99N5-KK6D?cc=1928179&wc=S9B8-W3D%3A1066521402> : 15 July 2019), Livro 54, 1882, Jan-1886, Fev > image 17 of 402; Arquivo Público da Bahia, Salvador (Bahia Public Archives, Salvador), Bahia. Acesso em 11 jul. 2023.

¹⁹³ HDBN. *Gazeta de Notícias* (BA), 28/10/1912.

¹⁹⁴ Na década de 1950, Thales de Azevedo avaliou que, em uma rua de ampla circulação da cidade, “não foi vista nenhuma pessoa *preta ou mulata escura* nas funções de gerente, caixa ou vendedor” em uma amostra de “cerca de 150 médias e pequenas lojas de fazendas, miudezas, artigos femininos, louças e artigos domésticos, eletricidade e *ferragens*”. AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor... Op. Cit.* p. 97-98. O sociólogo se ateu muito a uma pigmentocracia, que pode ter limitado a percepção racial efetiva do perfil dessas ocupações na cidade. Com efeito, a presença pode ter sido escassa, mas a presença de Joanna e a constituição da rede ao redor parece servir para não descartar um lugar no ramo para gente negra, mesmo alguns anos depois.

¹⁹⁵ HDBN. *Pequeno Jornal* (BA), 19/03/1892.

¹⁹⁶ HDBN. *Almanak do Estado da Bahia* (BA), 1898. p. 423.

uma rede de fornecedores desses produtos já consolidada nas primeiras décadas novecentistas. Segundo João José Reis, havia um canto de ganhadores localizado no Cais do Ouro no fim do século XIX, cujos componentes “eram em sua maioria pedreiros, marceneiros, carpinas e ferreiros”. Reis supõe que cerca de 60% dos trabalhadores com atividades ligadas à construção formavam também as suas pequenas empreiteiras, além de atuar no mercado de fretes (principal ramo dos ganhadores). Dessa forma, os ganhadores conciliavam as ofertas do serviço de transporte dos materiais de construção com a execução da própria obra.¹⁹⁷ Eis os possíveis caminhos para a articulação daquela rede sinalizada no testamento de Joanna.

As credenciais de trabalho, pois, alocavam dois dos três inventariantes, Cypriano Rebouças e Manoel Joaquim Patury, e o redator, Manoel Joaquim Neves Silva, como figuras de uma burguesia baiana do setor das ferragens. A indefinição na fonte do negócio do qual Joanna vivia, confrontada com esses dados, leva a pensar que poderia ter sido dali que Joanna tirava seu sustento, ou parte dele. Considerando o histórico do trabalho de ganho e a relação com a oferta de serviços em setor similar, não se pode ignorar a possibilidade de serem negros como Joanna. Paralelamente, o primeiro inventariante, Ignacio de Almeida Gouveia, seria um fiador dos negócios, por meio de sua função no registro notarial.

Convém iluminar que, no ramo do “negócio”, havia espaços para as mulheres no comércio varejista formal, agregando outros ramos além do trabalho de rua, mais comumente atribuído às mulheres de cor. Mesmo diante da proeminência masculina e portuguesa no século XIX,¹⁹⁸ a historiadora Silmária Souza Brandão aponta histórias de mulheres negras, libertas ou não, que ascenderam no mundo do comércio formal a partir da relação com comerciantes portugueses homens, que tinham forte presença no segmento em Salvador.¹⁹⁹ A diferença numérica era, efetivamente, muito grande entre homens e mulheres que desempenhavam a “atividade caixeiral” no período analisado por Adriano Ferreira Sousa em Salvador, mas as barreiras legislativas poderiam excluir

¹⁹⁷ REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* p. 275.

¹⁹⁸ SOUSA, Adriano Ferreira de. Salvador das comerciantes: as mulheres na praça mercantil da Bahia (1872-1889). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis. v. 13. P. 1-21. 2021. p. 3. Segundo análise de inventários da Primeira República produzida por Jeferson Bacelar, a categoria de “comerciante” ou “negociante”, em termos de raça, teve 82,4% de brancos. BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças... Op. Cit.* p. 67.

¹⁹⁹ BRANDÃO, Silmária Souza. “No lar e no balcão. As mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)”. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. p. 127. João José Reis também identificou a aliança entre “ganhadores nacionais” e comerciantes portugueses nas atividades de lazer no final do século XIX. REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* pp. 327-329.

consideravelmente as mulheres do reconhecimento legal da atividade, apesar de atuarem na prática.²⁰⁰ Por exemplo, em 1903, a oficina do pai de Judith ficava na Rua dos Ourives, no mesmo distrito da Rua Guindaste dos Padres, onde foi alocada a loja de José Cypriano Rebouças. Era o distrito da Conceição da Praia, que correspondia a um centro comercial muito importante para o abastecimento da cidade, onde ficavam as “instalações portuárias, trapiches, grandes armazéns e depósitos das maiores firmas de negócio em grosso”, na primeira metade do Novecentos.²⁰¹ Entre 1895 e 1930, foi o distrito central da cidade que mais expandiu o número de seus estabelecimentos de negócios.²⁰² Com efeito, ali poderia estar também uma loja onde Joanna operava seu mercado e acionava Angelo, Cypriano Rebouças e Patury.

Portanto, os silêncios acerca dos negócios de Joanna no testamento, nos demais documentos reunidos por Wenceslau e na fala das testemunhas convocadas a seu favor sugerem dificuldade para o reconhecimento de uma mulher negociante neste ramo, bem como a prática de acordos firmados pela oralidade. A diferença entre o grupo reunido pelo sobrinho, para confirmar seu vínculo com a tia a partir das relações cotidianas da casa, e dos que constam como pilares da execução do testamento, lançam luz a uma separação de espaços, grupos de convivência e de interesses. Ao mesmo tempo, a relação com homens comerciantes a insere em posto de destaque em uma rede do mercado soteropolitano com a qual Wenceslau não tinha tanta proximidade e era menos aberto às mulheres, haja vista o ponto convergente de gênero entre compadres e testamentários de Joanna.

Como fruto dessas limitações por gênero, havia uma diferenciação entre os próprios agentes da praça comercial. Segundo levantamento de ocupações entre testadores e inventariados africanos em Salvador no pós-abolição (1889-1913), organizado por Jeferson Bacelar, há definições de “negociante”, “negociante de peixe”, “vendedor ambulante”, “quitandeira”, “ganhador” que têm proximidade com o comércio.²⁰³ Apesar da imagem proeminente que se tem em torno das “ganhadeiras”, as “negociantes” apareceram em maior número nestes dados. São menos ganhadeiras com espólios suficientes para um inventário ou menos engajamento para pleitear a forma que gostariam de ter seus enterros. São sinais de fragmentação material e familiar dessas

²⁰⁰ SOUSA, Adriano Ferreira de. *Op. Cit.* p. 7; 12.

²⁰¹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Op. Cit.* p. 23.

²⁰² *Ibidem.* p. 24.

²⁰³ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças... Op. Cit.* p. 22.

mulheres e um destaque às que operavam pela chave do “negócio”. Como parte de suas trajetórias, a diversidade dessas comerciantes esteve presente entre as filiadas à Ordem do Rosário.

Conhecida como “preta” e “ganhadeira”, a irmã Martinha Jacintha do Rosário²⁰⁴, que, por certo não figurou entre as herdeiras de Joanna, faleceu em 1908, aos 55 anos de idade, vítima de cardioesclerose. Sem ter feito testamento, pois tinha herdeira necessária — sua filha, Alexandrina Lydia da Conceição —, o inventário contemplava uma casa “bastante estragada”, na Rua do Queimado, Freguesia do Santo Antônio Além do Carmo, e uma poupança na Caixa Econômica Federal com pouco mais de 59 mil réis. A princípio a casa estava avaliada em um conto de réis, até que o promotor recorreu dizendo que o imóvel valia dois contos.²⁰⁵

O inventariante “por cabeça de sua mulher” era o genro de Martinha, Capitão José Maria da Conceição, que aparentemente tentou desvalorizar o bem, assinalando uma má conservação para não ter que pagar o selo de herança proporcional.²⁰⁶ O seu título lhe encorajou a tentar a manobra perante a fiscalização, por mais que tivesse condições de arcar com o débito, como de fato fizera ao final do inventário. Ele também fez carreira na Ordem do Rosário nas primeiras décadas do Novecentos, mais especificamente entre 1911 e 1925,²⁰⁷ reforçando o prestígio e a habilidade em gerir recursos necessários aos cargos da mesa administrativa. Alexandrina também ocupou repetidamente funções na mesa destinada às mulheres, o que será abordado mais adiante.

O que cabe afirmar desde já é que o status da filha não lhe privou de mais vulnerabilidades, como a interdição do marido sobre a execução do inventário da mãe. Por outro lado, esta união denota uma situação de ascensão social, cujos primeiros passos dados na liberdade haviam sido de sua mãe e auferidos pelo trabalho. O casamento assinalou pertencimento a círculos prestigiosos, tendo até recebido homenagens de

²⁰⁴ Irmã e componente da Mesa Administrativa em 1891, 1892 e 1894: mordoma, juíza de devoção e 2ª juíza. AOTNR. “Eleição 1890”. Caixa 11 DOC 03L. “Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. Caixa 11 DOC 03L. “Eleição 1893”. Caixa 11 DOC 03N. “Atas 1879-1899”. Caixa 04 DOC 05.

²⁰⁵ APEB. Seção Judiciária. Inventário. Martinha Jacinta do Rosário; José Maria da Conceição. Salvador, 1908-1909. 01/100/122/04.

²⁰⁶ O Promotor Público entrou com um recurso depois da avaliação: “Pelo conhecimento junto à propriedade é de valor superior a um conto de reis, pelo que não concordo com a avaliação dada, pois, o seu valor, pelo mesmo conhecimento, deve ser de dois contos de reis, e nesta conformidade entendo dever ser pago o selo de herança”. APEB. Seção Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Inventário. Martinha Jacinta do Rosário... *Op. Cit.* f, 7 v.

²⁰⁷ AOTNR. Caixa 05. DOC 01B; C. “Ata da Sessão de 13 de Novembro de 1913”. Caixa 05 DOC 01D. Caixa 10 DOC 06C. “Atas – 1917 a 1936” Caixa 05 DOC 03. Caixa 10 DOC 06F. Caixa 12 DOC 02B.

aniversário no jornal, o que sugere também a configuração de uma família afro-baiana distinta.²⁰⁸ Logo, é incerto que, nessas condições, Alexandrina assumiria um posto de trabalho na rua. Não obstante, o trabalho da mãe lhe ofereceu um conforto que permitiu a conservação da prática de filiação à confraria negra na posição de sua beneficiada e benfeitora, que tanto gosto faria a Martinha.

Uma outra variação de relação com o comércio identificada entre as irmãs do Rosário é a desempenhada pela africana Justina Ricarda da Costa. Ela teve seu registro de entrada aprovado no dia 25 de setembro de 1905 e assinado por ela mesma.²⁰⁹ Seu nome foi encontrado em 31 viagens em vapores com destino ao Rio de Janeiro, entre os anos de 1882 e 1907.²¹⁰ Já que era este o destino, acionei a busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e encontrei nos periódicos fluminenses mais três ocorrências de saídas suas de algum porto e, buscando “Justina da Costa” na Bahia, apareceram mais duas.²¹¹ No registro de saída para a Bahia pelo Vapor Esperança de 1896 identifiquei o produto (ou um dos) que mobilizou todo esse trânsito: a canjica (Imagem 2).



Imagem 2. HDBN. *Jornal do Brasil* (RJ), 06 e 07/04/1896.

²⁰⁸ “Estará em festas amanhã o lar do sr capitão José Maria da Conceição, pelo justo motivo do aniversário natalício de sua Exma. esposa D. Alexandrina Lydia da Conceição. Felicitamo-la”. HDBN. *A Notícia* (BA), 27/03/1915.

²⁰⁹ AOTNR. “Termos de Entrada” (1888-1920). Livro Avulso.

²¹⁰ APEB. Relações de passageiros e imigrantes, 1855-1964. Salvador. Busca realizada por meio da plataforma *FamilySearch*. O número se refere a buscas com variações do nome. Além de “Justina Ricarda da Costa” aparece “Justina R. da Costa”, “Justina da Costa”, “Justina Ricardo da Costa”. São percursos e períodos próximos, portanto considerei ser referente a mesma pessoa.

²¹¹ HDBN. *Jornal do Commercio* (RJ), 26/03/1885. *Jornal do Brasil* (RJ), 06 e 07/04/1896. *O Paiz* (RJ), 26/01/1888. *Jornal de Notícias* (BA), 31/12/1892; 26/03/1892.

Em viagem de 1897, o tripulante foi mais rigoroso nos registros e preencheu todos os campos da relação de passageiros do vapor Galileo e lá constava “Justina Ricarda da Costa”, com uma marcação na identificação de “africano”, com 70 anos de idade e um “V” no campo “estado civil”. Só o campo de profissão ficou em branco. Os indícios permitem afirmar, portanto, que ela teria nascido por volta de 1827 e que era viúva. O silêncio quanto à profissão confirma a forma difusa como essas negociantes eram lidas.

Com o cativo ainda vigente, em 1882, fez-se necessário notar também uma condição jurídica, onde ela aparece como “liberta” embarcando no vapor Jacques com destino à corte. E nada ainda de sua ocupação. Ao lado do seu nome no seu registro de entrada à Ordem do Rosário, foi anotado posteriormente que ela faleceu em 19 de fevereiro de 1912, o que indica que ela viveu até os 85 anos. Ao nascer nos idos de 1827, seu desembarque no Brasil certamente se deu via tráfico ilegal de africanos escravizados, possivelmente em levas de nascidos em regiões próximas à de origem de Joanna, caso sua primeira estadia do lado de cá do Atlântico tenha sido a Bahia. Dessa forma, seria confirmada a experiência frequente de mulheres da África Ocidental prósperas através do mercadejo e que mantinham o costume de filiação às irmandades no início do século XX.

Justina pode também ter se valido de relações comerciais do falecido marido ou com outras mulheres para atingir tantos deslocamentos, além de um mercado fiel na capital por, pelo menos, vinte anos. O histórico de espólios valiosos constituídos pelo comércio de escravizados também pode ter sido substituído pelo gênero de consumo, viabilizado por uma rede já estabelecida de cabotagem. Respeitando o limite do escopo desta pesquisa, limito-me a essas hipóteses. Procurando brevemente dados sobre a produção de milho na Bahia, verifiquei que ela foi mais explorada para subsistência, de modo que a importação por cabotagem pelo Sudeste deveria ter boas saídas na região.²¹² Dessa forma, é mais fácil de conceber essas mulheres vendendo pratos preparados com milho, como o de canjica, nas ruas das cidades.²¹³ Mas o transporte de 80 sacos em uma viagem só, como consta no registro acima, permanece impressionante. Ou seja, essas

²¹² Segundo Katia Mattoso, na Bahia oitocentista, a freguesia do Iguape, já citada aqui, tinha uma produção considerável de milho, chegando a propor a hipótese de que haveria excedente para o mercado de Cachoeira e de Salvador. Ela também destacou que o grão chegava via cabotagem da região do Rio São Francisco. Na região sul da província, a produção do gênero era para subsistência. Tendo em vista a vasta oferta de vendedores na capital aventada pela mesma autora, haveria espaço para mais fornecedores de milho na capital. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 54; 72; 254. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX... Op. Cit.* p. 499.

²¹³ Em virtude da variação regional do uso do termo, é difícil precisar a natureza do produto. Então considero apenas como uma variante do milho utilizada como matéria-prima para diferentes pratos.

mulheres tinham uma fornecedora de mesma cor e origem de muitas das ganhadeiras que viviam da venda de seus quitutes nas ruas de Salvador — ou até além da capital. Nesse sentido, outro atrativo para o mercado de canjica era a função religiosa do alimento nos candomblés,²¹⁴ dos quais Justina também poderia estar próxima, e porque não também nas festas da Ordem do Rosário. Dessa forma, a clientela específica era cativada pelo domínio de idiomas culturais que sua inserção em uma rede de africanos possibilitaria.

Mas como seria a fiscalização deste transporte? Justina seria só uma “atravessadora”?²¹⁵ Deixarei para outro momento a busca por essas respostas, pois desvirtuaria os rumos da tese. Sua função, de todo modo, certamente lhe conferiu habilidade em reconhecer a qualidade do produto por ver de perto as receitas e o preparo, ganhando assim a confiança de seus/suas consumidores/as, que ofereceriam os pratos até mesmo nos arredores da Igreja do Rosário, como faziam outras vendedoras de alimentos, e continuaram fazendo por muito tempo (Imagem 3). Inclusive, a aproximação de Justina da confraria, que foi relativamente tardia considerando a sua idade na data de entrada, representa mais um laço firmado em uma “cartografia” das comerciantes e cozinheiras negras da cidade, que aparecem ali ora como irmãs, ora como prestadoras de serviços da Ordem na ocasião de seus festejos, ou nos dois papéis simultaneamente, como se vê nos registros das contas da agremiação.

O comércio representava uma alternativa exitosa de confirmação da liberdade para ex-escravizados/as, não só pela rentabilidade monetária do trabalho, mas também porque ele favorecia a constituição de uma extensa rede de cooperação, indispensável para manter-se em um cenário que atualizava os mecanismos de exclusão da população negra. A recorrência desses agrupamentos de africanos se reproduz em diferentes cidades, conforme verificado por Valéria Gomes Costa em relação a africanos livres na cidade de Recife, por exemplo.²¹⁶ Eram ocupados em ofícios mecânicos, vendas de alimentos, artesanatos e serviços de modo geral. Nesse sentido, a historiadora classificou os mercados como de pequeno e médio porte. Para ela, os de médio porte se referiam aos pertencentes a testadores que não deixaram dívidas, vivendo de tabernas, serviços de

²¹⁴ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Africanos de pequena fortuna”: discussões sobre raça relativas aos africanos no Brasil, finais do século XIX. In. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. LIMA, Ivana Stolze. BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 80.

²¹⁵ “Trabalhando por conta própria ou como agentes de comerciantes estabelecidos, tinham por tarefa percorrer os centros produtores e comprar bois, farinha de mandioca, feijão e arroz, depois transportados para Salvador”. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX... Op. Cit.* p. 493.

²¹⁶ COSTA, Valéria Gomes. *Op. Cit.* p. 255.

reparos em marcenaria e aluguel de quartos em espécie de pensionato.²¹⁷ Essa definição corrobora a fixação de Joanna Maria Ritta da Conceição como uma comerciante bem estabelecida, já que ela também sublinhou no testamento que não devia a pessoa alguma, “nem mesmo médicos e farmácia”, e que todos os seus bens estavam “livres e desembaraçados de quaisquer ônus”. Ao fim da vida, as propriedades de Joanna certamente lhe proporcionaram alguma segurança a partir de um mercadejo e despertou interesse de figuras de prestígio com as quais ela nutriu aproximação até para atingir tal status.



Imagem 3. “Maria Luiza da Silva sitting against the railing of Our Lady of Mc Rosary of the Blacks selling bananas and avocados”. Dmitri Kessel, *Life*, 1957. Vendedora com banca de frutas montada na frente de igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros. Agradeço aos professores Aldrin Castellucci e Antonio Luigi Negro por terem me apresentado a imagem.

<http://images.google.com/hosted/life/1b1bcae3ea98eebf.html>. Acesso em 06 ago. 2022.

Em se tratando de dívidas e status, os enterramentos eram muito acionados nos séculos XVIII e XIX para afirmar prestígio além da devoção, lançando mão da vinculação a irmandades para concretizá-los. Joanna não especificou o que queria em seu velório, dizendo apenas que ficava à disposição de seu testamenteiro fazê-lo com a “devida decência”, sendo seu corpo sepultado “em carneiro perpétuo”. O valor do enterro providenciado ficou em 2:500\$000, indicando que foi uma cerimônia vultuosa, conforme

²¹⁷ *Ibidem.* p. 265.

a distinção da falecida exigiria e o testamenteiro não deixaria passar batido, para deixar claro que estava reconhecendo devidamente a vida da amiga.

Ao lado de prestigiosa testadora e prestigiosos testamenteiros, houve igualmente distintas testemunhas na feitura do testamento. Entre as que consegui obter mais dados estão o Tenente Arthur Macieira e Agenor Martinelli. O primeiro fez exames preparatórios para a Faculdade de Medicina, mas aparentemente não chegou a ser aluno do curso. Obteve patente de tenente honorário do Exército²¹⁸ e era engajado nos movimentos da força armada, registrando homenagens às expedições que dizimaram a comunidade de Canudos no fim do Oitocentos. De tudo que encontrei, o que mais converge com a trajetória de Joanna foi sua posição na praça comercial de Salvador, conforme indica a listagem de pagamentos da Alfândega da Bahia em relação a leilões do mês de julho de 1897.²¹⁹ Martinelli, por sua vez, foi promotor da comarca de Camamu e circulava nos meios da elite da magistratura baiana.²²⁰

Portanto, testamenteiros, testemunhas e a própria participação na Ordem do Rosário confirmam o acionamento dos vínculos com figuras de títulos prestigiosos na cidade para dar credibilidade e proteger o andamento do testamento de assaltos de outros interessados. Afinal, o espólio deixado era notável por seu valor em relação aos que compunham a rede de Joanna, e o reconhecimento acumulado pela testadora em vida despertaria a atenção, sobretudo diante de uma realidade de revés econômico das primeiras décadas novecentistas, agravada pela Grande Guerra.

As credenciais identificadas entre os testamenteiros diferem muito daquelas de Wenceslau e da rede que o apoiou ao longo do processo de disputa pelo inventário. Entre os sujeitos que consegui mapear, apenas Anna Egydia de Menezes Doria aparentava ter origens na elite titulada baiana e José Martins de Jesus parece ter sido um sujeito influente, por ter feito carreira na Irmandade do Rosário e ter sido alçado à condição de tenente no século anterior.

Os lugares ocupados pelos descendentes dos testamenteiros encontrados indicam a manutenção de um posto de distinção na sociedade, o que Joanna também proporcionou em alguma medida ao afilhado-sobrinho. Silvino, declarado como “cabra” no registro civil de Wenceslau, não teve profissão enunciada nos documentos sobre os quais me

²¹⁸ HDBN. *Correio do Brasil* (RJ), 03/06/1904.

²¹⁹ HDBN. *Cidade do Salvador* (BA), 07/08/1897.

²²⁰ HDBN. *Almanak do Estado da Bahia*, 1899. *Correio da Manhã* (RJ), 05/11/1919.

debrucei. Acerca de seu trabalho, identifiquei que ele passou algum tempo no Rio de Janeiro disputando postos com os portugueses. Sendo assim, dele não herdaria um legado de representatividade social além dos 600 mil réis do espólio que dividiu com a irmã. Do seu padrinho, Firmino, ele teve o que foi transmitido pela tia, já que ele morreu antes dela, e o aprendizado do acesso à justiça. E, ao que consta nos autos, da sua mãe e da sua avó não havia muito o que herdar diretamente nesses termos, por serem dependentes de Joanna.

É certo que a maioria de pessoas negras na Bahia não atingiu níveis de riqueza próximos ao de Joanna. Mas sua experiência, assim como aquelas identificadas por Edinélia Souza no Recôncavo Sul da Bahia (inclusive de mulheres), revela que é “imprescindível que se reconheçam tais experiências e trajetórias como possibilidades concretas de se aprofundar o debate sobre o grau de complexidade hierárquica que se apresentava naquela sociedade dos primeiros tempos do pós-abolição na Bahia”.²²¹ Há mais heranças a se legar do que puramente os bens materiais, mas que possibilitam adquiri-los, como o estudo, a profissão, um padrinho, uma madrinha. E, por mais que a mesma cartografia abrigasse integrantes de níveis hierárquicos distintos, essa convivência nem sempre era harmônica, tal como Valéria Gomes Costa verificou em casos pernambucanos²²² e Wenceslau demonstrou ao interromper o andamento do inventário de sua tia na Bahia.

Considerando as ideias sobre maternidade e as mulheres africanas e “crioulas” livres em Salvador aventadas por Jane-Marie Collins sob influência dos estudos de Sheila Castro Faria, conclui-se que as “cabeças” de linhagens de mulheres prósperas não casadas de ascendência ocidental-africana e suas descendentes sem prole preferiam que outras agregadas do sexo feminino dessem continuidade aos seus negócios. Esta preferência se dava até mesmo em detrimento de parentes de sangue.²²³ Joanna pode ter, assim, “incorporado comportamentos socioeconômicos transmitidos pela mãe africana”²²⁴ e seguido o sentido oposto ao do patriarcado, despojando Wenceslau do posto de herdeiro de sua “praça” nos negócios dos quais viveu e se enriqueceu.

De todo modo, essa privação não significou deixar o sobrinho de mãos abanando. Em primeiro lugar, Joanna e Firmino o favoreceram quando assumiram as obrigações do

²²¹ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Op. Cit.* p. 79.

²²² COSTA, Valéria Gomes. *Op. Cit.* p. 140.

²²³ COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 292-293.

²²⁴ *Ibidem.* p. 296.

posto de madrinha e padrinho, sobretudo diante da perda da mãe de Wenceslau quando este tinha só um mês de vida, e posteriormente, quando Silvino lhe faltou e Firmino foi tutor dos órfãos. Dessa criação, certamente, houve investimentos em sua formação, que lhe permitiu exercer um cargo de escrivão em Salvador e informar-se de seus direitos e deveres para recorrer na justiça em favor de seu interesse sobre o inventário de Joanna.²²⁵ A convergência desse emprego com a área de atuação de Ignacio de Almeida Gouveia, primeiro testamenteiro e contraparte no Recurso Extraordinário que Wenceslau deu entrada, sugere que Joanna também pode ter acionado este aliado para garantir a segurança profissional do sobrinho, já que ele era figura importante do cartório do distrito da Sé.

Sentindo-se quite com o sobrinho, Joanna optou por entregar à confiança de parceiros nos negócios o encaminhamento do seu testamento e inventário. De forma que a segurança depositada nos sujeitos elencados pode se justificar pelos gastos que o andamento do inventário exigia e, em alguma medida, poupou os rendimentos inferiores do sobrinho dessa dispendiosa operação.

Embora tivesse que lidar com a dispersão dos bens com numerosos beneficiários oriundos de relações de compadrio, de negócio e/ou de devoção, o documento confirma o lugar de significativa proximidade de Wenceslau com a testadora. O filho de Antonia e Silvino também demonstrou ter composto uma rede própria quando arrolou pelo menos seis testemunhas para apoiá-lo no processo e confirmar seu parentesco e que, em momento oportuno, passaria a incluir a Ordem do Rosário enquanto instituição. Desta forma, parece-me que o imbróglio fez surgir uma divisão na cartografia da qual Joanna aparentava ser figura central: uma parte mostrou-se mais próxima da testadora e outra de Wenceslau. Evidentemente, ambas eram compostas por lealdades atravessadas pela trajetória de Joanna, haja vista que mesmo as testemunhas compartilhavam com ela a idade, vínculos de compadrio e de vizinhança anteriores à possibilidade de agência de Wenceslau, que tinha menos da metade da idade de gente que depôs a seu favor (Tabela 1). A parte que se consolidou como testamenteira, composta por aqueles três homens, por sua vez, parece essencialmente fundada na rede de trabalho que Joanna se integrou, o que se confirma ao agrupá-los com as trajetórias dos/as demais legatários/as.

²²⁵ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Op. Cit.* p. 200.

1.4 Parentesco e escolhas no rastro dos herdeiros casa afora

Na seção do testamento em que o escrevente a rogo de Joanna listou as últimas vontades da falecida em relação a suas posses, é o nome Wenceslau que dá a partida. A ele era destinado o usufruto do bem individualmente mais valioso, a casa na rua do Tingui, nº 21, no distrito de Santana. O imóvel foi avaliado em oito contos de réis e Wenceslau deveria pagar pontualmente as décimas enquanto vivesse. Depois de falecido, a propriedade seria transmitida a quatro instituições filantrópicas e sete confrarias católicas — entre elas a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros — que poderiam vendê-la.

Se o usufrutuário ficasse inadimplente com o município por dois semestres seguidos, Joanna exigia que a casa fosse vendida em favor das mesmas agremiações, dividindo o produto em partes iguais. Wenceslau estava proibido de fazer qualquer transação estranha a essa previsão. Ao longo do documento, ele foi lembrado entre intervalos para receber um relógio de prata, toda a mobília da casa do Tingui e a quantia de 500 mil réis (Tabela 2). É inegável que a ele foi dada uma preferência, por mais que não estivesse elencado como testamentário. De tal sorte, é possível inferir que sua insatisfação se baseava no reconhecimento de um direito ou outra coisa além da letra da lei, como alguma inimizade com os escolhidos, insatisfação em ter que dispersar todo aquele espólio, ou tudo isso simultaneamente. Certamente sua posição como homem em uma sociedade machista lhe deu conforto para entrar na disputa judicial e interditar as vontades de uma mulher.

Depois de apresentados os testamentários que Wenceslau visava embargar, é importante conhecer os demais herdeiros, para traçar mais detalhes da constituição desta extensa cartografia, captar sentidos das escolhas de Joanna e as relações e desconexões com o que foi verificado pelos perfis dos testadores. Além de Wenceslau, ela gostaria de legar bens a onze homens e oito mulheres e, pela forma como ela endereçou a doação, é possível extrair dados importantes. São essas pessoas que teriam ficado à espera do aproveitamento do legado de Joanna, que se viu embargado nesta briga entre dois homens, Ignacio e Wenceslau.

Para analisar as vontades de Joanna nos termos de delegação dos seus bens de forma individualizada, seguirei a ordem que aparece no testamento. Apesar de ter identificado treze assentos de batismo em que Joanna apareceu como madrinha, nem

todos foram citados no testamento nominalmente. Wenceslau é o que aparece em primeiro lugar entre os herdeiros. Não vou falar agora sobre ele, porque isso vai interessar mais nos próximos capítulos. Então passarei para os herdeiros seguintes. Sem citar os nomes, ela reserva 25 mil réis “aos seus afilhados de batismo” (por isso não foram apresentados no Diagrama 2). É um sinal de que a quantidade era razoável e que as “relações de compadrio no pós-abolição constituíam situações em que os grupos hierarquicamente desiguais compartilhavam valores semelhantes”, como levantado por Edinélia Souza. Tendo em vista a forma generalizada com que foi feita a doação, esse grupo correspondia àqueles menos próximos, aos quais Joanna assumia um papel mais de assistência, estratos sociais inferiores e que o lugar de madrinha se confirmou através do reconhecimento na comunidade, onde a generosidade tinha um efeito, muitas vezes esperado, de “produzir dependentes”. A própria Joanna pode ter ascendido socialmente como uma dependente e, mais tarde, reproduziu essa lógica quando pôde oferecer benfeitorias. Afinal, estabelecer essas estratégias também constituía uma forma de sobrevivência, da parte de libertos que criavam dependentes e vice-versa.²²⁶

A seguir, ela lista nominalmente os beneficiados por valores maiores, indicando um vínculo mais próximo de convivência, de compartilhamento de valores, de lealdades e condição social. Judith, identificada em seu registro de batismo como “parda”, era sua afilhada e sua comadre. Já no testamento, foi pontuado que ela era filha do ourives Angelo de Oliveira. No assento de batismo, feito em 1897, quase um ano depois do seu nascimento, Judith foi declarada como filha de Carolina Porphiria Ramos e *legitimada* por Angelo Custodio d’Oliveira.²²⁷ Esta marca revela que os pais se casaram após o nascimento da criança. Joanna, por sua vez, fez o aceno do reconhecimento de legitimidade independentemente da forma oficial em que ela tenha se iniciado. Batizou Judith ao lado de Firmino em 1897 e a acompanhou até o fim da sua vida, visto que, quando a afilhada contava 23 anos de idade, elas passaram a ser também comadres. Na simbologia que o testamento permite identificar, essa proximidade se revelava pela herança deixada de 200 mil réis para cada uma, a filha e a neta de Angelo. Um valor muito superior aos afilhados citados sem serem nomeados.

²²⁶ SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. *Op. Cit.* p. 120-123.

²²⁷ ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-2LSP-T7?cc=2177272&wc=M7ZR729%3A369564601%2C369564602%2C369704101> : 24 January 2022), Santo Antônio > Santo Antônio Além do Carmo > Batismos 1891, Jan-1897, Fev > image 105 of 106; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em 7 ago. 2023.

Além disso, o registro de Angelo no testamento com o rótulo de “ourives”, o aproxima também dos negócios desenvolvidos pelos testamenteiros, de comércio de metais. Descortina-se, assim, mais uma possibilidade de laço estabelecido no universo do mercadejo. Além disso, uma parte expressiva da herança deixada por Joanna é constituída por objetos de prata e de ouro (Tabela 2), o que também confirma a proximidade a esses ofícios. Apesar de não ter encontrado nenhum registro de qual “negócio” exatamente ela e Firmino operaram, os ofícios vinculados às vendas e à metalurgia evidenciam alguma proximidade sua nesse sentido, mais ainda quando colocadas em perspectiva com o ramo das ferragens detectado entre os afazeres de dois dos testamenteiros que ela elegeu. Inclusive, a oficina de Angelo, de acordo com registro de 1913, ficava na Rua dos Ourives, antiga Guindaste dos Padres. No mesmo distrito da Conceição da Praia, ficava a Rua das Grades de Ferro (posteriormente, Lopes Cardoso), que era um “ponto de referência para quem procurava joias” no século XIX,²²⁸ além de um *locus* emblemático de presença africana, pois sediou a renomada banda do barbeiro Manoel José d’Etra.²²⁹

Em torno do universo feminino e do uso de joias, vale mencionar que muitas mulheres negras que atingiram certo patamar de riqueza optavam por ostentar seus colares, anéis, e braceletes, tendo nas festividades de suas devoções um momento típico para expô-las, o que costumava incomodar, como se vê pelo relato de João da Silva Campos:

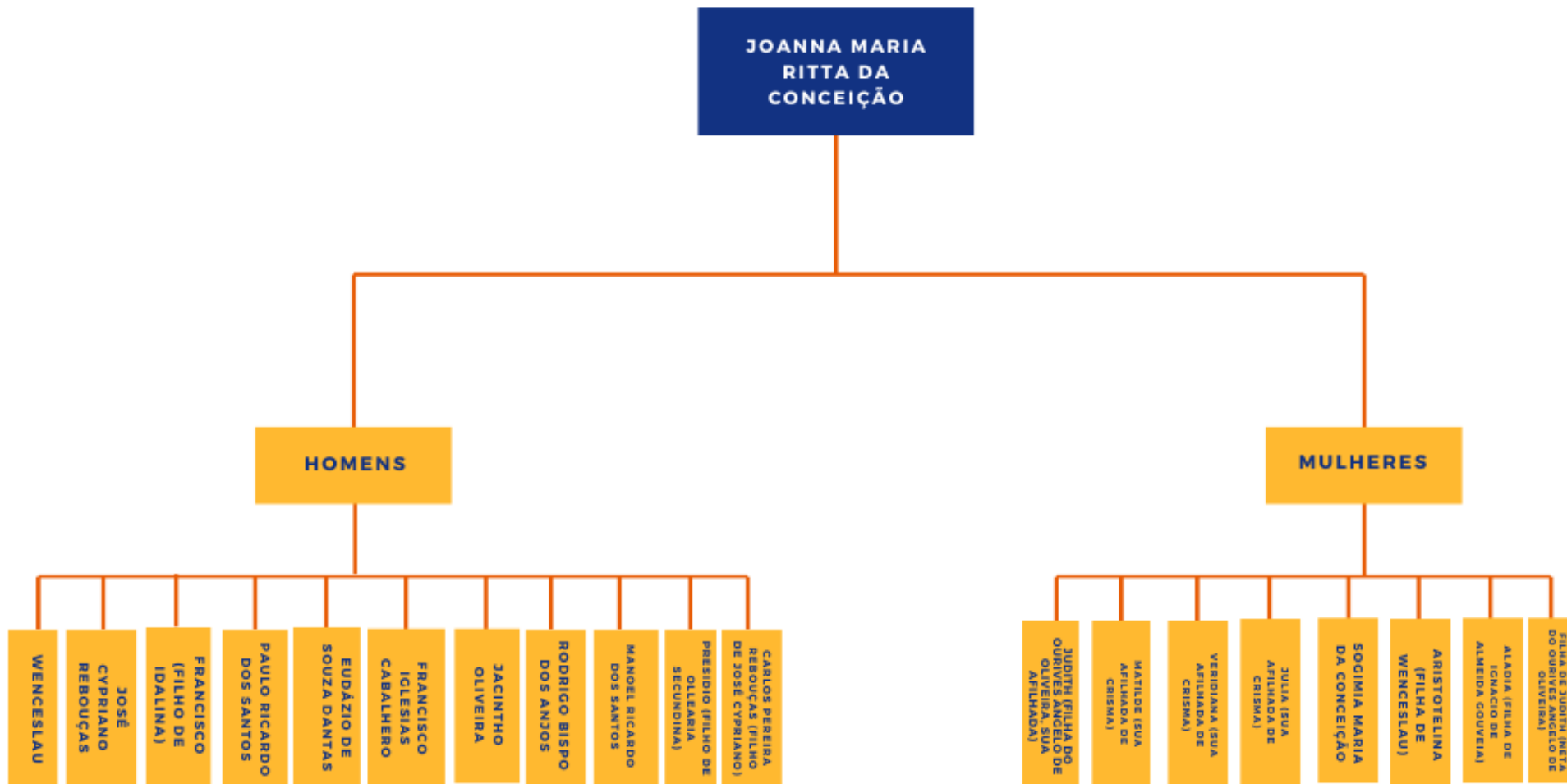
Além do molho volumoso de balangandans, - berloques, teteias, burundangas de ouro, de prata, de coral, de azeviche, de não sei mais que, - pendurado à cintura. Negras velhas, aparentemente pobres, diuturnamente maltrapilhas, esmolambadas, apareciam agora com tanto ouro que admirava. Aliás, em todas grandes festividades da Bahia, as africanas, crioulas e mulatas de saia apresentavam-se assim, vestindo fazendas caras, e ostentando copiosa quantidade de ouro.²³⁰

²²⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais Apud. COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 216.

²²⁹ PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830). *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 20, 2014. p. 22.

²³⁰ CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Conselho Estadual de Cultura, 2001. p. 313.

Diagrama 2 - Pessoas físicas herdeiras de Joanna Maria Ritta, segundo seu testamento



Fonte: APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

Para o autor, a exposição de mulheres negras deveria ser condizente com uma posição de riqueza. Então, a ostentação nas festividades seria um disparate. Se eram “diuturnamente maltrapilhas”, por que tinham essas joias consigo? No caso de Joanna, que acredito não ser um dos casos observados por Campos, em algum momento ela pode ter sido presenteada e/ou sido uma consumidora do ofício de Angelo e assim este vínculo se estreitara, como as últimas vontades indicam. Não obstante, a posse destes artigos seguiu um ritmo decrescente entre mulheres negras ao final do Oitocentos. Dos 95 testamentos cotejados por Maria Inês Côrtes de Oliveira entre 1850 e 1890, apenas 11 apresentavam objetos nestes metais, sendo 9 de ouro e 2 de prata. No intervalo anterior, foram 35.²³¹

A preservação dos bens em ouro e prata confirmam a segurança financeira e a devoção. Quase quarenta anos mais tarde, o espólio de Joanna apresentava 330 mil réis em objetos de prata e de ouro, descritos no inventário como relógios, “uma cadeia de ouro de 18 quilates” e “diversos aparelhos de prata das imagens existentes no nicho, estantes de seis resplendores,²³² uma coroa, duas cruces finas, e os aparelhos dos dois crucificados, estando seis peças douradas”. Por esta caracterização, suas joias não se assemelham com as apontadas por João da Silva Campos no trecho acima, mas também me parece precipitado concluir que as suas eram completamente distantes desse retrato. A descrição aponta objetos muito associados ao catolicismo e de uso para decorativo para o ambiente e não para o corpo.

A opulência de Joanna em joias pode ter se reservado — ou ter sido mascarada nesse registro — justamente para distanciar-se dessa visão estigmatizada como a do cronista, indo ao encontro de outros elementos de ladinização que ela apresentava, isto é:

aprendera a entender e manipular muitos dos símbolos culturais, protocolos sociais e circuitos mercantis do Brasil escravista, que se tornou perito nos costumes e valores do homem branco sem abandonar muitos dos costumes e valores africanos.²³³

Como já foi discutido, Joanna aparentava ter herdado costumes da África Ocidental por ser filha de Ritta, africana aportada em Cachoeira no início do Oitocentos. Sua trajetória descrita a partir do testamento e do Recurso Extraordinário levam-me a

²³¹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto... Op. Cit.* p. 47.

²³² “Coroa de metal que se põe na cabeça dos santos, fingindo raios”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira. Op. Cit.*

²³³ REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de História* (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan-jn, 2016. p. 62.

entendê-la em termos de identidade e práticas culturais em sentido semelhante ao atribuído por João José Reis ao africano Manoel Joaquim Ricardo, falecido em 1865, com bens em inventário avaliados em 42 contos de réis.²³⁴ Considerando a inflação do intervalo entre o falecimento dele e de Joanna, a riqueza dos dois estariam em patamares semelhantes.

Dando continuidade aos herdeiros, a família de Cypriano Rebouças, um dos inventariantes, também foi bastante contemplada. Ele foi citado como “bom amigo e protetor” e receberia o relógio de ouro para a algibeira e a cadeia do mesmo metal. Para o seu filho, Carlos Pereira Rebouças, ela legou a quantia de 500 mil réis. Mais uma vez, um valor significativamente superior aos demais. Inclusive, neste nem há vestígio de compadrio pela pia batismal, só de parceria de trabalho. Outros cinco homens sem traço de parentesco de sangue ou compadrio são eleitos herdeiros de quantia de 200 mil réis cada: Paulo Ricardo dos Santos, Eudazio de Souza Dantas, Francisco Iglesias Caballero, Jacintho Oliveira e Rodrigo Bispo dos Anjos.

Francisco Iglesias Caballero era um homem branco, filho de Joze Iglesias Caballero e Idalina Pinheiro Tupinambá.²³⁵ Ele teve dois filhos com Raymunda Gramacho Caballero, Pericles e Abigair, nascidos entre 1929 e 1930. Com pouco mais de um ano de idade, o menino foi candidato em um concurso infantil, ficando em terceiro lugar na categoria “a criança mais bela” da Bahia. Sua foto saiu na revista que promovia a competição, o que permitiu ter mais certeza para afirmar que aquela era uma família branca.²³⁶ Tudo isso me leva a crer que a doação direcionada a esses homens no testamento de Joanna era mais um indício de reconhecimento e uma troca de favores do que o senso de preservação de laços endogâmicos em termos de raça e gênero, apenas. Por mais que a testadora tenha sido enfática quando ditava que “nada devia a pessoa alguma, nem mesmo médico e farmácia”, há certas “dívidas” que não caberiam nessa definição.

No Brasil escravista, foi comum que libertas, ao ascender socialmente, libertassem suas escravizadas e até mesmo elegessem alguma como sua herdeira depois de libertá-la,

²³⁴ *Ibidem*. p. 17.

²³⁵ APEB. Registro civil de Abigair. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C3Q5-ZNHM?cc=3694028> : 16 October 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil. Acesso em 12 jul. 2023.

²³⁶ HDBN. *Unica* (BA), 01/02/1930.

como foi verificado por Adriana Dantas Reis no início do século XIX, na Bahia.²³⁷ Ela identificou que Maria da Saúde, assim como várias outras mulheres livres e solteiras, escolheram beneficiar escravizadas e libertas em seu testamento. Nesta condição, elas se mostravam inseridas em “círculos de sociabilidade e de dependentes eminentemente femininos, estando até mesmo os homens beneficiados diretamente ligados a mulheres”.²³⁸ Na situação dos homens citados anteriormente, por outro lado, a ponderação de seus lugares sociais associados aos valores e escolhas feitas por Joanna aponta para o esforço em dar prioridade a eles, haja vista os valores e o volume maior de herdeiros em comparação ao de herdeiras (Tabela 3). A predominância masculina, no entanto, é consequência dos vínculos de trabalho e compadrio. E, não encontrando a herdeira para dar continuidade ao mercado como se fazia em sua família, ela optou por reafirmar as lealdades que favorecera a construção e preservação deste patrimônio.

Uma das herdeiras do sexo feminino, Aladia, quando foi citada, estava atrelada ao pai, Ignacio de Almeida Gouveia, inventariante eleito. A ela foi reservada a quantia de dois contos de réis, significativamente superior às demais heranças individuais em dinheiro. E, se Aladia faltasse, a quantia passaria aos seus irmãos. Diferentemente de Matilde, Viridiana, Judith, Isaura, que impunham uma obrigação por meio do batismo e da crisma, o valor simboliza cuidado, gratidão ou compensação por trocas feitas anteriormente. Além de um retrato com Ignacio encontrado no baú entre outros quadros de “pessoas conhecidas e da amizade da inventariada”, eram muitos os indícios da proximidade dos dois.

Ainda assim, a lista de benfeitorias realizadas por Joanna através de seu testamento é vasta, apontando também preferências que reproduzem sentidos dados por mulheres negras no século XIX. Antes do item dedicado a Paulo Ricardo, Eudázio, Francisco Iglesias, Jacintho e Rodrigo, o testamento menciona Idalina, a mãe falecida de “Francisco, menor”. Para ele foi deixado 200 mil réis, também sem citar nenhum vínculo específico. Caso semelhante se deu com Presidio, identificado como “filho de Ollearia Secundina”, sem idade registrada, que recebeu 100 mil réis.

As mães são citadas nas duas situações, como se fossem elas o elo com Joanna e o nó que a levava prezar pelos respectivos filhos. No caso de Francisco, temos notícia de

²³⁷ REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-descendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. Pp. 31-32.

²³⁸ *Ibidem*. p. 31.

que era órfão de mãe. Joanna provavelmente quis favorecê-lo pensando no lugar da ausência da genitora, já que ela assumiu posto parecido em relação ao seu sobrinho Wenceslau, que ficou órfão e, aparentemente, viveu com ela até o falecimento.

Entre as suas afilhadas identificadas, ficou de fora Isaura, “crioula”, nascida em 31 de abril de 1895, filha legítima de Cassiano Candido Ribeiro e Fermina Antonia Gomes Ribeiro.²³⁹ Caso não tenha morrido antes da confecção do testamento, pode-se avaliar que em comparação aos demais casos, Isaura tinha uma família que, pelo menos nos termos formais, apresentaria mais meios de sobrevivência e não mantinha laços de dependência com Joanna.

No momento do batismo, os pais de Isaura eram casados e ela também contava com outro nome que tinha condições de lhe assistir, o irmão de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo José Martins de Jesus, uma das testemunhas de Wenceslau. Cassiano também era confrade da mesma agremiação, de modo que essa relação de compadrio se fez nessa órbita, tal como se praticava antes da abolição.²⁴⁰ Isto é, a irmandade continuava servindo para estreitar laços já firmados entre as famílias negras, tal como verificado pelos pesquisadores Urano Andrade e Lisa Castillo em relação aos primeiros anos de 1800.²⁴¹ Não havia mais a escravidão como pano de fundo, mas conservava-se o histórico de apoio incorporado pela confraria, bem como as necessidades que levavam a comunidade negra a continuar a acionando.²⁴²

Pela perspectiva de família que Joanna prezava e se inseria, beneficiar uma pessoa nunca era beneficiar um indivíduo, mas sim um grupo em que essa era uma figura

²³⁹ ACMS. Registros de batismo, 1598-2007. Disponível em <<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V1SZ-M6?cc=2177272&wc=M78M-4ZS%3A369568701%2C370966301%2C371006101>>. Acesso em 18 ago. 2022.

²⁴⁰ AOTNR. Livro de termos de entrada de novos irmãos (1888-1901).

²⁴¹ Castillo e Andrade identificaram casos como o de Manoel Dionísio do Espírito Santo, um confrade influente na Irmandade do Rosário da Baixa dos Sapateiros, que redigiu e assinou a rogo várias cartas de alforria de africanos com familiares que já estavam na Bahia, sendo acionado por estes parentes entre 1818 e 1830. ANDRADE, Urano. CASTILLO, Lisa Earl. Famílias africanas em tempos do tráfico atlântico: o resgate de parentes em cinco cartas de alforria (Bahia, 1818-1830). In. *Afro-Ásia*, 60, 2019. p. 260.

²⁴² AOTNR. Caixa 11 DOC 03-K. “Eleição 1889”. Caixa 11 DOC 03-L. “Eleição 1890”. Caixa 11 DOC 03-N. “Eleição 1893”. Ata de reunião de 22/05/1894. Livro de Termos de Posse de Mesa Administrativa, p. 72, 74, 75, 77, 78, 82. AOTNR. Caixa 10 DOC 06. “Posse de mesa de 1903”. Caixa 10 DOC 06-D. “Irmãos que compõem a mesa de 1920/1921”. Em 1905, depois de ocupar o cargo de tesoureiro, ele passou por devassa interna e foi punido pelos irmãos por má conduta. Pude discorrer sobre o evento na dissertação de mestrado, corroborando a análise anterior de Kim Butler. BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won*. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998. p. 151. SANTOS, Mariana de Mesquita. *Op. Cit.* pp. 81-82.

importante. Segundo Isabel Cristina Reis, as famílias negras de Salvador fundadas na escravização recriaram o padrão de vida familiar por meio de

várias formas de parentesco simbólico ou ritual: relações de compadrio, "famílias de santo", irmandades religiosas negras, grupos étnicos (nações), "parentescos" forjados na trilha do tráfico, a exemplo do malungo. O negro utilizou-se dessas relações, além da família extensa, a fim de articular uma rede de solidariedades que lhe proporcionasse maior amparo, ainda mais que a família sanguínea imediata estava permanentemente sob ameaça de desagregação.²⁴³

Joanna precisava equilibrar as relações familiares estabelecidas em comum com quem experimentou um passado semelhante ao seu, atravessado pelo cativo e pavimentado pela proteção à sua liberdade, bem como alimentar uma rede que a auxiliou em seu trabalho, porque também eram essas relações que permitiam que ela pudesse ser uma provedora.

Os caminhos trilhados por mulheres africanas e afrodescendentes que acumularam fortunas maiores ou similares à de Joanna passaram pela posse de escravizados como catalisador de ascensão social. Assim, evidencia-se que a insegurança das libertas lhes colocava em situações, a priori, dúbias, mas que convergiam para objetivos comuns: sobrevivência e liberdade. Um caso emblemático nesse sentido é o da africana liberta Sabina da Cruz, delatora da Revolta dos Malês, que se fez protegida pelo próprio Estado, mas também serviu de provedora de outras mulheres e crianças negras libertas, conforme analisou a historiadora Luciana da Cruz Brito.²⁴⁴

As escolhas que o testamento de Joanna deixa transparecer criam um retrato em sentido semelhante. Sua expectativa não era mais de manter um legado no comércio. Era reconhecer as respectivas lealdades, aliando às obrigações convencionais do compadrio que a mobilizou na emissão do documento, seja na confiança em quem depositou para confirmar suas últimas vontades ou a quem ela escolheu beneficiar.

O processo seguinte acionado por Wenceslau vai lançar suspeitas sobre a legalidade da produção do testamento, como será apresentado mais adiante. E, por mais que a dispersão da riqueza se explique pela interpretação que proponho acerca da trajetória de Joanna, os arroubos e valores associados a figuras como os testamentários e testemunhas das suas últimas vontades poderiam justificar uma intervenção, do ponto de

²⁴³ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888". Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 24.

²⁴⁴ BRITO, Luciana da Cruz. "Sob o rigor da lei: Africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)". Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2009. Pp. 110-115.

vista da preocupação com a confirmação daqueles interesses familiares fechados no ciclo de Wenceslau. Nesse sentido, a interdição pode ser entendida pela disputa por sobrevivência travada por pessoas e organizações negras em um cenário que as oprimia.

Por outro lado, não há como ignorar que a insistência de Wenceslau e o esforço da Ordem do Rosário em achar um acordo que beneficiasse ambos assinalavam uma disputa de interesses masculina. Ambos interferiram na ratificação das últimas vontades de Joanna, que esperava beneficiar não só a família mais próxima, mas toda uma rede extensa, composta em parte por seus aliados e compadres; e outra maior que ela considerava carente do que ela tinha a oferecer, preferindo parcelar mais os valores para quem já tinha quase nada. Afinal, a cidade de Salvador do início do século enfrentava extrema precarização, o que Joanna certamente observou desolada em seus últimos dias.

CAPÍTULO 2. UMA FILANTROP(I)A NA COMUNIDADE AFRO-BAIANA?

Na véspera do Natal de 1918, Joanna Maria Ritta da Conceição estava sensibilizada pela data. Os últimos meses tinham sido extremamente difíceis em decorrência da passagem da pandemia de gripe espanhola pela cidade. De setembro a novembro daquele ano foram muitas notícias de adoecimento e falecimentos, principalmente entre o pessoal que trabalhava no porto, por onde o vírus encontrou espaço para infectar os habitantes de Salvador. Muitas dessas vítimas eram gente de seu convívio na região da Cidade Baixa, por meio do trabalho e pelo compartilhamento dos demais espaços de sociabilidade reunidos ali, como a Igreja do Corpo Santo.

No primeiro momento, foi difícil aceitar que a restrição à circulação das pessoas seria o melhor a fazer. Os últimos anos já não estavam bons para os negócios e, se os políticos da situação alegavam que as notícias da chegada da doença eram intriga da oposição, os colegas do comércio resistiam a reconhecer a gravidade e tomar medidas de proteção.²⁴⁵ O recuo veio depois do testemunho do aumento das mortes na região.

Da parte dos que recorriam à fé como porto seguro, o infortúnio direcionou ainda mais as preces ao Senhor Bom Jesus do Bonfim, antecipando as romarias volumosas, que aconteciam de forma mais intensa em janeiro.²⁴⁶ A ida até a capela onde estava a imagem do Jesus crucificado para a súplica esteve ocasionalmente na agenda de devotas e devotos. Joanna também lançava mão da comunhão com o sagrado, sobretudo com o poder curativo das folhas, que sua mãe Ritta e outras mais velhas aprenderam antes da travessia imposta e repassaram às jovens Joanna e Maria Francisca.

O elevado índice de falecimentos em razão da pandemia causada pela influenza alterou também o calendário da festa da padroeira da Ordem do Rosário. Não só por conscientização própria, mas também porque o arcebispo D. Jerônimo Thomé da Silva ordenou que todas as igrejas de sua jurisdição conduzissem a celebração da missa conforme um protocolo especialmente estabelecido para aquela situação durante todo o mês de outubro.²⁴⁷ A transmissão e o número de vítimas atingiam números devastadores

²⁴⁵ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. “A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia”. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2007. p. 106.

²⁴⁶ *Ibidem*. p. 250.

²⁴⁷ Era a *Missa recordare contra pestem*, “[...] rito católico antigo. Foi composto pelo papa Clemente VI, no século XIV, com a intenção específica de proteger os fiéis conta a ferocidade da peste negra”. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Escala em Salvador de Todos os Santos... *Op. Cit.* p. 90.

e a festa precisou ser adiada. Enquanto isso, era hora de se concentrar na superação da mazela sanitária.

A festa daquele ano ocorreu no dia 22 de dezembro.²⁴⁸ No Natal, a memória estava fresca dos cânticos entoados e os pés ainda ardiam da procissão. Joanna confiava que suas preces foram eficazes, então restava agradecer pela escuta, por ter sobrevivido e pelo encerramento daquele ciclo infeliz que enlutara todos. No dia 24 de dezembro, então, motivada pelos sentidos do Natal, isto é, a esperança simbolizada pela encarnação de Deus na Terra, ela se resignava de que era “certa a morte quanto incerta a hora em que Deus Nosso Senhor Jesus Cristo seja servido chamá-la a sua presença”.²⁴⁹ Assim, revisitando sua trajetória e calculando de cabeça todo o espólio que construiu durante a vida, ela concluía que seu agradecimento pela superação da mazela e a afirmação da sua função de madrinha se consolidaria pela distribuição dos valores desse patrimônio na sua rede de sociabilidades. Por fim, mandou chamar imediatamente o tabelião interino, pois queria registrar suas últimas vontades.

Apesar da procissão anual da Ordem do Rosário estar tão recente, Joanna não ignorava todas as outras agremiações das quais fez parte, nem aquelas que tiveram importante papel na corrida contra o aumento de vidas ceifadas pela influenza e outras mazelas sociais que profanavam a cidade. Fez, então, um testamento incluindo grande número de indivíduos e associações elencadas como herdeiras que, posteriormente justificaram o rótulo de “filantropa”.²⁵⁰ No entanto, indo além da contagem e do mapeamento dos nomes citados no testamento, foi possível estabelecer elementos da “cartografia” integrada por Joanna, especialmente nos âmbitos de moradia e trabalho, que atribuem mais sentidos às escolhas impressas no testamento, além da caridade.

Apresentei no capítulo anterior as origens e os significados de outras relações extraídas do mesmo documento, que apontaram para a afirmação de laços constituídos pelo trabalho — livre e, possivelmente, escravizado — em primeiro lugar; e pelos vínculos de compadrio, herdados de lógicas coloniais e escravistas. Por se entender como sujeito desobrigado de tais lealdades por expressões de machismo e ganância, Wenceslau,

²⁴⁸ AOTNR. Registros de pagamento pela festa do ano 1918, realizada em 22 de dezembro. Folhas avulsas. AOTNR. “Contas (1918 a 1919)”. CX 12 DOC 11. Segundo Christiane Maria Souza, as procissões não foram proibidas como medida de profilaxia pela Diretoria de Saúde da Bahia até fins de outubro, apesar de já terem indícios que as aglomerações eram favoráveis à perpetuação da contaminação. Dessa forma, os irmãos e irmãs demonstravam-se sintonizados em relação ao que era noticiado em relação à contenção da mazela. SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Op. Cit.* p. 252.

²⁴⁹ APEB. Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01.

²⁵⁰ BUTLER, Kim. *Op. Cit.* p. 157.

sobrinho-neto de Joanna, tentava passar por cima de suas vontades, em favor de seu núcleo familiar mais íntimo.

Outro aspecto que põe sob tensão a definição de Joanna como “filantropa” são os significados do termo naquele contexto, principalmente em se tratando de uma mulher preta. Em primeiro lugar, as escolhas pelas irmandades não teriam mais a ver com o reconhecimento identitário e devocional? Além disso, as orientações expressas, além da mera doação, não teriam a ver com outras prioridades, como a conservação dos espaços em um contexto de fragilidade para irmãos e irmãs negros? No caso de outras agremiações a serem beneficiadas e que eram hegemonicamente entendidas como assistenciais, como os asilos e associações de “senhoras”, estaria a dádiva de Joanna informada por mais expectativas além do benefício puro e simples? O que a trajetória dessas agremiações em relação a pessoas negras tem a dizer? E a relação de outras irmãs da Ordem do Rosário com associações de teor semelhante?

As irmandades têm como fator fundamental o apoio mútuo a seus integrantes e, no limite, a comunidade adjacente. No caso das confrarias negras, a escravização e o racismo tiveram um peso expressivo no contorno dessas ações. Já que interessa aqui pensar a trajetória da Ordem onde ela é venerável e vulnerável no pós-abolição, tal qual suas irmãs, serão exploradas também as ações promovidas pela confraria que ajudam a localizar a prática dos seus serviços, de suas expectativas e interdições nesse sentido. Se no apagar do Oitocentos as irmandades se encontravam enfraquecidas e as associações filantrópicas foram tomando seu espaço, houve alguma tentativa e/ou êxito de afirmação da parte dos irmãos e irmãs pelas mesmas virtudes? O que as irmãs teriam para contribuir com essa operação?

Esse debate também me lançou aos arquivos em busca de associações femininas mobilizadas por mulheres negras. O ponto de partida foram os nomes de irmãs do Rosário, cuja filiação parecia um indício suficiente para confirmar seu empenho com ações em prol de vulneráveis, já que o cuidado sempre esteve na base de sustentação das associações negras e igualmente atrelado às mulheres negras.²⁵¹ A dificuldade — e não impossibilidade — em ir além da mera afirmação de que elas estavam ali²⁵² prova que a relevância dada às suas ações na posição de beneméritas da comunidade soteropolitana foi menos propagandeada do que outras. Possivelmente porque o rótulo de “filantropa”

²⁵¹ SILVA, Fernanda Oliveira. Pós-abolição ao Sul: balanços e perspectivas. In: SILVA, Lúcia Helena. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (Orgs.). *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. [Livro eletrônico] p. 273.

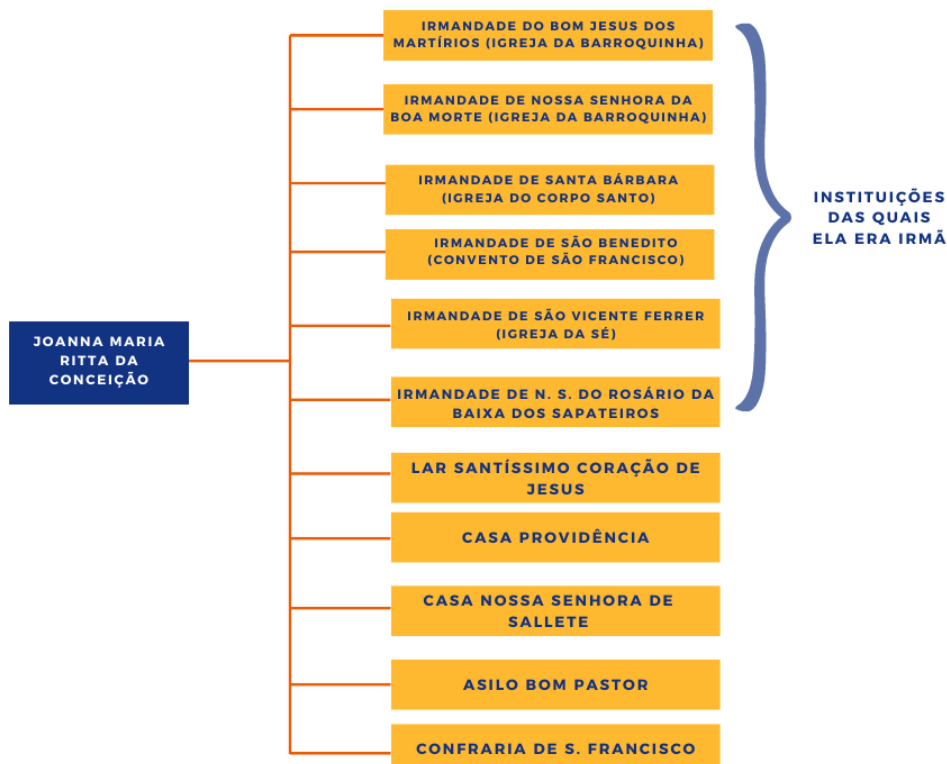
²⁵² *Ibidem*. p. 285.

não estivesse associado só à generosidade e à abnegação, mas também às expectativas em relação à “feminilidade”.

2.1 Legado, devoção, identidade e afirmação social

Ampliando o auxílio voltado aos seus semelhantes de cor, Joanna priorizou as doações a instituições geridas por pessoas pretas voltadas para o apoio mútuo, como as irmandades, mas também instituições dedicadas à caridade e à educação forjadas em ordens religiosas e informadas por preceitos romanizadores (Diagrama 3). É a partir dessas escolhas impressas no testamento que se tem notícia da sua filiação à Irmandade do Rosário dos Pretos às Portas do Carmo. A ela e às irmandades Bom Jesus dos Martírios da Barroquinha, Santa Bárbara do Corpo Santo, São Benedito do Convento de São Francisco, São Vicente Ferrer que se venera na Igreja da Sé, “de todas as quais é irmã”, ela legava a casa na rua do Tinguí, da qual Wenceslau seria usufrutuário até o seu falecimento, uma vez garantido o pagamento em dia das décimas por um ano. Ela deixava seus bens sem nenhuma dívida extra e esperava que o usufrutuário não sujasse o nome que ela conservara limpo até os seus últimos dias.

Diagrama 3 - Instituições beneficiadas no testamento de Joanna Maria Ritta da Conceição



Fonte: APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

As referidas irmandades poderiam vender a dita casa e dividir o produto em partes iguais entre si. Então, o único sinal de distinção em meio às agremiações leigas às quais ela se filiava foi dado à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da igreja da Barroquinha, da qual foi juíza e destinava a quantia de 300 mil réis a ser aplicada na feitura de esquite da mesma santa.²⁵³ A necessidade de empenho material para produzir o esquite da padroeira sinalizava a precariedade da instituição, que contrastava com os sinais de riqueza de Joanna, mas não a distanciava da devoção.

Não devia ser a primeira vez que ela estava atenta e procurava agir para resolver problemas estruturais por ali, pois a precarização do templo era problema antigo. Em 1876, a mesa de outra irmandade beneficiada e abrigada na mesma capela, a do Bom Jesus dos Martírios, solicitava ao presidente da província, Luiz Antonio da Silva Nunes, “uma mão protetora”, pois faltavam telhas no telhado, o assoalho e suas vigas estavam prejudicados.²⁵⁴ O que a irmandade esperava com esse pedido era a concessão de loterias prometida, que beneficiou também as obras do Rosário dos Pretos, que levaram a reabertura no dia do nascimento de Wenceslau.

Todas as irmandades beneficiadas eram negras. Por maior proximidade e carência, Joanna assinalou como deveria ser gasto o valor reservado à Irmandade do Bom Jesus dos Martírios, alocada na igreja da Barroquinha: no “conserto do altar do mesmo senhor e o restante para a compra de uma apólice da dívida pública federal, que ficará pertencendo à supra irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios”.²⁵⁵ A indicação para a compra da apólice evidencia a preocupação com a manutenção da instituição e a recuperação financeira, por conseguinte. Seu traquejo nos negócios a levou a definir o destino do investimento concedido, desafiando a prática mais comum de legar imóveis, apenas. A Irmandade do Rosário também possuía apólices de dívida pública, sinalizando a diversificação das formas de investimento das agremiações. Afinal, os imóveis, patrimônio muito explorado por elas, também despendiam tempo e outros gastos, já que tinham que lidar com inquilinos, resolver reparos estruturais. Joanna, assim, aplicava os conhecimentos do ramo em que trabalhava para beneficiar a irmandade ao não só doar, mas também indicar a forma que o valor deve ser investido. Dessa maneira, ela se

²⁵³ Em uma das etapas da celebração dedicada à Nossa Senhora da Boa Morte, a imagem da santa é colocada em um esquite.

²⁵⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Governo da Província. Irmandades (da Capital) 1847-1889. Maço 5249.

²⁵⁵ APEB. Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01.

sobrepunha à mesa administrativa, geralmente ocupada só por homens e que decidia a respeito da destinação do dinheiro.

As irmandades constituíam um dispositivo acionado pela população negra desde o início do processo colonial. Isto porque, quando violentados pela ação escravista, homens e mulheres africanos eram também convertidos ao catolicismo, e uma forma de conservá-los sob a fé católica era arregimentá-los em agremiações próprias. As primeiras irmandades surgiram na Europa Medieval, no contexto de crises que mobilizaram a caridade e o apoio mútuo através da Igreja. Seguindo esse ideário, no fim do século XV, o monarca português criou a Irmandade da Misericórdia, que estava assentada sob o padroado régio. Seu objetivo primordial era “prestar auxílio material e espiritual aos necessitados”.²⁵⁶ Assim, como parte do império português, as irmandades brasileiras enviavam seus regimentos à aprovação da Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa.

A lógica de formação dessas agremiações era registrada nesses estatutos, os “compromissos”, e um elemento importante nessa definição eram os critérios de admissão de membros. A historiadora Lucilene Reginaldo aponta que, até a expansão dos portugueses sobre outros territórios, a categorização era orientada por vínculos corporativos, afinidade profissional, gênero ou lugar de origem. Depois do avanço sobre outros continentes e da escravização atlântica, outros referenciais passaram a integrar os padrões de arregimentação, como “estatuto jurídico (escravizado, livre ou liberto), cor da pele (branco, preto, pardo, mulato), a origem geográfica genérica ou específica (portos de embarque, identidades étnicas e ‘nações’), muitas vezes mesclados e sobrepostos aos antigos critérios”. Com efeito, a agremiação mais antiga voltada para gente negra foi fundada em 1565, na Igreja de São Domingos, em Lisboa, e dedicada à Nossa Senhora do Rosário.²⁵⁷ A santa era a padroeira das conquistas espirituais. Nesse sentido, Lucilene Reginaldo e o antropólogo Renato da Silveira concordam que a adesão das comunidades negras às confrarias do Rosário começou porque sua regra desprezava critérios de riqueza e estatuto social para admissão de novos membros. Com a difusão, o orago passou a ser efetivamente reconhecido como uma devoção negra.²⁵⁸

Mas não foi só essa a santa católica venerada pela população africana e afrodescendente. Foram comuns as devoções eretas em nome de São Benedito, Santo

²⁵⁶ REGINALDO, Lucilene. Irmandades. SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 269.

²⁵⁷ *Ibidem*. p. 271.

²⁵⁸ *Ibidem*. p. 272. SILVEIRA, Renato da. Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos na Bahia colonial. In: REIS, João José. AZEVEDO, Elciene (Orgs.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 27.

Antônio de Categeró, Santa Efigênia, Santa Bárbara e outras. Na porção da América sob colonização portuguesa, quanto mais o processo de escravização se intensificava, diversificando as etnias e os contatos entre linguagens de devoção, mais a prática se estendia e tomava contornos mais complexos. Na própria confirmação das funções da irmandade, irmãs e irmãos articulavam não só seu atributo devocional, mas também de emancipação. Era o caso da Irmandade de Santo Antônio de Categeró abrigada na Igreja Matriz de São Pedro, de Salvador, que assegurava em seu compromisso que financiaria a alforria do irmão ou irmã “sujeito que se quiserem forrar”, caso a irmandade tenha o dinheiro “para o dito efeito”.²⁵⁹

As normas eclesiásticas que permitiam às confrarias erguer capelas próprias, permitia que integrantes gerissem somas de recursos e aplicassem a força de trabalho em um patrimônio que seria reconhecido, em alguma medida, como seu. Ainda que dependesse do aval da Mesa de Consciência e Ordens e, no Império, do beneplácito régio, irmãos e irmãs adquiriram margens de liberdade para gestão de uma agremiação fiadora de direitos para gentes negras. Por meio da rotina interna e externa, integrantes também desenvolveram uma cultura política que lhes permitiu fazer frente a arroubos dos bispos e demais incomodados com sua presença.²⁶⁰ Portanto, irmandades, confrarias, ordens terceiras e devoções negras eram recursos disponíveis para articular uma negociação²⁶¹ dentro da ordem vigente que também a desafiasse.

As irmandades às quais Joanna Maria Ritta da Conceição se filiara e legara bens evidenciavam a diversidade das devoções negras ativas nas primeiras décadas do Novecentos na cidade de Salvador. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e a do Bom Jesus dos Martírios eram abrigadas na capela da Barroquinha. Segundo Renato da Silveira, a irmandade do Bom Jesus dos Martírios deu seus primeiros passos por volta de 1740, abrigada na capela de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo e, em 1764, foi transferida para a Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, construída na década de

²⁵⁹ “Compromisso da irmandade de S. Antonio de Catagerona cita na Matriz de S. Pedro desta cidade da Bahia; que seus devotos hão de guardar feito no ano de 1699” Apud VALERIO, Miguel. Afro-Brazilian Catholic Brotherhoods and their Abolitionism. In: *Questioning Slavery: Catholic Perspectives.*, In: H-Soz-Kult, 02.06.2023, www.hsozkult.de/event/id/event-136658.

²⁶⁰ REGINALDO, Lucilene. Irmandades... *Op. Cit.* p. 273. SOARES, Mariza. “Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII”. In.: CARVALHO, José Murilo de. CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Pp. 411-434. MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

²⁶¹ REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

1720.²⁶² No século XIX, seu quadro de membros era composto por “crioulos” e africanos vindos da Costa da Mina. A Boa Morte, por sua vez, teve uma trajetória marcada por imprecisões quanto ao seu título. Silveira assinala, a partir do relato do folclorista do início do século XX João da Silva Campos, que ela não teria alcançado a posição de uma irmandade, sendo apenas uma “devoção”²⁶³ organizada pela ala feminina da mesma Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios.²⁶⁴ No entanto, Joanna Maria Ritta, ex-juíza da Boa Morte, registrou em seu testamento uma de suas últimas vontades da seguinte forma: “Lega à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, que se venera na Igreja da Barroquinha e da qual foi juíza”. Ao que parece, havia uma disputa pelo reconhecimento do título, o qual, para as suas irmãs, já deveria ser claro, a despeito da confirmação pela Igreja e dos irmãos externos a ela.

Presumo que o incômodo se dava por se tratar de uma organização dirigida por mulheres, diferentemente das demais confrarias, que relegava ao sexo feminino papéis muito específicos, que não se misturavam com os dos homens. Joanna deu sinais de que burlava essas normas, como vimos acima. Os padres, por sua vez, não deixavam de demonstrar o incômodo, reclamando de “*excessos por demais deploráveis* a que se entregavam as mulheres da citada devoção em sua procissão”, referindo-se à ocorrida em 1865.²⁶⁵ Por outro lado, João da Silva Campos sublinhou que figuras icônicas do candomblé de Salvador como Mãe Aninha (Eugênia Anna dos Santos, uma das iyalorixás fundadoras do Ilê Axé Opô Afonjá) e Bibiano Soares Cupim, irmã e irmão da Ordem do Rosário às Portas do Carmo, respectivamente, representavam os “baluartes da Devoção de Nossa Senhora da Boa Morte” na Barroquinha, e a morte de ambos teria acionado a decadência da agremiação católica.²⁶⁶

Campos, então, tirava o peso das questões externas às agremiações na explicação para a evasão das festas. E, se esses dois eram “baluartes” daquela devoção, não era uma transgressão, para Campos, a filiação ao candomblé, já que se tratava de uma iyalorixá e um ogã.²⁶⁷ À luz das opiniões deste autor já citadas, talvez o mérito dos dois seria o êxito em “separar” as duas funções religiosas em suas trajetórias, já que era comum o incômodo com a “mistura” entre elementos de origem africana e o catolicismo entre os orgulhosos

²⁶² SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Salvador: Edições Maianga, 2006. p. 279; 282.

²⁶³ Grau inferior na escala das confrarias leigas católicas.

²⁶⁴ SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha... Op. Cit.* p. 445.

²⁶⁵ CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia. Op. Cit.* p. 359. Grifos do autor.

²⁶⁶ *Ibidem.* p. 362.

²⁶⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra de Albuquerque. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 220-221.

de sua “africanidade”.²⁶⁸ Além disso, os dois se destacaram como bons gestores, haja vista a fundação de terreiro na Bahia e no Rio de Janeiro, da parte de Aninha, e repetidas intervenções à mesa administrativa do Rosário dos Pretos, da parte de Cupim.

De todo modo, como exemplo de uma outra forma de denominação, a Irmandade da Boa Morte de Cachoeira seguiu ativa e sem ter seu título de “irmandade” oficializado por muito tempo, apesar de adotar preceitos organizacionais muito semelhantes.²⁶⁹ Nos dois lugares, as manifestações da Boa Morte traziam fortes elementos de religiosidades de matriz africana, o que provavelmente já representava os “excessos” registrados pelos padres citados por Campos. A partir do fim do século XX, as festas da irmandade compuseram o calendário afro-religioso e turístico, o que continuou incomodando setores da Igreja Católica.²⁷⁰

O testemunho do cronista João da Silva Campos citado no capítulo 1 demonstra que um dos “excessos” por parte das mulheres das irmandades era também a ostentação de suas joias (Imagem 4). Para os sacerdotes romanizadores, a demonstração da fé deveria vir das obras de caridade e da devoção de foro íntimo. A discrição, especialmente da parte da mulher, era uma virtude a ser mantida, segundo as definições de feminidade. Nesse sentido, mulheres como a da imagem (cujo anonimato se deve ao fotógrafo) eram transgressoras.

Pelas joias listadas no testamento de Joanna, fica difícil afirmar que ela saísse de forma parecida nos festejos. Ao que parece, para ela, a posse de joias serviria para a devoção — bem assinalada pelo catolicismo — e para a segurança patrimonial, já que a posse de objetos de metais preciosos era uma alternativa segura às flutuações do mercado observadas naquela segunda década do Novecentos. Considerando a sua ladinização, portanto, Joanna seria uma irmã e devota “exemplar” aos olhos da Igreja e do cronista. Ainda assim, ela não deixava de sair lado a lado com mulheres que valorizassem a ostentação nas procissões.

²⁶⁸ AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 42.

²⁶⁹ SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha... Op. Cit.* p. 448.

²⁷⁰ SOUZA, Wiltércia Silva de. “O sequestro das santas: A Irmandade da Boa Morte e a Igreja Católica em Cachoeira, Bahia – 1989”. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2007. REGIS, Mariana Fernandes Rodrigues Barreto. 200 anos não são 200 dias: história, protagonismo e estratégia de mulheres negras na Irmandade da Boa Morte (1820 – 2020). *Revista Calundu* v. 4, n. 2, p. 21, 2021. Pp. 198-218.



Imagem 4. *A Negress of Bahia* (1910). Schomburg Center for Research in Black Culture, Jean Blackwell Hutson Research and Reference Division, The New York Public Library. <https://digitalcollections.nypl.org/items/510d47db-b0a2-a3d9-e040-e00a18064a99>. Acesso em 28 jun. 2023.

A avaliação de sujeitos externos ao clero — e negros —, como João da Silva Campos, vai além, pois ele via nessa exposição um contraste com a condição social que ele julgava que essas mulheres tinham. E, portanto, os valores das joias poderiam ser aproveitados de outra forma, já que elas eram “aparentemente pobres”.²⁷¹ No entanto, neste caso, a beleza representada nas procissões “não é um luxo; ao contrário, é uma forma de criar possibilidade no espaço da clausura, uma arte radical da subsistência, o acolhimento do que é horrível em nós (sic), uma transfiguração daquilo que é dado”, como define Saidiya Hartman.²⁷² Apesar disso, a insensibilidade de sacerdotes e cronistas se valia de expectativas brancas, cristãs e capitalistas.

Julgamento semelhante se apresenta em um relato escrito em 1942 sobre a chegada dos missionários europeus para administrar o Convento de São Francisco e reestabelecer o noviciado suspenso antes da República. O religioso Matias Teves afirmava ser necessário restaurar e adaptar o convento onde se instalava uma Irmandade de São Benedito, outra à qual Joanna era filiada e legou bens. Era preciso “isentá-lo das irmandades que haviam se estabelecido em seu domicílio”:

Existiam domiciliados no convento 10 irmandades: de N. Senhora da Conceição e Glória, de São Vicente Ferrer, de São Pedro de Alcantara, de São Benedito, Santa Efigênia, São João Batista, N. Sra. dos Anjos, Santa Luzia, Santa Cecília, N. Sra. da Congregação dos Artistas. Todas elas estavam entaladas no convento do qual ocupavam a maior parte habitável, onde também

²⁷¹ CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.* p. 313.

²⁷² HARTMAN, Saidiya. *Op. Cit.* p. 53.

faziam suas reuniões e guardavam suas alfaias, assim como tinham as suas caixas de esmolas. Era grande a dificuldade de convencer as irmandades de que já não podiam ficar no convento tanto mais quanto também os antigos religiosos recebiam delas alguma subvenção, a ponto de Frei Camilo declarar que não era possível obrigá-las a sair, uma vez que já tinham direitos adquiridos. Como, porém, a disciplina e a vida religiosa da comunidade não podiam ser mantidas como elementos estranhos dentro do convento, Frei Armando declarou simplesmente que, ou as irmandades deixariam o convento ou os novos religiosos abandonariam a obra de restauração, retirando-se para o sul do país.²⁷³

O depoimento revela que a presença dos missionários precisou ser negociada, pois as irmandades se reconheciam autorizadas a utilizar aquele espaço, inclusive com a anuência reafirmada de um dos freis que já serviam ao convento. Restou a um dos freires envolvidos conversar com as irmandades sobre a retirada, o que não se deu sem relutância e sem concessões a elas:

Depois de alguma relutância, obedeceram as irmandades efetivamente às ordens do Provincial, deixando o convento e, ao mesmo tempo, definitivamente a igreja onde funcionavam. Só à irmandade de São Benedito foi permitido continuasse a guardar numa dependência, ao lado do côro, algumas arcas com alfaias e ficou na mesma igreja.²⁷⁴

A Irmandade de São Benedito do Convento dos Franciscanos, à qual Joanna também se filiava e legou bens, não abriu passagem facilmente aos missionários. Reconhecendo sua função institucional, irmãos articularam entre os freis residentes e outras figuras políticas por sua permanência. Não foi possível manter o que tinham, pois conseguiram armazenar suas alfaias apenas e, posteriormente, “a Confraria mudou seu consistório para uma casa de aluguel, à rua do Bispo”, segundo Campos.²⁷⁵ Ainda assim, Matias Teves registrou que o Dr. Gustavo dos Santos,

médico do convento, conselheiro e amigo constante, que aos novatos ensinava a trabalhar na cura de almas de acordo com o sentimento do povo e principalmente arranjava ele as festas dentro das tradições da Bahia, granjeando assim aos religiosos a gratidão e confiança de todas as camadas do povo.²⁷⁶

O referido médico encabeçou uma mediação entre os interesses dos franciscanos recém-chegados com a comunidade das confrarias. Um recurso de grande valia nesse sentido foi a abertura à dinâmica já vigente, ao menos em relação aos seus cuidados e aos festejos. Creio que o próprio médico passou por essa resistência quando começou a praticar sua profissão por ali e teve de aprender e aceitar a trabalhar “de acordo com o sentimento do povo”. Maria Inês Côrtes de Oliveira verificou que esta foi a irmandade

²⁷³ TEVES, Matias. “A restauração da Província Franciscana de Santo Antônio no Brasil”. HDBN. *Revista dos Franciscanos do Nordeste*. Bahia, 1942. p. 19. Acesso em 25 abr. 2023.

²⁷⁴ *Idem*.

²⁷⁵ CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.* p. 315.

²⁷⁶ TEVES, Matias. *Op. Cit.* p. 20.

mais citada nos testamentos, seguida das confrarias de Bom Jesus das Necessidades e Redenção e do Rosário das Portas do Carmo.²⁷⁷ Assim, apesar da carência material de muitas dessas instituições, seus irmãos e irmãs reservavam influência para disputar pela sobrevivência da agremiação e a sua individual de diferentes formas, para além do objetivo meramente financeiro.

A devoção a Santa Bárbara alocada na Capela do Corpo Santo, por seu turno, confirmava o vínculo de Joanna Maria Ritta na rede do comércio soteropolitano. A rua do Corpo Santo era considerada uma extensão da rua das Grades de Ferro, já citada aqui como parte da cartografia de Joanna.²⁷⁸ De acordo com a historiadora Edilece Couto, Santa Bárbara era conhecida como a protetora dos mercados. Isso porque, no século XVII, um casal de portugueses estabeleceu uma propriedade na Cidade Baixa, depois repartida em vários pontos comerciais para serem alugados. No fundo do imóvel foi erguida uma capela, cujo altar era dedicado à santa e, posteriormente, o espaço passou a ser identificado como Morgado de Santa Bárbara. Depois de heranças sucessivas, no século XIX a propriedade virou “um centro comercial, com barracas e armazéns de secos e molhados”, passando a ser chamado de Mercado de Santa Bárbara. Enquanto isso, a devoção era conservada pelos comerciantes e demais trabalhadores, muitos deles negros.²⁷⁹ Joanna poderia ter, em algum momento, instalado um negócio ali.

Aquela era a região comercial mais importante da Salvador oitocentista. Por ali passavam mercadorias, transeuntes e as práticas vindas do Recôncavo, como as rodas de samba que agitavam aqueles que passavam, elaborando uma confraternização entre os trabalhadores e trabalhadoras ao fim do expediente.²⁸⁰ Mas a convivência do comércio de rua com o comércio “formal” nem sempre era pacífica. Os representantes da Associação Comercial reclamavam à polícia da vizinhança:

ajuntamentos de pretas ganhadeiras e vendedeiras de doces, frutas e outros objetos nas escadas do edifício da praça que não só interrompem o trânsito de todas as pessoas que têm de subir ou descer nas ruas de concorrência dos negociantes, como à tarde, depois que a casa se fecha o ajuntamento aumenta a um ponto que acaba por vozeria acompanhada de palavrões não só pouco polidos, mas antes ofensivos da moral e da decência, em um lugar circulado

²⁷⁷ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto... Op. Cit.* p. 87.

²⁷⁸ COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 215-216.

²⁷⁹ COUTO, Edilece. “Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2004. Pp. 86-87.

²⁸⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *De que lado você samba? – Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. *E-book Kindle*.

por habitações de famílias honestas que muitas vezes se vêm forçadas a retirarem-se das janelas.²⁸¹

Foram muitos incêndios assolando o mercado em decorrência das reformas que atravessaram a região na segunda metade do Oitocentos. O tom da reclamação atinge especificamente as mulheres, principal alvo das políticas higienizadoras do fim do século XIX que ameaçavam seu ofício,²⁸² especialmente na região do Bairro Comercial (onde estava a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia), reconhecido por abrigar o maior número de cantos de trabalho.²⁸³

Em 1899, um incêndio atingiu a capela do mercado e os trabalhadores correram para resgatar a santa e as alfaias e passaram a guardá-las na igreja do Corpo Santo. No ano seguinte, a capela de Santa Bárbara original foi demolida²⁸⁴ e acidentes sobre a nova sede levaram à transferência da imagem da padroeira para a Igreja da Conceição da Praia, em 1933. Para Edilece Couto, o descuido que levou à sucessão de incêndios afetou o comércio popular e a organização do culto aos santos que se dava na Cidade Baixa.²⁸⁵ Por outro lado, o comércio formal seria valorizado pelas reformas da região portuária e arredores da sede da Associação Comercial, que tinham em seu bojo o embranquecimento da região.²⁸⁶

Esses projetos enfrentavam resistência de trabalhadoras/es e devotas/os que, por sua vontade, não eram muito redutíveis, apesar de terem oponentes muito fortes. Assim, até a morte de Joanna, era na capela do Corpo Santo que ficava a devoção a Santa Bárbara, para quem ela também deixou uma parte do valor da venda de sua casa. A festa da padroeira incomodava igualmente os agentes e apoiadores da romanização, pois o festejo era protagonizado por comerciantes africanos que não deixavam de somar ao sentido da celebração a homenagem a Iansã.²⁸⁷

²⁸¹ APEB. Seção Colonial. Correspondência Chefe de Polícia. 1870, maço 6178. Apud. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. SAMPAIO, Gabriela Reis. *Op. Cit.*

²⁸² FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999). Pp. 239-256.

²⁸³ REIS, João José. *Ganhadores...* *Op. Cit.* p. 259.

²⁸⁴ BARROS, J. Teixeira. Extintas Capellas da Cidade de Salvador. IGH. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº 56, 1930. p. 243. Disponível em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/capelas-extintas.htm>. Acesso em 20 mar. 2024.

²⁸⁵ COUTO, Edilece. “Tempo de festas...”. *Op. Cit.* p. 89.

²⁸⁶ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Op. Cit.* p. 22

²⁸⁷ COUTO, Edilece. *Op. Cit.* p. 90. CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.* p. 312. A contragosto das gerações seguintes de “incomodados”, desde 1987 a devoção se encontra na Igreja de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo e a sua festa em dezembro é das mais concorridas do calendário da cidade. SANTANA, Analia. “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969-2001)”. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013. p. 72.

Na mesma igreja, outra importante confraria de africanos de significativo poder aquisitivo estava abrigada: a Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e Redenção.²⁸⁸ Ela era organizada por africanos de nação jeje, uma possível ascendência de sua mãe, Ritta. A igreja se via imersa na atividade comercial, por conseguinte, negra e dos dois sexos, o que não deixava de imprimir sentido às suas manifestações interiores. São elementos muito próximos daquilo que Joanna deixou passar em seu testamento: a integração a uma fértil malha comercial da região da Cidade Baixa. A relação tensa com o clero e a vulnerabilidade estrutural que se apresentava por outras fontes pode ter despertado a atenção de Joanna, para além da sua devoção, movendo-a a legar bens para as confrarias.

A testadora tinha conhecimento da pauperização dessas instituições por pertencer a esses espaços e por reconhecer suas histórias. Quem sabe até tenha herdado o costume de filiação da mãe, assinalando um significado ainda mais profundo para a dádiva. A partilha equânime a todas as irmandades do produto da venda da casa do Tingui, a propriedade individualmente mais valiosa do inventário, evidencia sua vontade de favorecê-las de forma mais ou menos igualitária, apesar de diferenças de status entre uma e outra. Diferentemente do que avaliei em relação aos indivíduos herdeiros, ela fez uma partilha mais equilibrada de bens às irmandades, dando destaque apenas à confraria do Bom Jesus dos Martírios, sugerindo uma preferência devocional e a preocupação com a precariedade da respectiva igreja, que ameaçava também a segurança dos devotos. Essa variação de condição estrutural entre as igrejas e irmandades negras ficará mais evidente a seguir.

A historiadora Katia Mattoso, estudiosa incansável da experiência baiana oitocentista, avaliou que a rarefação dos legados deixados às irmandades com o avançar dos anos revelava a decadência destas.²⁸⁹ A seu ver, “a alta e média burguesia abandonou *completamente* essas manifestações, deixando inclusive de financiá-las”.²⁹⁰ Maria Inês Côrtes de Oliveira, que fez um levantamento de fôlego de testamentos de escravizados e libertos de Salvador no Oitocentos completa:

No lugar das irmandades, os bispos passam a incentivar novas devoções mais condizentes com o aspecto sacramental que se pretendia implantar, como a do Coração de Jesus, diretamente vinculada à Eucaristia, e a da Imaculada Conceição. Após o decreto de separação entre a Igreja e o Estado, a romanização da Igreja foi completada e as congregações Mariana, os

²⁸⁸ PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros... *Op. Cit.*

²⁸⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 400-401. Grifos meus.

²⁹⁰ *Ibidem*. p. 402.

Apostolados da Oração e as Filhas de Maria, submetidas diretamente à autoridade eclesiástica, substituíram, perante a Igreja, o prestígio das Irmandades e Ordens Terceiras.²⁹¹

É notório o arrefecimento desse tipo de associação entre o fim do século XIX e o início do XX e não é a intenção aqui negar a escala colocada, reduzindo o cenário à experiência de Joanna, falecida em 1919. Esta decadência foi fomentada pela ação e a inação de instituições às quais as ordens leigas se vinculavam fundamentalmente, como o Estado e a Igreja Católica. A instituição de novas lógicas econômicas e políticas em tensão com as velhas práticas também não facilitaria, mas sua conservação ainda era pautada por seus membros, como apontado pela experiência da Irmandade de São Benedito e será mais explorado em relação à Ordem do Rosário às Portas do Carmo. Nesse sentido, é necessário lançar mão de outros esforços de pesquisa para entender esse movimento, seus tensionamentos e complexidades. Como reforçou o historiador italiano Giovanni Levi, “a redução da escala é uma operação experimental”, pois pode revelar o ajustamento a um sistema lançando luz sobre coerências e delineações de contexto, ou anunciar “contradições que só aparecem quando a escala de referência é alterada”.²⁹²

Ao pedir que fosse empregado parte de seu legado nos reparos de igrejas, Joanna confirmava que essas agremiações se encontravam fragilizadas, mas apostava em sua sobrevivência, investida também por devoção e reconhecimento de uma tradição. Seu caso alerta para a importância de se observar essa experiência em conjunto com as fontes da atividade interna da confraria, já que a interrupção dos legados deixados não significava, necessariamente, o desinteresse incontestado pela instituição.

A conservação arquivística desses documentos também foi prejudicada por esses assaltos e acidentes, mas outras pesquisas já têm pontuado que, no pós-abolição, a devoção ao Rosário e a outros santos do apego de gentes negras continuou sendo mediada por agremiações de diferentes formas.²⁹³ Com efeito, a redução do número de testamentos que lhe favorecessem pode ser creditada a uma substituição das formas de beneficiamento a essas organizações e ao empobrecimento dos setores que as beneficiavam, para além de “abandoná-las”, apenas.

Ainda assim, o testamento de Joanna, uma mulher com riqueza significativa adquirida vivendo de negócios, revela uma preocupação muito próxima às irmandades

²⁹¹ OLIVEIRA, Maria Inês. *O liberto...* Op. Cit. p. 85.

²⁹² LEVI, Giovanni. Op. Cit. p. 155.

²⁹³ QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência* (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Anablumme/Fapesp, 2002. MULLER, Liane. Op. Cit.. SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. Op. Cit. pp. 167-177. RIBEIRO, Jonatas Roque. Op. Cit. pp. 198-204.

negras de alguém com grau de riqueza considerável dentro dos padrões estipulados por Mattoso.²⁹⁴ Essas instituições, por sua vez, estavam atentas, como veremos, aos testamentos que anunciavam qualquer doação a uma delas. Com o movimento de fusão de muitas em um só templo, em decorrência do desestímulo que se deu a partir do fim do Oitocentos, sua ação passou a ser mais conjunta.²⁹⁵

Para Katia Mattoso, o arrefecimento das irmandades se iniciou em meados do século XIX, “quando os poderes locais começaram a se interessar seriamente pelos problemas sociais da cidade, criando suas próprias instituições de socorro, e associações privadas assumiram encargos suportados outrora pelas irmandades”.²⁹⁶ O testamento de Joanna se sintonizou, em alguma medida, com esse diagnóstico, uma vez que ela demonstrou algum esforço para deixar doações às casas de caridade do Lar Santíssimo Coração de Jesus, Casa Providência, Casa Nossa Senhora de Sallette, Asilo Bom Pastor e aos “pobres da Confraria de São Francisco”. A mesma historiadora informou que essas eram obras de caridade dirigidas por freiras de São Vicente de Paulo, chegadas à Bahia em 1853, exceto a Nossa Senhora de Sallette, dirigida por religiosas portuguesas da Ordem de Assunção. As instituições escolhidas eram “asilos-colégios que recebiam tanto moças pobres, geralmente órfãs, quanto moças de famílias da classe média, que ali eram educadas”. Uma vez acolhidas, esperava-se que essas jovens “fossem afastadas dos perigos que poderiam advir de uma promiscuidade entre mulheres da vida e jovens inocentes”.²⁹⁷ Aquelas “mulheres perdidas” deveriam ficar nas Casas de Recolhimento, como as de São Raimundo, Nossa Senhora dos Perdões e Nossa Senhora dos Humildes. Só que nenhum destes últimos foi citado por Joanna.

A Casa da Providência de Salvador teve primeira sede ao lado da igreja do Rosário dos Pretos, inclusive. Ela foi criada pela Associação das Senhoras de Caridade, uma confraria fundada por D. Romualdo Seixas, Arcebispo da Bahia, e D. Luísa Margarida Borges de Barros, então viscondessa de Barral, em 1854. A direção da Casa da Providência foi entregue aos padres lazaristas e irmãs francesas. Naquele ano, a confraria apresentava 170 filiadas que tinham como sua diretora a irmã do Arcebispo Primaz,

²⁹⁴ Na classificação de fortunas estabelecida pela autora referente ao período de 1801-1889, a riqueza deixada por Joanna pela avaliação feita para o inventário correspondia ao quarto nível mais rico, uma fortuna “média alta”. MATTOSO, Katia. *Bahia, uma província... Op. Cit.* p. 608.

²⁹⁵ *Ibidem.* p. 401.

²⁹⁶ *Ibidem.* p. 402.

²⁹⁷ *Ibidem.* p. 197.

Escolástica Basileia de Seixas.²⁹⁸ O perfil elitizado das sócias, ancorado na direção eclesiástica, dava o tom da instrução preconizada pela instituição e conferia àquelas mulheres atributos esperados a partir dos recortes de gênero e raça.

Discurso similar era proferido em torno do Asilo Bom Pastor, outra instituição que se beneficiaria do legado de Joanna. Fundado em 1898, no prédio onde antes funcionava um hospício, o Bom Pastor era uma agremiação importada da Europa e já tinha se instalado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Suas ações eram dirigidas à “regeneração da mulher transviada”, para “elevá-la a sua altura de mimo da criação”.²⁹⁹ A função ficava a cargo de “beneméritas senhoras que se dedicam com uma abnegação admirável e uma caridade inimitável”. Da composição do seu primeiro conselho ordinário,³⁰⁰ todo feminino, as mulheres que foram identificadas em assentos de batismo e relação de passageiros foram registradas como brancas,³⁰¹ e os jornais noticiaram a presença de famílias “das altas classes sociais” no evento de inauguração. O recolhimento das “pobres vítimas” era feito pela polícia,³⁰² o que revela o tom de violência mobilizado como ferramenta de cuidado e consentimento por esses sujeitos.

No entanto, seria o protagonismo desse ideal de mulher e os seus “honestos” objetivos que redimiriam as pacientes e as agentes da benemerência. A publicização dessa figura moralizadora e caridosa da mulher foi reverberada expressivamente no contexto do movimento abolicionista das décadas de 1870 e 1880, e pode ter repercutido também nas ações das referidas instituições. Para o historiador Roger Kittleson, quando alguns setores das elites se conscientizaram de que ficava mais difícil sustentar a legalidade do trabalho escravo, seja por pressões internacionais ou pela pujança das fileiras mais radicais do movimento abolicionista, o caminho foi pautar uma abolição moderada. Nesse sentido, as mulheres dessas elites tiveram um papel importante como mobilizadoras da campanha, atribuindo um sentido mais palatável. Seu papel era conscientizar a sociedade sobre a moralidade e a civilidade contidas na abolição do cativo, isso porque “as

²⁹⁸ CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. "Educar para bem servir: Entre a Abolição e a República: as elites baianas e a educação de escravos e libertos". In: BACELAR, Jeferson. PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Política, Instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2013. pp. 17-42. p. 18-19.

²⁹⁹ HDBN. *Cidade do Salvador* (BA), 02/03/1898. *Cidade do Salvador* (BA), 17/03/1898. *Cidade do Salvador* (BA), 25/04/1898.

³⁰⁰ HDBN. *Cidade do Salvador* (BA), 27/04/1898.

³⁰¹ Busca no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e da Cúria Metropolitana de Salvador via *FamilySearch*.

³⁰² HDBN. *Cidade do Salvador* (BA), 25/04/1898.

mulheres eram vistas como mais empáticas e cuidadosas que os homens; por sua própria natureza, então, as mulheres tinham moral distinta e propensões à caridade”.³⁰³

No mesmo sentido, Camillia Cowling salientou que as mulheres abolicionistas acionaram a retórica da compaixão e da emoção.³⁰⁴ Por meio de reuniões para pequenos ou grandes públicos, elas faziam de entregas de cartas de alforria um espetáculo. A defesa da abolição se justificava a partir de argumentos patriarcais, caracterizando a escravidão como um mal para a família, inclusive em razão das relações “etnossexuais” entre senhores e escravizadas. O trabalho no campo “desfeminilizava as mulheres”, bem como a convivência das sinhás com os homens escravizados maculava a sua inocência.³⁰⁵ Tais ideias circulavam pelo Atlântico, informando as expectativas elitizadas sobre as populações negras após a abolição, em termos de comportamento e gratidão.

Na Bahia, o poeta Castro Alves apostou na eficácia dessa retórica entre as “senhoras” e fez uma convocação no jornal *O Abolicionista*, em 1871, com frases como “De século em século os homens ganharam um palmo no terreno da liberdade e do pensamento. As vitórias da mulher foram no terreno do amor”. Na mesma linha das definições sexistas, o poeta tentou angariar doações das senhoras baianas à campanha abolicionista. Ele também tentava convencê-las de que a luta pela emancipação dos homens era também a luta pela emancipação da mulher, que possibilitaria o direito ao voto, requisito importante para a consolidação da cidadania, vedado a elas.³⁰⁶ O convencimento, portanto, passava pela tentativa de conectar a situação de restrição da liberdade vivida em decorrência do cativeiro com o sexismo que vedava o ingresso feminino a espaços decisórios. Considerando que as mulheres negras tinham sua “liberdade por um fio”, não parece que a promessa do sufrágio seria acionada para sensibilizar este grupo em específico.

Analisando as organizações abolicionistas da Bahia, Jailton Brito identificou que a vinculação feminina não era proibida, segundo consta nos estatutos das principais

³⁰³ KITTLESON, Roger A. Women and Notions of Womanhood in Brazilian Abolitionism. SCULLY, Pamela. PATON, Diana (Orgs). *Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World*. Durham; Londres: Duke University Press, 2005. p. 107.

³⁰⁴ COWLING, Camillia. *Op. Cit.* p. 193.

³⁰⁵ *Ibidem.* pp. 204-206.

³⁰⁶ “A terra que realizou a emancipação dos homens, há de realizar a emancipação da mulher. A terra que fez o sufrágio universal não tem o direito de recusar o voto de metade da América. E este voto é o vosso”. HDBN. *O Abolicionista* (BA). 20/04/1871. Folha 1-2. Angela Davis explora o debate sobre a defesa do voto feminino no século XIX e a forma excludente em termos de raça pela qual ele se deu amplamente nos Estados Unidos. Nesse sentido, explorar a questão sufragista era tocar em interesses que tocavam mais às mulheres brancas àquela época. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 86-93.

agências antiescravistas desta província. Ele identificou quinze associadas à *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*, a maior de Salvador, mas não deu mais detalhes sobre as sócias.³⁰⁷ Assim como foi difundido em outras províncias, em 1888, um grupo de mulheres baianas fundou sua própria associação antiescravista, dando-lhe o nome de “Club Castro Alves”, com o intuito de angariar fundos para promover a educação de ingênuos.³⁰⁸ Apesar de não estar mais vivo para receber a homenagem, a ação pessoal do poeta e a provocação específica às “senhoras baianas” surtiram algum efeito, mesmo que tardio.

Da parte das mulheres negras, o número que se sobrepõe entre buscas por gênero,³⁰⁹ com sucesso ou não, por alforrias para si e para os seus evidencia que não era delas que se precisava, ainda, chamar atenção para as lutas por liberdade de gentes negras. E, sobre o cuidado preconizado nas campanhas em busca do apoio feminino, é necessário assinalar que eram as trabalhadoras negras que assumiam a maior parte do cuidado da casa e das crianças das famílias brancas e das suas, da amamentação à lavagem das roupas.³¹⁰ Portanto, o cuidado doméstico e a luta pela emancipação do cativo não eram atividades que precisavam ser ensinadas a elas ou de convencê-las a fazer, olhando o cenário geral.

Ainda assim, as adjetivações contidas em apelos como aquele expressavam uma expectativa depositada em um ideal de sujeito feminino cujo perfil se distanciava dessas trabalhadoras. Pois, na mentalidade que se apresentava, a agente do processo moralizador não poderia ser uma mulher “sem educação”, por exemplo. São percepções que sugeri anteriormente que poderiam ter influenciado a escolha da tutoria de Wenceslau Gomes de Mattos sob a responsabilidade de Firmino, em vez de entregá-la à tia-avó e madrinha do órfão, Joanna. Ela não seria capaz de ensinar o tutelado e formá-lo como cidadão. E educação aqui tem mais a ver com atributos quantitativamente obstruídos às mulheres de cor naquele momento, mas não completamente inacessíveis, como tem demonstrado o crescente campo de pesquisas sobre trajetórias individuais negras, seus “movimentos educadores” e as escolas voltadas para alfabetização de pessoas negras libertas e livres.³¹¹

³⁰⁷ BRITO, Jailton. “A abolição na Bahia: Uma história política – 1870-1888”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996. p. 46.

³⁰⁸ *Ibidem*. p. 47.

³⁰⁹ Dos números de alforrias para a Bahia no século XIX: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto... Op. Cit.* p. 23. NISHIDA, Mieko. *Op. Cit.* p. 128. COLLINS, Jane-Marie. *Op. Cit.* p. 358.

³¹⁰ SILVA, Maciel Henrique. *Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô: Histórias de Trabalhadoras Domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p.55.

³¹¹ RIBEIRO, Jonatas Roque. *Op. Cit.* OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição ao sul do Brasil*. Coleção Personagens do

Antes do marco deste abolicionismo que possibilitou manifestações públicas de benemerência feminina, mulheres negras já organizavam ações pautadas na educação em nome da cidadania de libertos. Em Campinas, o Externato Perseverança foi uma das primeiras instituições desse tipo da cidade, tendo sido fundado em 1860, pelo casal Antonio Ferreira Cesarino e Balbina Gomes da Graça Cesarino. Posteriormente, as filhas Amância e Bernardina também contribuíram com os trabalhos. O pai era alfabetizado, possivelmente um liberto, versado também em música, carpintaria e alfaiataria. O último ofício fez com que ele trabalhasse como mascate. Depois de fixado em Campinas ao lado de Balbina — sobre quem há menos informações anteriores ao casamento —, tiveram dez filhos, todos formados em algum ofício. As mulheres seguiram na docência e trabalhando no Perseverança.³¹²

A historiadora Taina Aparecida Santos assinala que o público do educandário era diverso. De todo modo, no cenário em que as “hierarquias sociais foram gradativamente justificadas pelo acesso à formação e aos títulos acadêmicos”, o serviço que a família prestou formando gerações de novos docentes e oferecendo ensino à comunidade permitiu, em alguma medida, corrigir desigualdades.³¹³ Afinal, meninas negras, órfãs e pobres puderam ser alunas por meio de bolsas financiadas por subvenção da Intendência Municipal. O serviço era de ótima qualidade, tido especialmente como “referência na formação das moças para os serviços do lar”,³¹⁴ atividade priorizada em termos de ideais de feminilidade na época, como discutirei adiante.

Apesar da insistência dos Cesarino, as atividades do Externato Perseverança foram interrompidas por dificuldades financeiras em 1885. Até onde Taina Santos conseguiu apurar, não foi fácil para as professoras filhas de Balbina encontrarem posições de trabalho, um indício dos desafios impostos à empregabilidade de mulheres negras no pós-abolição, mesmo com a experiência aparentemente exitosa e reconhecida da família com o externato.

pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 2. Niterói: Eduff, 2020. [Livro Eletrônico]. MULLER, Liane. *Op. Cit.* pp. 114-115. CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2010. PERUSSATTO, Melina Kleinert. “*Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. p. 144-154. SANTOS, Jucimar Cerqueira. SILVA, Fabiano Moreira de. SANTOS, Sivaldo dos Reis. Mulheres e homens além da sala de aula: sociabilidades de docentes na Bahia entre a escravidão e o pós-abolição. *Revista Ágora*, v. 31, n. 2, 2020. Pp. 1-27. CRUZ, Itan. *Op. Cit.*. SANTOS, Taina Aparecida Silva. “Mulheres negras, mercado de trabalho...”. *Op. Cit.* Pp. 126-134.

³¹² SANTOS, Taina Aparecida Silva. “Mulheres negras, mercado de trabalho...”. *Op. Cit.* Pp. 127-129.

³¹³ *Ibidem.* p. 130.

³¹⁴ *Ibidem.* p. 131.

Essas dificuldades também são subentendidas no espanto com o qual uma intelectual branca visitante da cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, recebeu “a obra de benemerência de uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor”.³¹⁵ Foi assim que Julia Lopes de Almeida, uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras, mulher da elite carioca, descreveu a experiência da visita ao Orfanato São Benedito, criado por Luciana Lealdina de Araújo, a quem foi apresentada em 1918.³¹⁶ A historiadora Fernanda Oliveira sublinha o racismo no teor “essencialista e pejorativo” escolhido por Julia para definir a responsável pelo abrigo ao registrar que aquela era uma “mulher cuja pobreza e a sua raça tiravam-lhe a força e o prestígio que essas ideias requerem, e assim vivia na tristeza de ver esgotar-se sem nenhum proveito a energia da sua vontade e as horas mais aproveitáveis da sua existência inútil”.³¹⁷ Nesse sentido, Fernanda pontuou que Luciana foi representada de forma engessada pela pobreza,³¹⁸ sendo despojada dos demais sentidos de sua existência.

Em geral, os objetivos de Luciana com uma casa para abrigar crianças abandonadas não diferiam muito daqueles que reverberavam nas agremiações de elite. No entanto, a abertura para meninos e meninas sem distinção de cor contrastava com projetos anteriores de Pelotas (cidade onde Luciana fundou o primeiro abrigo) como o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, que — de forma não oficial — só abrigava crianças brancas.³¹⁹ Ademais, as trajetórias de Luciana e outras mulheres negras que a acompanhavam nesse serviço, como Maria Salomé Santos e Alayde da Silva Santos,³²⁰ responsáveis pelas aulas de educação primária ofertadas neste asilo, atribuíam outros sentidos à missão e ao trato dado a essas crianças que eram majoritariamente negras.

O compartilhamento da vivência atravessada pelos condicionamentos de gênero, classe e raça mobilizava aquele trabalho para direções afora a caritativa, direcionando expectativas para além do lugar de subordinada, já que era esse o próprio desafio enfrentado por Luciana e suas parceiras na manutenção do abrigo. Os símbolos de presença negra, desde as figuras de comando, a mobilização do 13 de maio de 1901 como data oficial de criação do primeiro Asilo São Benedito até a escolha por esta devoção,

³¹⁵ OLIVEIRA, Fernanda. *Op Cit.* p. 73.

³¹⁶ *Ibidem.* p. 70.

³¹⁷ ALMEIDA, Julia Lopes. Apud. OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina... Op. Cit.* p. 71.

³¹⁸ OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina... Op. Cit.* p. 72.

³¹⁹ *Ibidem.* p. 43

³²⁰ *Ibidem.* p. 51.

revelam um projeto para a “existência plena, que só teria razão de ser se o fosse de forma coletiva”, como classificou Fernanda Oliveira.³²¹

Na cidade de Sabará, Minas Gerais, Carolina Epaminondas atuou na década de 1880 como uma “benfeitora da pobreza”, nos termos de seus contemporâneos e entusiastas de seu trabalho. Ela era uma mulher negra que se dedicou a combater as formas de trabalho compulsório por meio de suas publicações nos periódicos da cidade. O historiador Jonatas Roque Ribeiro relatou que ela publicou textos recomendando a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças antes de 1888, alertando que este era um ato para zelar pelo futuro de sua raça.³²² Seu ativismo foi destacado no combate ao projeto de uma “escola agrícola”, cujo conteúdo se diferenciava daquele da educação formal, instituindo cidadanias distintas de acordo com raça, classe, gênero e idade. Com efeito, Ribeiro assinalou que ela pautava uma educação pela ótica do direito e não da caridade.³²³ Nas ações abolicionistas, ela esteve nos bastidores das reuniões, festejos e peças de teatro, auxiliando seu companheiro, o líder negro Bento Epaminondas. Em encontro da Irmandade do Rosário da cidade, ela se reconhecia como uma “mulher defensora da abolição”, sem deixar de explorar a linguagem emotiva e da moralidade para convencer insensatos ou reforçar o apoio dos simpatizantes. Assim, Carolina mantinha o tom do abolicionismo moderado fundamentado na moralidade, com nuances distintas ao das elites, positivando a raça e suas trajetórias, e pautando a autonomia das gentes negras.³²⁴

De volta à Bahia, em 1918, mesmo ano em que Julia Almeida conheceu e se “surpreendeu” com as ações fiadoras de liberdade promovidas por Luciana no Sul, Joanna mandava redigir seu testamento. Era uma mulher que não sabia ler nem escrever, não se casou e viveu amasiada com um homem branco. Não teve filhos, mas nutriu uma extensa rede de afilhados. Deixou bens para instituições informadas pela caridade enquanto um símbolo da moralidade, como Santíssimo Coração de Jesus, Casa da Providência, Lar Nossa Senhora de Sallet e Asilo Bom Pastor. As doações, bem como o “espírito benfeitor” do testamento, dão indício de alguma proximidade, mas não há evidência de que ela tenha composto suas fileiras.

³²¹ *Ibidem.* p. 49; 82.

³²² RIBEIRO, Jonatas Roque. “A *Classe de Cor*: Uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2022. Pp. 81-82.

³²³ *Ibidem.* p. 82.

³²⁴ *Ibidem.* p. 83-84.

Aliás, os representantes dessas missões católicas deram sinais de alinhamento racista em suas ações educativas em Salvador, como quando o Colégio dos Jesuítas rejeitou matrículas de estudantes negros. Em 1914, uma liga organizada por quem hoje chamaríamos de ativistas antirracistas direcionou seu protesto ao Arcebispado, apontando que a crítica não se resumia só aos padres brasileiros, mas também “Salesianos ou Maristas, que relevante serviço têm prestado à nossa Bahia”.³²⁵ Portanto, a vida de Joanna a distanciava do ideal de “filantropia” da época, apesar do interesse material que suas doações poderiam despertar nas diretorias das organizações. Por outro lado, as doações que ela fez no testamento podem ser um aceno a elas em busca de aceitação por seus pares.

Uma vez que não reunia os atributos familiares e raciais identificados no padrão de feminilidade, Joanna tentou apropriar-se desse tipo de reconhecimento social pelos meios materiais. Não obstante, essa ação foi lembrada derradeiramente, ao contrário das irmandades negras, que assinalaram a afirmação de sua identidade negra. O experimento de busca por respeitabilidade e dignidade a partir de termos hegemônicos foi comum entre gente negra desde o fim do século XIX. Dessa forma, visava-se “esquecer os tempos da escravidão e produzir uma ‘face pública da raça’ em sintonia com educação, refinamento e civilidade”, como argumentou Giovana Xavier diante do contexto dos Estados Unidos.³²⁶ A busca pelo prestígio obtido em resposta à doação pela herança (e a possível busca por um lugar em suas fileiras) à Casa da Providência e suas congêneres iria nesse sentido.

Em 1898, o jornal *Cidade do Salvador* publicou uma saudação à Maria Luiza Villasboas Patury, a qual não consegui confirmar se além do sobrenome compartilhava outra ligação com Manoel Joaquim dos Santos Patury (terceiro testamenteiro de Joanna). Ela era do conselho da Casa da Providência, agremiação lembrada por Joanna em seu testamento, e recebeu uma extensa menção de honra ao mérito, sendo elogiada por atributos como “um modelo de seu sexo”, “símbolo fulgentíssimo da bondade”, “cujo nome é repetido de boca em boca como uma santa católica prática”, “anjo tutelar dos preciosos frutos do seu doce e casto amor de esposa muito dedicada”.³²⁷

³²⁵ SANTOS, Sivaldo dos Reis. “*Como negro que sou! A trajetória e militância de um africano na Bahia: Maxwell Assumpção Alakija (1871-1933)*”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020. p. 69.

³²⁶ XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). *Cadernos Pagu* (40), janeiro-junho de 2013. p. 257.

³²⁷ HDBN. *Cidade do Salvador* (BA), 19/07/1898.

A citação a Maria Luiza serve para evidenciar que, apesar das heranças serem normalmente noticiadas nos jornais, não identifiquei essa menção,³²⁸ nem outra apreciação ou depreciação como referência a Joanna para categorizá-la ou não como uma “filantropa”. Sem as credenciais citadas, mesmo sendo benfeitora por mérito, ela não parece ter integrado quadros de entidades filantrópicas. Isso porque, ao contrário do que ocorreu quando ela confirmou sua filiação a irmandades negras, o vínculo com entidades de filantropia não foi mencionado no texto. Se o título conferia algum tipo de prestígio, esperava-se que ele fosse igualmente lembrado em algum momento no extenso processo.

Para além disso, as mazelas da cidade naquele contexto sensibilizaram Joanna. Afinal, o ambiente de trabalho e sociabilidade com seus companheiros de negócios era a região da Cidade Baixa, nas adjacências dos portos que, no ano em que ela fez seu testamento (1918), foi “porta de entrada” da gripe espanhola no estado e os jornais foram inundados por notícias da pandemia.³²⁹ De acordo com a historiadora Christiane Maria Cruz Souza, o vírus iniciou sua passagem por Salvador em setembro daquele ano e acometeu a população até o novembro seguinte. O tempo foi suficiente para causar transtornos ao cotidiano. A rapidez, o volume e a mortalidade gerada pela moléstia causaram pânico³³⁰ e os espaços de aglomeração de pessoas como os alvos das doações de Joanna — escolas e asilos — tiveram muitos dos seus moradores e colaboradores vitimados pela doença.³³¹ Segundo Souza, as mulheres constituíram o recorte mais atingido. Diferentemente dos homens, quando foram atendidas pelo serviço de assistência pública, as mulheres não tiveram suas profissões registradas. A maioria delas eram “pessoas sem recursos financeiros; adultas, na faixa dos 20 a 60 anos (51%); pardas (47%); solteiras (82%); do sexo feminino (61%); residentes no bairro da Penha (23%)”.³³² Como em situações de epidemias anteriores, as famílias não puderam velar e enterrar as vítimas conforme os costumes, o que compadecia ainda mais os crentes.³³³

Ainda assim, a doença não isentou os afortunados. Em dezembro de 1918, a disseminação já estava controlada e Joanna afirmava estar “com saúde e em seu perfeito estado de juízo e entendimento”, além de ter confirmado que não deixava dívidas hospitalares — o que pode ser indício de que ela havia adoecido recentemente. De todo

³²⁸ Possivelmente a interrupção do inventário provocada pelo recurso interposto por Wenceslau impediu essa divulgação.

³²⁹ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. “A gripe espanhola na Bahia...”. *Op. Cit.* p. 173.

³³⁰ *Ibidem.* pp. 177-178.

³³¹ *Ibidem.* p. 190.

³³² *Ibidem.* p. 191-192. A Freguesia da Penha já é bem mais distante do centro de Salvador.

³³³ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

modo, se tiver sido acometida pelo vírus, estava recuperada e sem deixar dívidas por tratamentos de saúde, assegurava. No entanto, as chagas emocionais provocadas pelo testemunho recente de uma pandemia e prováveis interpretações religiosas da moléstia³³⁴ podem ter comovido esta testadora a direcionar recursos a instituições filantrópicas.

Entre as instituições citadas por Joanna, o Colégio da Providência teve 86% de sua comunidade acometida pela gripe espanhola. Nesses centros, que serviam de internato ou semi-internato, o vírus encontrava espaço para se alastrar. Bastava alguém entrar portando carga viral suficiente. Como as internas compartilhavam muitos espaços, dificilmente se preveniria o alto patamar de contágio.³³⁵ Então, a preocupação em dar algum suporte a essas organizações não se justificaria só pelo reconhecimento de suas finalidades, mas também porque suas agentes e internas foram acometidas pelo vírus.

De qualquer forma, na disposição do registro das suas últimas vontades, o legado que Joanna deixou às agremiações negras em conjunto é o mais robusto entre os benefícios legados a organizações. Ela desejava que fosse repartido o valor da casa, 8 contos de réis, em partes iguais. Para as casas de caridade Santíssimo Coração de Jesus, Providência, Nossa Senhora de Sallete e Asilo Bom Pastor foram oferecidos os “bens remanescentes”, caso houvesse, a serem repartidos de forma igualitária. Mais generosas e abrangentes foram as ofertas feitas diretamente aqui:

Décimo-quarto. Deixa o seu testamenteiro encarregado de entregar ao “Diário de Notícias” a quantia de cem mil réis (100\$000) para ser distribuída, no trigésimo dia do falecimento, com cem (100) famílias pobres, sendo mil réis (1\$000) em prata, para cada família, e mais a quantia de cem mil réis (100\$000) para ser distribuída com os pobres na Confraria de São Francisco, sendo quinhentos réis (500\$) para cada pobre.

Apesar de desconhecer o número exato de afilhados de Joanna, a quem ela deixava 25\$000 para cada, a forma que ela destinou o auxílio a essas instituições é muito contrastante em termos de atenção traduzida em valor e particularização. A doação direta às famílias retirava o mediador e creditava o favor apenas a Joanna, inculcando nos favorecidos e favorecidas a gratidão a ela.

Não obstante, instituições geridas por pessoas negras podem ter conduzido a assistência social de forma distinta em relação àquelas da caridade branca, como se viu nos casos do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. E, mais importante, na condução dessas agremiações, a identificação como pessoa preta não era uma marca negativa, algo que

³³⁴ *Ibidem*, p. 338.

³³⁵ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Op. Cit.* 189.

chegou a ser institucionalizado pouco tempo depois entre certos agentes da assistência social no Brasil.³³⁶

Em Salvador, uma das agremiações que recebeu meninas órfãs e desassistidas — “expostas” —, muitas delas negras, para proporcionar-lhes formação e alocação no mercado de trabalho foi a Santa Casa de Misericórdia. O historiador Maciel Henrique Silva verificou que, absorvendo essas jovens, a agremiação católica se aproveitou para construir um tipo de contrato para a classe de empregadas domésticas, a partir de 1870, em um momento em que os tratos eram definidos informalmente por relações pessoais e acordos verbais.³³⁷ Na modalidade de contrato firmado entre a Santa Casa e as famílias contratantes, a primeira era “possuidora e tutora”. Com efeito, as trabalhadoras que passavam por essa mediação eram “formalmente livres, [mas] na prática, viviam condições e cerceamentos pouco compatíveis com o status formal de liberdade”.³³⁸ Maciel Silva verificou que havia uma fundamentação idealizada e religiosa na formação desse vínculo:

era uma cessão parcial de responsabilidades protetivas da Santa Casa para o locatário, beneficiando-o com alguns serviços, enquanto a exposta ganharia, com isso, experiência, educação, moralização, preservação da honra, atributos não dissociados do que deveria ser uma mulher cristã. Provavelmente, o alvo final era que a exposta, ao se manter fiel e honrada à família, encontrasse um marido que a Santa Casa aprovasse.³³⁹

As expostas tinham, a priori, um destino traçado, ao serem colocadas nessa relação de trabalho, que conseguia precarizar mais um ofício já precarizado, retirando das empregadas o seu espaço de negociação com o patrão. Evidentemente, no dia a dia elas poderiam barganhar arranjos favoráveis a elas e à família contratante, que escapariam da letra do contrato. Além disso, inculcava-se a ideia de que o aprendizado dos ofícios domésticos e o serviço em uma família de classes superiores lhes favoreceria no “mercado conjugal”. Seria esse o desejo de todas essas mulheres? Portanto, a interferência da Santa Casa as despojava de liberdade em diferentes níveis.

No pós-abolição, lideranças de agremiações negras também colocaram exigências patriarcais à frente da abertura para mulheres negras como sócias, de modo que o veto à entrada de mulheres solteiras já era estipulado nos estatutos de muitas delas. No entanto, só a verificação das trajetórias das respectivas sócias pode comprovar se essas barreiras

³³⁶ SOUZA, Felipe Galiza Pereira de. “Evidência Irrefutável: Racismo e Controle do Trabalho na Atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1965)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

³³⁷ SILVA, Maciel Henrique. *Op. Cit.* p. 83.

³³⁸ *Ibidem.* p. 85.

³³⁹ *Ibidem.* p. 87.

não foram questionadas. Evidentemente, isso não retira a dificuldade imposta às aspirantes a sócias, mas desconsiderar a possibilidade de enfrentamento seria incorrer em avaliações sexistas e racistas.

A mesa da Ordem do Rosário soteropolitana imprimiu em seu compromisso a mesma exigência, e isso será abordado com mais profundidade no último capítulo desta tese. De todo modo, a presença de Joanna Maria Ritta da Conceição, já nossa bastante conhecida, demonstra este borrão entre a experiência e a regulamentação. Por ora, interessa confirmar que, em todos os casos, a beneficência poderia ser uma forma de troca e de firmamento de dependentes.

Contudo, a entrega das ações sociais da Igreja nas mãos de missionários estrangeiros e intervenções severas sobre irmandades revelam mais uma faceta do projeto racista e eugenista implantado ao mundo do trabalho na virada para o século XX: a chamada higienização via imposição de sujeitos a partir da vinda de mão de obra branca europeia. Não sendo possível nos serviços de forma geral, porque a vinda de imigrantes europeus para a Bahia foi pífia, através da Igreja eles ganharam mais espaço. Joanna, por sua vez, demonstrava respeito, reconhecendo a relevância das iniciativas dos asilos, especialmente naquele ano, quando as instituições de atenção e cuidado à saúde foram tão acionadas em decorrência da gripe espanhola. Esta menção também pode responder a uma tentativa de busca por distinção a partir da inserção nessa filantropia, que deveria ser estimulada pela rede do mundo dos negócios à qual pertencia, uma vez que lhes legou bens. Só que a diferença dos valores investidos e os indícios de maior proximidade às antigas irmandades negras demonstram que ela ainda depositava fé no vigor dessas agremiações, mesmo que dialogasse com as benemerências das elites.

2.2 Uma Venerável para servir

A Irmandade do Rosário das Portas do Carmo também tentava alcançar esse modelo atualizado e disputar o protagonismo na direção da assistência social, que fora apropriado por freiras e padres estrangeiros a partir da segunda metade do Oitocentos. É o que apontaram os estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil Rioldo Azzi, Maria Valéria Rezende e Edênio Valle:

A presença e atuação de milhares de religiosas vindas de além-mar, na segunda metade do século XIX em diante, deu um prestígio sem precedentes aos bispos e à Igreja católica. As “irmãs de caridade” foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do Segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação e

assistência social. Tornando a presença da Igreja mais visível na sociedade e diante dos governos.³⁴⁰

Além de esperar elevar-se a Ordem Terceira, título máximo entre as confrarias leigas, irmãos e irmãs percebiam que as ações de caridade em Salvador vinham sendo assumidas por missões e organizações estrangeiras incentivadas pela Igreja. Diante da necessidade de manter seu espaço e pautar também uma assistência dirigida pelos seus, a inserção da Ordem do Rosário às Portas do Carmo — ou tentativa de inserção — deve ser considerada.

Em 1895, no contexto da mobilização pelo breve de elevação à Ordem Terceira, irmãos fizeram acenos para a criação de um asilo. Entre outras causas, a iniciativa vinha em resposta a pedidos como o de Antonio Moreira do Bonfim, para “ser recolhido na capela”. A decisão da Mesa foi por “aguardar a criação do Asilo para ser atendido”.³⁴¹ Na falta de um recolhimento devido, homens procuraram abrigo na própria igreja.

Ele filiou-se à irmandade em 1893.³⁴² No mesmo ano, um homônimo identificado como “preto”, pedreiro, solteiro, residente à Rocinha da Lapa, Freguesia de São Pedro, deu entrada na Sociedade Protetora dos Desvalidos.³⁴³ Um sujeito com o mesmo nome aparece eleito para o Conselho Executivo do Centro Operário da Bahia no quadriênio de maio de 1895 a 1899.³⁴⁴ Conforme identificado em diferentes trajetórias de irmãos do Rosário, a pertença paralela a essas três instituições foi frequente,³⁴⁵ o que leva a crer que, nas três situações, trata-se da mesma pessoa.

A procura por abrigo na cidade, ainda que Antonio Moreira do Bonfim apresente essas credenciais políticas, evidencia a precariedade da liberdade desses sujeitos ainda no pós-abolição. Seu ativismo como um distintivo social se mostrava insuficiente para manter-se dignamente, e a busca por melhores condições do grupo atravessava situações de necessidades básicas individuais. Sabendo que pouco tempo antes ele tinha uma residência a declarar, o pedido de asilo na capela poderia ser ocasional, o que não deixa de servir de evidência para registrar a busca por assistência no seio da irmandade, a

³⁴⁰ AZZI; REZENDE; VALLE. Apud. SILVA, Cláudia Neves da. LANZA, Fabio. Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais? *História*. São Paulo, 29(1), 2010. p. 42.

³⁴¹ AOTNR. “Ata da resolução de Mesa na sessão de 15 de outubro de 1895”. CX 04 DOC 5.

³⁴² AOTNR. “Termos de entrada de novos irmãos (1888-1901)”.

³⁴³ CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. p. 121.

³⁴⁴ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República”. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. p. 236.

³⁴⁵ MESQUITA, Mariana. O rosário e suas contas: redes associativas negras e cidadania. In: _____. *Op. Cit.* pp. 183-248.

despeito da emergência de um mutualismo independente das confrarias religiosas e do aumento de ações filantrópicas de uma elite na capital baiana, que não tinha em sujeitos como Antonio Moreira do Bonfim um alvo de seus esforços. O descaso se valia da noção de que homens em idade de exercer um ofício e que vagavam pelas ruas eram tidos como “vadios” e, por isso, criminalizados. Sendo assim, a capela do Rosário parecia uma alternativa viável para abrigo.

Não era só a estigmatização por si que tornava vulnerável a comunidade em torno da irmandade do Rosário. As condições da cidade de Salvador eram muito precárias e ameaçavam a qualidade de vida da população pela iminência de doenças contagiosas advindas da falta de higiene urbana mínima e da ausência de outras políticas de prevenção a moléstias. Moradias sem esgotamento, ventilação e água minimamente tratada era a opção viável para trabalhadores com salários enxutos diante da insuficiência habitacional da cidade.³⁴⁶ Tudo isso já se observava, em alguma medida, no século XIX, mas o crescimento demográfico afluído no início do Novecentos agravou o cenário e, evidentemente, atingiu de forma muito mais aguda a parcela mais pobre dos habitantes, fortemente assinalada pela composição negra. Com efeito, além de “questão de polícia”, a questão social se fez também por um “processo saúde-doença”, de recolhimento de adoentados para cuidado e isolamento,³⁴⁷ e pelas ações alternativas ao Estado, como as mobilizadas pelas irmandades e outras associações negras.

Uma minuta de correspondência direcionada à Intendência Municipal arquivada entre as atas de sessões da mesa indica que a irmandade tentou interceder por uma família que foi duramente golpeada pelo incêndio que assolou um prédio na ladeira do Taboão, em março de 1890. A “catástrofe do Taboão”, como ficou conhecida, iniciou-se com um incêndio no prédio de nº 28 e o desastre se alastrou com desabamento de outras edificações, atingindo, inclusive, a capela do Rosário às Portas do Carmo, “que sofreu diversas avarias: caiu a cruz, partiram-se vidraças”.³⁴⁸ A correspondência registrava o seguinte pedido:

Amelia da Costa Pinto vem pesarosamente apresentar à V. Exa. o estado miserável em que se acham suas três irmãs menos de treze anos de nomes Custodia, Maria da Trindade, Isabel Maria da Conceição e Alexandrina da Conceição pela perda do seu infeliz pai, João da Costa Pinto que ficou

³⁴⁶ SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Op. Cit.* Pp. 56-58.

³⁴⁷ *Ibidem.* p. 64.

³⁴⁸ *Diário da Bahia* (BA), 05/03/1890. Apud. SOUSA, Ione Celeste Jesus de. "Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870-1890". Tese (doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. pp. 24-26. AOTNR. “[...] esperava que o nosso tesoureiro empregasse um meio para que se possa fazer esta obra, bem como as janelas que se acham arruinadas desde a catástrofe do Taboão [...]”. Ata da sessão de 10 de julho de 1890. Caixa 4.1 DOC 06-A.

esmagado debaixo das ruínas da catástrofe do Taboão no dia 4 do corrente terando-se [ilg.] seu cadáver a ser sepultado [ilg.] este mesmo campo. As referidas ficaram no maior desamparo, foi lhes faltar o único arrimo que tinham. Nestas circunstâncias vem a suplicante, como irmã mais velha, implorar de V. Exa uma das esmolas que esta humanitária Câmara está distribuindo com as pessoas que sofrem originadas pelo referido desastre [ilg.].³⁴⁹

A família de João da Costa Pinto não foi a única que sofreu perdas humanas pelo acidente. Segundo o relatório produzido sobre as vítimas, as pessoas negras foram as mais afetadas.³⁵⁰ O tipo de ajuda que os requerentes procuravam se aproximava da assistência praticada por Joanna, quando ela especificou em testamento o desejo de legar para “filhos e filhas que ficaram desassistidas”. Em se tratando da vizinhança do Taboão, não muito longe da casa dela àquele tempo na Ladeira do Carmo, a comunidade atingida que recorreu aos irmãos e irmãs do Rosário por ajuda deve ter sido significativa, como sugere a missa rezada na mesma igreja em sufrágio a essas “almas perdidas”.

Houve outras pessoas livres que buscaram nos irmãos e irmãs do Rosário um apoio para si ou para consolidar iniciativas próprias de apoio a outras vulneráveis. Como as mulheres me interessam mais, vou retroceder um pouco no tempo para discorrer sobre Clara Maria de Monte Falco. Ela era filha da africana Pulqueria Maria e de pai africano não nomeado em seu testamento, nascida na freguesia do Pilar,³⁵¹ e devota de Nossa Senhora do Rosário. Em 1856, ela procurou a respectiva mesa administrativa para fazer um pedido:

tendo ela notícia que esta Ilustre Irmandade possui nos fundos da respectiva capela, *pela parte da estrada nova*, um terreno com cinco rasgos de portas de alvenaria, não acabadas ainda, *cuja edificação, depois de concluída, poderá servir de morada a qualquer pobre que, como a suplicante, tenha a necessidade de morada humilde*, vem a suplicante implorar humildemente a Reverendíssima Senhorias a competente concessão da posse de 4 rasgos de portas com o correspondente terreno, com o fim útil de cercá-lo, dividi-lo, e cobri-lo para servir de morada à mesma suplicante. Ou, para que o possa alugar em parte, ou no todo, ou usando-o e despertando-o, como lhe for conveniente, segundo suas circunstâncias e posses, sem que para o futuro possa ser obrigada a abandonar as benfeitorias, ou o seu usufruto, nem a pagar qualquer quantia, a título de indenização, arrendamento, ou foro, nem por qualquer outro pretexto, visto que a suplicante tem de fazer à sua nota as necessárias e indispensáveis divisões de taipa e colocar esteios de madeira que sustentem o cobrimento da casa, que pretende fazer para sua morada, conforme lhe permitir sua pobreza, *cujas benfeitorias de qualquer forma que sejam, ou de qualquer denominação que tenham, a suplicante desde já declara que, por sua morte, todas ficarão pertencendo por herança à Nossa Senhora do Rosário, ereta nesta capela das Portas do Carmo*, como é da livre vontade da Suplicante, para o fim de ser qualquer rendimento das mesmas benfeitorias aplicado às despesas das luzes e missas da referida Santíssima Virgem do Rosário, *tanto por ser a*

³⁴⁹ AOTNR. Correspondência ao intendente da Câmara Municipal em nome de Amelia da Costa Pinto. CX 4.1 DOC 06A

³⁵⁰ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Escolas ao povo...”. *Op. Cit.* p. 35.

³⁵¹ APEB. Seção Judiciário. Inventários. Clara Maria do Monte Falco; Matias Joaquim do Nascimento. Estante 5, Caixa 1910, DOC. 1, Maço 2382, Folha 68. Salvador, 1876-1876.

suplicante devota da mesma Senhora, como porque não tem filhos, nem outros herdeiros forçados. ³⁵²

Apesar de declarar-se como pobre, Clara Maria pedia o terreno para executar reformas e utilizar para morada própria ou para dividir e alugar. Neste caso, não se tratava só de uma caridade da ordem para a requerente, pois ela pedia a posse do imóvel para fazer nele benfeitorias das quais a mesma agremiação tiraria benefício depois do seu falecimento. Sendo assim, tratava-se também de um negócio, até que o encaminhamento de seu pedido para deferimento do Juiz Municipal e Provedor das Capelas acrescentou novas informações:

"Ilustríssimo Senhor Dr. Juiz Municipal e Provedor das Capelas, Diz Clara Maria do Monte Falco da Silva, *pobre e cega*, que tendo obtido da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Capela das Portas do Carmo concessão para edificar uma morada humilde para uso da suplicante, em terreno pertencente à mesma Irmandade, sito à entrada nova pelo fundo da respectiva capela [...] ³⁵³

Acrescido o dado da deficiência visual à identificação de classe, vê-se que não era só por se tratar de uma troca que a Irmandade queria beneficiar a devota, ou que era importante acrescentar essa informação para convencer o superior a autorizar a transação. Não foi anexado um documento que comprovasse o aceite do referido Juiz. Analisando o registro, Kim Butler tratou do pedido como atendido.³⁵⁴ Contudo, pairam dúvidas sobre o aceite por dois elementos que aparecem no testamento de Clara. Em primeiro lugar, porque, das propriedades citadas em seu testamento, não há nenhuma confirmação de que ela “devolveria” à Irmandade o usufruto que lhe fora concedido. Pelo contrário, ela deixava duas casas como herança e os endereços, na Rua do Bom Gosto (na região do atual bairro da Calçada), alocada na mesma Freguesia do Pilar, onde nasceu. O lugar era diferente da Estrada Nova próximo à Baixa dos Sapateiros. Por último, porque desconfio da percepção que o Juiz e Provedor das Capelas teria de Clara Maria.

Quase duas décadas depois, em seu testamento, ela registrou como seu bem mais valioso um santo sudário do qual ela disse se encarregar para “esmolar entre as pessoas habitantes desta cidade”. Não quero contestar o fato de imputar-lhe maior valor do que os outros bens deixados, porque não se questiona o valor agregado por uma devota ao seu objeto religioso. Mas vale indagar o que teriam pensado dessa senhora as instituições às quais a Irmandade devia satisfação diante de práticas mal vistas pelo clero, como o culto

³⁵² AOTNR. Requerimento que faz a Sra. D. Clara Mara do Monte Falco, 1856”. Caixa 19 DOC. 03-F. Grifos meus.

³⁵³ *Ibidem*.

³⁵⁴ BUTLER, Kim. *Op. Cit.* p. 150.

a esse tipo de objeto. As autoridades da província também reprimiam os devotos católicos que pediam esmola para santos. Era necessário ser autorizado pelo arcebispo para poder esmolar na cidade, para evitar especulações e ludíbrio da credulidade pública, como explicava o chefe da polícia João Henriques, ativo no cargo na década de 1860.³⁵⁵

No testamento e inventário, a Irmandade não foi citada, indicando o distanciamento e uma tentativa oportuna que ficou em 1856. Clara tinha duas casas, as quais exploraria como morada e para aluguel, mas seu produto teria sido insuficiente para total sustento, de modo que declarou ter contado com favores e caridade de pessoas de seu convívio. Tratava-se, portanto, de um pedido junto à Irmandade do Rosário dos Pretos às Portas do Carmo que não teve êxito, mas demonstrava o reconhecimento desta como um abrigo por parte de mulheres pretas vulneráveis e parceiras para certos “empreendimentos”.

A historiadora Sara Farias já apontou que foi comum no Oitocentos aparecerem mulheres sendo cobradas pelos procuradores do Rosário por conta de aluguéis em atraso, “viúvas defendendo seus maridos das cobranças dos mesários”.³⁵⁶ Os casos de tolerância com as dívidas, que por vezes até demonstravam a parca administração da agremiação,³⁵⁷ evidenciavam também o reconhecimento das vulnerabilidades e o risco social para a instituição e seus agentes em simplesmente deixar uma integrante daquela comunidade desabrigada, mesmo que nem sempre fossem irmãs/os. Eram sujeitos, os membros e a ordem em si, que dependiam dessa aprovação e reconhecimento de sua devoção para conservarem suas fileiras fartas.

Na esteira de demandas e comportamentos como os citados acima, a redação do projeto de seu compromisso em 1900, a irmandade citava, no 11º artigo, a previsão de que seria erguido um asilo voltado para abrigo do irmão pobre e enfermo assim que o estado pecuniário da ordem o permitisse.³⁵⁸ Ter um asilo próprio era algo que também assinalava o status de terciários que eles estavam perseguindo, pois era comum que as ordens terceiras tivessem espaços para assistência de saúde nesse momento.³⁵⁹ Entretanto,

³⁵⁵ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 27-28.

³⁵⁶ FARIAS, Sara Oliveira. *Op. Cit.* p. 34.

³⁵⁷ BUTLER, Kim. *Op. Cit.* p. 150-151.

³⁵⁸ AOTNR. “Compromisso Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo (1900)”. CX 01 DOC 03.

³⁵⁹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008. p. 127.

seu prestígio nesse sentido poderia ter sido avalizado por sua atuação pregressa em favor da saúde da população soteropolitana, como ocorreu com a epidemia de cólera em 1850.

Pouco depois de se formar “doutor”, consta nas *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia* que o médico “mulato de cor fina, assemelhado a um califa”³⁶⁰ Luiz Álvares dos Santos (1825-1886) foi Diretor do “Posto Sanitário da Igreja do Rosário na Baixa dos Sapateiros”.³⁶¹ A menção a esse episódio na correspondência endereçada ao Juiz de Capelas em fevereiro de 1857 se inseriu em uma contenda travada entre Álvares dos Santos e os irmãos da mesa da irmandade erguida na capela. Porque, na função de professor de latim, ele alugava uma sala do respectivo consistório para dar suas aulas, pois não obteve sucesso buscando cômodos adequados na mesma freguesia. Ele reclamava que a irmandade pedia a sala de volta, mesmo estando quite com seus deveres de inquilino, pagando aluguel em dia.



Imagem 5. Retrato ilustrado de Luiz Álvares dos Santos. Fonte: HDBN. *Arquivo Ilustrado* (BA), 23/04/1875.

³⁶⁰ A descrição física foi-lhe atribuída pela memorialista oitocentista Ana Bittencourt, que também elogiou suas qualidades oratórias, reconhecidas amplamente pelos versos a favor da liberdade, declamados em referência ao 2 de julho nas cerimônias de entrega de alforria, como testemunhara Manuel Querino. Apesar de ter sido professor de línguas, médico e contratado no Corpo de Saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), sua aceitação no professorado superior da FMB se deu depois de três tentativas e a dificuldade foi entendida por ele como condicionada a sua “mestiçagem”, conforme contou Thales de Azevedo. Nesse sentido, Wlamyra de Albuquerque e Gabriela Sampaio destacaram que as homenagens vindas de seus colegas de profissão passaram a ser mais ouvidas quando estes assumiram a liderança política na Bahia republicana. O reconhecimento póstumo se reproduziu como mais uma das facetas do racismo que o médico tanto denunciou. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. SAMPAIO, Gabriela Reis. *De que lado você samba...* Op. Cit. p. 38-39; 50-51. AZEVEDO, Thales de. *As elites de côr...* Op. Cit. p. 155.

³⁶¹ FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. *Memórias históricas da Faculdade de Medicina: relativas aos anos de 1916 a 1923 e 1925 a 1941*. Faculdade de Medicina; Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Anexo 2. p. 27. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24837>. Acesso em 6 mai. 2023.

No entanto, a interdição se dava em resposta a transtornos que teriam acontecido na igreja em decorrência da presença dos alunos que “estavam com assuada”³⁶² e “incomodando os defuntos”, referindo-se aos cadáveres que costumavam ser sepultados na igreja, como era de praxe nesses espaços. Em contrapartida, o médico explicava que havia “punido” devidamente o “estudante travesso”, mas também reconhecia “que uma irmandade não é a proprietária do edifício,³⁶³ que lhe é prestado em depósito”, e via que era “útil à mesma irmandade, ao contrário, receber o honorário, o que lhe paga, para o bem do culto”. Dessa forma, o médico reconhecia o embaraço, ao mesmo tempo que se valia das leis para entregar à instância superior a decisão sobre a permanência das suas aulas na capela. A mesa administrativa, por sua vez, insistia que as providências tomadas por Luiz foram insuficientes. Em réplica enviada na semana seguinte, então, o médico refrescou a memória dos irmãos como mais um recurso de convencimento:

Em vista, pois, dessas considerações, o suplicante, prometendo evitar com todos os meios a seu alcance, que seja perturbada a disciplina da aula, e oferecendo-se para reparar qualquer avaria, que acaso exista na mesma aula, à sua custa. E, alegando que por esforços de seus ensinantes, conseguiu da Presidência da Província me remendar caias, juntar e assear todo o consistório da igreja, o qual fora tomado para posto sanitário durante a epidemia da cólera-morbo, serviço que a mesma Irmandade não devia esquecer tão depressa, por tratar de modo tão insólito ao suplicante.³⁶⁴

Fazia só dois anos que a Bahia tinha passado pela epidemia de cólera-morbo que por nove meses atingiu 40 mil habitantes, oito mil só na capital. Nessa ocasião, o historiador João José Reis comenta que o pânico foi tamanho que os filiados das irmandades foram mais obedientes em relação à recomendação médica de interdição aos enterros nas capelas, porque também entendiam a ocorrência como “castigo divino”.³⁶⁵ Ao trazer à tona o serviço de saúde prestado pelo médico, foi mobilizada uma memória que ainda era recente e traumática e, portanto, convenceria os irmãos a conservarem o lugar das aulas na base da recompensa, no mínimo. Ainda assim, o professor encerrou a sua réplica dizendo: “Para Vo. Sra. que tendo em vista a utilidade do ensino público, o qual deve merecer toda a atenção de um juiz ilustrado, mande que a mesma sala continue a ser alugada ao suplicante pelo preço arbitrado”.³⁶⁶

³⁶² Arruaça.

³⁶³ As leis relativas às corporações religiosas do Império definiam que elas não eram proprietárias dos bens, “tendo só posse e gozo”. Essa prerrogativa é alterada em 1893, do que falarei mais adiante. FONSECA, Vitor Manoel Marques. *Op. Cit.* p. 81.

³⁶⁴ AOTNR. “Correspondência enviada ao Juiz de Capelas” – 1857. CX 23 DOC 04-C. Grifos meus.

³⁶⁵ REIS, João José. *A morte é uma festa... Op. Cit.* p. 338.

³⁶⁶ *Ibidem.*

Em correspondência do mês seguinte enviada à mesa, Luiz confirma que teve seu pedido acatado pelo Juiz de Capelas. A carta também dá a entender que a mesa havia pedido um aumento no valor do aluguel da sala, o que ele também considerou indevido.³⁶⁷ Não tive mais informações sobre o funcionamento dessas aulas oferecidas por ele, se era um serviço cobrado dos inscitos, se tinha algum público preferencial.³⁶⁸ Em situação posterior, em 1871, ele se ofereceu para lecionar gratuitamente aulas de botânica e agricultura no Colégio dos Orphãos de São Joaquim.³⁶⁹ Diferentemente das aulas de latim ofertadas no consistório em 1857, o ensino nesta área se alinhava a projetos abolicionistas de elites ilustradas que apoiavam a formação técnica de libertos para o aprimoramento e valorização da força de trabalho nacional.³⁷⁰ Somava-se a isso seu ativismo em defesa do ensino obrigatório e público³⁷¹ e da abolição da escravidão, demonstrando o entendimento da liberdade e a educação como direitos complementares. Ao envolver a irmandade em seus projetos, o médico certamente se valia da expectativa do interesse mútuo na prestação dos serviços.

No entanto, a resistência oferecida pela mesa administrativa associava-se à manutenção da estrutura física do espaço, que estaria ameaçada pela presença de crianças “travessas”, pelo que consta nas contestações ao pedido de Luiz. As tensões criadas em torno da utilização das salas da igreja para outros fins fragilizaram a relação entre a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais e a irmandade de São José na década de 1860, estudadas pelo historiador Marcelo Mac Cord.³⁷² A preservação e a vedação das atividades tiveram reflexos na opinião pública em torno das duas organizações, levando as brigas internas dos sócios e irmãos para a praça pública. Por outro lado, a contenda também interrompia a assimilação das atividades da irmandade com as atividades da associação, preservando a conciliação da pertença às duas e especificando os sentidos do vínculo a cada uma.

³⁶⁷ “Como, porém, depois de suas contestações o Juiz deu o despacho como requer ao meu requerimento, em cujo final aludo ao preço já arbitrado, donde se conclui que estou autorizado a continuar a pagar o aluguel de 72 mil réis anualmente, como até aqui, declaro agora a V. Sra, que só me rejeitarei à deliberação nova da mesa se quiser eu demonstrar-lhe que dou importância a questões mesquinhas e elevações acintosas de preços”. AOTNR. “Correspondência enviada ao Escrivão da Irmandade do Rosário” – 1857. CX 23 DOC 04-E.

³⁶⁸ Se tomar por base a Casa de Instrução primária e secundária que ele havia instituído em Sergipe, em 1853, havia previsão para admissão de estudantes para internato, meio-pensionistas e externos, com valores entre 240\$ anuais a 40\$ mensais. HDBN. *A União Liberal* (SE), 23/03/1853.

³⁶⁹ HDBN. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo* (BA), 1871.

³⁷⁰ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 334-335.

³⁷¹ HDBN. *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo* (BA), 1876.

³⁷² MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania... Op. Cit.*

No caso do Rosário de Salvador, o vínculo do professor com a confraria revelava-se, pela fonte, mais atrelada ao inquilinato, por mais que a recepção também assinalasse certo apoio à empreitada pedagógica a partir do espaço da igreja. Com efeito, ao defender-se apontando para a relevância dos trabalhos médicos e educacionais que prestara, Luiz também colocava em xeque a boa imagem da confraria dos irmãos pretos, ao mesmo tempo em que os alertava para a necessidade de investirem no setor. Os irmãos, por sua vez, reafirmavam que sem a preservação estrutural do templo se perderia um sentido fundamental da organização, que era o culto.

A isenção relativa à prestação de serviços de ensino diretamente pela irmandade não parece ter maculado sua imagem, já que não foi expressamente previsto em seu compromisso³⁷³ servir nesse sentido, ao contrário do asilo. De todo modo, os pedidos para instalação de aulas ocorreram mais de uma vez junto à administração. Além do caso do Dr. Luiz, que alugava uma sala para oferecer aulas de latim, identifiquei o requerimento de 1923 do professor e irmão Hermenegildo Tertuliano Martins para “funcionar uma aula primária em uma das dependências da nossa igreja”.³⁷⁴ Este foi recusado por “motivos superiores”. Mais uma vez, o comportamento da mesa sugere a prioridade a atendimentos emergenciais dos irmãos, avaliando que aquela seria suprida pelas outras formas de assistência, dando-lhe contornos de mutualista com recursos insuficientes para atender demandas mais abrangentes.³⁷⁵

Os esforços dos irmãos, que ultrapassariam a garantia de carneiros e velórios, pretendiam alcançar também o auxílio a “irmão pobre que for preso por crime que lhe seja imputado”. A previsão semelhante se apresenta no estatuto de 1820, 1900 e nos dois seguintes que acessei (1905 e 1949). Não encontrei vestígios da aplicação de recursos para isso, mas a questão do asilo, como já foi apresentado, foi insistentemente levantada nas reuniões, haja vista as necessidades e a insuficiência assistencial das outras instituições e do Estado nesse sentido, principalmente no pós-abolição.

³⁷³ Levando em consideração os compromissos de 1820, o projeto de compromisso de 1900 e os publicados em 1905 e 1949. FARIAS, Sara. *Op. Cit.* pp. 124-134. AOTNR. “Compromisso Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo (1900)” CX 01 DOC 03. ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. “Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” (1905). ACMS. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento do Paço. “Compromisso do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” (1949).

³⁷⁴ AOTNR. “Ata da sessão ordinária da Mesa Administrativa da V. Ordem 3ª do Rosário das Portas do Carmo aos 8 dias do mês de Fevereiro do ano de 1923”. “Atas – 1917-1936” CX 05 DOC 03. MESQUITA, Mariana. *Pelas contas do Rosário... Op. Cit.* pp. 173-175.

³⁷⁵ No caso da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais de Recife, o ensino foi priorizado porque estava associado à proteção do ofício que fundamentava a própria associação. A mobilização de pessoas negras por outras linguagens irá capitalizar o ensino como foco de sua assistência, como já vimos com Luciana Lealdina, por exemplo.

Mesmo irmãos e irmãs que se vissem em situação mais amparada poderiam temer infortúnios, a julgar pelas crises e instabilidade do cenário. Além disso, a política de exclusão se reproduzia através de internações sob alegações de loucura, como ocorreu com africanos e africanas, sobretudo. Muitos deles, idosos, eram alvo de violência por não terem mais condições de trabalhar, em razão da idade avançada, e por representarem os elementos da constituição da cidade, os quais as autoridades planejavam banir.³⁷⁶ Era um desconforto sentido pelas vítimas, que nem sempre conseguiam resistir às hostilidades. Sendo assim, um asilo próprio poderia preservar possíveis vítimas desse sistema e lhes garantir dignidade.

Inclusive, enquanto irmãos e irmãs pensavam sobre esta proposta para imprimi-la no compromisso da Ordem, não muito longe da capela estava na Faculdade de Medicina o psiquiatra e professor Juliano Moreira. Além de ter transgredido a ordem e ocupado a Cadeira de Psiquiatria e Moléstias Nervosas sendo um médico negro renomado, na década de 1890 ele já questionava as práticas médicas aplicadas no cuidado às pessoas com transtornos mentais e denunciava que o descaso era informado pela posição social dos sujeitos internados.³⁷⁷ A existência de um debate em torno da forma como o cuidado era dirigido às pessoas vulneráveis da cidade poderia ter chegado à agremiação, que outras vez já serviu de posto médico.

Nesse sentido, há de se questionar se privilegiar idosos estava no radar das demais agremiações voltadas para caridade. Na década de 1940, por exemplo, o historiador Felipe Galiza de Souza apurou que a Liga Brasileira de Assistência (LBA) optou por deixar o amparo à velhice em segundo plano, em decorrência da limitação de recursos. De modo que privilegiar a maternidade e a infância através do trabalho da puericultura atacaria os problemas individuais e familiares “nas suas raízes”, nas palavras dos idealizadores da instituição.³⁷⁸

Os idosos, por sua vez, eram associados à incapacidade para o trabalho, sofrendo com a concepção eugênica e capitalista de sociedade. Assim, sem a garantia de pertencimento a uma família sanguínea que lhes assegurasse esse cuidado até o fim da vida, bem como o reconhecimento de tal direito como benfeitores/as da ordem, os irmãos, irmãs e os sócios nas mutualistas incorporavam entre as suas atribuições um suporte para esse momento da velhice e/ou da necessidade. Afinal, a irmandade assumia postos nas

³⁷⁶ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças...* *Op. Cit.* p. 19-20.

³⁷⁷ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*. Niterói: Eduff, 2020 [livro eletrônico]. p. 39-40; 65-66.

³⁷⁸ SOUZA, Felipe Galiza Pereira de. *Op. Cit.* p. 37.

redes de apoio elaboradas na diáspora, o que se estendeu no pós-abolição. Se a irmandade estava de pé, era porque irmãos e irmãs a ergueram e mantiveram para os sucessores.

No bojo destes esforços, a reunião da mesa do dia 28 de agosto de 1900 recebeu uma petição do irmão Antonio Apolinário Dias para que fosse criada uma “Conferência de S. V. de Paulo sob a denominação de Conferência do Rosário de Nossa Senhora em um dos cômodos do nosso salão”. Em sintonia com os termos das confrarias instauradas na cidade pelos missionários estrangeiros, a sugestão foi acatada e despachou-se para que a conferência funcionasse no “antessalão” da casa da mesa.³⁷⁹

A primeira Conferência de São Vicente de Paula (CSVP) do Brasil foi fundada em 1872, no Rio de Janeiro. A da Bahia foi fundada pouco depois, em 1876.³⁸⁰ Era uma experiência importada da França, fundada pelo estudante de Direito da Universidade de Sorbonne Antônio Frederico Ozanam e mais seis amigos em 1833, como um movimento católico para “ajudar com recursos materiais – roupas, alimentos e remédios – as famílias pobres residentes na cidade de Paris, dando-se o nome de conferência de caridade, posteriormente conferência vicentina, porque foi inspirada no trabalho de São Vicente de Paulo”.³⁸¹ O inspirador foi um padre que viveu entre os séculos XVI e XVII e desenvolveu uma intensa ação caritativa e missionária a partir dos seguintes pilares: “trabalhar para os vizinhos, a visitar e curar o doente, instruir o ignorante e apoiar as iniciativas leigas de caridade”. A estratégia se consolidou por meio da criação de diversas confrarias masculinas e femininas, hospitais, escolas e asilos cujas ações abrangiam a população carente do campo e das cidades. Ao lado dele, Luísa de Marillac conduziu a confraria Damas de Caridade, que também inspirou as ações filantrópicas direcionadas às mulheres no dezenove.³⁸²

Ela seguia o modelo de sociedade católica de leigos em prol da caridade, que tinha a assistência à saúde como um importante pilar. Diferentemente do legado confrarial que a irmandade do Rosário já apresentava, os vicentinos concentravam-se na caridade às pessoas desassistidas por uma perspectiva verticalizada. Sua ação era carregada de uma

³⁷⁹ AOTNR. Ata de Sessão Ordinária da Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo. 28 ago. 1900. Caixa 4.1 DOC 9.

³⁸⁰ HOLANDA FILHO, Pedro. O testamento e a morte ideal de um bom cristão: o registro testamentário de Guilherme Chambly Studart. In. ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2017, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFC; ABHO, 2017. Disponível em http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494034811_ARQUIVO_Otestamentoeam_orteidealdeumbomcristao_Completo.pdf. Acesso em 27 jul. 2023.

³⁸¹ SILVA, Cláudia Neves da. LANZA, Fabio. *Op. Cit.* p. 47.

³⁸² PINTO, Ana Paula Magno. “Assistência, Saúde e Sociedade: A sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)”. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2017. Pp. 20-25.

perspectiva civilizacional, informada por um modelo importado das elites católicas europeias.

No século XIX, a laicização dos Estados nacionais europeus levou a Igreja a ampliar suas ações missionárias, para atualizar a sua “funcionalidade” na sociedade através das ações caritativas e manter sua hegemonia entre fiéis. Apesar de parecer que as ideias do liberalismo ascendente iam de encontro à Igreja, o investimento em educação e valores informados pela ideia de “civilização” e “moralidade” combinavam também com aquelas linguagens e se sintonizavam, por conseguinte, ao colonialismo posto em marcha no mesmo século. Dessa forma, “persistia a ideia de que as classes inferiores necessitavam do amparo das classes superiores, sábias, poderosas, destinadas a reger o mundo com seus privilégios”.³⁸³

Pode-se afirmar, portanto, que a atividade vicentina se inseria no projeto de “higienização” do catolicismo empreendido pela Igreja a partir do século XIX, bem como no aprofundamento do trabalho caritativo, propalado substancialmente nas empreitadas antissocialistas de Roma, como a encíclica *Rerum Novarum*. Sua ideia era dirimir as tensões sociais emergentes a partir da assistência às vítimas da urbanização e alterações no mercado de trabalho. Paralelamente, esses mecanismos de filantropia poderiam, como argumenta Ana Paula Magno Pinto:

transformar as relações sociais entre as elites ao facilitar contatos, obtenção de patrocínios, o exercício de influências poderia levar à concretização de negócios interligados, bem como oportunidades de carreiras e status para indivíduos obscuros socialmente, excluídos da esfera de poder e das redes de interesses locais e nacionais.³⁸⁴

No caso brasileiro, essas dinâmicas se reproduziam alimentadas pelo contexto do pós-abolição orbitado, em diferentes níveis, pelo racismo, sexismo, perseguição religiosa, política oligárquica, clientelismo e ausência de direitos sociais, que mantinham e aprofundavam as desigualdades. Com efeito, a tentativa de um consenso sem grandes transformações estruturais passava pela atuação da Igreja a partir da filantropia acionada pelas elites que, por sua vez, representavam simultaneamente um eixo catalisador deste modelo perpetuador de opressões sociais.

Não encontrei referências que comprovem que a proposta de criação da Conferência do Rosário de Nossa Senhora acatada foi de fato aplicada. De todo modo, a discussão rondou o consistório e aquelas pessoas articularam esse modelo assistencial

³⁸³ *Ibidem*. p. 36.

³⁸⁴ *Ibidem*. p. 35.

ainda muito concentrado nas iniciativas que passavam pela Igreja Católica, como detentores de um lugar de destaque nesse mesmo sentido, para favorecê-los. Como agentes da confraria cientes do seu valor e com o breve de Ordem Terceira em negociação, Apolinário Dias e seus interlocutores agenciariam a entrada da irmandade em um universo da caridade ascendente nos estratos superiores, mas que sua extensão acabaria por atrair trabalhadores e trabalhadoras “de cor preta”, denominação racial utilizada pelos irmãos e irmãs. Era um aceno similar ao que Joanna faz na doação à Casa da Providência que, considerando a data do testamento (1918) e a materialidade do que ela deixava (“a parte remanescente”, caso houvesse) podem dar a medida dos resultados dessas tentativas.

No caso do projeto do asilo, verificou-se que o projeto acabou sem êxito, apesar da insistência da ordem em recorrer a doações e ao arcebispado. A autorização civil também era necessária para que as associações de fins religiosos funcionassem, conforme previsto pela Lei nº 173 de 1893.³⁸⁵ As instituições demorariam a se adaptar à dupla exigência, da Igreja e do Estado, como entes separados. Até o fim da primeira metade do século XX, irmãos ainda apresentavam dificuldades na criação de benfeitorias a favor dos seus e reclamavam por um auxílio na coleta de doações para uma obra nesse sentido:

Gloria a Santíssima Trindade

Estando eu empenhado na campanha para edificação de uma Casa de Asilo para os Terceiros do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, na base do art. 128 do Compromisso da mesma Ordem, *que sirva de abrigo aos nossos Irmãos atingidos pela velhice*, venho rogar a magnanimidade do vosso augusto coração, amparando-a com o vosso valioso apoio, como base de grande êxito deste *desiderotum*.³⁸⁶ Julgamos auxiliar a nossa pretensão com a cota mínima de cada bom brasileiro, concorrendo com um cruzeiro para o levantamento do “Asilo” da *raça que tudo deu ao Brasil em proveito de todos*, ficando sem nada, como se verifica no passado e no presente. *Esta obra será a primeira que a raça colonizadora edificará no Brasil, em proveito dos seus iguais, que vivem e morrem, na verdadeira expressão do “Nada” sem amparo e abrigo na velhice, onde culmina a existência material em busca da vida eterna*. Pedimos também a V. Excia. uma fórmula para o nosso circular pedido que toque bem de perto no coração de todos que o lerem e sintam nas palavras a emoção dessa acersiva [sic]. E, teremos como certo o êxito da campanha para a qual nos oferecemos, rogando a Nosso Senhor Jesus Cristo e a S. S. Virgem do Rosário a graça de suas bênçãos.

Bahia, 17 de junho de 1947.
Do servo humilde,
Marcos Rodrigues dos Santos

³⁸⁵ “Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição”. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>. Acesso em 21 ago. 2023.

³⁸⁶ *Desideratum*: Aquilo que é objeto de desejo; aspiração ou desiderato.

Secretário³⁸⁷

Do primeiro pedido pela criação do asilo que identifiquei até a manifestação de Marcos Rodrigues dos Santos reproduzida acima, dei um salto de mais de quarenta anos no tempo. É largo, mas o exercício de leitura desta carta redigida em 1947 é profícuo na medida em que ele se sintoniza com os desejos manifestados pelos irmãos e irmãs no ambiente que busco aqui. Assim como em outros momentos, eles se valeram da história da instituição da qual faziam parte para acionar um direito. Ao provocar o arcebispo denunciando a exploração de seus antepassados, isto é, pessoas negras escravizadas, o secretário Marcos Rodrigues dos Santos também assinalou que ele e os beneficiários do projeto seriam uma “raça colonizadora”, tal qual Manuel Querino elaborou contemporaneamente acerca dos experimentos sobre os quais me debruço aqui.³⁸⁸ Marcos justificava a urgência de seu pedido, ao classificar este projeto como pioneiro “em proveito dos seus iguais”. Com a redação desta carta, ele demonstrava que continuava a se mobilizar por objetivos e sentidos semelhantes àqueles que, em 1932, o mobilizaram a fundar a Frente Negra da Bahia, suspensa em 1937.³⁸⁹

Além disso, consta em sua biografia a passagem como membro da Sociedade São Vicente de Paulo, da qual ele se orgulhava. Nas entrevistas reproduzidas pelo historiador Lucas Andrade dos Santos, Marcos contava que havia lecionado na escola noturna da Sociedade São Vicente da Mouraria, em Salvador. Também assinalou sua gratidão pelas graças que este vínculo lhe proveu: “Vicentino que eu sou, consegui empregar-me como fiscal de estrada de rodagem. Fundei uma Conferência de São Vicente e uma escola em Cubatão”.³⁹⁰ Ele condicionava a sua conquista à sua credencial de vicentino, colocando suas habilitações profissionais e de mérito próprio em segundo plano. Por outro lado, seu depoimento evidencia a abertura dessa rede para pessoas pretas não só no campo dos assistidos.

Na estadia em São Paulo na década de 1920, Marcos teve contato com a Frente Negra Brasileira e quis transpor experiência semelhante para a Bahia. Portanto, as primeiras imersões no mutualismo se deram a partir da Conferência Vicentina, mesmo

³⁸⁷ ACMS. “Correspondência do secretário da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo ao Arcebispo”, 17 jun. 1947. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço. Grifos meus.

³⁸⁸ QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

³⁸⁹ BACELAR, Jeferson. “A Frente Negra Brasileira na Bahia”. In.: *Afro-Ásia*, n. 17, Salvador, 1996, p. 74.

³⁹⁰ Jornal *A Tarde* (BA), 04/04/1933. Apud. SANTOS, Lucas Andrade dos. “*Em que a raça precisa de defesa? A Frente Negra da Bahia (1932-1934)*”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. p. 50.

tendo fundado uma organização entendida como “movimento negro organizado”.³⁹¹ O ativismo de Marcos foi letrado no mundo da assistência católica e, depois, da Frente Negra. Ele ainda esteve nos quadros administrativos da Ordem Terceira do Rosário na década de 1940, somando esses dois percursos. Como “sujeito formado e informado”,³⁹² experimentou o ativismo negro com os paulistas, onde era comum a aproximação de lideranças dos quadros de irmandades negras.³⁹³

Entre as pautas predominantes das associações negras do início do século XX, estava o empenho em promover o letramento dos seus integrantes. Com efeito, a Ordem do Rosário absorveria uma outra demanda contando com um asilo próprio, pois a funcionalidade que a acompanhava de berço — amparo em situações de doença e na hora da morte — a movia a não desassistir pessoas portadoras de outras necessidades físicas e sociais. São indicativos representativos de um entendimento de que aquela faceta do movimento negro que Marcos ajudou a conceber tinha raízes longevas, as quais ele achou relevante acionar no século XX. Uma evidência de que as lutas protagonizadas por intelectuais ativistas negros de séculos anteriores expressaram também “a demanda incontornável por narrativas históricas mais justas e sofisticadas, nos mais variados espaços do cotidiano”.³⁹⁴

A capilaridade empreendida pelos vicentinos acabou informando o pioneiro da Frente Negra da Bahia previamente, de forma que seu ativismo foi atravessado por suas práticas, além do vínculo pela gratidão que depositava na SSVP e seus membros. Em 1933, ele concorria às eleições para a Assembleia Constituinte pelo estado da Bahia e respondeu ao jornal *A Tarde*:

Sou de Santo Antônio de Jesus, disse. Ali aprendi primeiras letras com a Pró Zizinha, que ainda vive, e o ofício de sapateiro. Mas não eram essas minhas aspirações. Por isso aos 14 anos vim aqui para a capital. A vida foi difícil, mas sempre consegui trabalho. Pertencendo à conferência de São Vicente de Paula pude ser adjunto de Conferente das docas por pedido de D. Henriqueta Catharino, que o fez para atender ao Dr. Augusto Lopes Pontes. Desde então gostava de ensinar a ler aos que não sabiam chegando a reger a Escola noturna da Sociedade de São Vicente da Mouraria. Depois emigrei.³⁹⁵

³⁹¹ DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*, n. 23, julho/2007. pp. 100-122.

³⁹² SANTOS, Lucas Andrade dos. *Op. Cit.* p. 56.

³⁹³ QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço...* *Op. Cit.* p. 104-105. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 277-280.

³⁹⁴ PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Temporalidades, história e memória”. SANTANA, Bianca. CARNEIRO, Natália (Orgs.). *Insumos para ancoragem de memórias negras*. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 13

³⁹⁵ SANTOS, Lucas Andrade dos. *Op. Cit.* p. 46.

Ele sublinhou que “devia” as suas credenciais de trabalho à intervenção de duas figuras baianas bastante prestigiosas, além de sua professora, com quem tudo teria se iniciado. Henriqueta Catharino (1886-1969) era filha de uma família tradicional da cidade de Feira de Santana e ficou conhecida por ter fundado o Instituto Feminino da Bahia, em 1929. Ela recebeu uma “rigorosa educação cristã” e reproduziu esses ensinamentos na ação social.³⁹⁶ Augusto Lopes Pontes, por sua vez, também nutria certa distinção social. Ele era cirurgião-dentista, professor da Faculdade de Odontologia e adquiriu influência política através de sua relação com os trabalhadores no Círculo Operário da Bahia. Depois, a sua filha, Irmã Dulce, hoje canonizada, também atribuiu-lhe vasto reconhecimento entre os baianos e católicos.³⁹⁷

Marcos Rodrigues dos Santos tirou proveito dessa lógica conservadora de beneficência que firmava lealdades entre sujeitos de níveis hierárquicos distintos e chegou a militante defensor da “integração do negro” na sociedade. Uma vez estabelecido na Ordem do Rosário, ele reconhecia o papel da Ordem para o engrandecimento do catolicismo em si, ao manter o culto e sua capela. Assim, o pedido foi mobilizado pela ótica do direito, assim como foi observado nos casos dos associados em Minas Gerais investigados por Jonatas Ribeiro. Irmãos e irmãs também prestavam um serviço à Igreja e se viam como dignos do benefício que pediam, além de não serem observadas as mesmas condições materiais de agremiações religiosas compostas majoritariamente por pessoas abastadas que poderiam exercer sua autonomia em projetos como esse. Não era o caso de irmãos e irmãs do Rosário, apesar de terem “dado tudo ao Brasil”, como reforçou Marcos Rodrigues dos Santos. Solicitava-se, portanto, uma reparação dentro dos limites da atuação da própria Igreja, na medida em que se via que não teriam condição por si de erguerem o próprio asilo.

³⁹⁶ SILVA, Ana Cristiane da. “O vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia (1890-1920) – A partir da análise da Coleção do Museu Henriqueta Catharino em Salvador-Ba”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009. pp. 1-2.

³⁹⁷ SOUZA, George Evergton Sales. “Entre o Religioso e o Político: uma história do Círculo Operário da Bahia”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996. p. 47. Segundo este autor, os Círculos Operários surgem como efeito da Encíclica *Rerum Novarum*, que incentivava a criação de associações operárias católicas como mecanismo de “restabelecer” a paz no mundo operário, através de uma mensagem ‘responsavelmente’ reivindicadora dos direitos dos trabalhadores mas, ao mesmo tempo, conciliadora dos diferentes interesses de classe. É necessário lembrar ainda, que o Estado é conclamado a proteger essas associações católicas, uma clara proposta de aliança entre Igreja e Estado para a manutenção da ordem social vigente”. O Primeiro Congresso Católico do Brasil, realizado em 1900 em Salvador, também pautou a aproximação da classe trabalhadora. O primeiro Círculo Operário do país foi fundado em 1932, em Pelotas, Rio Grande do Sul, por um padre jesuíta. Na mesma década, o circulismo se difundiu pelo país e, após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), esse movimento se intensificou, convenientemente e como efeito da aproximação entre Igreja e Estado firmada neste momento. Inclusive, o primeiro estatuto do Círculo Operário da Bahia foi emitido em 1938.

Esta relação também indica como a população ressignificava as possibilidades de assistência oferecidas pelos setores hegemônicos.³⁹⁸ Apesar da requisição, suas ações demonstravam tentativas para se desvencilhar dessas dependências, a partir de uma ação em prol da “raça que tudo deu ao Brasil”. O tom no qual ele se refere ao Arcebispo na correspondência citada não exprime subserviência, ainda que reconhecesse a hierarquia no trato, mas sim a defesa de um direito. Afinal, falar de raça era um ponto sensível para quem queria dirimir conflitos sociais pela via da conciliação.³⁹⁹

A resposta do arcebispado à correspondência não tardou e se deu nos seguintes termos: “Mande a fórmula da Circular para exame e aprovação. 19-06-1947. Augusto, Arc. Primaz”.⁴⁰⁰ O pedido de Marcos em nome da confraria não exigia muito da Arquidiocese em si. Apenas requeria a possibilidade de coletarem fundos entre devotos e a comunidade para a construção do seu asilo. Afinal, escasseavam as fontes de recursos e, até onde os registros das contas da Ordem permitem inferir, suas rendas vinham basicamente da venda de carneiros, do rendimento de juros das apólices da dívida pública, das contribuições dos próprios membros pelo pagamento das joias, das subscrições feitas na comunidade e da urna da igreja.⁴⁰¹

Além disso, aqueles que poderiam depositar seus recursos excedentes em ações em prol da população negra preferiram não os colocar nas mãos de organizações negras,

³⁹⁸ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

³⁹⁹ Além dos motivos que já levavam as elites a se incomodarem com denúncias e pleitos como os de Marcos há mais tempo, na década de 1930 as teorias que alegavam as “benesses da mestiçagem” no Brasil, tendo Gilberto Freyre como um de seus expoentes, começavam a tomar conta do pensamento hegemônico. Neste segundo quartel do século XX, foram realizadas as pesquisas patrocinadas pela UNESCO, vislumbrando o Brasil — especialmente a Bahia — como um “laboratório da civilização” em termos de relações inter-raciais, tendo Thales de Azevedo como um de seus representantes. Paralelamente, pesquisadores estadunidenses exploraram a região e tiraram conclusões semelhantes, de que as diferenças que assinalavam as desigualdades no Brasil não eram as raciais, mas sim as de classe, predominantemente. Logo, esse ambiente que seria “protegido” dos conflitos raciais contrastava com aquele do segregacionismo que se via na Europa, Estados Unidos e África do Sul, por exemplo. Tais ideias atravessaram e atravessam a percepção hegemônica acerca da formação social do Brasil de forma conveniente à conservação da ordem racial e de classes e serviram significativamente a instituições como o Estado brasileiro e a Igreja Católica. Não cabe aqui esmiuçá-las. A menção se dá no sentido de reforçar que atos como este de trazer à tona a “raça” e articulá-la à exigência por reparações de forma direta como Marcos Rodrigues registrou era incômodo e indesejável e as pesquisas têm mostrado a recorrência destes posicionamentos acionados por pessoas negras por meio das suas associações em diferentes regiões do país. Entre os exemplos de intelectuais citados, Donald Pierson lançou em 1943 “Branços e Pretos na Bahia”, originalmente publicado em inglês no ano anterior. Em 1947 Ruth Landes lançou a versão em inglês de “Cidade das Mulheres”, publicado em português só vinte anos depois. Thales de Azevedo, por sua vez, teve o seu “As elites de cor: Um estudo de ascensão social” impresso primeiramente em francês, em 1953, e dois anos mais tarde foi lançada a edição brasileira.

⁴⁰⁰ ACMS. “Resposta à Correspondência do secretário da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo ao Arcebispo”, 19 jun. 1947. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço.

⁴⁰¹ BUTLER, Kim. *Freedoms given... Op. Cit.* p. 150.

mas sim perpetuar as relações de dependência criando as suas próprias benemerências, promovendo benfeitorias que mantinham ou reorganizavam as relações de dependência. Portanto, em algumas associações pairavam o desejo e a contínua busca por autonomia, já que seus recursos e posição social nem sempre permitiam abrir mão de recorrer ao que o corpo societário considerava ser seu direito. Nesse sentido, a aprovação para o recolhimento de doações era o mínimo que o arcebispo poderia oferecer pela concretização do desejo do secretário da Ordem do Rosário.

Diferentemente das sociedades vicentinas, que, predominantemente, auferiam recursos de membros com reservas mais abastadas de dinheiro, a Ordem do Rosário não tinha o mesmo volume de arrecadação de outrora, que se somava pelas contribuições dos irmãos e irmãs de cor, mas também pelos senhores escravistas que, por vezes, viam no apoio à irmandade dos seus cativos um mecanismo de reconhecimento de sua senhoria.⁴⁰² O paternalismo se renovava pelas boas ações geridas nas instituições dos próprios brancos, que “civilizariam” essa força de trabalho livre. Essa linguagem também informou, relativamente, o discurso dos membros da Frente Negra da Bahia, quando afirmavam: “A Frente Negra da Bahia não conhece inimigos; tem ideais, tem partido, tem desejos, tem obras, tem realizações e acima de tudo tem a mais pesada seara que um ideal já pode conceber — *O Negro Civilizado*”.⁴⁰³ Mas o ímpeto para que eles fossem os impulsionadores desse projeto evidencia a insatisfação com o que vinha sendo feito, demonstrando que a representação negra nas instâncias de decisão e na condução da assistência e formação dos seus iguais reparariam de forma mais significativa as desigualdades sociais largamente informadas pela raça, além da classe.

Quanto a isso, importa retomar que, anos antes, Joanna Maria Ritta havia demonstrado preocupações similares ao legar bens para seis irmandades negras. Sua doação teve sentido devocional, de preservação de patrimônios imobiliários construídos por gerações que a antecederam, mas seu ato não se desprende de sua atenção às pessoas da própria comunidade desprovidas materialmente, haja vista as ações de apoio mútuo que as mesmas instituições promoviam. Ela alimentava também as lealdades pessoais nas

⁴⁰² REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996. p. 12.

⁴⁰³ *O Estado da Bahia*, 09/02/1933. Apud. SANTOS, Lucas Andrade dos. *Op. Cit.* p. 82. Vale notar que a Frente Negra foi fundada em São Paulo, no contexto em que as duas principais organizações políticas eram a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). A formação política dos frentenegrinos, portanto, era informada pela experiência da Primeira República e pelos debates propostos nesta arena política da década de 1930. Com efeito, em São Paulo o movimento foi tingido pelas marcas ideológicas do integralismo, pois alguns de seus principais representantes defendiam um “programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista”. DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos... *Op. Cit.* p. 106-107.

quais ela era a parcela benfeitora, sem se furtar de apoiar os empreendimentos da filantropia que já recebiam apoio dos mais ricos, o que informa um pertencimento — ou aspiração por pertencimento — de classe, raça e de gênero. Simultaneamente, os atos de seu testamento impulsionavam as contínuas ações da Ordem Terceira do Rosário dos Pretos, que se esforçava para construir seu asilo, acolher pedidos por abrigo e outras intercessões em favor do socorro aos membros de sua comunidade, confirmando que quem investia na confraria também confiava em seu compromisso com a assistência mútua e proteção aos mais velhos. Afinal, eles constituíam um quadro considerável de membros, haja vista a frequência de afirmação da filiação em testamentos e inventários, documentos normalmente produzidos em momentos de reconhecimento de uma proximidade do falecimento, eventualmente sinalizado pela velhice.

Experiências como essas podem balizar nosso entendimento em torno da relação de mulheres atravessadas pelo processo de racialização⁴⁰⁴ entre o século XIX e XX, com os substantivos da filantropia, frequentemente conjugados no feminino.⁴⁰⁵

2.3 Irmãs e o associativismo porta afora

A conservação da Irmandade do Rosário estendeu no tempo e no espaço a prática do apoio mútuo entre os contribuintes, majoritariamente “pessoas de cor preta”. Entretanto, observam-se filiadas de ascendência africana direta disputando o lugar da ação associativa em termos semelhantes aos que eram acionados pelas mulheres de elite, sem se desprender de sua identidade racial. Fora da irmandade, o que sua atuação coletiva teria a informar sobre uma experiência mutualista feminina e negra? A identificação de irmãs seguida do cruzamento das fontes possibilitará a análise dos espaços ocupados por elas em rede. Além disso, identificar o lugar reservado às mulheres negras em associações negras permitirá traçar as expectativas em torno das atuações individuais e dos limites impostos pelas normas regedoras das organizações.

Em 1904, quando foi condigna na Ordem do Rosário das Portas do Carmo,⁴⁰⁶ Henriqueta Saturnina Tavares também atuava como vice-presidente da Sociedade

⁴⁰⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.*

⁴⁰⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.

⁴⁰⁶ AOTNR. “Posse da mesa de 1903”. Caixa 10 DOC 06.

Humanitária de Senhoras.⁴⁰⁷ Ela era filha de Luiza Francisca da Conceição, “de cor negra, solteira, natural da África, de filiação desconhecida”. Sua mãe morreu em 1906, aos 90 anos de idade, e não deixou testamento por ter herdeira necessária, que naquele ano contava com 55 anos de idade.⁴⁰⁸ Muito provavelmente, as duas sofreram em alguma medida com o cativo e, ao longo da vida, a mãe conseguiu meios para adquirir bens e libertar a si e a filha. A propriedade deixada para Henriqueta era uma casa térrea, à Rua Direita da Saúde, Distrito de Nazaré, avaliada em 5 contos de réis. Um espólio que poderia não ser tão valioso em termos da quantia à época, mas simbolizava o fruto de um árduo trabalho e conferia-lhes conforto.

Como já foi dito, fazendo alusão ao movimento mais recente de estudos do pós-abolição, não é possível tratar das práticas associativas negras como algo distante da filiação às irmandades e demais manifestações religiosas. Inclusive, a busca por benefícios diante da ausência de políticas públicas mobilizava trabalhadoras e trabalhadores a lançar mão dos mecanismos de apoio disponíveis, disputando as linguagens existentes e tensionando seus valores a seu favor, na medida do possível, como a trajetória de Luciana Lealdina, no Rio Grande do Sul, evidenciou. No caso da cidade de Salvador, foram traçados percursos de sócios e irmãos entre mutualistas, Centro Operário e múltiplas irmandades. Mesmo que esse associativismo mobilizado por mulheres de posses se insira num movimento informado por valores emanados da Igreja Católica compatíveis com a conservação da ordem — assim como o masculino também foi, em certa medida — a análise da trajetória de seus membros pode salientar as especificidades de sua atuação, a despeito da carência de fontes específicas do funcionamento de instituições como a Sociedade Humanitária de Senhoras.

A historiadora Ana Paula Vosne Martins identifica que foi no Oitocentos que a beneficência passou a ser associada ao sexo feminino no mundo ocidental, tendo um evidente marcador de classe e raça. A ideia de mulher branca burguesa como uma espécie

⁴⁰⁷ HDBN. *Correio do Brasil* (BA), 23/02/1904. A historiadora Lysie Reis identificou uma *Sociedade Humanitarista de Senhoras*: “[...] em 1891, propõe-se a prestar proteção e amparo a suas associadas nas circunstâncias ‘críticas da vida’: moléstia ou qualquer outra causa que a estivesse privando de conseguir um trabalho. Para admissão, as mulheres deveriam ter entre doze e cinquenta anos, bons costumes, conduta irreparável, serem indicadas por três sócias, serem casadas ou viúvas e terem ‘bom estado de nascimento’. Estavam excluídas as que cumpriam penas na prisão ou que não professassem a religião católica, apostólica e romana”. Apesar da similaridade dos nomes, não encontrei mais informações para afirmar que se tratava da mesma associação. Tendo acesso ao conteúdo do inventário da mãe de Henriqueta, não encontrei menção a qualquer união dela para atender os requisitos citados acima, por exemplo. REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: Práticas Sociais e Cultura dos Artífices na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 243.

⁴⁰⁸ APEB. Seção Judiciário. Tribunal de Apelação e Revista. Inventário. Luiza Francisca da Conceição; Henriqueta Saturnina Tavares. Estante 5, Caixa 2070, Maço 2541, Folha 18, DOC. 14. Salvador, 1908.

de “tipo ideal” para a caridade se basearia em supostos atributos naturais como castidade, bondade e disponibilidade, porque não teriam que lidar com o mundo do trabalho ou dos “negócios”.⁴⁰⁹ Em momento anterior, a autora descreveu que atos de benevolência foram tidos como uma forma de extensão de poder, o que mobilizava também os homens às ações beneficentes.⁴¹⁰ Com efeito, a feminilização oitocentista não significou a isenção masculina nessa seara. Ela apenas colocou a mulher como a mentora ideal para dirigir essas ações, mediadas por “homens respeitáveis” e apoiando a Igreja na elaboração de sua doutrina social através da figura dos bispos.⁴¹¹

Contudo, essa percepção de papéis femininos não se colocava sem ambiguidades. A historiadora Beatriz Kushnir, por sua vez, analisou as ações de apoio mútuo da comunidade judaica no Rio de Janeiro e em São Paulo na virada entre 1880 e 1950, identificando organizações conduzidas por mulheres prostitutas, cafetinas e outros beneficiários do tráfico de mulheres do período. Fazendo uso da mesma linguagem de sociedades beneficentes e mutualistas, sócias e sócios elaboravam um espaço comunitário cuja função era, simultaneamente, de “muro protetor e [...] uma forma de articular e enfrentar as diversidades da vida de uma maneira geral”, a partir da “reelaboração de um passado coletivo” com forte apego às tradições do judaísmo. A presença de mães e o depósito da função filantrópica nas mãos dessas trabalhadoras revelam que as noções de feminilidade eram desafiadas e disputadas pelas “polacas”, “garantindo uma vida fora dos limites da condição marginal”.⁴¹²

Na busca por relatos de diálogos enegrecedores dessa experiência, a historiadora Giovana Xavier apresentou mulheres que se apropriaram de espaços de escrita e de validação do seu lugar nos Estados Unidos, onde uma profusão de intelectuais e organizações negras propuseram ações para “elevar a raça”. Essas mulheres fizeram menções explícitas a formas associativas de mulheres “instruídas” e “de cor”.⁴¹³ No Sul do país, as igrejas protestantes serviam como incubadoras de lideranças políticas negras, dando espaço também às mulheres.⁴¹⁴ Ali havia uma assimilação dos valores esperados

⁴⁰⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. *GÊNERO*. Niterói. v.15, n.2. p. 13 – 28. 1.sem.2015. p. 18-19.

⁴¹⁰ Vale frisar que, no período colonial, esse aspecto político se soma à devoção no impulso para o ato filantrópico, de forma que os principais doadores da Santa Casa de Misericórdia da Bahia foram os proprietários rurais do Recôncavo, por exemplo. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 113.

⁴¹¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização... *Op. Cit.* p. 20; 24.

⁴¹² KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

⁴¹³ XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”... *Op. Cit.* p. 262.

⁴¹⁴ *Ibidem.* p. 267.

das mulheres negras que iam ao encontro dos princípios hegemônicos em torno do sexo feminino. Mas a experiência delas somava qualidades e funções na missão dada em proveito da “raça” como um todo.⁴¹⁵ Isto é, existia um reconhecimento da diferença pela racialização, e isso não invalidava a sua “feminilidade”. Pelo contrário, a vida e seus serviços já extrapolavam o âmbito doméstico, e o seu “destino manifesto” se confirmava por seu desempenho no trabalho, educação, religião, saúde e política.

A socióloga Patricia Hill Collins, expoente do pensamento feminista negro e especialista nos estudos sobre as experiências de ativismo das mulheres afro-estadunidenses no século XX, aponta a importância que a maternidade teve na definição dos papéis impostos a essas mulheres pela sociedade, assim como na maneira como elas, muitas vezes, encaravam o ativismo. Collins observa que, dentro daquelas igrejas, essas mulheres estabeleciam esferas de influência nas estruturas sociais existentes, nem sempre desafiando diretamente as opressões presentes.⁴¹⁶ Ao priorizarem a luta pela sobrevivência de seu grupo, elas rejeitavam os papéis socialmente definidos e criavam suas próprias identidades – “autodefinições”, em seus termos.⁴¹⁷ Assim, a relação de mulheres ativistas negras nos Estados Unidos se constituiu em uma relação dual com os valores hegemônicos, de formas particulares de acordo com a classe. A “política de identidade”, isto é, o reconhecimento de que “as experiências vividas são importantes para a criação de conhecimento e elaboração de estratégias políticas baseadas em grupos”, norteou suas trajetórias na virada para o Novecentos nos Estados Unidos, no esforço para romper com as “imagens de controle” construídas durante a escravidão e conferindo-lhes um lugar distinto dentro do movimento de “elevação” das mulheres afro-estadunidenses.⁴¹⁸

Nesse sentido, os perfis de Joanna e Luzia, mãe de Henriqueta, podem ser destacados por conterem elementos destoantes do modelo esperado da mulher filantropa daquele período. O mundo dos negócios não estava distante de si, tampouco o espaço público. Os homens até apareciam mediando as suas relações, mas não se apresentavam na figura de maridos, como visto nas descrições das elites brancas. Se o costume colonial de filiação às irmandades unia os católicos e católicas, no fim do Oitocentos, a chegada de missionários estrangeiros desestabilizaria essa prática. Com efeito, a devoção e a busca

⁴¹⁵ *Idem.*

⁴¹⁶ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 332-333.

⁴¹⁷ *Ibidem.* p. 347.

⁴¹⁸ XAVIER, Giovana. *Op. Cit.* p. 275.

por afirmação social que ora mobilizaram pessoas à filiação a irmandades agora poderia direcioná-las para a caridade por meio de mais agremiações. Uma vez que a caridade sugeriria a benfeitoria ao próximo, a integração a uma mutualista, tal qual foi observado entre muitos homens negros, poderia ir em outro sentido a partir da definição que lhes coubesse. Aliás, nas mutualistas elas já eram beneficiárias e não agentes da benemerência — pelo menos não diretamente. Faltava, então, um lugar para serem gestoras dos atos de assistência, porque o cuidado ao próximo por si já era executado por elas em diversos âmbitos da vida.

A entrada ou a tentativa de entrada em associações femininas de elite informadas pelo modelo emergente de caridade e a possível conformação de suas próprias agremiações respondiam à afirmação social a partir da inscrição em uma determinada feminilidade. Lançando luz à ambiguidade dessa postura em se tratando de mulheres negras, Giovana Xavier concordava que seria plausível conferir certa “radicalidade” ao manejo do vocabulário branco sobre o “feminino”, em um contexto como o estadunidense sob leis separatistas.⁴¹⁹ Ela sugere uma disputa pelo espaço público, que poderia se dar pela articulação da autodefinição com os símbolos hegemônicos de feminilidade, ainda assim desestabilizadores de uma imagem opressiva direcionada à mulher negra no pós-abolição.

Em sentido semelhante, a historiadora Fernanda Oliveira da Silva avaliou que os idiomas hegemônicos, assimilados em muitos sentidos pelos clubes sociais negros no Sul do Brasil, expressavam o equívoco do racismo. Isso porque as associações eram imbuídas dos valores do “progresso” preconizados ao fim do século XIX, sem deixar de se afirmarem como negras. Dessa forma, “demonstravam a alteridade dos grupos excluídos de outros espaços sociais”.⁴²⁰

Falando de Salvador, a historiadora Kim Butler entende que ali se configurou um mundo diaspórico hegemônico informado por valores “alternativos”, mesmo que tenha avaliado que Joanna seria uma “filantropa” pelo sentido das escolhas em seu testamento. Para a historiadora, seriam os candomblés os fiadores de sua afirmação, porque teriam possibilitado a ascensão de mulheres negras empobrecidas à “rainha venerada”, diferentemente de modelos “paralelos” de ação negra.⁴²¹ Entretanto, existia ainda na cidade mulheres de ascendência africana não exatamente empobrecidas (das quais ainda

⁴¹⁹ *Idem.*

⁴²⁰ SILVA, Fernanda Oliveira da. Pós-Abolição ao Sul... *Op. Cit.* p. 277.

⁴²¹ BUTLER, Kim. From Black History do Diasporan History: Brazilian Abolition in Afro-Atlantic context. *African Studies Review*, Abr., 2000, Vol 43, No. 1, pp. 125-139. p. 131.

não foi possível identificar vínculo com os candomblés) que tentaram ditar comportamentos em espaços tidos como brancos e voltados para um retrato de mulher “ideal” só que de uma cor de pele “destoante” desses.

As expectativas sobre essas mulheres, portanto, precisam ser balizadas pelos múltiplos aspectos que as fontes apresentam. Em se tratando das práticas de cidadania negra na Bahia no pós-abolição, a necessidade desse alerta foi muito bem elucidada pela historiadora Wlamyra de Albuquerque:

o foco da análise na polarização entre os que “embranqueciam” e os que se mantinham “retintos”, além de supor uma articulação cultural funcional dos negros contra ou a favor das idealizações dos brancos, deixa de lado o que me parece mais interessante: os ajustes e tensões que envolviam a todos naqueles dias de incerteza.⁴²²

A generalização do entendimento das experiências políticas negras a partir do que as práticas “fora da ordem” anunciavam obscurece sujeitos que podem não ser acessados por este caminho, por mais que tenham até passado por ele. Nas irmandades negras, já se sabe de presenças simbólicas masculinas e femininas que exemplificam o que se entende por “dupla pertença religiosa”, isto é, sujeitos vinculados ao candomblé e ao catolicismo. As influências culturais diaspóricas atuaram e atuam variavelmente nas comunidades, de forma que as vivências dos sujeitos podem convergir ou divergir das expectativas colocadas pelo modelo proposto por Butler. Portanto, por mais que seja incontornável considerar o pressuposto da influência de “valores alternativos”, como tento fazer nesta pesquisa, também é necessário colocá-los em diálogo, ponderando os indícios impressos nos vestígios analisados.

A título de ilustração, na mesma notícia em que se veiculou a composição das “funcionárias” da Humanitária de Senhoras, o jornal assinalou que se tratava de uma “útil sociedade, que tanto tem trabalhado em prol das desprotegidas da sorte, e que, de dia para dia, vai felizmente vendo coroados do melhor êxito os esforços empregados” (Imagem 6).⁴²³ O registro mais antigo que encontrei desta associação foi um convite para o aniversário de 4 anos, em agosto de 1892.⁴²⁴ Ela foi fundada, portanto, logo depois da abolição. A sede ficava na casa 85 da Rua da Fonte de Santo Antônio, na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.⁴²⁵ Sem um estatuto ou outras notícias de sua atuação, não há como concluir muito sobre os objetivos da organização. Tenho apenas o que o recorte

⁴²² ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 230-231.

⁴²³ HDBN. *Correio do Brasil* (BA), 23/02/1904.

⁴²⁴ Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa). *Correio de Notícias* (BA), 31/08/1892.

⁴²⁵ HDBN. *Almannak do Estado da Bahia* (BA), 1898. A sede de sua instalação era na mesma rua, mas no prédio nº 91.

do periódico sinaliza, que se tratava de uma instituição voltada para “desprotegidas da sorte”, ou seja, pessoas do sexo feminino — não sabemos se crianças ou adultas, ou as duas opções.

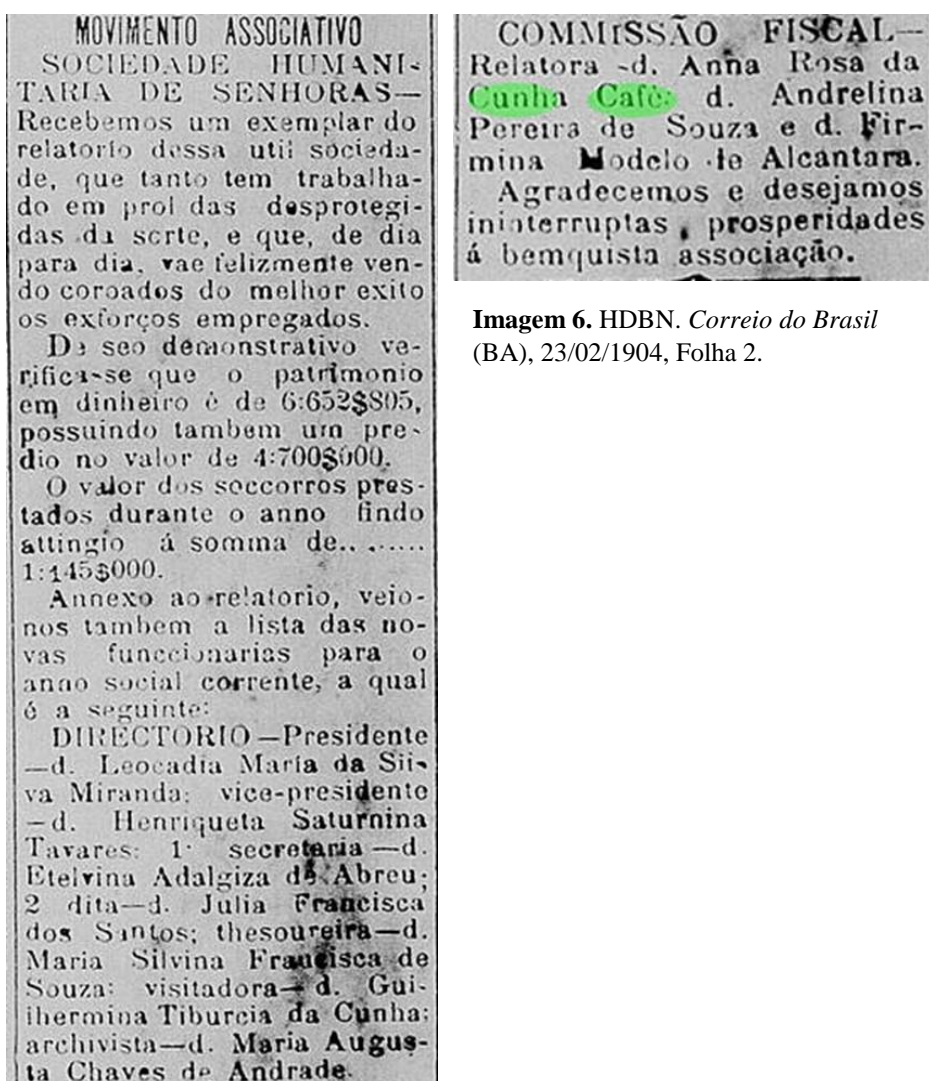


Imagem 6. HDBN. *Correio do Brasil* (BA), 23/02/1904, Folha 2.

A associação Humanitária de Senhoras chegou a receber do Estado subvenções de fundos direcionados a instituições beneficentes. A primeira solicitação, feita em 1889, foi indeferida.⁴²⁶ Em 1894, quando conquistaram o benefício, a diferença do valor recebido por ela e outras instituições da mesma rede era simbólica. Enquanto a Humanitária de Senhoras recebeu 1 conto de réis em 1894, a Casa da Providência embolsou 5 contos de réis; a Casa de Órfãos de Nossa Senhora de Sallette, 6 contos de réis. Estas duas últimas foram lembradas por Joanna no testamento. Na tabela de valores, a Humanitária não aparece como estabelecimento de caridade, e sim “associações”, lado a lado do Montepio dos Artífices, Montepio dos Artistas, Liceu de Artes e Ofícios, Bolsa

⁴²⁶ HDBN. *Diário da Bahia* (BA), 15/05/1889.

de Caridade e outras.⁴²⁷ Mais um sinal de diferença entre o tratamento dado às agremiações, a despeito de sua finalidade efetiva.

A celebração noticiada em 1892 ocorreria na sede do Montepio dos Artistas. As origens dessa organização remontam ao final da década de 1830, quando foi fundada a Sociedade dos Artífices, da qual o Montepio é uma dissidência estabelecida em 1852. Seus objetivos se concentravam no apoio mútuo entre seus sócios, majoritariamente artífices “autônomos [trabalhadores livres] que viviam da sua arte”.⁴²⁸ Seu trato era diferente de organizações como a Humanitária de Senhoras, que era beneficente (de apoio a terceiros) apenas, ao que consta.

Tendo em vista a composição étnico-racial da classe trabalhadora de Salvador e os dados colhidos pela historiadora Maria da Conceição Barbosa da Costa e Silva, a presença negra no Montepio dos Artistas era expressiva, sendo comum que seus componentes integrassem também a Irmandade do Rosário.⁴²⁹ Seu estatuto vetava o ingresso de mulheres como sócias, de modo que elas poderiam se beneficiar apenas das garantias atribuídas por vínculo com algum sócio.⁴³⁰ A vedação revela que seus sócios também se organizavam informados pelo patriarcado e pelo recorte de gênero imbuído ao conceito de artífices. Entretanto, a realização de eventos da Sociedade Humanitária de Senhoras nas dependências do montepio sugere a abertura e o reconhecimento, ainda que subordinado, do associativismo organizado por mulheres. Além disso, a presença simultânea de Henriqueta na associação feminina e na Ordem do Rosário das Portas do Carmo confirma a prática de acúmulo do vínculo de associações também operado por irmãs.

Outro elemento que ajuda a entender o perfil da atuação política e social de Henriqueta é sua ligação com o advogado Maxwell Porphirio de Assumpção que o inventário de Luiza Francisca da Conceição deixou entrever porque ele serviu de procurador da inventariante em 1908. Maxwell era filho de africanos livres, Marcolino Assumpção e Lauriana Maira de Santana, que foram ilegalmente desembarcados no Rio de Janeiro e decidiram retornar para Lagos, na África Ocidental, em meados do século.

⁴²⁷ HDBN. *Anais da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia* (BA), Sessões do ano de 1894, volume 3. Folha 123.

⁴²⁸ SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998. p. 37.

⁴²⁹ *Ibidem*. pp. 29-32. MESQUITA, Mariana. *Op. Cit.* p. 217-218.

⁴³⁰ SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. *Op. Cit.* p. 39.

Foi em Lagos que Maxwell nasceu, batizado “Maxwell Porfírio de Assumpção Alakija”.⁴³¹ Era uma família de retornados que assumiu elementos ladinizados no Brasil e conservou-os no retorno. O pai prosperou economicamente por meio da agência no comércio de algodão e sua casa abrigou uma das primeiras escolas católicas de Abeokuta, o que imprimiu ainda mais relevância social ao grupo.⁴³² Enviou os filhos para estudar em instituições estrangeiras e Maxwell veio parar na Bahia, onde se formou na Faculdade de Direito. Sua trajetória em Salvador foi pavimentada por seu ofício e pelo ativismo em defesa “da sua raça” em jornais de grande circulação. Seu discurso afirmava a negritude tanto em sentido mais amplo quanto em relação a sua origem como africano, mais especificamente. Para o historiador Sivaldo dos Reis Santos, ele se inseria “no grupo de ‘homens de cor’ letrados que conseguiram formular suas próprias interpretações acerca do debate público sobre temas como a formação da nacionalidade brasileira, cidadania, raça, mestiçagem e o preconceito de cor na Primeira República”.⁴³³ Ele morreu em 1933 e foi bastante conhecido em Salvador, sendo lido também em outros estados.

Ao perseguir o caminho trilhado por Maxwell para promover “sua raça”, Sivaldo verificou que ele exerceu a advocacia em prol dos mais pobres, bem como a docência, a disseminação de espaços escolares e o estímulo à criação de associações beneficentes, como ocorreu com a Sociedade Beneficente de Lavradores.⁴³⁴ Versado nas ideias ocidentais e liberais, seu engajamento apresentou demonstrações ora mais conciliadoras, ora mais combativas, inspirado não só pelo antirracismo, mas também por valores liberais europeus.⁴³⁵ Assim, a convivência com essa figura pode ter se somado à inclinação de Henriqueta a engajar-se na prática associativa, informada pelos valores antirracistas interseccionados com a beneficência e propagados por seu procurador e outros congêneres que se mobilizavam para definir “seus lugares sociais numa sociedade pós-escravista marcada pelas relações sociais de compadrio, clientelismo e, sobretudo, pelo racismo”.⁴³⁶

Mesmo sem posicionamentos explícitos de Maxwell Alakija acerca do lugar feminino nos embates, a trajetória das mulheres da família evidencia que não lhe coube reproduzir os valores patriarcais ocidentais que reduziam as possibilidades femininas no

⁴³¹ SANTOS, Sivaldo dos Reis. “*Como negro que sou!...*”. *Op. Cit.* p. 16.

⁴³² *Ibidem.* p. 18.

⁴³³ *Ibidem.* p. 121.

⁴³⁴ *Ibidem.* p. 54.

⁴³⁵ *Ibidem.* pp. 84-91. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “A morte de João de Adão e a Memória Operária”. In. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://silo.tips/download/a-morte-de-joao-de-adao-e-a-memoria-operaria>. Acesso em 14 fev. 2024.

⁴³⁶ SANTOS, Sivaldo dos Reis. “*Como negro que sou!...*”. *Op. Cit.* p. 39.

mercado de trabalho. Sua esposa, Ignez Selene Assumpção, era parteira formada na Faculdade de Medicina da Bahia. Sua filha Cleonice Assumpção Alakija, se formou médica na mesma instituição, em 1931. Além do título, atuou na Sociedade de Beneficência Acadêmica, chegando ao cargo de tesoureira em uma agremiação em que era a única do sexo feminino.⁴³⁷ Sendo assim, a proximidade com a família de Maxwell pode ter inspirado Henriqueta não só para o apoio material às “desprotegidas da sorte”, através de uma forma associativa, mas também em nome da posituação das mulheres negras como agentes da afirmação da humanidade de gente negra de todos os gêneros, dando-lhes atenção específica, na medida em que elas aparecem como agentes e público-alvo da beneficência.

Além de Henriqueta, outra irmã do Rosário estava no mesmo quadro da Sociedade Humanitária de Senhoras: Anna Rosa Cunha Café. Ela foi escolhida Condigna da Ordem das Portas do Carmo na mesma ocasião da filha da africana Luiza da Conceição. O registro de batismo assentado na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo em 1892 do garoto “pardo” Mathias apresentou José Félix Café como padrinho e Anna Rosa da Cunha Café tocando a coroa de Nossa Senhora.⁴³⁸ A similaridade dos sobrenomes e a posição na cerimônia sugere que os dois nutriram alguma parentela. Buscando o nome de Félix no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontrei repetidas vezes um professor da ala de primeiras letras do Arsenal da Marinha⁴³⁹ e um encarregado na comissão de sindicância do Círculo Católico da Bahia.⁴⁴⁰ Para o que nos interessa aqui por ora, chamou mais atenção o registro de 1889 em que ele consta como um dos diretores da escola criada na Sociedade Baiana Treze de Maio.⁴⁴¹

A Treze de Maio foi fundada nos dias em que as marchas comemorativas pela abolição ainda tomavam as ruas de Salvador. Sua criação partiu de iniciativa do presidente da província, Manoel Machado Portella, com o fim de “promover a instrução dos libertos e ingênuos, defender os seus direitos e procurar-lhes colocação”.⁴⁴² As

⁴³⁷ SANTOS, Silvaldo dos Reis. Cleonice Assumpção Alakija: a trajetória de uma das primeiras médicas negras de Salvador (1910-2000). *Revista Ágora*, v. 32, n. 1, 2021.

⁴³⁸ ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:66NL-7VWL> : Tue Dec 12 00:56:11 UTC 2023), Entry for Mathias de Brito and José Comelio de Brito, 18 de novembro de 1892. Acesso em 3 nov. 2023.

⁴³⁹ HDBN. *O Alabama* (BA), 14/11/1881. HDBN. *Almanak do Estado da Bahia* (BA), 1898; 1899; 1903.

⁴⁴⁰ HDBN. *Correio do Brasil* (BA), 20/11/1903.

⁴⁴¹ HDBN. *Diário da Bahia* (BA), 14/11/1889.

⁴⁴² CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. “*O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. p. 102-103. É muito comum encontrar associações negras em todo o Brasil denominadas “Treze de Maio”. No caso desta, vê-se que a opção se justificava por um alinhamento ao governo imperial. Jonas Ribeiro assinala como os símbolos da abolição são utilizados pelas associações negras como alternativa à

autoridades queriam tomar as rédeas da transição para o trabalho livre e a aposta na ressignificação dos clubes abolicionistas em associações de caridade, como uma alternativa para amparo e orientação para o trabalho, foi sugerida pelo setor clerical do abolicionismo local.⁴⁴³ Com efeito, reservou-se a uma iniciativa não-governamental a gestão social do pós-abolição e foram colocados lado a lado, entre os responsáveis pela instituição, autoridades do Executivo, o arcebispo Jerônimo Tomé da Cruz, ex-escravistas, abolicionistas radicais como Pamphilo Santa Cruz, e professores ativistas da liberdade negra, como Cincinato Franca.⁴⁴⁴ Era uma saída conciliadora que prometia instaurar escolas em toda a província e, por meio delas, oferecer segurança e educação para ingênuos e libertos.

O movimento abolicionista baiano também não teve a homogeneidade como característica.⁴⁴⁵ Setores partidários de uma transição mais disruptiva certamente se frustravam com a ineficácia de iniciativas como a Treze de Maio com o passar dos meses pós-Lei Áurea. Com a instauração da República e a falta de uma política educacional nacional, o compromisso dos voluntaristas com a liberdade se mostrava cada vez mais escorregadio. As associações educacionais, por sua vez, trabalharam para atenuar os impactos indesejáveis da abolição na forma em que ela se deu, sem maiores garantias à população explorada, de um lado, e de outro, escravistas que se sentiam injustiçados. Nessa direção, seu plano era “resguardar a ordem firmada sobre a qual as hierarquias organizavam-se, procurando disciplinar a população mais vulnerável do país, predominantemente de cor, embora possibilitando-lhe condições de mobilidade por meio da alfabetização”, conforme assinalou o historiador Itan Cruz.⁴⁴⁶

Imersa nessas condições, a Treze de Maio também foi retraída em seus intentos. Um novo estatuto foi publicado em 1896 e seu direcionamento revelava que “não pretendia ser um intermediador entre o liberto e o mercado de trabalho, ou orientá-lo nas demandas pelos seus direitos perante o patrão, nem mantê-lo sob a ‘ordem’ denunciando-o quando preferisse como ‘vagabundo’”.⁴⁴⁷ Sua gestão se concentrou na função profissionalizante do ensino e absorveu a ideia de moral pelo trabalho. E só quem tivesse

referência expressa do perfil racial para evitar repressão estatal na Primeira República. RIBEIRO, Jonatas Roque. *Op. Cit.* p. 187-188.

⁴⁴³ *Ibidem.* p. 108.

⁴⁴⁴ *Ibidem.* p. 109-111; 133.

⁴⁴⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 83.

⁴⁴⁶ CRUZ, Itan. *Jogo de Damas Amanda Paranaguá... Op. Cit.* p. 146-147.

⁴⁴⁷ CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. *Op. Cit.* p. 134.

boa memória conheceria qualquer intenção de disseminação pelo interior, porque não se falou mais nisso.

Para Jucimar dos Santos, a Treze de Maio da Bahia foi marcada pela dubiedade, pois ela — assim como outras escolas para “ingênuos” instituídas no fim do dezenove — reiterava um papel de controle social dos libertos e seus descendentes, mantendo “subalternidades, segregações raciais, privilégios econômicos e sociais” que não protegiam os alunos e as alunas da conservação destas dinâmicas opressoras.⁴⁴⁸

A leitura da reorientação das ações efetivamente reparadoras mobilizava, então, os sujeitos a acionarem outros dispositivos, novos e antigos, para se garantirem na promoção de cidadania para egressos do cativo. Isso explica figuras como Anna Rosa e Henriqueta, que compunham a Ordem do Rosário integrando outras associações para fortalecer projetos emancipadores, como ocorreria com a Sociedade Humanitária de Senhoras. As relações mapeadas com homens conhecidos da ação antiescravidão e antirracista podem sugerir sentidos para a fundamentação do engajamento nesta instituição, mas não se deve perder de vista o peso de suas experiências próprias como mulheres na fundamentação de uma prática de assistência.

A formação pelos valores do trabalho e da maternidade de meninas desassistidas costumava ser entregue à Santa Casa de Misericórdia.⁴⁴⁹ Na Bahia, ela “socializava as meninas para cumprirem circunscritos papéis sociais, raciais e de gênero”. No caso das expostas acolhidas pela instituição, era ela que mediava os contratos com as famílias.⁴⁵⁰ Os termos dessas contratações conseguiram ser mais minuciosos que a intervenção do Estado entre o Império e Primeira República nessa seara, de forma que as trabalhadoras “autônomas” teriam maior margem de negociação com os patrões, o que amenizaria condições já precarizadas de trabalho.⁴⁵¹ Assim, o historiador Maciel Henrique Silva concluiu que esses acordos dão a medida da precariedade da liberdade das trabalhadoras forçadas na orfandade, no abandono. É possível que essa lógica de mediação do trabalho também atravessasse as funções de uma organização como a Humanitária de Senhoras para, além de prepará-las para funções de trabalho, alocar em um emprego.

⁴⁴⁸ SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. “Ingênuas(os) e libertas(os) nas escolas noturnas da Bahia no final do século XIX”: euforia abolicionista e escolas para ingênuas(os) na Bahia”. In. MACHADO, Maria Helena P. T. [et al.]. (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2021. Pp. 511-530.

⁴⁴⁹ SOUZA, Diana Santos. “A sua senhora esta santa casa”: trabalhadores, escravidão e liberdades na Misericórdia da Bahia oitocentista (1830-1872)”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.

⁴⁵⁰ SILVA, Maciel Henrique. *Op. Cit.* p. 69.

⁴⁵¹ *Ibidem.* p. 85.

Henriqueta, de fato, era filha de uma ganhadeira africana. Nesse sentido, a convivência com o comércio poderia ter lhes provido meios para negociações com patrões e patroas, mas de forma que garantisse possibilidades mais dignas a toda a família. A filiação à Ordem do Rosário também lhes proporcionaria acesso a contratantes para encontrar posições de trabalho para as assistidas, por exemplo.

Como condignas da Ordem do Rosário, caberia a Henriqueta e a Anna Rosa “lavar e engomar a roupa da igreja”.⁴⁵² Uma vez escolhidas, não eram obrigadas a ocupar o posto que lhes fora entregue devido ao reconhecimento como “irmãs piedosas, de bons costumes, que não se tenham desviado dos sãos princípios da moral”. As noções de comportamento conferidas ao cargo se mantinham demarcadas pelo princípio da moralidade e do trabalho doméstico, o que também ia ao encontro da feminilidade hegemônica.

A atribuição da lavagem dos paramentos utilizados na igreja tirava proveito também da força de trabalho feminina, que era quem ocupava os postos de lavadeira. Não há como ter certeza se a escolha foi orientada porque já seria a ocupação principal destas mulheres e o seu ganha-pão, já que o cuidado da casa entregue à mão de obra de mulheres já incluía esta tarefa. Por outro lado, é possível que essas mulheres pagassem para que outra pessoa cuidasse desta função. De qualquer forma, o desempenho da atividade em nome da ordem terceira ampliava uma jornada tomada por cuidados de filha de mãe idosa, dona de casa, gestão na Humanitária de Senhoras e, naquele momento, a lavagem e engomagem para a confraria. Era um esforço significativo não só para se afirmar socialmente, mas também para assegurar símbolos de devoção e instrumentos mediadores da liberdade negra, mas socialmente tidos como inferiores.

Dando prosseguimento aos vestígios das associações que chamaram atenção em virtude da predominância feminina negra, tomaremos o caminho de volta a Cachoeira, cidade Natal de Joanna, quando as representantes da Sociedade Recreativa 13 de Junho

⁴⁵² ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo. Aprovado por provisão do Exm. Revm. Snr. Arcebispo Metropolitano e Primaz do Brazil D. Jeronymo Thomé da Silva de 31 outubro de 1905. Impresso por ordem da Mesa Administrativa de 1905 a 1906.* p. 26. No acervo arquivístico da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário só constava o manuscrito do projeto de compromisso de 1900. A versão impressa de 1905, consultada no Arquivo da Cúria Metropolitana, atendia às exigências da lei de 1893 que regulamentava as associações e demandava que os estatutos fossem publicados para validação do registro. In: FONSECA, Vítor Manoel Marques. *Op. Cit.* p. 82. Não tenho como afirmar decisivamente se esta foi a primeira versão impressa do compromisso como terceiros. Entretanto as atas de reunião da mesa indicam que os irmãos enfrentaram dificuldades para aprovação deste primeiro estatuto após a elevação, em 1900, do que tratarei mais adiante. Desde já, vale frisar que a localização do documento junto ao fundo de outra freguesia sugere que cópias do compromisso eram entregues às demais confrarias, provavelmente para conferir reconhecimento no grupo.

divulgavam a composição de sua direção no jornal *O Asteroide* (Imagem 7). Eram cinco mulheres e três homens na liderança da organização instalada, em julho de 1888, na residência de João Antônio Gomes de Almeida, provavelmente esposo da presidente da sociedade, Delmira Gomes de Almeida. A iniciativa de criação da agremiação evidenciava que o dia de Santo Antônio, citado no título, também foi significativo para as organizações sucessoras do abolicionismo.



Imagem 7. Jornal *O Asteroide* (BA), 20/07/1888.

Arrisco a classificação da agremiação por dois motivos. Primeiro, porque o referido jornal ficou reconhecido por ser veículo do movimento antiescravista no Recôncavo. Logo, permito-me inferir que as responsáveis quiseram levar a notícia à pauta d'*O Asteroide* porque se viam interessadas em reafirmar a liberdade dos egressos do cativeiro e, assim, comunicavam-se com os interlocutores abolicionistas. Segundo, porque é reveladora a escolha do professor Cincinato Franca como seu orador, uma vez que, além de defensor da expansão do acesso ao ensino, especialmente aos libertos, ele integrou as fileiras do Clube Carigé, organização abolicionista de Cachoeira.

Sem poder confrontar algum estatuto ou outro documento acerca do funcionamento da organização, o trecho d'*O Asteroide* nos informa que se tratava de uma “sociedade recreativa familiar”. Esse tipo de organização foi expressivamente acionado por todo o país, como uma vasta rede de pesquisadoras e pesquisadores tem comprovado. Em Cachoeira,⁴⁵³ assim como em outras cidades, os festejos da abolição podem ter animado esses sujeitos a sistematizarem a realização de celebrações similares, criando associações até para captar subvenções para tal. Afinal, com o fim do cativeiro, os motivos para a comemoração pareceriam infundáveis naqueles dias seguintes, mas o que

⁴⁵³ FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*, n. 19, 2010. Pp. 63-89.

as investigações apontam é que muitas vezes a atuação dessas organizações extrapolavam o mero sentido da festa. Por si, o festejo já agrega um relevante sentido político de ocupação do espaço público, só que o “faziam sem abrir mão de lutar pelas causas de interesse dos homens e mulheres que os compunham”.⁴⁵⁴

Entre as preocupações comumente identificadas entre os sócios e as sócias desses clubes estava a atenção expressa aos preceitos de moralidade e dignidade, presentes na imagem que a Sociedade 13 de Junho queria transmitir. Dessa forma, os padrões de feminilidade iam ao encontro dos valores que as associações negras, geralmente, já procuravam validar. Também a confirmação pelo papel enobecedor das suas sócias, especificamente, agregava-lhes sentido. A respeitabilidade seria assimilada ora porque as ações ratificavam uma moralidade feminina preconizada pela branquitude e pelo catolicismo, ora pelos serviços prestados pelas trabalhadoras negras que confrontariam a ideia preconceituosa sobre o ganha-pão dessas mulheres, frequentemente associado a tarefas aviltantes nesta linha de pensamento, como a prostituição.

Tais fragilidades ligadas ao lugar colocado para as mulheres negras no pós-abolição intensificariam a procura por agentes de beneficência a seu favor. Nem sempre as associações negras davam conta de todas as demandas do grupo, informadas pelo sexo, gênero, classe, informalidade e instabilidade dos seus postos de trabalho, além da raça.⁴⁵⁵ Partindo da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio da cidade de Curitiba, a historiadora Fernanda Lucas Santiago alerta para a dificuldade enfrentada por gestantes e parturientes, que estavam expressamente excluídas nas previsões de auxílio caso a condição gerasse algum incidente.⁴⁵⁶ Antonia Francisca, ao que me parece, passou por complicações decorrentes do parto de seu filho Wenceslau, ficando desamparada numa situação de filiação similar. Para além da misoginia, que é possível que tenha informado a restrição, Vítor Manoel da Fonseca explicou que havia de forma geral entre as associações mutualistas uma preocupação financeira por parte dos sócios “com a repetição de benefícios por este tipo de evento”.⁴⁵⁷ De todo modo, para a condição de

⁴⁵⁴ DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: *puzzle* de um campo emergente. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-22, 2023. p. 17. O artigo corresponde a um esforço de fôlego e atualizado de coleta e análise acerca dos trabalhos historiográficos atentos à experiência dos clubes negros no Brasil, tal qual observado anteriormente em SILVA, Lucia Helena Oliveira. XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019. Pp. 1-15.

⁴⁵⁵ SANTIAGO, Fernanda Lucas. “Mulheres negras: trajetórias de (re)existências em rede (Curitiba, 1922-1963)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. p. 78.

⁴⁵⁶ *Ibidem*. p. 80.

⁴⁵⁷ FONSECA, Vítor Manoel Marques da. *Op. Cit.* p. 129.

gestante, as ações de benemerências seriam mais diretas do que de mutualistas. No entanto, ainda como beneficentes, sua atenção às demandas de mulheres não era integral.

Situação mais flexível foi verificada nos clubes negros fluminenses. Se por um lado a perseguição policial forçava a necessidade de se afirmarem como clubes "familiares",⁴⁵⁸ internamente alguns foram mais flexíveis para dar lugar a mais sócias, negando os rótulos que enclausuravam a dignidade ao estatuto do casamento. Foi o que fez a União das Borboletas, cujo estatuto previa a entrada de sócias autônomas, ou seja, sem o marido ou o pai. No União das Flores, a flexibilização se deu por meio da cobrança de metade do valor cobrado para a entrada de homens. A Repentinos do Realengo, por sua vez, não especificou o valor para as filiadas.⁴⁵⁹ Por outro lado, a abertura servia para oportunizar formação de casais, o que também alimentaria a imagem familiar da associação e suas fileiras.⁴⁶⁰ Ainda assim, a constituição dessa família se dava mediante embates internos, em decorrência das disputas que surgiam dentro dos clubes. Isso certamente acontecia em clubes sociais de todas as classes e raças, mas a cobrança sobre as gentes negras tornava a fiscalização do comportamento ainda mais rígida.⁴⁶¹

Mais uma vez de volta a Salvador, a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) é, sem dúvidas, um marco para o associativismo negro baiano. Ela permite traçar uma relação de mulheres com o associativismo negro e seus sentidos. A entidade foi criada a partir da movimentação de parte dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos que, depois de conflitos internos, resolveram, em 1851, reunir-se sob o título de associação mutualista. Com efeito, ela foi pioneira, entre as associações civis negras aprovadas de acordo com as previsões da Lei dos Entraves, que regulamentou a criação desse e de outros tipos de agremiações no Império desde a década de 1860.⁴⁶²

Para além dos suportes comuns a todas as mutualistas, a SPD atendeu a uma demanda por “estratégias de sobrevivência e constituição de dignidade entre aqueles

⁴⁵⁸ BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. p. 71.

⁴⁵⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. p. 140-141.

⁴⁶⁰ *Ibidem*. p. 145.

⁴⁶¹ *Ibidem*. p. 149; 163.

⁴⁶² CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. p. 12. Cf. BRAGA, Julio. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Salvador: Edições Ianamá, 1987. LEITE, Douglas Guimarães. “‘Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX”. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

trabalhadores livres de cor”⁴⁶³ na capital baiana. Ali, as mulheres também só poderiam ser beneficiárias a partir de familiares do sexo masculino que fossem sócios. A irmã Alexandrina Lydia da Conceição, citada no capítulo anterior como filha de Martinha Jacintha do Rosário, é uma delas. Seu nome aparece entre requerentes de socorro de 15\$000 dos Desvalidos por intermédio do associado Erico Marcos dos Santos, entre julho e agosto de 1898.⁴⁶⁴ Em outro sentido, por vezes, elas empenharam bens em seu nome e fizeram reivindicações mediadas por filiados que iam além do pedido direto de socorro material.⁴⁶⁵

A professora Maria Silveria da Silva, em 1883, solicitou a autorização dos sócios para estabelecer na sua sede “um curso primário e secundário direcionado às filhas de sócios que fossem órfãs, com o objetivo de proporcionar a elas o acesso à ‘educação precisa para no futuro poder ser boa mãe e portanto boa cidadã’”. O historiador Lucas Campos verificou que o pedido foi adiado e, no fim, ignorado.⁴⁶⁶ A preocupação em formar as órfãs filhas de sócios mobilizava uma linguagem que seguia os sentidos de feminilidade e ativismo de mulheres negras, que não girava só em torno da maternidade, mas também de sua inserção no espaço público enquanto pessoas de direito, haja vista o anseio por formar “boas cidadãs”. Apesar disso, o descaso com o pedido sugere falta de sensibilidade à questão e desinteresse em dar esse espaço à professora dentro da associação, o que se confirma diante da classificação do assunto como “delicado”.⁴⁶⁷

Haveria algum temor por parte dos sócios em relação ao protagonismo de mulheres no associativismo? Conceder-lhes espaço em condição de igualdade poderia despojar a associação do reconhecimento aspirado — ou já estabelecido à época —, atingido a custo de muitas negociações e lealdades firmadas com homens brancos que fartamente desempenharam a função de sócios protetores, cedendo recursos à organização.⁴⁶⁸ À luz do jogo político, conservar-se na exclusividade masculina poderia ser importante para manter a respeitabilidade na lógica patriarcal e cultivar o respaldo diante dos apoiadores que favoreciam a manutenção da associação.⁴⁶⁹ De todo modo, não

⁴⁶³ *Ibidem*. p. 28.

⁴⁶⁴ Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD). “Livro de Socorros (1898-1901)”. f. 9.

⁴⁶⁵ LEITE, Douglas Guimarães. *Op. Cit.* p. 170.

⁴⁶⁶ CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Op. Cit.* p. 36.

⁴⁶⁷ *Idem*.

⁴⁶⁸ LEITE, Douglas Guimarães. *Op. Cit.* p. 205-206.

⁴⁶⁹ Segundo Lucas Campos, no final do século XIX, já sob a égide do regime republicano, as subvenções recebidas do governo pela SPD estavam atrasadas, o que ocasionava certa dependência em relação a apoiadores externos. De todo modo, tais redes de dependência não os tornava despojados de autonomia e o interesse nesses acordos era mútuo, como verificado entre os membros do Partido Liberal do estado ainda no Império. CAMPOS, Lucas Ribeiro. *Op. Cit.* pp. 48-64.

se pode perder de vista que a associação apresentava em suas fileiras também integrantes dos candomblés, confrontando as expectativas das elites em relação a uma normatividade cristã sobre os papéis de gênero.⁴⁷⁰

Considerando essa inserção social da SPD no Oitocentos, é digna de nota a presença da Sociedade Protetora das Desvalidas, uma homônima flexionada no feminino, já mapeada por Aldrin Castellucci na “constelação associativa” baiana entre o século XIX e início do século XX.⁴⁷¹ Depois de conhecê-la através deste historiador, encontrei um registro de jornal de 1895 em que a 1ª Secretária da agremiação, Maria Apollonia, convocava “as senhoras sócias para reunirem-se em assembleia geral”.⁴⁷² As minhas buscas não me trouxeram mais informações sobre a responsável e a associação, que funcionou, pelo menos, entre a data do anúncio encontrado e 1910, segundo a apuração de Castellucci.

Não é possível ter certeza de que se tratava de um grupo de mulheres negras do entorno da SPD insatisfeitas por não atenderem ao gênero exigido por estatuto e por não terem poder de ingerência sobre suas ações. Fernanda Lucas Santiago já apontou para a possibilidade de que “as mulheres foram criar as suas próprias associações, porque os homens criavam regras que restringiam sua participação ativa”.⁴⁷³ De qualquer forma, é incontestável que a palavra “desvalida” era muito difundida no vocabulário das benemerências para se referir às assistidas e a semelhança do nome pode ter sido só uma coincidência. Contudo, não pude deixar de assinalar o uso da denominação similar, que pode ter gerado até certo incômodo por parte dos membros da SPD. Sendo assim, acredito que novas investigações poderão identificar se havia efetivamente alguma relação.

Outro aspecto a mobilizar atenção é a vinculação de mulheres brancas à irmandade do Rosário. Essa remete ao século XVIII, havendo até mesmo, entre essas, quem ocupasse cargo de juíza, o mais importante da ala feminina.⁴⁷⁴ A sua presença em termos numéricos

⁴⁷⁰ Alguns sócios identificados entre os candomblés: João Francisco Régis (filho de Maria do Rosário da Conceição, filha de fundadora de candomblé ketu), Bibiano Soares Cupim (ogã do Terreiro do Gantois), Manoel José D’Etra (um dos fundadores do Gantois) e outros já identificados e por identificar. LEITE, Douglas Guimarães. *Op. Cit.* p. 41; 205. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 220. CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. *Revista História (São Paulo)*. n. 176. 2017. Pp. 1-57.

⁴⁷¹ CASTELLUCCI, Aldrin. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. Pp. 40-77. p. 77.

⁴⁷² IGHBA. *Gazeta de Notícias (BA)*, 11/05/1895.

⁴⁷³ SANTIAGO, Fernanda Lucas. *Op. Cit.* p. 68.

⁴⁷⁴ REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro: o livro de irmãos do Rosário das Portas do Carmo (1719-1826). In. SOUZA, Evergton Sales. MARQUES, Guida. SILVA, Hugo R (Orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016. Pp. 191-222. p. 210-211. Vale frisar que o cargo de juiz não era acessível para homens brancos.

era inferior à proporcionalidade do valor das volumosas contribuições que ofereceriam aos cofres da confraria, seja motivada pela devoção à respectiva santa e/ou como “estratégia de controle”.⁴⁷⁵ No período sobre o qual me debruço, é significativa a presença de Francisca da Piedade Marinho, ou melhor, da Condessa Pereira Marinho, no papel de “protetora” da mesa em 1892.⁴⁷⁶

O cargo se assemelha ao de protetor na SPD e ela não consta nos termos de entrada. Ou seja, não era irmã. Seu marido era o português Joaquim Pereira Marinho, mais conhecido como Conde Pereira Marinho, um dos maiores traficantes escravistas da Bahia, que enriqueceu com o comércio ilegal, mas atuou também no comércio lícito investindo o capital acumulado com o contrabando. Não seria o primeiro traficante escravista que circularia no consistório do Rosário, mas a dimensão da sua atuação no “infame comércio” gerou rendimentos menos comuns para aquele ambiente. Para se ter ideia, Pereira Marinho faleceu em 1887 deixando em testamento uma fortuna de 8 mil contos de réis.⁴⁷⁷

O escravista também se destacou socialmente como provedor da Santa Casa de Misericórdia. Segundo Cristiana Ximenes, a partir do Setecentos, a instituição teve como principais contribuintes os comerciantes de gente africana, tomando o posto dos proprietários de terra. Antes de entrar na confraria, Pereira Marinho viveu em concubinato e se casou com Francisca sete meses antes de sua admissão na casa, cumprindo um requisito que lhe faltava para ser aceito na confraria. Embora fosse um grande provedor, participou pouco das reuniões, de forma que seu envolvimento se deu mais pelas contribuições em dinheiro e proposições de grandes projetos, visando colher os ativos políticos e sociais da caridade.⁴⁷⁸ Em 1883, ele se comprometeu com a obra do Asilo dos Expostos e deixou como “marca registrada de sua administração a construção do Hospital de Caridade no largo de Nazaré”.⁴⁷⁹ Apesar disso, enquanto viveu foi muito questionado por sua atuação nos negócios, sofrendo diversos processos na justiça, provocando seus inimigos, respondendo as provocações via judiciário e imprensa, de modo que suas atividades ganhavam ampla repercussão. Ainda assim, Ximenes aponta que depois de sua

⁴⁷⁵ REIS, João José. p. 12. *Identidade e Diversidade... Op. Cit.* p. 18.

⁴⁷⁶ AOTNR. “Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. CX 11 DOC 03-L.

⁴⁷⁷ XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. “Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999. p. 94. XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. “Conde Pereira Marinho”. In. *Salvador Escravista*. Disponível em <https://www.salvadorescravista.com/homenagens-controversas/conde-pereira-marinho>. Acesso em abr. 2023.

⁴⁷⁸ *Ibidem*. p. 114-115.

⁴⁷⁹ *Ibidem*. p. 115-116; 119.

morte “nenhuma voz se levantou para recordar negativamente o seu passado” e credita sua “redenção” pública às ações filantrópicas que promoveu.⁴⁸⁰

É difícil ter fé que essas pessoas constrangidas pelo passado dos negócios que lhes assegurou tamanha fortuna. De todo modo, aquele momento da morte de Pereira Marinho apresentava uma movimentação social intensa favorável à abolição do cativo e ele já colhia frutos dos vários outros investimentos que empreendera, diante do sufocamento do tráfico. Considerando que a preocupação política nos seus últimos anos de vida se tenha concentrado nas ações beneficentes mediadas pela Santa Casa, seria toda essa caridade uma forma de compensação pela agência direta na escravização? Apesar dessa possibilidade, o necrológio da viúva “protetora” do Rosário demonstrava que ela assumira o bastão das ações de caridade do falecido:

A condessa de Pereira Marinho contava a avançada idade de 74 anos. Sua longa vida foi uma série ininterrompida de virtudes; meiga e compassiva, gentilíssima no trato para com todos, sabia fazer de sua enorme fortuna uma inesgotável fonte de benefícios à pobreza. Não há na capital da Bahia quem ignore o quanto é extensa a lista de famílias socorridas pela benemérita senhora, que ali tão belamente continuou aliás a obra de seu esposo, o conde de Pereira Marinho, na manutenção do Asilo da Infância Desamparada.⁴⁸¹

O jornal da capital assinalava em sua primeira página o reconhecimento individualizado à viúva do que incorporado a uma organização, já que o referido Asilo da Infância Desamparada foi fundado pelo falecido marido. Era a sua intermediação como benfeitora a instituições assistenciais que a destacava e não o trabalho da instituição em si. Essa dinâmica certamente obscureceu a atuação de mulheres de classes inferiores que optavam pela ação coletiva. Sem contar que essa família foi favorecida pela imprensa durante as contendas jurídicas protagonizadas pelo marido escravista. A proteção traduzida em contribuição em dinheiro à Irmandade do Rosário em 1892 ficou circunscrita sem ser recebida com tantos confetes, porque isso a condessa já recebia por fora, ainda que fosse comum as doações serem pouco repercutidas para não parecer que se fazia isso em troca de reconhecimento, e não em nome da fé. Contudo, a forma como Francisca era lembrada no jornal não dá a entender que suas ações fossem discretas.

Nas páginas dos livros da Ordem que acessei, sua aparição se encerrou ali. Ela não foi a única a ocupar a lista de “protetores”. Contudo, achei curioso que essa não era uma posição prevista nos compromissos de 1820, 1900 e 1905. A denominação é mais um sinal da proximidade com a linguagem das mutualistas, já que o mesmo título se apresentava na SPD. Ademais, considerando que aqueles anos foram definitivos para a

⁴⁸⁰ *Ibidem*. p. 121.

⁴⁸¹ HDBN. *O Paiz* (RJ), 19/06/1896.

conquista do breve de terceiros junto à Igreja, acredito que receber protetores e protetoras como essa deve ter sido fruto de busca ativa dos irmãos. Além da condessa, constavam mais onze pessoas na mesma lista: um vigário e mais seis rotulados com títulos de prestígio — capitão, comendador e brigadeiro. Só ela de mulher. Aparentemente, a propaganda por parte dos irmãos em torno desses benfeitores externos foi contida, resumindo-se aos sermões nas missas, possivelmente.

A relação de sócias e de associações que dialogam com mulheres negras sinaliza, pois, para rupturas e continuidades nas experiências de conformação de organizações em prol de gente negra entre as emancipações e o pós-abolição. O envolvimento feminino em torno da liberdade, quando se trata de mulheres negras, circunscreveu-se predominantemente na ação por alforrias e na defesa da liberdade de forros e livres de forma individualizada. Nos centros abolicionistas e instituições educacionais, por sua vez, o ativismo foi atribuído a mulheres brancas, em geral, mobilizadas pela correlação da beneficência aos valores de uma determinada “feminilidade”. O encontro com mulheres negras filiadas à Ordem Terceira do Rosário ligadas a abolicionistas, outras associações de beneficência e ativistas antirracistas da virada do século XIX para o XX, em uma rede onde elas ocupam cargos ativos — na gestão e concepção da ação —, sugerem diálogos e até protagonismo em defesa da cidadania das gentes negras.

Na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, onde tomou lugar a Sociedade Humanitária de Senhoras, Henriqueta Saturnina Tavares e Anna Rosa Cunha Café teriam assumido o comando de uma agremiação em defesa de vulneráveis. A ligação de uma com Maxwell Porphirio Assumpção e de outra com José Felix Café indica um percurso político que pode ser anterior à abolição, desde já defendendo a liberdade. Em Cachoeira, a majoritariamente feminina Sociedade 13 de Junho foi apadrinhada pelo professor Cincinato Franca. A relação com homens públicos poderia estimular o ativismo de mulheres, e vice-versa, mas seria igualmente mobilizada para que elas engatassem as suas formas associativas, mobilizassem demandas de trabalhadoras ou simplesmente conseguissem acessar seus direitos individuais, como feito por Henriqueta ao acionar o renomado advogado negro Maxwell Alakija como procurador no inventário de sua mãe.

Em relação à Ordem do Rosário das Portas do Carmo, não houve registros de envolvimento exposto com a causa abolicionista, mas seus participantes e interlocutores, como Luiz Alvares dos Santos atuaram nesse sentido. É importante, por outro lado, não encerrar sua experiência por aí, pois há prerrogativas no escopo das atividades da confraria que vão no sentido da liberdade e da sobrevivência, em maior ou menor medida,

antes e depois da abolição, porque era entendida pela comunidade como um apoio a recorrer.

Os cuidados depositados na igreja construída e administrada pelos irmãos pretos foram desde abrigo a um posto de saúde durante a epidemia de cólera, na metade do Oitocentos, à instalação de escola, a um projeto de asilo. Isso conferia relevância social aos e às agentes, somando-se às atividades em outras agremiações voltadas não só para o apoio mútuo, mas também para a beneficência à comunidade interna e externa informada por alguma vulnerabilidade.

No imediato pós-abolição, os agentes da Ordem Terceira do Rosário se esforçaram para ter seu espaço de cuidado próprio como forma de reconhecimento das gerações que constituíram a irmandade se defendendo do cativo e das perseguições que emergiram para tentar sufocar a população negra. Ao beneficiar essas agremiações, Joanna reconhecia esse papel, ainda mais sensibilizada pela situação que acabara de presenciar com a pandemia da gripe espanhola. Sem poder compor a administração, a beneficência oferecida pela testadora tinha condições expressas, tentando intervir sobre a forma de aproveitamento desse recurso. Portanto, irmãos e irmãs lançavam mão dos “formatos culturais que estavam ao acesso de todos”⁴⁸² em termos de assistência, mas tendo que constituí-lo sob uma linguagem que os humanizasse como gente de cor preta. Assim, a pergunta que dá título ao capítulo, baseada na definição posta por Kim Butler, serviu para apontar as disputas que se impunham sobre um conceito hegemônico de filantropia, uma vez que as mulheres “das margens” raciais praticaram a assistência vertical em termos de classe, visando à positivação da raça não só no apoio às pessoas desvalidas, mas também como uma forma de promoverem a si mesmo. Contudo, o retorno de prestígio esperado parece não ter sido alcançado — ou também se dava por outros termos —, haja vista o silêncio de veículos de comunicação sobre mulheres como Joanna Maria Ritta da Conceição e a estridência no tratamento de outras, como a Condessa Pereira Marinho.

⁴⁸² SILVA, Fernanda Oliveira. Pós-abolição ao Sul... *Op. Cit.* p. 284.

CAPÍTULO 3. A VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO ROSÁRIO E O “DIREITO QUE LHE ASSISTE”

Era o segundo domingo do mês de maio de 1925 e, conforme o compromisso mandava, naquele dia haveria reunião da mesa administrativa dos irmãos da Ordem Terceira do Rosário. Dados os anúncios de abertura da sessão, o Prior Luiz Gonzaga da Conceição concedeu a palavra aos mesários e o Definidor Victoriano Antonio de Almeida aproveitou para registrar algo que chegou ao seu conhecimento: “o usufrutuário da casa da rua do Tingui, Sr. Wenceslau Gomes de Mattos, ia vendê-la”.⁴⁸³ Os demais presentes se alarmaram, porque o sujeito havia abordado a mesa no ano anterior, procurando um acordo com o Rosário e as demais agremiações beneficiárias do mesmo imóvel transmitido por Joanna Maria Ritta da Conceição, sem ter sucesso.

O sobrinho de Joanna havia remetido o Recurso ao Superior Tribunal Federal, em maio de 1923, querendo anular o testamento.⁴⁸⁴ Um ano depois, ele propusera “entregar a cada uma das irmandades a quantia de um conto de réis, sob condição de desistirem do senhorio direto”.⁴⁸⁵ O prazo de espera de um ano sugere a perda de esperança de que a contenda se resolveria pela corte e Wenceslau tentava garantir mais direitos sobre a casa por outros caminhos. Os presentes nas reuniões da mesa de 1924 e de 1925 eram quase as mesmas pessoas e todos sabiam que a proposta havia sido terminantemente recusada de primeira. A mesa preferia que a confraria continuasse com o direito sobre o senhorio do imóvel, mantendo a vontade de Joanna, e o secretário Eusebio Cursino dos Reis ficou encarregado de dar a resposta a Wenceslau em 1924. Por isso, a tentativa de venda da casa à revelia da Ordem seria uma grande afronta.

Na reunião de maio de 1925, Luiz Gonzaga da Conceição acalmou os demais mesários, informando que “o referido senhor mandou propor novo acordo que ainda está em via de realização e será oportunamente comunicado à casa, caso seja o mesmo aceitável”. O prior manifestava que estava atento aos interesses da organização em relação ao destino da casa, à revelia da contenda na justiça e das demais agremiações citadas no testamento.

⁴⁸³ AOTNR. “Ata da Sessão ordinária da Mesa Administrativa da Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora em 10 de Maio de 1925”. CX 05 DOC 03, “Atas 1917-1936”.

⁴⁸⁴ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01250.

⁴⁸⁵ AOTNR. “Ata da sessão ordinária da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora às Portas do Carmo. Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de 1924”. “Atas 1917-1936”. CX 05 DOC 03.

Wenceslau Gomes de Mattos, o legatário mais citado nas últimas vontades de Joanna Maria Ritta da Conceição, vivia na casa em que ela faleceu e seria usufrutuário do imóvel, enquanto vivesse e estivesse quite com as cobranças regulares sobre o imóvel. Apesar de ter essas e outras garantias asseguradas no texto das últimas vontades da madrinha, como temos visto, em 1919, ele travou uma batalha na justiça, que começou quando ele se recusou a entregar a abrir passagem na casa para o testamenteiro e inventariante Ignacio de Almeida Gouvêa dar encaminhamento ao inventário.

Dali em diante, foi muito dinheiro gasto com o processo, chegando até a última instância, por não ter tido o direito reconhecido nas cortes inferiores. Se a maior preocupação de Wenceslau era a casa, como haveria de estar as outras pessoas e instituições que sabiam que tinham algum benefício a ser recebido pelas vontades de Joanna? Seria esse outro motivo de incômodo de Wenceslau, além do destino da casa em que vivia e que era parcialmente destinada à Ordem à qual ele passava a fazer parte?

A peleja de Wenceslau se deu na medida da vulnerabilidade do estatuto de sujeito de Joanna e de Antonia. Vale frisar que a própria Ordem do Rosário dos Pretos sofreu deste mesmo prejuízo. Não seria o primeiro desafio enfrentado pelas fileiras da confraria, mas a chaga se abriu ainda mais quando irmãos e irmãs tentavam validar-se como Venerável Ordem Terceira. De um lado, Joanna e Antonia tinham sua identidade borrada, despojadas do reconhecimento à história da própria família. A violação era relativamente fácil de ser arranjada, porque havia poucos parentes mais velhos aptos a comprovar efetivamente sua versão. Do lado da confraria, a “mancha” na reputação era impressa por uma Igreja insatisfeita com uma agremiação de pretos que não só se entendia como Católica Apostólica Romana e no direito de professar o culto, como tinha profundo enraizamento social para confirmar-se enquanto tal.

Por mais que Wenceslau tivesse uma estabilidade profissional, uma família nos moldes burgueses e uma boa casa para viver, ou seja, símbolos de respeitabilidade perseguidos, em maior ou menor medida, por famílias negras, ele demonstrava não ter a segurança que gostaria sobre esses direitos, que parecem ter sido atingidos pela mediação de Joanna e Firmino. Este entendimento resultaria em um acordo entre a mesa do Rosário e Wenceslau que atropelaria os desejos de Joanna, revelando outros sentidos de intromissões masculinas sobre mulheres no âmbito de uma irmandade negra. Nesse sentido, acredito ser importante apresentar os argumentos utilizados para atingir Joanna através dos pedidos do afilhado, como forma de entender a medida da vulnerabilidade

enfrentada por sujeitos que, a priori, teriam uma posição social mais confortável no pós-abolição.

Situações similares acionadas pelo recolhimento de outros espólios reservados aos irmãos e irmãs colocam a agremiação como repositório de patrimônios constituídos pelo suor de gentes negras. Em outro plano, o patrimônio de agremiações negras que se viram fragilizadas pelo contexto desfavorável de falta de apoio social e clerical, colocaram-nas a buscar refúgio numa confraria politicamente forte que lhes garantiria a sobrevivência. Por conseguinte, a Ordem do Rosário acabou servindo de repositório dos pequenos espólios de trabalhadores/as e confrarias enfraquecidas. Em comparação às organizações leigas que se enriqueceram sob doações de escravistas, a receita não era lá tão valiosa. Mas, com isso, irmãos e irmãs criaram condições para continuar servindo à comunidade afro-baiana.

Assim como as negociações com a Igreja pelo breve de elevação à Ordem Terceira e essa busca ativa por aumento de recursos conferiam relevo político aos confrades e até uma audácia sobre as vontades de testadores e testadoras, o recurso ao Supremo Tribunal Federal é sinal de mobilização dessa “quase cidadania”⁴⁸⁶ atribuída às pessoas negras. O entrave jurídico, no entanto, deu espaço para que os irmãos do Rosário agissem nas brechas para não ficar sem a sua fatia do espólio, favorecendo também os interesses do novo confrade, Wenceslau, assinalando as vulnerabilidades de Joanna na confirmação das suas últimas vontades.

3.1 Entre referências e reverências

Diz *D. Joanna de Tal*, que além do seu direito, precisa que V. Ex^a Revm^a mande passar por certidão o teor do batismo de sua sobrinha, Antonia, Filha natural de Maria Francisca, crioula [...].⁴⁸⁷

"*D. Joanna de Tal*" não é nem poderá ser Joanna Maria Ritta da Conceição. E não poderá haver dúvida no que acabamos de dizer, porque se fosse a falecida Joanna Maria Ritta da Conceição que pedisse a alguém para tirar uma certidão, de certo que o encarregado haveria de indagar o nome da postulante e não requereria, como se vê no documento, porque "*D. Joanna de Tal*" não é nem nunca foi pessoa alguma neste mundo que habitamos"⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ GOMES, Flávio dos Santos; e CUNHA, Olívia Maria Gomes (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁴⁸⁷ APEB. Pedido de 7 de fevereiro de 1888 anexado ao processo. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário... pp. 00900-01263; 00980.

⁴⁸⁸ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01108.

Em outubro de 1919, o advogado Álvaro Mac Dowell de Oliveira não conhecia — ou precisou se mostrar desinformado sobre — o costume das instituições escravistas em registrar pessoas escravizadas pelo prenome seguido de “de Tal”. Mas, para convencer o juiz a atender o interesse do seu cliente, o major e escrivão Ignacio de Almeida Gouvêa, testamenteiro e inventariante de Joanna Maria Ritta da Conceição, o bacharel fez pouco caso do passado que Joanna apresentava enquanto uma filha de africana possivelmente escravizada e tendo nascido antes da Lei do Ventre Livre, ignorando as falhas cartoriais. O advogado montou sua tese se embasando apenas nas vivências mais recentes da falecida, porque não interessava retroceder além disso.

A defesa tentava contrariar as provas entregues pelo afilhado e sobrinho, Wenceslau Gomes de Mattos, que queria anular o testamento de sua tia, apesar de ser repetidamente lembrado em diversos pontos do testamento de Joanna. Embasado na relação sanguínea assumida e de convivência familiar com a testadora, bem como alegando a irregularidade jurídica do documento, o suplicante insistiu em suspender os efeitos daquele testamento. Ele alegava que o signatário a rogo de Joanna (por esta não saber ler e escrever), o senhor Manoel Joaquim Neves Silva, não constava entre as testemunhas e, segundo o código civil vigente, isto feria a validade do documento. Dessa maneira, a defesa de Wenceslau contestava o papel de Ignacio como inventariante, tentando arrogar para si esta atribuição, como familiar vivo mais próximo de Joanna, pelo lado de sua mãe. A tarefa não era fácil, pois o suplicante era órfão de pai e mãe.

Restou a ele acionar diferentes documentos e testemunhas para provar seu ponto de vista, levando a um processo com mais de 300 páginas que, para o Judiciário, se iniciou em 1920 e se “concluiu” em 1965. Todas as provas reunidas por Wenceslau oferecem um rico panorama da família de Joanna Maria Ritta. A despeito dos limites das fontes, o cotejamento do processo com outros vestígios possibilitou vislumbrar arranjos familiares que começaram a se desenhar na segunda metade do século XIX, como já evidenciei.

Estava entre as evidências de vínculo familiar anexadas aos autos o registro de “Joanna de tal” como requerente junto ao cônego de cópia da certidão de batismo de sua sobrinha Antonia. Este pedido se deu no dia 7 de fevereiro de 1888. A escravidão ainda estava vigente e o cônego fez questão de despersonalizá-la pela chave nominativa “de Tal”, mesmo que esta já fosse liberta, o que suponho pela omissão do seu estatuto jurídico. Nos registros seguintes, Joanna não aparece citada desta forma. Com efeito, a marca do cativo mostrou-se como elemento definidor para a identidade da tia de Antonia às

vésperas da abolição, revelando a persistência da mentalidade escravista que impregnava os olhares lançados sobre pessoas negras.

Outra prova mobilizada pela defesa de Wenceslau foi a fotografia do jazigo perpétuo de sua mãe, onde constava escrito: “Jazigo Perpétuo de Antonia Francisca Gomes de Mattos, nascida em 13 de junho de 1868, falecida em 29 de outubro de 1889”. A diferença da data de nascimento no jazigo com o que está nos assentos de batismo é um dos argumentos que levou a defesa de Ignacio contestar que não se trataria de sepultura da mesma Antonia. Dois anos de diferença seria demais para confirmar que a mãe de Wenceslau é a mesma sobrinha “de uma Joanna de tal”,⁴⁸⁹ como está em outro documento levantado por ele.

A data de todos os outros registros indica que o ano de nascimento de Antonia, mãe de Wenceslau, seria em 1866, com datas variadas. Há indício de que o batismo foi realizado no dia 25 de setembro e que, naquela data, a batizada tinha dois meses de idade. No registro de batismo, o evento batismal ocorreu em 28 de agosto de 1866.⁴⁹⁰ Quando Joanna procurou obter a cópia do mesmo assento em 1888, ela mesma não tinha certeza do ano, de modo que a referência da data do batismo para a solicitação foi “no ano de 1860 para cá”. No entanto, por constar, nesse pedido, a fórmula “Joanna de tal”, a identidade se perdera, do ponto de vista da defesa de Ignacio. Apesar da destreza no comércio, Joanna não tinha domínio da escrita e da leitura. Aliás, o que a levou até o cartório seria mais importante do que conferir a exatidão daquelas datas. A amizade com o escrivo Ignacio de Almeida Gouvêa deve ter sido posterior, caso contrário isso não teria passado sem reparo.

Desconfio que o envio de Luiz Sanches para pedir a certidão a rogo de Joanna aconteceu para dar andamento ao enlace conjugal entre os pais de Wenceslau, haja vista a proximidade da data do pedido e do nascimento do primeiro e único filho de “Santa”. De qualquer forma, a informação vaga corrobora o distanciamento observado entre a vida da família na cidade e no Recôncavo e, em outubro de 1889, no calor da notícia da morte de Antonia, seria ainda mais difícil recorrer à informação correta para encaminhar a Manoel Pedro e inserir na referida pedra.

⁴⁸⁹ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01103.

⁴⁹⁰ APEB. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8P6F-X?cc=2177272&wc=M7ZB-X3D%3A370077401%2C370077402%2C370201701> : 10 February 2022), Iguape > São Tiago > Batismos 1856, Dez-1871, Dez > image 270 of 396; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía

É de se desconfiar a aleatoriedade da data por um lado, assim como é estranho que não tenha um registro oficial do óbito de Antonia anexado ao processo para tirar a prova, uma vez que se tratava de dois oficiais de cartório envolvidos no processo — Wenceslau e Ignacio. A defesa do sobrinho não rebateu esse argumento diretamente, mas a defesa de Ignacio também não provou o contrário. O juiz de primeira instância, então, considerou o contraste das datas insuficiente para contestar Wenceslau e atribuiu maior confiabilidade porque todos os documentos estão sob o poder do afilhado, na mesma casa em que morava com Joanna. Logo, se tratava das mesmas pessoas.⁴⁹¹ Vale pontuar que o envolvimento de Manoel Pedro na confecção da pedra pode ter piorado a confusão na datação, por ser alguém mais alheio à integridade da história da família. De qualquer forma, são datas próximas.

Além da datação, foi grafada no túmulo a frase “Gratidão de sua tia, Joanna Maria Ritta da Conceição”. Ciente da identidade étnico-racial da família, o defensor do testamenteiro tenta outra estratégia para contestar Wenceslau:

Pelo simples fato de, na inscrição, conter “gratidão de sua tia” é que se possa afirmar que, de fato, Joanna é tia de Antonia? Não, absolutamente, não.

Sabemos perfeitamente, *o hábito existente entre nós, de dar-se a estas pretas africanas o tratamento de “tia”, “avó”, etc. etc.*; eis a razão por que a Antonia, mãe do Wenceslau, chamava-a de tia e ela [Joanna] de sobrinha.⁴⁹²

No volumoso processo, Wenceslau conseguiu uma prova de invocação como “tia” direcionada à Joanna ainda viva: a carta enviada por Silvino Gomes de Mattos, citada anteriormente.⁴⁹³ Uma vez que Silvino foi marido daquela que se alegava ser sobrinha de Joanna, era natural que ele também a chamasse de tia, tanto que isso nem foi explorado no processo. A reunião de documentos que fragilizassem a defesa de Ignacio pode ter sido planejada para não conter documentos que corroborassem essa tese. A arbitrariedade na consideração de costumes nominativos demonstra a fragilidade da defesa, que não explorou dados mais concretos e se concentrou em alegar um costume, sendo bastante seletiva no reconhecimento de práticas cartoriais.

O advogado de Ignacio explorou um costume de denominação entre as africanas e até se incluiu entre aqueles que reproduziam o hábito, usando a primeira pessoa. Alvaro Mac Dowell de Oliveira, apesar da ascendência britânica evidente no nome, passaria a ser bem inserido nos candomblés de Salvador, já que se casou com Maria Escolástica da Conceição Nazaré, nome de batismo de Mãe Menininha do Gantois. Quando se

⁴⁹¹ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01133v.

⁴⁹² APEB. Recurso Extraordinário... p. 01107.

⁴⁹³ “Recomende-me a tia Joanna...”.

conheceram, ele sabia que ela “era do candomblé”⁴⁹⁴ e a união dos dois teria sido oficializada pouco antes de Dona Escolástica assumir a liderança do terreiro do Gantois, decretada em 1922. Ela era tida como muito jovem para o posto. Sua antecessora, que também era sua mãe biológica, Maria da Glória Nazareth, faleceu precocemente, antes que a sucessão após o luto por Maria Pulchéria se completasse. Então, Menininha, que era a sucessora prevista, serviu ao seu terreiro como iyalexá até 1986.⁴⁹⁵

A fundação do Terreiro do Gantois, no século XIX, se deu a partir de Maria Júlia da Conceição Nazareth (1800-1910), uma africana liberta, que era a bisavó de Mãe Menininha. Sua avó era Damiana, registrada como “crioula livre”.⁴⁹⁶ A historiadora Lisa Castillo identificou que o nome de batismo da matriarca do Gantois era “Júlia Soares de Sá”, pois esta era a referência feita à esposa de Francisco Nazareth de Etra no registro do seu casamento, datado em 1853. A denominação do marido, por sua vez, já era a mesma daquele identificado como o esposo da fundadora do terreiro.⁴⁹⁷ Então, ficou evidente que o nome pelo qual ela ficou popularizada era aquele difundido pela tradição oral, como ela própria se reconhecia e era reconhecida enquanto liderança do Gantois. Castillo registra que era comum que essas alterações mantivessem os prenomes dados no batismo e nomes adicionais eram inseridos quando se tratava de famílias influentes.⁴⁹⁸ Neste caso, foi adicionado “Maria” e “Conceição Nazareth”, e retirado o “Soares de Sá” que se referia ao escravista Antônio Soares de Sá.⁴⁹⁹ Por outro lado, a adição de “Nazareth” indica a oficialização da união com Francisco.

Maria Julia, de ascendência nagô, trabalhou como quitandeira, nas redondezas do mercado Santa Bárbara, já comentado aqui.⁵⁰⁰ Francisco Nazareth era escravizado de outro jeje forro, José Antônio d’Etra, que residia nas proximidades, e foi liberto depois da morte deste. O local deve ter sido o mesmo do encontro do casal. Já a trajetória religiosa do candomblé do Gantois se deu a partir do culto nascido não muito longe dali, na igreja da Barroquinha. A capela se inseria também na rotina de Joanna Maria Ritta da Conceição, como se revelou pelo legado deixado a duas irmandades abrigadas ali.

⁴⁹⁴ NÓBREGA, Cida. ECHEVERRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois: uma biografia*. Salvador: Corrupio; Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 69.

⁴⁹⁵ BARROS, Iuri Ricardo Passos de. “O Alagbê: Entre o terreiro e o mundo”. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. p. 32-33.

⁴⁹⁶ CASTILLO, Lisa Earl. O Terreiro do Gantois... *Op. Cit.* p. 7. “Crioulo/a” era a denominação utilizada no século XIX para se referir a filhos/as de africanos/as que nasciam no Brasil.

⁴⁹⁷ *Ibidem.* p. 6

⁴⁹⁸ *Ibidem.* p. 8.

⁴⁹⁹ *Ibidem.* p. 13.

⁵⁰⁰ *Ibidem.* p. 15.

O marido se fixou em um círculo de libertos com prestígio na cidade, e Maria Júlia se aproximou do grupo depois de emancipada, um passo importante para a aquisição do terreno que passou a abrigar o candomblé. Ali, ela deve ter passado a ser reconhecida por seu nome completo. Joanna e Maria Julia comungaram da adição do prenome “Maria” e “Conceição” ao final de suas nomeações. Segundo Castillo, o “Iyamassé” no título do terreiro se refere à orixá Iemanjá. De modo que, era comum no passado que esta divindade fosse associada à Nossa Senhora da Conceição.⁵⁰¹ O batismo de Mãe Menininha manteve este sinal de devoção. Seus ofícios e adscrições seguiram caminhos semelhantes que carregam sinais de experiências comuns mais amplas. A inserção neste universo devocional de africanas e de suas filhas pode ter levado Joanna Maria Ritta a adicionar o “Conceição” ao seu nome.

Além disso, ao se debruçar sobre os nomes da linhagem das mulheres, percebe-se a repetição do nome nas gerações: Joanna tem o nome da mãe, conforme este foi registrado no testamento. Caso a Ritta mencionada na nota de agradecimento pela presença no velório de Antonia seja a matriarca africana — Ritta Maria Francisca de Oliveira (Imagem 1) —, Maria Francisca também herdou seu nome. Em algum momento, Maria Francisca também acrescentara “Conceição” a seu nome, visto que, nos testemunhos recolhidos por Wenceslau no processo, declararam que “Joanna era tia de Antônia, por essa ser filha de sua irmã, Maria Francisca da Conceição”.⁵⁰² Na geração seguinte, a mãe de Wenceslau também aparece como “Antonia Francisca Gomes de Mattos”, como se vê no registro civil do garoto, que foi ditado pela avó. A persistência do nome corrobora a tese de que, naquela família, privilegiava-se a linha matriarcal. O primeiro homem nesta descendência interrompeu esta lógica, depois de constituir uma família patriarcal consolidada pela união civil no pós-abolição. Ele recebeu apenas o primeiro nome seguido dos sobrenomes do pai, Silvino Gomes de Mattos.

Wenceslau teve sua primeira filha com Maria Octavina da Conceição (Diagrama 1) em 1915, o que possibilitou à Joanna a convivência com a criança e reservar-lhe também uma porção do espólio.⁵⁰³ O batismo da filha de Wenceslau como Aristotelina Gomes de Mattos adicionou um sinal de ruptura com um campo simbólico cristão-

⁵⁰¹ *Ibidem*. p. 44. Atualmente, Nossa Senhora da Conceição é mais associada à Oxum.

⁵⁰² APEB. Recurso Extraordinário... p. 00998.

⁵⁰³ "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976", database, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VF2-PC78> : Sat Jul 29 15:59:25 UTC 2023), Entry for Antonia Francisca Gomes de Mattos and João Borges, 1915. Acesso em 22 ago. 2023. Na página contém os metadados, mas a imagem original do registro estava indisponível, inviabilizando o acesso a outras informações além da filiação e local de nascimento.

escravista de um lado e matriarcal de ascendência africana, por outro. Ocasionalmente, africanos escravizados receberam nomes de figuras das humanidades mediterrâneas clássicas, como Hermes, Herculina, Ovídio, malgrado as orientações tridentinas.⁵⁰⁴ Neste caso, ele mesmo decidiu dar à filha um nome que a aproximaria das raízes do pensamento ocidental, no qual foi versado a partir da formação proporcionada por sua tia. Era uma revisão de valores comum ao projeto do início da república no Brasil, que se pautou na filosofia secular, e uma contraposição significativa à dinâmica que orientou a configuração daquela família no Oitocentos.⁵⁰⁵

A ruptura com essa fluidez nominativa também era indício de busca por segurança jurídica. Nos depoimentos reunidos por Wenceslau em 1919 para provar que era sobrinho da falecida, a maioria dos colaboradores e colaboradoras se referiam a avó, irmã de Joanna, como “Maria Francisca da Conceição”, constando ainda os que eram mais específicos, citando seu apelido de “Malhada”. A alcunha e as diferenças nominais particularizavam a referência, pois ajuda a recontar essa história. Só que a defesa de Ignacio explorou essa diferença para reforçar a tese de que a menção a “Maria Francisca” nos documentos anulava a validade dos testemunhos, pois não seria possível provar que as duas eram a mesma pessoa, com ou sem o “Conceição” no final do nome.

A dificuldade com os nomes se somava às atualizações no processo legal. O Código Civil de 1916 colocou mais limites ao trâmite de reconhecimento paterno de filhos ilegítimos (nascidos fora do casamento, quando a união não poderia um dia acabar na igreja). Estes não poderiam ser reconhecidos na justiça, “a menos que a primeira esposa morresse e os pais viessem a se casar com a mãe da criança”. Com as Ordenações Filipinas, a regulamentação anterior, “os ilegítimos, oriundos de relações incestuosas ou do adultério, podiam ser reconhecidos com uma permissão especial do rei”. Para a historiadora Keila Grinberg, este arrocho na lei republicana foi imposto pelo desejo de concentração de propriedade sob o véu do argumento moral e patriarcal, a despeito da influência liberal no novo regime.⁵⁰⁶ Como Joanna não teve filhos, a irmã não era viva, bem como a mãe e o parceiro, o vínculo de Wenceslau com a testadora era mais frágil, apesar do reconhecimento público da relação dos dois. O major Ignacio Gouvêa e Wenceslau, que certamente entendiam desses códigos, disputaram nas letras das leis o espólio sobre o qual Joanna já havia definido o destino.

⁵⁰⁴ HÉBRARD, Jean. *Op. Cit.* p. 86.

⁵⁰⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵⁰⁶ GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p. 46.

Um jovem advogado como Alvaro Mac Dowell estaria por dentro dos novos princípios legais, o que seria útil para Ignacio neste caso. A relação dos dois pode ter dado seus primeiros passos em decorrência da atuação do sergipano como oficial privativo do Registro Especial de Títulos da comarca de Salvador, em 1913, ainda antes de se formar como bacharel em Direito, graças à cessão do serventúrio efetivo à Câmara dos Deputados.⁵⁰⁷ Foi nesta função, em 1914, que Alvaro emitiu, no livro destinado aos Registros de Sociedades Cíveis, o compromisso de 1913 da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção abrigada na Igreja do Corpo Santo, freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia.⁵⁰⁸

O documento atenderia à regulamentação das organizações civis proposta na Primeira República, já citada. O historiador Jonatas Roque Ribeiro relatou que “muitos espaços associativos preferiram fugir da burocracia imposta pela lei, já que não se tratou de uma obrigatoriedade, o que, entretanto, não significou que os seus integrantes não estivessem atentos às prerrogativas legais”.⁵⁰⁹ Assim, ter essa aprovação legal não era algo tão acessível e contar com um agente mediador nisso representaria um atalho, função que o advogado poderia cumprir. Com efeito, o caminho do Gantois já havia se cruzado com a Irmandade de Bom Jesus das Necessidades décadas antes e a ocasião assinalaria um reencontro.⁵¹⁰ Portanto, estes indícios levam a justificar a proximidade entre Mac Dowell e Ignacio pelo trabalho e pelas lealdades de seus colegas com senhoras africanas e afro-brasileiras.

Embora Joanna possa estar próxima do círculo de irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades, afinal o histórico no comércio aproximaria os dois,⁵¹¹ não foi feita menção a esta no testamento. Da capela que sediava esta confraria, a igreja do Corpo Santo, ela citou apenas a confraria de Santa Bárbara, que havia se instalado ali em 1900.⁵¹² A santa popular entre mercadores e mercadoras foi muito celebrada pelos africanos na Bahia, como já foi citado. Contudo, o alojamento recente ao lado dos confrades de Bom Jesus das Necessidades sugere que a irmandade de Santa Bárbara teria menos influência no ambiente. De qualquer forma, a relação de Joanna nessa congregação confirma proximidade e integração de uma primeira geração de afrodescendentes com

⁵⁰⁷ HDBN. *Gazeta de Notícias* (BA), 12/04/1913.

⁵⁰⁸ ACMS. Irmandades. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia.

⁵⁰⁹ RIBEIRO, Jonatas Roque. *Op. Cit.* p. 161.

⁵¹⁰ CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois... *Op. Cit.* p. 29-32.

⁵¹¹ PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade... *Op. Cit.* p.

⁵¹² BARROS, J. Teixeira. *Op. Cit.* p. 343.

africanos ainda no início do século XX, que demonstra que as irmandades ainda mediavam as relações entre esses grupos.

Nas investigações sobre trabalhadores da região portuária soteropolitana, a historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz destacou que “na Bahia da Primeira República, o mundo patronal do porto aparenta misturar-se com a dignidade de certos terreiros”.⁵¹³ Ora, se o espaço das irmandades abriu caminhos para os candomblés da Bahia e a comunidade de africanos pavimentou significativamente o comércio nas redondezas do porto, haveria alguma disputa em torno das lideranças desses espaços envolvida na montagem do testamento e do inventário de Joanna? Acredito que esta é uma hipótese que ainda poderá ser melhor investigada em outra oportunidade, especialmente depois de mais descobertas sobre Ignacio de Almeida Gouvêa.

A separação dos grupos que representavam os interesses de Wenceslau e os interessados na concretização do inventário parece sinalizar uma nuance destas contendas, bem como a distância da Ordem do Rosário de um número significativo de outros beneficiados pelo testamento. Como foi dito, as heranças e protagonismos de Ignacio e Cypriano acenavam para a “recompensa” por uma lealdade firmada em tempos de dependência de Joanna para manter-se na praça comercial da região da Conceição da Praia, onde estava a irmandade de africanos (Tabela 3)⁵¹⁴. Wenceslau, por sua vez, não se via na obrigação de mantê-las. Assim, se respeitar as vontades impressas em um testamento correspondia à conservação da tradição,⁵¹⁵ a interdição de Wenceslau ofereceria, de diferentes formas, expectativas desviantes. Afinal, ele não seguiu os passos da madrinha e nem do padrinho no mundo dos negócios e tinha a sua própria família para sustentar.

Ademais, em fevereiro de 1924, pouco depois do recurso ser encaminhado para a última instância, Ignacio morreu e Cypriano Rebouças assumiu o lugar de testamenteiro.⁵¹⁶ Ao que tudo indica, o processo ficou parado e a resistência de Wenceslau funcionou, em certa medida, embora a interrupção também pudesse acabar impedindo a ajuda às agremiações necessitadas, interditando a concretização das últimas vontades de Joanna. A partir de sua ingerência, as prioridades mobilizadas pelo produto da casa na rua do Tingui, que mais nos interessa porque envolvia a Ordem Terceira do Rosário,

⁵¹³ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. A morte de João de Adão... *Op. Cit.* p. 20.

⁵¹⁴ Página 56.

⁵¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Pp. 19-23.

⁵¹⁶ APEB. Testamento. Joanna Maria Ritta...

foram reconfiguradas. Não era a primeira vez que Wenceslau brigava por um legado de seu direito, como foi apresentado no primeiro capítulo. Nessa ocasião, ele disputava pela prerrogativa de coordenar o destino de uma herança mais robusta, priorizando a sua família em detrimento de relações aparentemente impostas pelas sociabilidades firmadas por Joanna.

A contenda pela casa da rua do Tingui evidencia a permeabilidade dos diferentes espaços afro-baianos no pós-abolição. Por exemplo, figuras importantes das confrarias abrigadas na capela do Corpo Santo serviram à Irmandade do Rosário das Portas do Carmo paralelamente,⁵¹⁷ por mais que a definição étnica original das duas fosse distinta. No Rosário, os fundadores eram os angolas e, no Corpo Santo, os jejes. Juntamente aos crioulos, estes grupos étnicos adquiriram intensa convivência no alvorecer e até meados do século XIX.⁵¹⁸ Apesar disso, a administração de cada uma das confrarias era reservada aos seus grupos originários — somados aos nascidos no Brasil (“crioulos”), no caso do Rosário. Com o novo estatuto em marcha após 1870, a mesa administrativa do consistório da capela da Baixa dos Sapateiros deixava de ter exclusividade étnica. De forma que, em 1900, a irmandade se formava por “pessoas de cor preta de ambos os sexos” e continuavam passíveis de compor a gestão apenas os irmãos do sexo masculino. Na Mesa Administrativa regulada pelo estatuto de 1914 da confraria abrigada no Corpo Santo, entretanto, “não dará entrada como Irmão pessoal alguma de cor preta (crioulo) nascida em outro país que não seja a África”.⁵¹⁹

A diferenciação expressa nos estatutos relativamente contemporâneos entre si sugere um desencontro entre as redes que outrora estiveram em sintonia, para além do que uma “pigmentocracia” informaria. De acordo com Lucilene Reginaldo, a aliança na irmandade do Rosário entre angolas e seus descendentes, os afrodescendentes de primeira geração — crioulos —, teria se firmado diante da chegada maciça de africanos da Costa Ocidental, a partir do final do Setecentos. Ela acredita que a união dos primeiros grupos pode ter facilitado o processo de ladinização dos africanos. E, “por outro lado, a longevidade e persistência da aliança, num contexto em que os africanos angolas eram franca minoria, também sugere um processo de africanização dos crioulos”.⁵²⁰ Muito tempo depois, a diferença dos dois compromissos no primeiro quartel do Novecentos me

⁵¹⁷ CASTILLO, Lisa Earl. O terreiro do Gantois... *Op. Cit.* p. 20; 27.

⁵¹⁸ REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro... *Op. Cit.* p. 219-220.

⁵¹⁹ ACMS. Irmandades. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. *Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redempção*. Bahia: Estabelecimento Graphico Baptista Costa. 1914. p. 6.

⁵²⁰ REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro... *Op. Cit.* p. 220.

parece colocar mais perguntas nesse sentido, já que ambos abriram mão de categorias étnicas de “nação”. Essa mudança seria indício de um novo ciclo de diferenciação entre as irmandades e gentes negras no pós-abolição em Salvador? Conforme contagem de Nina Rodrigues, havia ainda centenas de “africanos” na cidade⁵²¹ e o compromisso de 1914 sugere que os/as remanescentes operacionalizariam um conceito de “africano” para constituir uma agremiação católica. Enquanto isso, denominações étnicas como “angola”, “nagô” e “jeje” eram mobilizadas nos candomblés, em franca expansão. Não obstante, as irmandades apresentavam-se, ainda, enquanto espaço fértil para reinvenção e politização de identidades.

Como um sujeito que se aproximava de uma comunidade africana na cidade de Salvador, o mediador do registro do compromisso da confraria de “africanos”, Alvaro Mac Dowell, teria alguma noção de que os argumentos utilizados convenceriam juízes pouco empáticos à causa de africanos e seus descendentes, portanto concordariam com o esvaziamento dado às categorias familiares nas quais Wenceslau se inseria, como foi sugerido na defesa de Ignacio. Assim, ele estaria se aproveitando da percepção hegemônica sobre africanos e seus descendentes a favor de um cliente que parecia se vincular a essa comunidade de alguma forma, mas em agrupamento distinto.

Não seria a primeira vez que a família de Wenceslau se afetaria nesse sentido. Em 1888, quando Joanna procurou a paróquia para pedir a cópia da certidão de batismo de Antonia, ela foi tratada como “Joanna de tal”, forma de despojá-la de sua subjetividade e humanidade, seguindo costumes da sociedade escravista e racista. Segundo o historiador Jean Hébrard, essa era uma forma que o Estado e a Igreja estabeleciam um controle para mantê-los/as num estado de infância.⁵²² Faz parte também do diagnóstico feito por Lélia Gonzalez, ao apontar que a experiência da mulher negra na América, de forma geral, tem sido atravessada por um “sistema ideológico de dominação que as infantiliza”. Dessa forma, sua humanidade é sempre suprimida, uma vez que lhes é negado o direito de ser sujeitos não apenas de seu próprio discurso, mas de sua própria história.⁵²³

Outro sinal do descaso para com Joanna no serviço prestado pelo padre ficou evidente nos dados que ele oficiou. Na cópia que consta nos autos em questão, a data de nascimento de Antonia parece alterada, já que o dia do batismo não é o mesmo que consta

⁵²¹ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 156.

⁵²² HÉBRARD, Jean. *Op. Cit.* p. 90.

⁵²³ GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 141. (Publicado originalmente em 1988).

no livro que acessei, como já mencionei. Parece improvável, aliás, que naquele momento ela ainda não fosse livre. Segundo testemunho de seu vizinho anexado nos autos, em 1888, ela já residia na Ladeira do Carmo, casa nº 31, que fazia parte do espólio. Ou seja, ela já tinha um bem de valor considerável adquirido por meio da atividade de negociante, decerto. Além disso, obter esse tipo de documentação junto ao cônego demandava “habilidades sociais que poucos escravos teriam oportunidade para adquirir”.⁵²⁴ Portanto, ainda que a denominação dada pelo cônego denote desprestígio, o alcance a ele valida posições de destaque que Joanna atingira por meio de suas relações sociais, religiosas e de trabalho.

Se soubesse ler e escrever, Joanna possivelmente não teria deixado passar nenhum registro escrito que a despersonalizava por meio da fórmula “Joanna de tal”, uma vez que tinha seu nome completo bem afirmado, embasado em valores pelos quais ela prezava intensamente. Na ocasião do anúncio no jornal da missa de sétimo dia de Antonia (Imagem 1), lá estava seu nome completo. A autoridade que a atendeu em 1888 fez pouco caso para individualizá-la e seu descuido foi usado posteriormente para desfiliá-la de sua família e dos demais espaços, já que o advogado tenta dissociar a “Joanna de tal” de todos os demais documentos que provam a sua identidade, pertencimento social e familiar. Desconsiderava-se não só a fala de Joanna, mas também de Eulalio de Oliveira Costa, José Martins de Jesus, Anna Egydia de Menezes Dorea, Manuel Pedro de Assumpção Costa, Maria de São Pedro Lopes, Juvencio Floripes da Fonseca, Alvino Paulo do Bonfim, Leordina Joaquina da França, todos seus vizinhos, familiares, que confirmaram o vínculo sanguíneo com Wenceslau no processo judicial.

A escassez de provas convencionais se explica pela trajetória familiar em diferentes níveis. Wenceslau perdeu a mãe e o pai precocemente. Sua madrinha-tia, apesar de bem relacionada e dona de negócios, era analfabeta, o que complicava a reunião de documentos de suas atividades comerciais nos seus próprios arquivos. É possível que a contabilidade fosse feita através da rede que ela reproduziu no testamento e que muitos dos termos de negócios tenham sido firmados oralmente.⁵²⁵ Se as relações de dependência não se iniciaram no cativeiro, na perseguição por sua liberdade e/ou pela dos seus, a administração dos bens ficou sob a gerência de figuras com as quais a geração seguinte da família, representada por seu afilhado (e, ao que tudo indica o parente sanguíneo mais próximo), não esperava estender por mais uma geração a dependência. Wenceslau deixou

⁵²⁴ GRAHAM. Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 51.

⁵²⁵ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto... Op. Cit.* p. 70-71.

isso evidente ao não seguir os passos do padrinho e da madrinha no comércio e ao confrontar o testamento da tia. São indícios fortes da precariedade da liberdade de gente negra, mesmo quando apresentava segurança material.

A decisão do magistrado Alvaro Pedreira de Cerqueira, que julgou em primeira instância as provas levadas por Wenceslau, anulou o testamento e invalidou os argumentos da defesa de Ignacio. Entre eles, aquele que alegava a insuficiência das provas para corroborar que Joanna era tia do apelante.

É verdade que havia, e provavelmente ainda há, o costume entre as africanas e também seus descendentes, das senhoras moças chamarem “tias” as mais velhas, quando entre as mesmas é notável a diferença das idades, mas nunca se chamam tias a si mesmas, se não socialmente o são. Muito menos iria qualquer fazer inscrição em jazigo perpétuo que não contivesse uma verdade.⁵²⁶

A posição do juiz evidencia como a dinâmica da nomeação utilizada era complexa e que, apesar do costume, as pessoas saberiam distinguir bem os vínculos e onde afirmá-los. Tendo em vista o apego de Joanna às tradições funerárias cristãs e a retidão com que mandou registrar seu testamento, ela não faria uma inscrição num jazigo perpétuo que não condissesse com aquilo que seria reconhecido nos códigos daquele rito.

Ademais, a disseminação do tratamento de mulheres negras como “tias” estava longe de ser atrelado ao esvaziamento das sujeitas. Analisando o cenário carioca da virada para o século XX, a historiadora Angelica Ferrarez define que essas mulheres, majoritariamente imigrantes da Bahia, eram consideradas “grande esteio da comunidade negra, responsáveis pela nova geração que nascia carioca: eram as chefas de famílias extensas e muitas frentes familiares se formavam a partir do crivo de uma tia”.⁵²⁷ Suas casas eram acessíveis, de forma que não havia uma noção de público e privado. Mas sim uma abertura “atravessada por uma divisão ritualística, códigos invisíveis e sensíveis a todos os frequentadores mesmo os não pertencentes à comunidade negra. E para a dimensão do exótico visto do olhar do outro”.⁵²⁸ A partir dessa dinâmica, essas mulheres adquiriam relevância social e política, portanto, eram figuras cujo rótulo de “tia” não as despersonalizava. Pelo contrário, o título reunia em si prestígio e agregados, a despeito da tentativa de esgotamento pela vazão do sobrenome.⁵²⁹

⁵²⁶ APEB. Recurso Extraordinário... Op. Ct. p. 01133.

⁵²⁷ ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. “A tradição das *tias pretas* na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio”. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.p. 35-36.

⁵²⁸ *Ibidem.* p. 39.

⁵²⁹ No Rio de Janeiro do início do século XX, algumas “tias da Bahia” ficaram consagradas como matriarcas responsáveis pela difusão de práticas diaspóricas na capital, como o samba e os candomblés. Entre as mais

Ainda que Wenceslau e Joanna não estivessem sendo vilipendiados e Ignacio executasse efetivamente as últimas vontades da testadora, argumentos como esse demonstram a vulnerabilidade das formas de ser impostas às famílias negras no pós-emancipação e pós-abolição. A validação de determinadas alegações de advogados ignorava as vicissitudes do próprio sistema cartorial imperial e republicano, cujos registros assumiam também lógicas subjetivas, por mais que os estudos registrem certas padronizações nas variações de marcações nominais e raciais assinaladas em certidões.

O nome é uma pista fundamental para vislumbrar a posição de sujeitas históricas dessas irmãs e agregadas da constelação que a irmandade integrava. Este método não é novidade na pesquisa histórica e trouxe resultados bastante exitosos para se entender sentidos da experiência cidadã de gente negra antes e depois da vigência da escravidão.⁵³⁰ Em se tratando das personagens aqui priorizadas, esses vestígios possibilitam mobilizar o status de *sujeitos* dessas mulheres, da forma que entende Grada Kilomba:

Ter o status de *sujeito* significa que, por um lado, indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividades e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Em outras palavras, elas/eles podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade.⁵³¹

As fontes exploradas são eivadas do sexismo operado também dentro da irmandade, como se apresentará no último capítulo, que deixam pistas do intento por

famosas daquele tempo estão Tia Ciata e Tia Carmem do Xibuca. Na Bahia, mesmo que a prática de tratamento tenha sido generalizada, desconfio que não tenha servido sozinha. Das matriarcas do samba por lá, as “Donas” se destacam, reconhecidas pela música produzida no Recôncavo Baiano, como Dona Dalva, Dona Nicinha e Dona Edith do Prato, citada no primeiro capítulo. Este “prenome” feminino era muito utilizado em Angola no século XIX. Segundo Vanessa dos Santos Oliveira, as filhas de imigrantes com mulheres locais eram tidas como portuguesas e constituíram uma elite em Luanda, cuja rotina foi ocupada frequentemente pelo trabalho nos mercados urbanos. Oliveira também assinala que era comum que as “donas” fossem solteiras ou amasiadas. São características próximas às verificadas na trajetória de Joanna, além de parecer verossímil que a prática tenha se refletido, em alguma medida, nos sentidos do tratamento das matriarcas do samba na Bahia. Apesar de fugir muito ao escopo deste trabalho, pensar sobre a dimensão fundante da cultura associada às “tias” e às “donas” me orienta a não deixar de registrá-la diante da questão levantada neste ponto do processo. OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 447-456, set.-dez. 2018.

⁵³⁰ DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In. GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. Pp. 45-78. CASTILLO, Lisa Earl. O Terreiro do Gantois... *Op. Cit.* COSTA, Valéria Gomes. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista. In. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 99-111. WEIMER, R. de A. “A gente da Felisberta”. Niterói, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013. SANTIAGO, Silvana. “Tal Conceição, Conceição de Tal. Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

⁵³¹ KILOMBA, Grada. *Op. Cit.* p. 74-75.

invisibilizar o espaço de ação das irmãs enquanto *sujeitas*. Contudo, Joanna deixou pistas de que era muito bem colocada em uma rede acentuadamente composta por homens, alimentada por relações de compadrio e sentidos não hierarquizantes da figura da mulher. Não dá para dizer que aqueles homens pensavam como ela, mas ela demonstrou isso nas escolhas impressas no testamento, especialmente em relação à ruptura que a herança reservada à Wenceslau assinalava. Sua morte, no entanto, deu lugar às hierarquizações e ela acabou despersonalizada pela ação e interesse do próprio testamenteiro e sobrinho. Não obstante, a fragilidade dos registros de batismo da população escravizada e liberta, principalmente das mulheres nessas condições, afetava os dois de diferentes formas.

É o que se depreende das fotografias citadas no processo. Wenceslau anexou a fotografia do túmulo de sua mãe onde constava a inscrição “Gratidão de sua tia, Joanna Maria Ritta da Conceição”.⁵³² Não havia a presença física nem da tia nem de sua mãe para demonstrar o vínculo. Mas, sendo que o debate girava em torno do parentesco, continha a denominação que serviu para que o juiz em segunda instância reconhecesse que não se tratava de um uso genérico do termo tia da parte de Joanna em relação à mãe de Wenceslau.

Posteriormente, quando o subscritivo José Bernardino Afonso dos Santos foi fazer o levantamento dos objetos contidos no quarto da testadora, na casa na rua do Tingui, foi encontrado “um quadro de retratos de pessoas conhecidas e da amizade da inventariada, inclusive o do Major Ignacio de Almeida Gouvêa”.⁵³³ Dois aspectos são dignos de nota nessa passagem do processo. Em primeiro lugar, o fato de ter sido o subscritivo, e não o escrivão titular de um cartório, a proceder o arrolamento, o que indica que o processo correu em instância suscetível à interferência de Ignacio Gouvêa, mesmo que neste dia Wenceslau estivesse entre as testemunhas do procedimento e que ele morasse na casa. Seria o cartório da rua da Misericórdia o emissor da ação? Em segundo, o fato de que só o referido retrato com o inventariante fora citado, visto que haveria outros, pois se tratava de “um quadro de retratos” com mais de um registro.

Há de se questionar os motivos para que houvesse uma fotografia com Ignacio e o registro de sua existência nos autos fosse relevante. Haveria terceiros na mesma foto? Não havia retratos de família com as demais personagens? Segundo Sandra Kotsoukos, no fim do século XIX, “as fotos passariam a ser tiradas mais rapidamente e em situações

⁵³² APEB. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p.00976.

⁵³³ APEB. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 00950.

com cada vez menos possibilidade de controle”.⁵³⁴ Atuando numa região comercial muito fértil, possivelmente o retrato era algo que estava também ao alcance dos dois. No caso dos retratos de estúdio, eles eram feitos sob uma demanda por afirmação de status, utilizadas como cartão-de-visita, credenciais que condiziam com Joanna e seus inventariantes.

A foto de Ignacio, se foi, não permaneceu anexada quando a documentação foi recolhida no Arquivo Público do Estado da Bahia. Certamente ela nos traria mais indícios da relação dos dois, a partir da análise da disposição dos fotografados, recursos do cenário e edição.⁵³⁵ Inclusive, seria revelada a “cor” de Ignacio. De qualquer forma, este retrato representava mais um sinal de que Joanna separava estes dois grupos. Nesse sentido, existiria alguma foto de família, em que estivessem Joanna, Antonia, Maria Francisca, Silvino e Wenceslau juntos? Wenceslau era um recém-nascido quando a sua mãe morreu e, considerando a participação ativa do afilhado em todo o processo, certamente ele teria trazido à tona caso tivesse alguma foto que ele acreditasse que contasse a seu favor.

Nesse sentido, é necessário destacar que, enquanto Joanna e Ignacio foram fotografados juntos, a prova imagética à disposição de Wenceslau era a representação do túmulo de sua mãe.⁵³⁶ Não obstante a inexistência de uma foto com Wenceslau e Joanna pudesse ser uma prova de que os dois não nutriam a relação evocada, a distinção do conteúdo é bastante representativa das possibilidades de mobilização de afetos e memórias em termos de raça, classe e gênero e seus efeitos materiais, já que não cabe aqui explorar as implicações psíquicas, que certamente existiram. Para Ignacio, uma foto com Joanna representaria uma condição de confirmar a lealdade, uma coação à “visibilidade como uma condição de policiamento e caridade, fazendo aqueles que eram *forçados a aparecer* carregarem o fardo da representação”, nas palavras de Saidiya Hartman.⁵³⁷ Enquanto alguém que me parece desejar a ruptura com imagens e papéis informados pelas assimetrias da escravidão e do cativo, Wenceslau pode não ter buscado se afirmar sob os mesmos termos. Afinal, apesar de ocupar uma função no setor público, o sustento de sua casa com esposa e três filhos⁵³⁸ deveria pesar-lhe

⁵³⁴ KOTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. No estúdio do photographo, o rito da pose Brasil, segunda metade do século XIX. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, 2007. p. 12.

⁵³⁵ *Ibidem*.

⁵³⁶ Como preferiria conhecer a representação dessas pessoas de quem falamos aqui em vida, não me pareceu nem vantajoso e nem respeitoso acrescentar no texto a imagem do túmulo anexada nos autos e relativamente preservada no referido arquivo.

⁵³⁷ HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes...* *Op. Cit.* p. 40. Grifos da autora.

⁵³⁸ Não obtive informação sobre a ocupação de Maria Octavina, sua esposa.

financeiramente.⁵³⁹ Sua segurança material não deve ter lhe assegurado uma posição de família negra que procurava se provar por atingir níveis de exposição das elites, através de patentes ou retratos.

3.2 Entre a suprema corte e a mesa da Ordem Terceira do Rosário

A essa altura, cabe perguntar: O que uma contenda que chega ao Supremo Tribunal Federal (STF) em torno do espólio da filha de uma africana e se desenrola na mesa do Rosário tem a dizer sobre essa família negra a confraria? A briga se instaurou quando Ignacio chegou à casa à rua do Tingui e o usufrutuário e herdeiro, Wenceslau, se negou a abrir as portas para dar continuidade ao inventário, no início de 1919, e chegou em 1923 ao tribunal no Rio de Janeiro (Imagem 8). Passados a excitação, esperança e a capacidade de bancar a continuidade da ação, o evento narrado no início do capítulo inaugurava as negociações do morador da casa com a mesa da Ordem do Rosário no ano seguinte. Antes de chegar neste ponto, me parece interessante pensar nas venerabilidades e vulnerabilidades que ações como essa movidas por gente preta informam.⁵⁴⁰

⁵³⁹ Segundo Katia Mattoso, o salário anual de um escrivão em 1890 correspondia a 600 mil réis. Em 1920, suspeito que o valor deveria pouco a mais, caso tenha mantido o mesmo ritmo de crescimento do século XIX. MATTOSO, Katia. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* p. 549.

⁵⁴⁰ Vale ainda pontuar que os autos do Recurso Extraordinário expedido a interesse de Wenceslau Gomes Mattos chegaram ao Supremo Tribunal Federal em 26 de maio de 1923. Na distribuição, ele foi endereçado para o julgamento do então ministro Carolino Leoni Ramos, em 19 de setembro daquele ano. Curiosamente, o andamento seguinte do processo é uma anotação da secretaria do tribunal do dia 2 de abril de 1964. Aquele era um dia quente no país, sobretudo no alto escalão das instâncias governamentais. Difícil para a historiadora não refletir sobre o movimento na Praça dos Três Poderes e em seus bastidores enquanto o processo do inventário dos bens da baiana Joanna Maria Ritta da Conceição, aquela outrora “de tal”, passava pelas mesas e gavetas de servidores e “doutores” do STF. Que setor ou pilha de documentos era essa do arquivo para ser remexida pelo secretário e seus auxiliares naquele momento? No comunicado, o secretário diz ao ministro Luiz Gallotti que “os presentes autos se encontravam indevidamente no arquivo deste egrégio tribunal e foram devolvidos nesta data à secretaria”. Então, o secretário devolve ao gabinete do ministro sucessor, para que ele faça a conclusão. Com a paralisação do recurso há mais de dez anos e sem a manifestação de litigantes depois de reaberto, o recurso é colocado como prejudicado, ou seja, entende-se que não há mais interesse em recorrer, em 15 de junho de 1965.



Imagem 8. Capa do processo acionado junto ao STF por Wenceslau Gomes de Mattos. Fonte: APEB. Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

Atualmente, imagina-se o STF como definidor de processos relativos a querelas entre os poderes Legislativo e Executivo, discussões fundantes sobre pressupostos constitucionais, e não para julgar a validade de um testamento cujo legado era avaliado em menos de 24 contos de réis, como no caso de Joanna. Apesar de julgamentos sobre veracidade de todas as declarações feitas, o recorrente queria validar a sua cidadania e a de sua família aonde quer que fosse necessário chegar. A procura pela administração do Rosário para negociar a casa sugere que poderia ser a condição de usufrutuário no lugar da de herdeiro da casa que o desagradava. Às custas da obstrução das vontades de Joanna, Wenceslau esperava superar uma situação de insegurança que a falta de uma casa em seu nome para deixar de herança às descendentes representava e esse tipo de ação, no início do século XX, mostrava-se matéria do Supremo Tribunal Federal. A testadora, por seu turno, demonstrou uma preocupação menos individualizada, nesse sentido.

A historiadora Gladys Sabina Ribeiro verificou outros casos de mobilização desta instância que evidenciam a assimilação por parte da população de que o STF, na Primeira República, era também um foro para acolher pleitos relativos às vivências de “gente comum”. Com efeito, vislumbrava-se o exercício da cidadania para além da noção reativa, isto é, quando era necessário se defender do Estado.⁵⁴¹

⁵⁴¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, 13 (26), 2008. Pp. 106-109. A imagem de sujeitos que só reagem ao Estado quando são atingidos diretamente por suas ações foi cunhada pelo historiador José Murilo de Carvalho, que classificou a mobilização por direitos no Brasil neste período como uma

As ações que chegavam ao STF provocadas por gente da classe trabalhadora comumente se deram para pleitear *habeas corpus*. Isto porque ficou entendido, até 1926, que este dispositivo jurídico serviria não só para garantir a liberdade de locomoção, isto é, para casos de restrição de liberdade em prisão, mas também para a proteção quando outro direito fosse afrontado.⁵⁴² Assim, identificam-se pedidos da parte de gente que se via privada de exercer seu ofício por este ser estigmatizado socialmente, chegando a sugerir a regulamentação de profissões; ou o sujeito que gostaria de ser tratado pelo nome usado socialmente em vez do nome de registro civil, entre outras. Nas décadas de 1910 e 1920, muitas vítimas da repressão do Estado contra opositores anarquistas, socialistas e tenentistas que reivindicavam liberdade ocupavam os papéis a serem analisados pelos magistrados. Só que estes não eram os únicos casos passando pelos gabinetes do STF. As ações eram diversas e representavam a articulação do tribunal a um viés propositivo e participativo de sujeitos, sintonizada a novas realidades do país.⁵⁴³

Ainda que este remédio constitucional tenha sido significativamente acionado pela população e revele o letramento jurídico de trabalhadores e trabalhadoras como Wenceslau, a eficácia das ações parece ter sido relativa.⁵⁴⁴ No caso do sobrinho de Joanna, foi mobilizado o dispositivo do Recurso Extraordinário sob a justificativa de que as leis do Código Civil não estavam sendo seguidas pela justiça do estado da Bahia. Ou seja, a forma que a demanda foi construída pelos advogados foi direcionada à “verificação da constitucionalidade da aplicação do mecanismo jurídico”.⁵⁴⁵

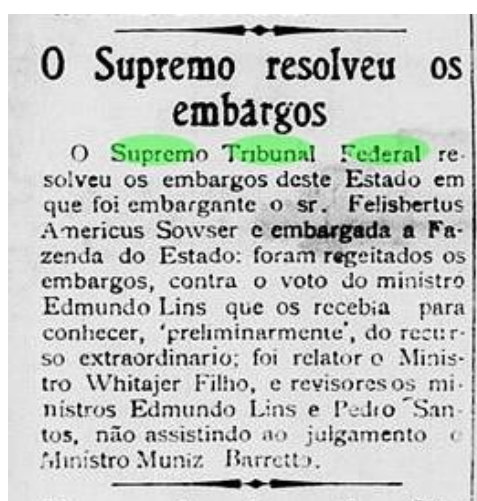


Imagem 9. Registro de que Felisbertus Americus Sowzer, irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, acionou o STF. Fonte: HDBN. *O Combate* (BA), 06/07/1927.

“cidadania negativa”, pois não seria propositiva. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Pp. 70-81.

⁵⁴² RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* p. 113.

⁵⁴³ *Ibidem.* p. 109.

⁵⁴⁴ PINTO, Surama Conde Sá. CASTRO, Tatiana de Souza. O Poder Judiciário na Primeira República: revisitando algumas questões. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.37-58, 2019.

⁵⁴⁵ ABREU, Sávio da Silva. CAMPOS, Mauro Macedo. ALVES, Taís de Cássia Badaró. A atuação do STF na Primeira República: uma análise sobre a *path dependency* nos anos 1914 a 1924. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021. p. 11.

Outro pleito que costumava chegar ao Supremo Tribunal Federal vinha de estrangeiros residentes no país, tentando proteger ou ampliar direitos que consideravam legítimos.⁵⁴⁶ No bojo das petições, outro embargante que recorreu à última instância tinha relação com a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário: Felisbertus Americus Sowzer (1878-1940). A notícia sobre o julgamento de seu recurso chegou ao jornal *O Combate*, em julho de 1927 (Imagem 9).⁵⁴⁷ Ele era africano, assim como seu avô, Rodolfo Manoel Martins de Andrade, mais conhecido como Bamboxê Obitikô. Rodolfo é conhecido como uma das figuras ancestrais do terreiro da Casa Branca, de Salvador. Ele chegou à Bahia como escravizado, na primeira metade do Oitocentos. Depois de liberto, embarcou em muitas idas e vindas entre o Brasil e o continente africano, mas sua família se radicou em Lagos, onde nasceu Felisbertus.⁵⁴⁸

Ele era filho de Maria Júlia Martins de Andrade, de quem Rodolfo era pai, e de Eduardo Americo de Souza Gomes. Maria Júlia viajou de Lagos para a Bahia, em 1896, com o filho Felisbertus. Ao que consta, daí em diante, os dois se estabeleceram em Salvador. Os registros mais antigos de moradia no bairro do Matatu datam de 1905.⁵⁴⁹ Lá ele seguiu vivendo até formar a própria família, dividido entre os trabalhos religiosos como babalaô, o ofício de engenheiro, exportador de tabaco da Bahia, importador de sabão da Costa africana⁵⁵⁰ e irmão da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo. Entretanto, sua rede de sociabilidade estava longe de se resumir a este espaço, pois pavimentou relações entre pontos da África, a Bahia e o Rio de Janeiro, assim como outras duas lideranças centrais do candomblé nagô naquele tempo: Martiniano Eliseu do Bonfim e Eugenia Anna dos Santos, a Mãe Aninha, fundadora do Opô Afonjá.⁵⁵¹

Apesar de terem sido agentes da perpetuação do candomblé, algumas dessas figuras não deixaram de se ligar aos espaços negros informados pelo catolicismo. Felisbertus Sowzer e a esposa, Damazia Topazio Sowzer, foram irmão e irmã da Ordem

⁵⁴⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* p. 114.

⁵⁴⁷ HDBN. *O Combate* (BA), 06/07/1927.

⁵⁴⁸ CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica. *Tempo*, Vol. 22, n. 39, p. 126–153. jan-abr., 2016. p. 127.

⁵⁴⁹ *Ibidem.* p. 137-138. “Sowzer” é a versão anglófona do sobrenome do pai.

⁵⁵⁰ PARÉS, Luis Nicolau. O mundo atlântico e a constituição da hegemonia nagô no candomblé baiano. *Revista Esboços*, Vol. 17, n. 23, pp. 165-185. p. 177-178. CASTILLO, Lisa. *Entre a oralidade e a escrita... Op. Cit.* [E-book].

⁵⁵¹ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Africanos em trânsito entre Salvador e Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. In. SOUZA, Evergton Sales. MARQUES, Guida. SILVA, Hugo R. *Salvador da Bahia... Op. Cit.* pp. 313-240. CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô... *Op. Cit.*

do Rosário, assim como Mãe Aninha.⁵⁵² Chegando ao Brasil, certamente ele se sentiu bem acolhido pelos irmãos e irmãs do Rosário, ao ponto de que, em 1926, escolheu reservar um espaço no cemitério da Ordem para sua família,⁵⁵³ demonstrando a conservação do zelo com as cerimônias funerárias no século XX. Tamanho prestígio também lhes garantiu um jazigo perpétuo no interior da igreja, que se conserva lá até hoje.

A filiação delas e dele se deu paralelamente ao desenvolvimento da contenda principal tratada aqui, da qual não foi descartada a possibilidade de associação com tensões entre grupos africanos. Considerando que a rede estabelecida pelo casal Sowzer e Eugenia Anna era “afroatlântica”, com pés no Rio de Janeiro e Bahia, de um lado, e em Lagos, de outro, a presença na capital decerto favoreceu a escalada da contenda para a última instância, se inscrevendo em um diálogo sofisticado em torno de direitos. Vale frisar que Lagos, região de origem do irmão do Rosário, ainda compunha o corpo de protetorados britânicos neste período. Nesse sentido, me parece que os imbróglios em torno da cidadania de pessoa nascida em um domínio e recebida em outro país caberia em uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal, especialmente quando a cor da pele a tornava “indesejável”.⁵⁵⁴

A contenda do africano não teve relação com a Ordem do Rosário, até onde foi possível apurar. Contudo, os dois casos revelam querelas atinentes a inseguranças da população que viveu a diáspora. O recurso aos tribunais para, assim, assegurar seus direitos na linguagem republicana, demonstra consciência da fragilidade de seus lugares enquanto sujeitos e a relevância de ter segurança jurídica naquilo que os afetava como cidadãos. Nos dois casos, a ligação com famílias extensas indica que as pelepas não se desdobravam a favor ou contra só um indivíduo, mas a todos e todas atrelados aos benefícios e direitos em jogo.

Wenceslau, em particular, obstruía a vontade da tia, mas tinha no horizonte as expectativas quanto à segurança de sua família. Apesar de ter convivido com uma mulher oposta aos parâmetros de dependência masculina, o pai de três meninas negras na capital

⁵⁵² AOTNR. “Mappa Demonstrativo dos novos Irmãos que pagaram as suas joias na Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, no anno de 1921, que foram propostos e aceitos”. CX. 12 DOC 02.

⁵⁵³ AOTNR. “Balancete Geral da Receita da Venerável Ordem Terceira de N. Senhora do Rosário, de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1926”. CX 12 DOC 02-D.

⁵⁵⁴ Um dos casos apresentados por Gladys Ribeiro é o de um homem negro que trabalhava com comércio entre o Brasil e os Estados Unidos. Ele pedia para que a instituição brasileira intervisse para que em sua identificação de trabalho fosse registrada a sua autodeclaração de cor/raça como “branco” e seu nome na “versão” anglófona, passando de João Marques para “John Marques”. Segundo a pesquisadora, ele se valia das suas posses e seu trabalho para justificar a transição solicitada. RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* p. 112-113.

baiana no pós-abolição preferia ter maiores garantias, para protegê-las de um contexto de privação de benefícios e abusos decorrentes da limitação de oportunidades dignas informada por gênero, classe e raça. Ele exercia legitimamente o seu direito individual, civil e político diante da querela que, do ponto de vista da defesa, foi provocada pelos próprios regulamentos do Estado.⁵⁵⁵ Diferentemente do *habeas corpus*, os demais pedidos de julgamento encaminhados à instância máxima tinham custos monetários e eram menos céleres.⁵⁵⁶ Wenceslau, como recorrente, desembolsou só com o tribunal 47\$600, em 5 de julho de 1923.⁵⁵⁷ Afora as somas despendidas com os advogados no Rio de Janeiro, o ímpeto do recorrente mostra-se ainda mais significativo ao se considerar o conjunto do esforço empreendido.

Por trás do empenho em recorrer ao STF, poderia existir uma expectativa de escapar das influências das lideranças locais sobre as decisões judiciais, o que ainda assim não era tão certo, como se verificou no levantamento de sentenças do período.⁵⁵⁸ O processo movido pelo sobrinho de Joanna, no final das contas, ficou parado. Possivelmente por inação do tribunal, por um lado, e descrença e contenção de gastos do recorrente, por outro. Eram motivos suficientes para recalculer a rota. Daí em diante, o que foi encontrado até a conclusão da presente tese se refere ao desfecho favorável a Wenceslau e à Ordem Terceira do Rosário. Não descarto a possibilidade dos outros herdeiros terem procurado seus direitos assentados pelas últimas vontades de Joanna Maria Ritta da Conceição. Mas a falta de um resultado “oficial” para o inventário levaria à expectativa incerta das pessoas e instituições para as quais legados como os deixados por ela fariam tanta diferença. A igreja da Barroquinha, por exemplo, abriga de irmandades importantes para a comunidade negra, como a da Boa Morte e a do Senhor Bom Jesus dos Martírios, vinha precisando de reformas no altar e Joanna expressou nitidamente sua preocupação quanto a isso. Considerando a perda de apoio que as confrarias vinham sofrendo naquele momento diante das instituições que antes lhes davam suporte, sua ajuda viria em boa hora.

⁵⁵⁵ *Ibidem*. p. 113. No Recurso Extraordinário, o embasamento constitucional se deu através do Art. 59, § 1º, letra A da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Na lei, previa-se recurso junto ao STF em caso de ofensa à lei federal que, neste caso, seria as normas previstas no Código Civil para realização do testamento. APEB. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* pp. 01226-01227; 01240. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 19 mar. 2024.

⁵⁵⁶ Por se tratar de meio para garantir a liberdade, um direito fundamental, o *habeas corpus* não poderia demorar para ser julgado. PINTO, Surama Conde Sá. CASTRO, Tatiana de Souza. *Op. Cit.* p. 47.

⁵⁵⁷ APEB. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 01249.

⁵⁵⁸ PINTO, Surama Conde Sá. CASTRO, Tatiana de Souza. *Op. Cit.* p. 53-54.

Se as escolhas impressas no inventário atendiam a uma contrapartida firmada em posições de desigualdade, no tempo de um cativo que não mais vigorava, o apelante agia para que o fruto do trabalho da tia se perpetuasse entre as companhias que ele compartilhou com Joanna, que provavelmente não eram as mesmas de seu espaço de trabalho. Ou, no limite, ele esperava que a legalidade do rito da elaboração do testamento tivesse sido efetivamente assegurada.

Os questionamentos de um lado e de outro demonstram a insegurança de beneficiários de testamentos naquele momento. Por mais que os espólios dos descendentes de uma geração de africanos bem-sucedidos em Salvador não representassem mais a mesma fortuna que se observou outrora, foi comum que chefes políticos ficassem de olho nas heranças deixadas por eles para darem um jeito de se aproveitarem. Até mesmo a possibilidade de existirem testamentos feitos após a morte de proprietários era aventada pelos observadores da época.⁵⁵⁹

Por outro lado, desapropriações de quem já ocupava imóveis provenientes de heranças de africanos também foram feitas. Era o caso dos filhos do major Sodré, que faleceu em 1881, deixando entre outros bens de raiz, um engenho onde a prole negra viveu, precisando lançar mão dos recursos jurídicos para conservarem a propriedade à qual acreditavam ter direito por sucessão. A briga se desenrolou até 1928, pendendo para a desvantagem dos recorrentes.⁵⁶⁰ Somava-se a este tipo de assalto as violentas interdições urbanísticas, comuns às cidades/bairros negros/os no início do século XX.

No caso da tensão travada entre Ignacio e Wenceslau, por ora, não há como ter certeza sobre as intenções de nenhum dos lados. De qualquer forma, a proporção que o processo tomou e as provas levantadas sugerem muitas interpretações férteis para entender experiências afrodescendentes no pós-abolição de Salvador, interpeladas por gênero, raça e classe.

Afora a indefinição oficial do caso, teriam os herdeiros conseguido tirar proveito da herança? Ao que consta, Wenceslau continuou vivendo na casa da rua do Tingui enquanto o processo corria, mas não era o suficiente. Para uma cidade que contava com grande número de pessoas em situação precária, sobretudo gente da mesma cor de Joanna e Wenceslau, qualquer porção que fosse desse dinheiro seria de grande valia. A dispersão tão fragmentada dos bens evidencia também a preocupação de Joanna nesse sentido, além

⁵⁵⁹ REIS, João José. *Domingos Sodré... Op. Cit.* p. 309-310. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 252.

⁵⁶⁰ REIS, João José. *Domingos Sodré... Op. Cit.* p. 85.

de afastar uma tese de fraude do testamento em nome de interesses individuais. Conforme seus valores religiosos, a salvação da alma também poderia depender da devida destinação desses recursos. Voltando o olhar para os documentos da Venerável Ordem Terceira do Rosário, nota-se que esta saiu na frente para pleitear seu direito de parte legatária da casa da rua do Tingui, bem como de outros legados de mais irmãs.

3.3 Recolhimento dos espólios de irmãs, reconhecimento de direitos

Na sessão ordinária da mesa administrativa da Ordem do Rosário às Portas do Carmo do dia 28 de maio de 1924, foi colocada em discussão uma petição de Wenceslau Gomes de Mattos, que assim se fez registrar:

usufrutuário da casa sita à rua do Tingui, nº 21, distrito de Santana, nesta cidade, casa esta deixada em testamento por D. Joanna Maria Ritta da Conceição ao dito senhor Wenceslau, passando por morte do mesmo a pertencer, conforme cláusula da verba sexta do testamento acima dito, em partes iguais às Irmandades do Sr. Bom Jesus dos Martírios da Barroquinha, Santa Bárbara do Corpo Santo, São Benedito no Convento de S. Francisco, São Vicente Ferrer, da Igreja da Sé, e Nossa Senhora do Rosário da Baixa dos Sapateiros. Conforme petição a aludida proposta, o *senhor propunha-se a entregar a cada uma das irmandades a quantia de um conto de réis, sob condição de desistirem do senhorio direto, a fim de poder ele deixar a dita casa aos seus filhos.*⁵⁶¹

O afilhado de Joanna procurou a direção da confraria para negociar o proveito da casa. Fazia um ano que a contenda fora apresentada ao STF, a pedido de Wenceslau e, há pouco, o primeiro testamenteiro, Ignacio Gouveia, falecera. Neste intervalo, o usufrutuário encontrou alguma brecha para propor essa transação, a despeito da expressa proibição que continha no testamento sobre não fazer “nenhuma hipoteca ou outra transação com a casa que lhe era legada, sob pena de, além da nulidade da transação, incorrer na perda de todo direito e usufruto instituído da mesma casa”.⁵⁶²

Sem ter conhecimento de outras queixas e considerando o benefício que Wenceslau quis assegurar a, pelo menos, uma das irmandades lembradas por Joanna, suponho que os responsáveis procurariam os demais beneficiados no testamento informalmente, deixando a Justiça fora disso, sem que se criasse insatisfação para que outro fosse recorrer em nome de seus direitos. Afinal, é difícil de acreditar que a notícia de beneficiamento não acabaria se espalhando. Com efeito, a informalidade do arranjo arrematava as interdições colocadas pelo sobrinho às últimas vontades da tia.

⁵⁶¹ AOTNR. “Ata da sessão ordinária da mesa em 28 de maio de 1924”. CX 05. DOC. 03. Grifos meus.

⁵⁶² APEB. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição...

A proposta do afilhado à ordem terceira era feita em nome do benefício das suas filhas,⁵⁶³ para que elas continuassem com direito sobre a casa, mesmo depois de sua morte — o que não era assegurado no testamento. Joanna deu mostras de que também se preocupava com a geração seguinte à do afilhado, uma vez que legou 500 mil réis para Aristotelina Gomes de Mattos. No entanto, Wenceslau teve mais duas filhas, Heraldina⁵⁶⁴ e Jandira. Possivelmente, quando ele fez a proposta acima, a sua esposa Maria Octavina Gomes de Mattos estava grávida de Jandira, nascida em 30 de setembro de 1924.⁵⁶⁵ A família e a necessidade de segurança aumentavam e ele queria prover uma vida semelhante à que teve próximo da tia, pelo menos em termos de moradia.

Além disso, sua aflição pode ter sido influenciada pela perspectiva de gênero e raça. Isto é, pelas expectativas para meninas negras no início do século XX, em que a ocupação de espaços de trabalho se configurava por caracteres similares aos oferecidos pela escravidão quando se tratava de jovens afrodescendentes.⁵⁶⁶ Certamente a família presenciava situações próximas que evidenciavam a vulnerabilidade nos mundos do trabalho aos quais as mulheres negras se submetiam, restritos em larga medida à ocupação doméstica e outros serviços subvalorizados e atravessados pela insegurança física e moral.⁵⁶⁷ Com efeito, as implicações almejadas através da intervenção sobre o inventário da tia-madrinha resultariam na conservação da propriedade da casa, além dos legados já previstos, para o proveito das gerações seguintes da família.

Segundo a avaliação feita em 1919, a casa valeria 8 contos de réis (Tabela 2). Se comprometendo a dar 1 conto de réis para cada uma das agremiações legatárias de Joanna, como propôs à Mesa do Rosário, apenas 5 contos de réis estariam reservados só para as irmandades, o equivalente a 62,5% do valor da casa. As vontades de Joanna continuariam ignoradas. Ele depositava suas economias ou se endividaria para obter a posse da casa sem prejudicar totalmente as irmandades, respeitando parcialmente as vontades da falecida tia de sua mãe.

⁵⁶³ Embora apareça “filhos” na transcrição acima, foi verificado que ele só teve filhas (Diagrama 1).

⁵⁶⁴ AOTNR. Recibo Wenceslau Gomes de Mattos, 29 jul. 1926. CX 016 DOC 04-R.

⁵⁶⁵ APEB. "Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976," database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-NHTZ?cc=3694028> : 13 April 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil. Acesso em 30 ago. 2023.

⁵⁶⁶ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Op. Cit.* p. 72.

⁵⁶⁷ Maciel Henrique Silva descreve como a freguesia de Santana, onde a família Gomes de Mattos vivia, era “agitada” quanto a crimes relacionados a ofensas físicas entre ganhadores, trabalhadoras domésticas, prostitutas, cuja maioria era composta por pessoas negras. A criminalização desses sujeitos acentuava os efeitos da vulnerabilidade destes espaços. SILVA, Maciel Henrique. *Op. Cit.* p. 310.

Suponho que o valor da casa fosse superior, considerando o intervalo entre a avaliação, feita em fevereiro de 1919, e a data da oferta, 1924. Em agosto de 1925, o proprietário vizinho da rua do Tingui vendeu sua casa, a nº 28, por 11 contos de réis.⁵⁶⁸ Portanto, não creio que a casa nº 21 valesse menos. Julgando que o imóvel continuou em uso por quem tinha interesse em preservá-lo consigo, sua estrutura estaria conservada. Veja que na avaliação feita anteriormente, não havia sinais de desgaste no imóvel:

Uma casa térrea, de número vinte e um (21), sita à rua do Tingui, distrito de Santana, edificada em terreno próprio, medindo de frente cinco metros e quarenta centímetros e [ilegível] porta e duas janelas com vidraças, tendo duas salas, quatro quartos, dispensa, cozinha puxada fora, banheiro, latrina e pátio murado, com sala e quarto da frente forrados e os mais cômodos de telha-vã e chão com parte cimentada e parte assoalhada, construída sobre pilares, com paredes de frente e fundo reforçadas, dividindo-se de um lado com casa do Tenente Cecilio Bastos e do outro com casa de quem direito tiver [...].⁵⁶⁹

De acordo com o historiador Mario Santos, os imóveis dos distritos centrais de Salvador se valorizaram no primeiro quartel do Novecentos em decorrência da sobreposição do comércio na região que, por sua vez, possibilitou “acúmulo de capital que seria aplicado na formação de grandes patrimônios imobiliários”, impondo à “população em geral e ao mercado de locações em particular os altos preços e a baixa qualidade”.⁵⁷⁰ Neste cenário, a qualidade da casa e sua localização contribuíram para que Wenceslau aplicasse o esforço e outras economias para a manutenção do imóvel sob o poder de sua família.

Os testemunhos no processo indicam que Joanna recebeu agregados e o número de quartos, em vista do tamanho da família, sugere que algum cômodo pode ter sido alugado por Wenceslau. O falecimento da proprietária deixava um quarto vago e a família poderia utilizá-lo para auferir rendimentos. Afinal, a crise imobiliária foi um dos agravantes da condição de vida em Salvador, então a oferta atenderia a uma demanda crescente.

Na documentação da Cúria Metropolitana, não foram encontrados vestígios de abordagem de Wenceslau a outras agremiações de forma similar à feita junto aos irmãos do Rosário das Portas do Carmo. Às demais irmandades, o acordo poderia ser desvantajoso, haja vista que essa valorização da propriedade urbana lhes renderia muito mais em uma venda futura, mesmo que compartilhado o seu produto. A mesa administrativa da Ordem Terceira colocou a proposta em discussão na sessão aludida e

⁵⁶⁸ HDBN. *Correio do Povo* (BA), 20/08/1925.

⁵⁶⁹ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01021-01022.

⁵⁷⁰ SANTOS, Mario. *Op. Cit.* p. 28.

“manifestaram-se contra a mesma, cada um dos presentes foram todos acordes em que fosse mantido o testamento na forma determinada pela vontade da testadora, não se aceitando a proposta do usufrutuário, Sr. Wenceslau Gomes de Mattos”.⁵⁷¹ Sem detalhar o motivo exato da recusa, foi emitido um documento endereçado ao proponente, cuja cópia estava arquivada no acervo da irmandade, comunicando a decisão da irmandade.⁵⁷² Nele continha a assinatura de doze membros da mesa, reforçando a relevância da discussão e a significativa concordância dos irmãos em relação ao assunto. Certamente eles acharam que o valor oferecido estava aquém dos seus interesses e do rendimento da propriedade.

Quase um ano depois, a questão do imóvel deixado por Joanna voltou ao debate entre os irmãos do Rosário. Na sessão ordinária do dia 10 de maio de 1925, como registrado em ata da Ordem Terceira:

o irmão Victoriano de Almeida comunicou que o usufrutuário da casa da rua do Tingui, Sr. Wenceslau Gomes de Mattos ia vendê-la, conforme chegou ao seu conhecimento, tendo o Sr. Prior dado explicações sobre o fato, declarando que o referido senhor mandou propor novo acordo que ainda está em via de realização e será oportunamente comunicado à casa, caso seja o mesmo aceitável.⁵⁷³

O filho de Antonia desistiu de viver na casa e o prior Luiz Gonzaga da Conceição, aparentemente, negociava diretamente com ele o destino do imóvel. Ao passo que o comunicado de Victoriano de Almeida não lhe surpreendeu. Decerto, o anúncio só fora publicado depois de acordo, do qual este não só tomou conhecimento, como também estava influenciando a mobilização para tal. A negociação se estendeu por mais de um mês, até que a nova proposta oferecida à irmandade foi apresentada, na sessão do dia 26 de julho seguinte:

O Sr. Prior declarou que convocara a presente sessão para se resolver sobre a proposta do Sr. Wenceslau Gomes de Mattos, usufrutuário da casa da rua do Tingui, nº 21, nesta cidade, casa esta deixada a esta Venerável Ordem em testamento, juntamente com as Irmandades do Senhor Bom Jesus dos Martírios da Barroquinha, Santa Bárbara do Corpo Santo, São Benedito do Convento de São Francisco e São Vicente Ferrer, da igreja da Sé, por Joanna Maria Ritta da Conceição, cuja proposta foi submetida a consideração da casa, nas bases seguintes: *A Venerável Ordem Terceira do Rosário desiste do direito que lhe assiste sobre a mesma propriedade à rua do Tingui, bem como ao senhorio direto, a favor do usufrutuário Sr. Wenceslau Gomes de Mattos, mediante a quantia de 3 contos de réis, cuja quantia será entregue de uma só vez.* Sobre a proposta acima, falaram diversos senhores mesários em sentido favorável à mesma, pelo que o senhor Prior pôs em votação, sendo aprovada.⁵⁷⁴

⁵⁷¹ AOTNR. “Ata da sessão ordinária da mesa em 28 de maio de 1924”. CX 05. DOC. 03.

⁵⁷² AOTNR. “Proposta de manutenção de um testamento de acordo com a vontade da testadora. 1924”. CX 20 DOC 04-A.

⁵⁷³ AOTNR. “Atas – 1917 a 1936”. CX 05 DOC 03.

⁵⁷⁴ *Ibidem*. Grifos meus.

Para vender a casa, Wenceslau precisava da autorização de quem seria beneficiado por seu produto mediante a vontade da sua proprietária original e todas as partes apontadas no testamento de Joanna deveriam ser compensadas igualmente. Estabelecido algum acordo com o responsável pelo inventário e tendo um trânsito na escrivania da cidade, a transação foi oficializada. Aparentemente, ela se fez de forma extraoficial, haja vista a ausência de documentação anexada nos autos, reafirmando a tradição oral dos acertos desses sujeitos e a rendição de Wenceslau a costumes que parecia rejeitar. Ao que consta na ata de reunião da mesa, alguma oficialização houve. Pois afirmara ter registrado a transação de 3 contos de réis no cartório do Tabelião Augusto Góes, na rua Chile, e a quantia foi somada à receita da Ordem do mês de agosto de 1925.⁵⁷⁵ Desconheço o valor da venda e, caso a transação da casa em si tenha sido feita de forma “heterodoxa”, possivelmente foi ainda mais rentável, devido à desconsideração dos tributos.

De todo modo, em conformidade com o valor dado ao imóvel em 1919 — 8 contos de réis —, presumo que a irmandade ficou com uma fatia desproporcional da quantia. Do contrário, se o testamento tiver sido efetivamente cumprido, a casa teria sido vendida, no mínimo, no valor de 18 contos de réis, para que as seis confrarias recebessem os mesmos 3 contos de réis embolsados pela ordem terceira. É mais que o dobro do valor inicialmente estipulado. Reafirmava-se, assim, a ofensa à promessa de Joanna aos seus herdeiros. Dessa vez por mais homens, os componentes da mesa administrativa da Ordem Terceira do Rosário e Wenceslau.

A estipulação dos valores da venda pode também ter sido intermediada pelos irmãos em vista de seus interesses. O mesário Victoriano, atento ao andamento do processo, também conhecia bem o imóvel, pois morou ali anos antes e, assim como outros componentes da ordem, era formado no ofício da construção civil.⁵⁷⁶ Nesse sentido, cabe perguntar se os confrades das outras irmandades herdeiras teriam a mesma influência para negociar com Wenceslau que Luiz Gonzaga da Conceição e seus colegas de mesa. Em nenhum momento, os irmãos mesários deixaram de citar que havia mais confrarias beneficiadas. Todavia, o concerto só é citado até onde se refere aos interesses específicos da Ordem do Rosário.

A relação da mesa com os legados de irmãs não parava aí. Outra fatia veio da irmã Joana Brochado, que deixou 3 contos de réis que chegou aos cofres da ordem entre 1925

⁵⁷⁵ AOTNR. “Receita do mês de agosto de 1925”. CX 07 DOC 06.

⁵⁷⁶ HDBN. *A Notícia* (BA), 21/09/1914 (informação que se repete até edições de novembro do mesmo ano).

e 1926.⁵⁷⁷ Ela faleceu em 1919 e a Ordem rezou uma missa “pelo seu descanso” no dia 29 de outubro corrente.⁵⁷⁸ Não foram encontradas mais informações a respeito de suas atividades em vida. O hiato entre o falecimento e a entrada do espólio nas contas da irmandade sinaliza a demora no desenrolar de um possível inventário. Por conseguinte, a herança dá sinal de que houve mais uma disputa ou de que não teria muitos herdeiros. Em ambas as situações, a relação com a agremiação lhe agregou importantes sentidos devocionais e sociais e se firmava politicamente ao conseguir expandir o patrimônio.

Na mesma ata, foi registrado o aproveitamento proveniente de bem deixado por Manoel Bonfim Galliza. A família deste irmão manteve vínculos estreitos com a irmandade desde o século anterior, haja vista a preponderância do sobrenome nas listas de entrada e composição de mesa. Sua esposa, Juliana Maria da Fé Galliza,⁵⁷⁹ desempenhou os cargos de mordoma em 1891 e 1894 e de juíza de devoção, em 1892.⁵⁸⁰ Ela morreu em 15 de junho de 1898, e os únicos documentos em que identifiquei seu nome acrescido do sobrenome do esposo foram o seu inventário e o registro de agradecimento da família no *Jornal de Notícias*, pela presença de todas as pessoas que “acompanharam o saimento da falecida e convidam os mesmos para assistirem à missa que mandam celebrar no Rosário das Portas do Carmo no dia 15 do corrente [julho]”.⁵⁸¹

Quando Juliana Maria da Fé procurou o tabelião para registrar seu testamento, em 9 de abril de 1898, ela justificava o ato por se encontrar “adoentada”, mas “em perfeito gozo de suas faculdades intelectuais”. Ela hesitou antes, dizendo que também o fazia por “temer a morte”. Os sinais de uma doença eram realmente graves e ela acabou falecendo poucos meses depois. Ela era natural da Bahia, filha de Izidra Maria do Espírito Santo, já falecida e dispunha de “poucos bens”. No inventário, consta que ela deixava uma casa avaliada em 2 contos de réis, localizada no Beco da Agonia, Freguesia de Santana. Juliana declarou ter sempre vivido em estado de solteira e nunca teve filhos. Com efeito, ela se dedicou a definir o destino dos bens que acumulara durante a vida na ausência de herdeiros necessários. Nessa condição, ela escolheu Manoel do Bomfim Galliza, em cuja

⁵⁷⁷ O registro da quantia foi identificado em ata que apreciou as contas deste período AOTNR. “Ata da sessão da Mesa Administrativa da V. Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora dos Portas do Carmo, em 14 de Setembro de 1932”. Atas – 1917 a 1936. CX 05 DOC 03.

⁵⁷⁸ AOTNR. “Jornal – 1919”. CX 20 DOC 03-A. Trata-se de um recorte, onde não consta o nome do periódico.

⁵⁷⁹ APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Apelação e Revista. Testamento Manoel do Bomfim Galliza. Salvador, 1903-1908. 07/2966/34.

⁵⁸⁰ AOTNR. “Eleição de irmãos – 1890”. CX 11 DOC 03-L. AOTNR. “Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. AOTNR. “Eleição – 1893”. CX 11 DOC 03-N.

⁵⁸¹ HDBN. *Jornal de Notícias* (BA), 13/07/1898.

companhia vivia. Assim como Joanna, ela compartilhou a vida com um parceiro, mesmo preferindo não oficializar essa união, ao que consta no testamento.⁵⁸²

Ela elegeu como primeiro, segundo e terceiro testamentários o seu companheiro, Izidro Fernandes Galliza (irmão de Manoel) e Sabino de Araujo Goes, respectivamente. Quando o testamento foi aberto, em 18 de julho de 1898, o companheiro declarou que “aceitava a testamentaria de sua mulher Dona Juliana Maria da Fé”. Por mais que não fosse casada, ela acabou beneficiando o amásio como se assim o fosse neste testamento. Entretanto, no juramento de inventariante, o nome de Juliana aparece citado acompanhado do sobrenome “Galliza”, indicando um reconhecimento oficializado da união da parte do companheiro, o que não se verificou pela vontade de Juliana. Não obstante, anexou-se aos autos uma certidão de casamento lavrada no dia 7 de maio de 1898. Manoel contava 59 anos de idade e Juliana, 50. Ambos sem filhos. A pressa pelo testamento seguido do casamento civil indica esforços pela manutenção dos bens sob o poder da família. Mesmo religiosos e ativos na Irmandade do Rosário, Juliana não manifestou em suas últimas vontades orientações sobre seu enterro. De qualquer forma, a devoção foi respeitada e Juliana teve as missas em nome de sua alma rezadas na capela do Rosário.

Nos autos do inventário, consta que Manoel esbarrou com um recurso do promotor público, que questionou a validade do direito de marido, haja vista que Juliana, segundo a sua apuração, não seria maior de 50 anos no ato da união civil. Segundo o Decreto nº 181 que regulava o casamento civil, não haveria comunhão de bens se a mulher fosse menor de 14 anos ou maior de 50.⁵⁸³ No entanto, ainda que o casamento não valesse, o herdeiro eleito por Juliana Maria da Fé foi seu companheiro. Ao que parece, a formalização da união foi acionada para reafirmar o vínculo e assegurar o legado. Ainda assim, um advogado precisou agir para destinar a casa no Beco d’Agonia, número 27, no distrito de Santana, ao herdeiro de Juliana. O imóvel passou a compor o espólio de Manoel, tanto que no seu testamento redigido em 1903 ele deixou o usufruto da mesma casa a Brigida Fernandes Galliza e a Ricardo Fernandes Galliza, sua irmã e seu sobrinho, respectivamente.⁵⁸⁴ Na ocasião da morte dos dois, por conseguinte, o imóvel passaria à

⁵⁸² APEB. Seção Judiciária. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Inventário. Juliana Maria da Fé Galisa. Salvador, 1898-1901. 01/110/132/04.

⁵⁸³ BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de Janeiro de 1890. Promulga a lei sobre casamento civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 set. 2023.

⁵⁸⁴ APEB. Testamento Manoel do Bomfim Galliza. *Op. Cit.*

Ordem Terceira do Rosário. Dessa forma, o legado de Juliana passaria indiretamente aos irmãos e irmãs da Baixa dos Sapateiros.

Manoel era filho de Benedicto Fernandes Galliza, um liberto de nação jeje, que também teve escravizados sob sua posse. A família constituiu redes não só pelo trabalho, mas também ligadas às organizações negras de Salvador no século XIX.⁵⁸⁵ Benedicto fez carreira na Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, alocada na Igreja do Corpo Santo. Note que os descendentes, no apagar do Oitocentos, parecem ter beneficiado apenas a confraria angola por origem, isto é, a Irmandade do Rosário às Portas do Carmo. Seria mais um sinal de disputa entre as duas e efeito a longo prazo da ladinização em relação à identidade jeje operada sob o teto da igreja do Pelourinho? O debate em torno da relação entre as duas confrarias diante do cenário de “fragilização” do quadro de irmandades negras na capital ainda carece de maior reflexão, que não cabe nesta tese.

O sobrenome e o pecúlio da família Galliza perduraram no século XIX, uma vez que ex-cativos passaram a se identificar com o mesmo sobrenome e apresentaram relativa influência nos mesmos espaços. Juliana, por sua vez, parece ter acumulado recursos próprios ao longo da vida, o que justificaria uma certa indisposição ao casamento da parte de ambos. A resistência também se justificaria pela dupla vinculação religiosa, já que a rua das Laranjeiras também foi abrigo de vários candomblés no Oitocentos, dos quais Juliana faria parte.⁵⁸⁶ Além disso, ela tinha pouco para dividir e Manoel, muito. Neste caso, quem teria mais a perder materialmente com o casamento seria ele. Inclusive, a lista de herdeiros e legatários do parceiro era extensa, composta por sobrinhos e outros sujeitos cuja natureza do vínculo não fora expressa.⁵⁸⁷ Então, instituir a relação parcelaria mais ainda as fatias do espólio, diferentemente de Juliana, que não tinha mais herdeiros necessários.

Assim como o imóvel do Beco d’Agonia, outros dois bens de Manoel tinham como último destino a Ordem do Rosário. Era uma casa na rua das Laranjeiras, Freguesia da Sé e um “sobradinho”, localizado no número 81 da Ladeira do Carmo, Freguesia da Rua do Paço, ambas muito próximas à respectiva capela. Além desta, seria beneficiada a Irmandade do Rosário de Santana, da qual Manoel também foi irmão. Na rua das

⁵⁸⁵ BUTLER, Kim. *Op. Cit.* p. 145. PARÉS, Luis Nicolau. Entre Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: RAGGI, Giuseppina. FIGUERÔA-REGO, João. STUMPF, Roberta (Orgs). *Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 26.

⁵⁸⁶ PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé... Op. Cit.* p. 174.

⁵⁸⁷ APEB. Testamento. Manoel...

Laranjeiras encontrei registro de homônima à Juliana Maria da Fé, que sofreu ofensas físicas pelas mãos de Ladislao José de Sant’Anna que lhe deu “uma bofetada”,⁵⁸⁸ em março de 1877. Considerando que o nome e o endereço de convivência apontam para a mesma Juliana Maria da Fé, na ocasião ela contava 29 anos de idade e seu agressor respondeu a um processo depois de ter sido pego em flagrante. As testemunhas eram outros moradores da mesma rua, “Januaria (africana), Maria do Bonfim e Hermínio de Tal (crioulos)”⁵⁸⁹ Sem nenhum detalhe a mais sobre o delito, as notícias indicaram que ele foi absolvido por unanimidade de votos. Não é possível afirmar se neste momento Juliana já era amásia de Manoel, mas, se já o fosse, esta relação a protegeria deste tipo de violência e impunidade? As marcas da agressão não inviabilizaram a aproximação de um homem reconhecido na cidade, nem mesmo de ela chegar ao posto de juíza da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo, sugerindo que o processo não manchou suas possibilidades afetivas, ao mesmo tempo que a inocência jurídica de Ladislao, liberado depois de preso em flagrante, aponta para a banalização das afrontas físicas contra mulheres negras.

A impunidade diante de uma agressão e o imbróglio na passagem de propriedade ao fim da vida lançam luz sobre vulnerabilidades associadas à dinâmica de operadores do sistema jurídico. Na República, a fragilidade se atualiza no Código Penal que avaliza a criminalização de práticas negras, como candomblés e a capoeira, sem contar os códigos de posturas locais que cercearam os direitos das mulheres à dignidade em determinados ofícios, como foi aventado no primeiro capítulo. As dificuldades impostas pelo Código Civil vigoram a partir de 1916, todavia a transição de regime já havia instaurado imprecisões sobre os direitos individuais. O embaraço com o inventário de Juliana revela que o prestígio — ou prestígio descendente — não era suficiente para assegurar o bem da companheira ao menor sinal de fragilidade na sustentação do testamento e demais provas, porque as fraudes eram comuns,⁵⁹⁰ mas há que se investigar a medida da incidência desses imbróglis atravessados por gênero e raça.

O parceiro de Juliana faleceu em 1908 e seu testamento previa que fossem destinadas à Ordem Terceira do Rosário outros dois imóveis, além daquele que pertencera à Juliana: um “sobradinho” na Ladeira do Carmo (Freguesia da Rua do Paço) e a casa nº 10 da Rua das Laranjeiras (Freguesia da Sé). Todas elas condicionadas ao usufruto para familiares do testador enquanto vivessem. A despeito disso, em maio de 1916, a

⁵⁸⁸ HDBN. *Correio da Bahia* (BA), 21/08/1877.

⁵⁸⁹ HDBN. *O Monitor* (BA), 01/04/1877.

⁵⁹⁰ MATTOSO, Katia. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* p. 604.

agremiação entrou com uma Ordem de Despejo contra Moyses Fernandes Galliza, que vivia em imóvel na Ladeira do Carmo da qual era usufrutuário juntamente com seu pai, Izidro Fernandes Galliza. Eles deviam taxas de manutenção do espaço, o que acabou levando-os a uma hipoteca. Como detentores do bem, os irmãos temiam perder o imóvel e ter que arcar com o prejuízo.⁵⁹¹

Isso também ocorreu porque, diferentemente de Joanna, Manoel não instruiu expressamente no testamento que os usufrutuários não poderiam fazer transações financeiras envolvendo as propriedades, e a brecha para tensões como essa foi aberta. Ao assumir que a crise econômica também lhe abateria, Moyses dava sinais de que não conseguiria arcar com o débito e se viu refém das condições e imposições da hipotecaria.

A contenda que mobilizou uma ação de despejo em 1916 não impediu que se desenvolvessem outras negociações posteriormente. Afinal, ainda havia porções do legado de Manoel Galliza direcionadas à Ordem Terceira do Rosário. Os documentos da confraria apontam que um acordo similar àquele firmado com Wenceslau foi costurado entre a mesa e os usufrutuários da casa da Rua das Laranjeiras, em agosto de 1923. Firmo e Xavier Fernandes Galliza propuseram vender o imóvel por 6 contos de réis, seguindo a avaliação do processo de inventário, sendo dividida a quantia em três partes iguais entre usufrutuários e a irmandade. Depois de apresentada pelo Prior José Cyrillo do Sacramento, a proposta foi rejeitada pela mesa. Sugerindo, em último caso, “adquirir-se a casa para a ordem, pelo preço indicado, indenizando-se os aludidos usufrutuários, ficando o Sr. Prior autorizado a entender-se com os referidos senhores neste sentido”.⁵⁹² Em seguida, a administração acionou o seu procurador para verificar o estado do referido bem, “as condições de segurança, asseio e habitabilidade da casa, bem como a conveniência do negócio, para uma tomar-se uma resolução definitiva”.⁵⁹³

A negociação foi mais longa que a travada com Wenceslau, costurada entre 1923 e 1929. Feita a venda da casa e “cumpridas as formalidades das leis canônicas civis”, a mesa decidiu que a quantia recebida deveria ser investida na compra de outro imóvel “para aumentar o patrimônio da Ordem, a fim de se poder sustentar o culto divino na igreja, uma vez que o patrimônio atual não era suficiente”.⁵⁹⁴ Na relação de documentos

⁵⁹¹ APEB. Seção Judiciária. Processo Cível. Despejo. Ordem 3ª do Rosário; Moyses Fernandes Galiza. Salvador, 1916. 75/2698/27/20. APEB. Seção Judiciária. Processo Cível. Hipoteca. Senhorinha Gomes Andrade Bittencourt; Moyses Fernandes Galiza. Salvador, 1916-1917. 62/2210/16/24.

⁵⁹² AOTNR. Registro de recibo de proposta para venda de casa nº 10 à Rua das Laranjeiras. 1923. CX 19 DOC 03-R.

⁵⁹³ AOTNR. “Atas – 1917 a 1936”. “Ata de sessão de 26 de Agosto de 1923”. CX 05 DOC 03.

⁵⁹⁴ AOTNR. “Ata de sessão do dia 14 de novembro de 1930”. CX 05 DOC 03.

analisada no arquivo da irmandade, não tem como ter certeza da destinação do uso dos rendimentos da transação imobiliária. No geral, verifica-se a rotina de gastos com as tarefas religiosas. Mas o que me chamou atenção foi o ponto em que o secretário fez questão de deixar explícito que formalidades legais foram seguidas. Isto porque, no compromisso vigente, firmava-se que competiria à Junta Definitória⁵⁹⁵ autorizar a Mesa a:

tomar dinheiro, a juro, por contrato ou hipoteca, vender, permutar ou alienar os bens da Ordem e suas alfaias quando houver urgência; quando, porém, estas transações fossem de valor superior a cem mil réis, só poderiam ser realizadas *obtida licença do Exm. e Rev. Snr. Arcebispo, sob pena de nulidade.*⁵⁹⁶

Portanto, a negociação em torno desses imóveis não dependia só da aprovação de irmãos. Até onde verifiquei no caso do acordo firmado anos antes em torno da casa à rua do Tingui, não ficou expresso nas atas que a decisão teria passado por todas as instâncias citadas no estatuto. Decerto era um incômodo esperar a aprovação do arcebispo. De todo modo, a renúncia ao direito de alienar, hipotecar ou empenhar bens foi comum a todas as associações com fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou recreativas, pois foi fixada na lei sancionada em 1893.⁵⁹⁷

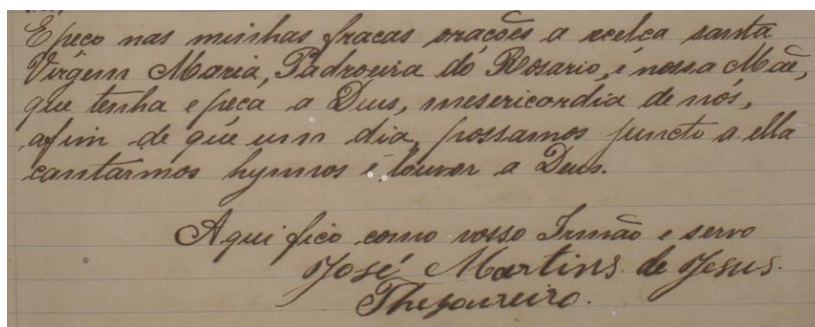
Os debates em torno da regulamentação das associações para fins religiosos no parlamento estiveram atrelados ao tema da separação entre Estado e Igreja. O deputado mineiro Afonso Lobo foi um defensor da proposta de inclusão dos bens das irmandades, ordens e mosteiros ao patrimônio do Estado. Ele validava seu argumento lembrando que a Fazenda Pública contribuía para o financiamento das instituições e, por isso, a Igreja não poderia requisitar os respectivos bens.⁵⁹⁸ Seu ponto de vista não teve aderência suficiente e, confrontando a lei de 1893 com o compromisso, evidencia-se que a Arquidiocese que se colocou como reguladora das transações operadas pelas confrarias. Inclusive, este é um contraste entre o manuscrito do compromisso depositado no arquivo da Ordem Terceira do Rosário e o impresso encontrado no acervo da Cúria Metropolitana. Na proposta inicial dos irmãos, previa-se apenas as deliberações entre a Junta Definitória como instância decisória deste tipo de operação.

⁵⁹⁵ “Art. 103. A Junta Definitória é a reunião de todos os Irmãos Mesários em exercício e de 16 ex-Mesários Oficiais, tirados da lista organizada pela Mesa Administrativa”. A escolha dos componentes da Junta aconteceria na primeira reunião da mesa empossada. ACMS. Irmandades. Freguesia do Santo Antônio Além do Carmo. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo...* Op. Cit. p. 36.

⁵⁹⁶ Art. 114 § 3º. *Ibidem*. p. 37. Grifos meus.

⁵⁹⁷ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *Op. Cit.* p. 82.

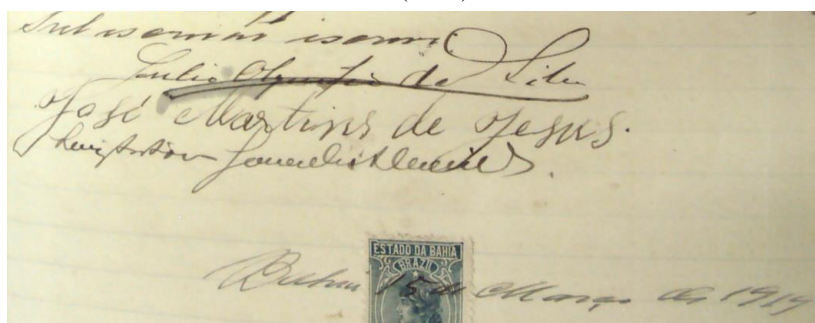
⁵⁹⁸ *Ibidem*. p. 80.



Espero nas minhas graças graças a ecclesia santa
 Virgem Maria, Padroeira do Rosário, e nossa Mãe,
 que tenha e peça a Deus, misericórdia de nós,
 afim de que um dia, possamos juntos a ella
 cantarmos hymnos e louvar a Deus.

Aqui fico como vosso irmão e servo
 José Martins de Jesus.
 Trigueiro.

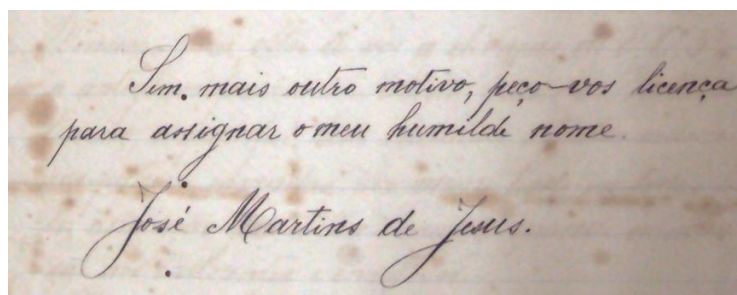
Imagem 10. Carta à mesa da Ordem Terceira do Rosário (1904). Fonte: AOTNR. “Contas 1903-1904. CX 12 DOC 01.



Subscrevo assim
 José Martins de Jesus.
 Reitor da Freguesia de São João do Bonfim

ESTADO DA BAHIA
 1919

Imagem 11. José Martins de Jesus assina seu testemunho no processo relativo ao inventário de Joanna Maria Ritta da Conceição (1919). Fonte: APEB. Recurso Extraordinário... *Op. Cit.* p. 01048.



Sim, mais outro motivo, peço-vos licença
 para assignar o meu humilde nome.

José Martins de Jesus.

Imagem 12 Carta de José Martins de Jesus dirigida ao Arcebispo d. Jerônimo Tomé da Silva (1922). Fonte: ACMS. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço. Ordem Terceira do Rosário.

Se os acordos se desenrolaram à revelia das normas, é provável que a mediação relativa à casa à rua do Tingui tenha passado por alguma influência de José Martins de Jesus, uma das testemunhas arroladas a favor de Wenceslau e que foi membro por anos da Irmandade do Rosário, ocupando vários cargos na administração.⁵⁹⁹ Em dezembro de 1922, aos setenta anos, ele enviou uma carta ao Arcebispo Jerônimo Thomé da Silva (Imagem 12) notificando-o de sua licença das suas atividades junto à confraria porque “achava-se cansado” e agradecendo por ter atendido seus pedidos, especialmente no que se refere a acolhida do pedido para elevação à Ordem Terceira.⁶⁰⁰ Era um sinal de que, se estivesse vivo à época da negociação, ele pavimentara as primeiras conversas entre a agremiação e o afilhado de Joanna. Com alguma variação influenciada pela “relevância”

⁵⁹⁹ Ele ocupou cargos na mesa pelo menos oito vezes entre 1889 e 1921.

⁶⁰⁰ ACMS. Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento do Paço. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário.

do destinatário, a grafia ainda é similar às encontradas nos documentos da irmandade de quando ele foi mesário e à registrada no testemunho concedido em março de 1919 (Imagem 10 e 11), em apoio a Wenceslau.⁶⁰¹ Além disso, consta um homônimo como compadre de Joanna Maria Ritta da Conceição no batismo de Isaura,⁶⁰² “crioula”, filha de Cassiano Candido Ribeiro, também filiado ao Rosário da Baixa dos Sapateiros.⁶⁰³

A diligência no sentido de garantir a aquisição do imóvel nas primeiras décadas do século XX insere a Irmandade do Rosário, na proporção que lhe cabe, no quadro de agentes da concentração imobiliária. Segundo o historiador Aldrin Castellucci, “comerciantes, ordens religiosas e sociedades beneficentes, como a Santa Casa de Misericórdia, grandes companhias industriais, especialmente as têxteis, com suas vilas operárias, passaram a exercer um virtual monopólio sobre a moradia na cidade”.⁶⁰⁴ Evidentemente, os valores e as formas com que os irmãos e irmãs do Rosário conseguiram se beneficiar dos inventários não se comparam às proporções que empresários e ordens de elite tiravam proveito disso.

O desgaste dos imóveis passíveis de serem aproveitados pela Ordem por legados ocasionalmente inviabilizaram a transferência. Em março de 1919, uma irmã chamada Thereza acionou os confrades, porque tinha duas casas “em ruína” à Estrada das Boiadas, as quais ela parecia colocar à disposição da confraria.⁶⁰⁵ A doação não se efetivaria rapidamente, pois bens de raiz compunham o espólio de seu falecido filho, do qual ela só vendera os móveis. Ela dizia que passaria uma procuração aos irmãos para fazerem os devidos procedimentos de apropriação das casas. Possivelmente, Thereza não reunia as condições necessárias para a realização do inventário dos bens de raiz e, assim, a oferta se dava porque a irmandade mobilizaria algum aproveitamento, já que ela estava impossibilitada e, ainda, poderia não ter interesse em conservar a propriedade consigo em razão do estado de deterioração dos imóveis. No consistório, os irmãos hesitavam dar

⁶⁰¹ APEB. Recurso Extraordinário... p. 01048.

⁶⁰² ACMS. "Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007," database with images, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-V1SZ-M6?cc=2177272&wc=M78M-4ZS%3A369568701%2C370966301%2C371006101> : 16 February 2022), Salvador > Santíssimo Sacramento do Paço > Batismos 1893, Fev-1910, Maio > image 80 of 253; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em 16 fev. 2022.

⁶⁰³ AOTNR. “Termos de entrada de novos irmãos (1888-1901)”.

⁶⁰⁴ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. “Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia”. Universidade Federal da Bahia — Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 2001. p. 40.

⁶⁰⁵ AOTNR. “Ata de sessão de 21 de março de 1919”. CX 05 DOC 02-C.Ed. Atas contemporâneas indicam que a Ordem vinha arcando com gastos de moradia desta irmã. De forma que, parece que Thereza oferece a referida casa como pagamento pelo apoio. AOTNR. “Atas 1917 a 1936”. CX 05 DOC 03. AOTNR. “Balanço geral de receita e despesas feitas com a irmã D. Maria Theresa de Jesus de 29 de junho de 1918 a 30 de Janeiro de 1919”. CX 12 DOC 01-I.

andamento, com medo de “maiores prejuízos, censuras e desgostos a ambos”. Foi um caso bastante discutido entre os mesários naqueles dias, apesar de não estar evidente o desfecho.

De todo modo, parece-me que o depósito destes rendimentos à Ordem foi resultado da insistência de seus membros, por um lado, e uma forma efetiva de preservar em mãos semelhantes legados construídos por gente negra em benefício próprio, por outro. Ainda que se dispersasse em meio a taxas, longos processos para consolidação da transferência dos espólios e, eventualmente, passando por cima dos regimentos, o embolso pela confraria ainda mantinha o legado mais próximo daquelas e daqueles que os construíram.

Os irmãos ficavam atentos aos bens que poderiam beneficiar-lhes a partir da notícia sobre o falecimento de pessoas próximas. Em março de 1901, o definidor Caetano de Campos comunicou que haveria uma propriedade na Rua da Poeira, Freguesia de Santana, “cuja dona chamava-se Rufina, já é falecida, e que esta deixa só põe que uso e fruto e, uma vez não tendo mais herdeiro, que seria a dita pertencer a uma irmandade”. Por conseguinte, “pede uma comissão para averiguar o fato”.⁶⁰⁶ A movimentação parecia ser mesmo dinâmica. Nada assegurava que o aproveitamento estava garantido, mas esta era uma estratégia mobilizada e certamente era importante para a conservação da confraria, já que na República esse segmento precisava encontrar meios de subsistência que assumissem o lugar de contribuições que eram oferecidas pelo Estado no Império.

A mobilização não tinha valor mínimo para acontecer. A expectativa de aquisição de algum legado de um membro ou pessoa próxima levou os mesários à busca ativa, evidenciando a disputa que se dava ao sinal de um falecimento. Em fevereiro de 1921, o Procurador Geral José Martins de Jesus, já citado, buscou o cartório para acessar o testamento de Paulina Maria da Conceição, mirando em algum legado para a Ordem Terceira do Rosário. No mesmo ano em que Joanna e Juliana Maria da Fé ocuparam cargos de mordomas, em 1894, uma homônima à Paulina esteve ali.⁶⁰⁷ Foi, portanto, uma mulher que se dedicou ao Rosário dos Pretos e poderia ter algo a deixar com os irmãos. Só que nessa busca José não teve sucesso. No recibo, o subscritor José Bernardino dos Santos assinalou que o testamento era de “Paulina Maria da Conceição, de 19 anos”. Provavelmente não era quem José Martins perseguia. O resultado só não foi pior porque

⁶⁰⁶ AOTNR. “Ata da Mesa da Venerável O. 3ª do Rosário de Nossa Senhora 17 de Março de 1901”. CX 4.1 DOC 09-A.

⁶⁰⁷ AOTNR. “Termos de entrada de irmãos (1888-1901)”. Livro Avulso. AOTNR. “Eleição (1893)”. CX 11 DOC 03-N.

o subscritor deveria receber pelo serviço, por lei, “8\$000, mas que a pedido do mesmo procurador, ficou por 5\$000”.⁶⁰⁸ Certamente os escrivães encontravam o procurador com frequência, o que deu espaço à pechincha e, mais uma vez, a expectativa de legado viria de uma mulher.

Nos registros dos espólios, a especificação dos fins a serem aplicados os valores herdados nem sempre era pontuada. Restava, nessas situações, o que era estabelecido no compromisso:

[...] satisfazer o contrato celebrado com o Rev. Comissário, pagar os honorários aos empregados e os foros que a Ordem for obrigada, no culto divino e guisamentos, em reparo para a conservação e asseio do templo, dos ornamentos, das alfaias e do cemitério e em sufrágios pelos irmãos falecidos.⁶⁰⁹

Sem fugir de preceitos como os citados no estatuto do Rosário, Joanna Maria Ritta, por sua vez, acentuou a forma que gostaria que fosse aplicada o legado oferecido a uma irmandade quando se referiu à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios da Igreja da Barroquinha: a mesa deveria aplicar o rendimento da parte que lhe caberia no conserto do altar e na compra de uma apólice da dívida pública federal. Inclusive, já foi dito que esta era uma alternativa explorada pelas agremiações para auferir mais receita, em complemento às propriedades imobiliárias. Só que, em 1917, o aproveitamento de 500\$000 de dívida da irmã Monica de Santa’Anna — recebida em 1914 — foi motivo de embate, porque 400\$000 dessa soma foi utilizado na compra de apólices estaduais.⁶¹⁰ Seria a natureza da apólice o problema?

Joanna Maria Ritta assinalou que sua vontade era que a apólice a ser adquirida seria federal e não estadual, como apareceu no caso da aplicação da doação de Monica. Aquele foi um ano de turbulências na mesa administrativa. Em abril a mesa eleita foi dissolvida, de forma que os ocupantes dos principais cargos — masculinos e femininos — foram substituídos antes do fim do ano compromissal.⁶¹¹ As discordâncias das escolhas da administração anterior demonstram o que pode ter levado à dissolução. Quem mais reclamou do investimento em “apólices populares”, como ele mesmo chamou, foi o

⁶⁰⁸ AOTNR. “Recibos (1921)”. CX. 16 DOC 04-N.

⁶⁰⁹ ACMS. *Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora... 1905 a 1906. Op. Cit.* p. 30.

⁶¹⁰ AOTNR. “Contas Séc. XX (1914/1915)”. CX 12 DOC 01-F.

⁶¹¹ AOTNR. “Contas Séc. XX (1916/1917)”. CX 12 DOC 1-H. AOTNR. “Ata da sessão de posse da mesa administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora às Portas do Carmo, eleita para o ano compromissal de 1917 (15/04/1917)”. CX 05 DOC 02-A.Ed. Na primeira configuração de mesa para 1917, as mulheres não chegaram a ser listadas nos cargos que lhes caberia. O mesmo aconteceu no ano compromissal anterior. AOTNR. CX 10 DOC 06-C. Sendo assim, a dissolução poderia ter sido em resposta a ausência de mulheres nos cargos, motivo que se somaria às outras discordâncias.

novo secretário, Faustino Gomes da Silva.⁶¹² Como já foi dito, a economia do estado não andava muito bem e, mesmo que a situação econômica do país como um todo fosse afetada pelo cenário da guerra, de forma geral, as apólices federais mostravam-se mais seguras que as estaduais.⁶¹³ Faustino era capitão da Guarda Nacional e membro ativo de outras organizações, como o Centro Operário da Bahia. Lá ele convivia com colegas que administravam esse tipo de investimento⁶¹⁴ — possivelmente ele próprio — e, assim como Joanna, entendia das vantagens e desvantagens das possibilidades existentes. Por isso um empenho em emplacar o investimento em favor da Ordem.

Estes casos ilustram que o hábito de legar bens a irmandades não foi totalmente abandonado no pós-abolição. Por conseguinte, não se instituiu nas famílias observadas aqui a conservação de propriedades pela linhagem, necessariamente. Isto é, os descendentes não tiravam proveito individual de heranças, porque elas foram dispersas entre mais legatários, além de não representarem uma soma tão vultuosa. A falta de descendentes diretos e a presença de famílias extensas também acabavam propiciando esse formato de testamento, fragilizando a possibilidade de conservação de bens no mesmo grupo. Assim, as irmandades que conseguiam vincular os bens de confrades falecidos saíam na frente na confirmação de uma filiação ou do efetivo papel de herdeira. A fragmentação de um bem entre herdeiros numerosos também dá a medida da precariedade assinalada pela raça. De qualquer forma, para além da inibição dos meios de trabalho de gentes negras pela fiscalização intensificada pelo racismo e pela crise econômica deflagrada no início do século passado, a consciência da insegurança quanto à sucessão dos legados em decorrência das imposições legais também pode ter acionado a desconcentração dos espólios individuais. Nesse sentido, reservar os bens à Ordem do Rosário soaria mais seguro para alguns.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a mais próspera das confrarias, ainda recebia legados em forma de imóveis à essa época. A pesquisadora Jealva Fonseca identificou que, entre os séculos XIX e XX, a principal forma de embolso de propriedades imobiliárias pela Misericórdia era via legados de testamentos. Era diferente do

⁶¹² AOTNR. “Ata da sessão da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora às Portas do Carmo de 22 de julho de 1917”. “Atas 1917”. CX 05 DOC 02-A.ED.

⁶¹³ Entre 1885 e 1935, Salvador foi a quarta cidade entre as que mais emitiram apólices públicas. Embora o termo utilizado pelos personagens se refira a “apólices estaduais”, a informação dá a medida do contato que a sociedade soteropolitana tinha com a dinâmica de emissões de títulos da dívida pública. SARAIVA, Luiz Fernando. NABARRO, Wagner. GODFEDER, Pérola (Orgs.). *Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024. p. 88-89.

⁶¹⁴ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Trabalhadores, máquina política...”. *Op. Cit.* p. 132-133; 101-102.

Setecentos, quando se destacavam a compra direta e a arrematação em praça.⁶¹⁵ Com efeito, no Novecentos, ela adquiriu 100 imóveis, o que indicava uma redução em relação aos anos anteriores, mas reforça a manutenção da prática.

Nesta proporção, os irmãos da Misericórdia da Bahia também sentiram os efeitos das obras de modernização da cidade, pois suas propriedades se concentravam no centro antigo da capital. Para Fonseca, a sintonia entre as intervenções e as lacunas nos registros do controle patrimonial deste período sugerem que a verbalização passou a ser frequente nos acordos com o poder público.⁶¹⁶ Em sentido semelhante, as descontinuidades dos documentos e as menções nas atas e recibos que não dão tantos detalhes das transações levam a considerar que a mesa do Rosário das Portas do Carmo operou sob protocolos semelhantes.

Ainda assim, a discrepância patrimonial é expressiva. Se a centena de imóveis foi o que ficou expressamente declarado, é possível estimar um volume maior para o patrimônio da Misericórdia. Ainda que irmãos e irmãs do Rosário legassem e recebessem legados, a diferenciação se mantinha e, certamente, as dificuldades encontradas pelos confrades pretos eram maiores, já que a Misericórdia tinha provedores cujos benefícios eram exponencialmente superiores aos espólios das disputas descritas anteriormente, como se observou em relação a um traficante de escravizados, o português Joaquim Pereira Marinho. Além disso, os integrantes da outra confraria eram figuras poderosas na política institucional. Então, a vulnerabilidade diante dos arroubos modernizadores não abalou a hegemonia da Misericórdia na cidade.

Nas heranças registradas em inventários e testamentos de pessoas africanas em Salvador entre 1889 e 1910, o historiador Jeferson Bacelar identificou apenas uma confraria como herdeira: a Santa Casa de Misericórdia. Em meio aos 72 registros analisados por Bacelar, sobressaíram vínculos de casamento, filiação e compadrio na definição de heranças.⁶¹⁷ João Bastos deixou sua casa à rua dos Zuavos — outra identificação da rua do Tingui — para a Misericórdia. Não é como se ele não tivesse uma rede para entregar o produto de uma vida de trabalho, pois depositou em outros três africanos a responsabilidade por seu enterro, reservando a quantia de 2 contos para ser aplicado conforme recomendações dadas, mas não citadas no testamento.⁶¹⁸ Trata-se de

⁶¹⁵ FONSECA, Jealva A. L. Patrimônio imobiliário urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos séculos XVIII-XX. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2004. p. 60.

⁶¹⁶ *Idem*.

⁶¹⁷ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças... Op. Cit.* p. 33.

⁶¹⁸ *Ibidem*. p. 34-35.

um indício de que preferiu ter a encomenda conforme preceitos religiosos de matriz africana. Não obstante, a reserva da propriedade foi direcionada à instituição católica que absorvia funções de assistência, além de afirmar prestígio dentro dos cânones sociais.

Os costumes modernos também agregavam novas possibilidades de recolhimento de recursos às confrarias. A irmã Julia Bispo de Almeida aparece em memorando trocado com a Ordem para a realização de “um cinema” em benefício desta, “para pagamento de diversas dívidas que ainda tem, proveniente das obras da capela”.⁶¹⁹ A proposta foi aprovada em reunião da mesa de 15 de fevereiro de 1925 e a entrada de Julia como irmã é de julho do mesmo ano, mesmo dia do casal Gomes de Mattos. Na sessão não foi feita menção à Julia como mediadora do projeto e seu nome aparece apenas nesse memorando sem data. Seu companheiro, o mesário Victoriano Antonio de Almeida, por outro lado, foi um dos componentes da comissão que foi designada para tratar da organização do “festival”.⁶²⁰

Ao que indica, Julia reuniu condições para arrecadar recursos junto a um público que não era necessariamente simpatizado ao Rosário, mas antenado nas obras apresentadas no cinematógrafo, uma tendência a partir do início do Novecentos, conforme comentado na Introdução. Este não era um lazer que os párocos exatamente aprovavam,⁶²¹ mas era a sobrevivência das agremiações que estava em jogo e dificilmente haveria controle total sobre isso. No mesmo período, outros eventos similares apareceram nos jornais como realizações em benefício de agremiações religiosas.⁶²² Um lazer que era muito propagado entre as mulheres “modernas” poderia, então, apoiar atividades sociais e festejos das irmandades que não condiziam exatamente com essas aspirações de modernidade. A despeito da mediação de Julia, seria uma comissão inteiramente masculina nomeada para acompanhar a ação em razão da forma com que a atividade burocrática se organizava. No entanto, é difícil crer que Julia não tenha sido figura importante na execução do festival. Portanto, nesse choque entre modernidade e tradição,

⁶¹⁹ AOTNR. CX 19 DOC 02D. Sem data.

⁶²⁰ AOTNR. “Ata da sessão da V. Ordem 3ª do Rosário de N. Senhora em 15 de fevereiro do ano de 1925”. CX 5 DOC 3 “Atas (1917-1933)”. APEB. Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976, database, _FamilySearch_ (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHV-N3ZF-CK3S?cc=3694028> : 7 June 2020). Acesso em jun. 2023.

⁶²¹ “O teatro com suas cenas desenvoltas, o cinema com seus filmes despudorados, os cafés constantes com suas lascívia, perfazem o gosto do homem moderno”. Pastoral Coletiva do Episcopado das Províncias Eclesiásticas Setentrionais do Brasil: sobre os males atuais na sociedade (1920), *Apud.* SANTOS, Israel Silva dos. “Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)”. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006. p. 128.

⁶²² “Cinema Lyceu. Hoje, 24. Na Matinée e Soirée pomposo festival em benefício de um altar com o esplêndido filme em 6 atos *Espelho d’Alma* e uma comédia da *Fox*”. In. HDBN. *A Capital* (BA), 24/11/1926.

as atividades da Ordem do Rosário eram forjadas sem contar com a sensibilidade nem de um lado nem de outro. As mulheres tinham experiências de agência tolhidas pelos preceitos limitadores por sua condição de gênero e raça. Sendo assim, o dispositivo do festival de cinema desafiava as noções por meio de sua agente — Julia — e beneficiários — Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário.

Gerações sucessoras de africanos escravizados continuaram beneficiando as irmandades negras, como demonstram os casos analisados. Inclusive, o aproveitamento da propriedade deixada pela família Galliza parece ter sido duradouro. No acervo documental da confraria, foram encontrados vários recibos do pagamento das tarifas municipais referente à propriedade em nome de Manoel Bonfim Galiza localizada no número 27 da Rua Barão do Rio Vermelho.⁶²³ Esta era a forma pela qual a Rua da Agonia passara a ser chamada.⁶²⁴ Ela compõe o distrito de Nazaré, que foi desmembrado de Santana em 1897.⁶²⁵ Portanto, esta era a casa de Juliana Maria da Fé que fora deixada a seu companheiro que, por sua vez, a legou à Ordem. Os recibos se iniciam em 1942 e se sucederam até a década de 1980.⁶²⁶

A guarda de todos esses recibos sinaliza que a confraria assumia alguma responsabilidade pelo imóvel em todo esse tempo e que a herança de Manoel e de Juliana ajudou a manter a Ordem do Rosário por décadas. Ao seguir esta trajetória, revelou-se uma expectativa da parte de Manoel em beneficiar a Ordem que, não só foi atendida, como foi longeva em seus objetivos. O favorecimento através de propriedade constituída por Juliana Maria da Fé e pelo próprio agenciamento político-institucional da ordem, evidencia o legado feminino e a imposição de acordos mediado por homens. Contudo, a preponderância dos mesários sobre as decisões pode ter sido insuficiente para vedar a influência de mulheres, em alguma medida. Afinal, a postura dos habitantes do imóvel poderia interditar o andamento de transferências de legados, assim como visto na casa da rua do Tingui. No caso da família Galliza, os irmãos e irmãs conseguiram manter o aproveitamento da herança, de forma que a família não disputou ou não precisou disputar contra as últimas vontades da irmã do Rosário.⁶²⁷

⁶²³ AOTNR. “Recibos – 1942-1977”. CX 16 DOC 06.

⁶²⁴ SOUZA, Raymundo Camillo de. *Guia da Cidade do Salvador: dados de todas as ruas, praças, avenidas etc.* (Estado da Bahia – Brasil). 1935. p. 15. Agradeço ao colega Lucas Porto pela gentileza em me enviar este documento.

⁶²⁵ Lei Municipal nº 310, de 30/10/1897. SANTOS, Mário. *Op. Cit.* p. 24.

⁶²⁶ AOTNR. “Recibos 1942-1977”. CX 16 DOC 06. “Recibos 1981-1983” CX 16 DOC 05K. “Recibos 1964” CX 16 DOC 05B.

⁶²⁷ A mobilização dos testamentos como estratégia de preservação de liberdade a partir da conservação do “litoral negro” no Rio Grande do Sul foi levantada pela historiadora Claudia Daiane Garcia Molet. A

Juliana teria aprovado a entrega do imóvel à Ordem Terceira? Não dá para saber. Mas a elaboração do testamento dava brechas para que ela definisse ou interditasse isso, caso fosse relevante, como fez Joanna em relação a Wenceslau. De todo modo, a imposição foi insuficiente para que o destino da propriedade fosse o mesmo que ela definiu. A precariedadeurgia e sairia à frente quem tivesse melhores meios para recolher o espólio. Por outro lado, em nível de comunidade, o aproveitamento reservado à confraria aparentava ser mais justo que entregar ao Estado. Só que havia mais confrarias negras que não tinham a mesma condição e precisavam dos recursos, por menores que elas fossem.

O vigor político da Ordem do Rosário se evidencia, então, no desenlace das transações em torno dos espólios, o que também serviu para conservar e “reciclar” suas fileiras. Pois, na mesma semana em que o acordo de troca do senhorio da casa do Tinguí pelos 3 contos de réis foi selado com Wenceslau e Maria Octavina, sua esposa, os dois registraram sua entrada como irmãos da mesma agremiação. O pagamento da joia dos dois aparece logo abaixo do registro da receita obtida pela casa. Wenceslau Gomes de Mattos e Maria Octavina Gomes de Mattos pagaram 57\$000 de joia, cada um.⁶²⁸ Juntamente aos dois, consta na lista de novos termos o nome de Maria Domingas Modesto, sogra de Wenceslau.⁶²⁹ O valor foi indicado como recebido no mês de setembro, enquanto a sua entrada é datada em 20 de julho de 1925.⁶³⁰ Ora, foi no dia 26 de julho, seis dias depois, que a proposta dos 3 contos de réis foi apresentada à mesa e aprovada.

A consideração dos mesários em relação à demanda do novo irmão gerou afinidade com a instituição para além do que a filiação de Joanna poderia ter proporcionado, se é que não foi também uma das prerrogativas do acordo. Afinal, além da quantia a curto prazo, novas entradas garantiriam contribuições rotineiras aos cofres da Ordem. O mesmo se observou com iniciativa de arrecadação de recursos mediada por Julia Bispo de Almeida a partir de sessões de cinema. Ainda que a aquisição de bens, apólices e os acordos fossem acionados em nome da segurança financeira, “não se pode

despeito do silêncio do Estado em relação às comunidades quilombolas e à reforma agrária no pós-abolição, a pesquisadora identificou a longevidade de uma “fronteira negra” na região, percebendo que os próprios sujeitos mobilizaram as leis, possibilidades de arranjos familiares e práticas político-culturais no pré e pós-abolição a seu favor para disputar pelas terras. MOLET, Claudia Daiane Garcia. “Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente)”. Tese (doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

⁶²⁸ AOTNR. “Receita do mês de agosto de 1925”. CX 07 DOC 06.

⁶²⁹ APEB. Registro civil de Jandira Gomes de Mattos. “Brasil, Bahia, Registro Civil, 1877-1976,” database, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-C33X-NHTZ?cc=3694028> : 13 April 2020), > image 1 of 1; Arquivo publico da Bahia (Public Archive of Bahia), Brazil.

⁶³⁰ AOTNR. Livro “Termo de Entrada de Irmãos” (1921-1925).

negligenciar a importância e o peso das contribuições dos associados nas compras de diplomas e no pagamento de mensalidades remissões anuais e joias de entrada”.⁶³¹ Foram vantagens mútuas e pensadas de curto a longo prazo.

No mesmo ano ele também concedeu à ordem 25\$000 para a festa da padroeira, que aconteceria em novembro. A celebração contemplaria a família que teve uma “conquista” após uma disputa de anos. O que eles não contavam é que teriam que usar tão cedo um dos direitos que a filiação lhe assegurava. Sem motivo evidente nas fontes, sua filha Heraldina faleceu no dia 22 de julho de 1926 e o pai resgatou um carneiro para ela junto à Ordem Terceira do Rosário.⁶³² Wenceslau, mais uma vez teve que lidar com a morte precoce de um ente e mais uma fratura da família foi amparada pela Ordem Terceira do Rosário.

Diferentemente da madrinha, Wenceslau e a esposa não atuaram em cargos na Ordem Terceira. A perda certamente esmoreceu os ânimos pela aquisição que envolvia a negociação com a confraria. Se a segurança da família foi algo que o novo confrade quis reservar a partir da disputa com Ignacio Gouveia e da venda da casa da rua do Tingui, havia infortúnios que essa garantia não conseguiu conter. No limite, o vínculo à Ordem assegurou o enterro devido e o apoio de irmãos e irmãs em um momento delicado. Mas havia outros sentidos que agregavam relevância política ao Rosário dos Pretos e faziam com que a mesa escutasse as devotas.

3.4 Viabilizando o direito de existir para outras devoções

Em sessão da mesa de julho de 1890, os presentes apreciaram o requerimento de Silvana Raymunda do Desterro, que solicitava que fosse colocada em um dos altares da Igreja do Rosário uma imagem de Nossa Senhora da Piedade. Ela se prontificava a cuidar de tudo que fosse pertinente à santa, pois era “de sua especial devoção”. O pedido se justificava pelo tamanho da imagem: “maior de dois palmos”.⁶³³ Não era um tamanho tão grande, mas para uma casa pequena e com muitos moradores, poderia ocupar bastante espaço ou estar correndo riscos de dano. Pode ter sido o caso de Silvana. Mas, por que a escolha desta capela? Qual a importância de responder a essas demandas? Considerando

⁶³¹ LACERDA, David Patrício. “Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860 – c. 1890)”. Tese (doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016. p. 244.

⁶³² AOTNR. Recibo de carneiro do Irmão Wenceslau Gomes de Mattos. 27 de julho de 1926. CX 16 DOC 04-R.

⁶³³ AOTNR. “Ata da sessão de 31 de julho de 1890”. CX 4 DOC 05.

que mais pedidos similares chegavam à mesa, sobretudo enviados por mulheres, a pergunta é colocada como ponto significativo para entender a relação das mulheres com o ambiente do Rosário às Portas do Carmo.

A dificuldade em acomodar a santa em casa sugere que havia sido feita a transferência do refúgio original. Este pode ter sido um dos embaraços gerados pelo processo de fragilização de devoções leigas que refletiram na perda de espaço nas capelas ou a própria alienação das capelas antes mantidas por confrarias, em virtude das intervenções eclesiásticas. Os irmãos do Rosário às Portas do Carmo tiveram dificuldades, mas se conservaram como confraria e obtiveram o breve de ordem terceira. Esta posição lhe rendeu meios para conservar a prática confrarial de outras devoções. Essa confiança é evidente já em finais do Oitocentos, quando a mesa passou a receber pedidos de acolhimento de oragos em seu altar, sobretudo mediado por mulheres. Assim, as contribuições femininas não chegavam só por seus legados via testamento ou colaborações materiais em vida, mas também pautando a rotina devocional vivida sob o teto da capela.

Em relato de João da Silva Campos citado anteriormente, foi apontado que a Irmandade de São Benedito ereta no convento dos franciscanos foi enfraquecida e passou a ser sediada em uma “casa de aluguel à rua Bispo”⁶³⁴. Já havia existido uma Irmandade de São Benedito abrigada na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros, fundada em 1830.⁶³⁵ Campos afirmava que a confraria de São Benedito foi “absorvida” pela Ordem Terceira do Rosário, quando ela atingiu este estatuto. Indo ao encontro deste dado, os documentos preservados no arquivo da mesma capela dão indícios de que uma devoção homônima passou a ser ativa naquele espaço,⁶³⁶ ainda que o apreço ao santo fosse antigo. Com efeito, presumo que esta seria uma nova agremiação, já que o estatuto de “devoção” era diferente do de “irmandade” e “venerável ordem terceira”.⁶³⁷

Nesse mesmo sentido, em 1894, o requerimento de Rosalina Pereira da Silva “em nome de uma comissão de senhoras” foi aprovado pela Mesa. Elas pediam para que fosse

⁶³⁴ CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.* p. 315.

⁶³⁵ AOTNR. “Sobre a Irmandade do Glorioso S. Benedito ereta na Igreja do Rosário dos Pretos em 12 de fevereiro de 1830”. CX 21 DOC 04.

⁶³⁶ AOTNR. CX 12 DOC 03-C. Trata-se de documentação contábil de “Devoção de São Benedito ereta na Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” relativa a 1937-1942.

⁶³⁷ “As irmandades de devoção não tinham estrutura administrativa reconhecida pelas autoridades com hierarquia, rotatividade de cargos estabelecida em procedimentos eleitorais claros, funções definidas, formas de sustentação e gastos especificados”. AGUIAR, Marcos Magalhães de. Apud. PRECIOSO, Daniel. “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p. 40.

criada na capela uma devoção à Santa Efigênia. No início do século, também existia ali uma irmandade dedicada à mesma santa que fora descontinuada e, nos anos finais, as devotas encontravam espaço para restaurá-la na Ordem do Rosário.⁶³⁸ Assim, ainda que não tivessem assento à mesa de decisão, elas se faziam ouvidas e se empenharam na negociação em nome da manutenção de suas devoções e estabelecimento de agrupamentos em que elas fossem as gestoras.

Anos mais tarde, confrades continuavam a receber devoções, reforçando um cenário de desequilíbrio entre agentes da Ordem do Rosário e os representantes das demais confrarias lembradas por Joanna Maria Ritta da Conceição, no que diz respeito ao direito à parte da casa da rua do Tingui. Em relatório emitido para o Arcebispo em 1938 sobre o estado das irmandades abrigadas na antiga Igreja da Sé,⁶³⁹ o cônego Appio Silva relatou que a Irmandade de São Vicente Ferrer estava “praticamente extinta, pois, mesmo antes da derrubada da Sé, já não se reunia”.⁶⁴⁰ Se a situação já se arrastasse há mais tempo, esta, portanto, já não disputaria pelo legado de Joanna. Da antiga Sé saiu uma outra confraria — que não era da lista de Joanna, mas passou a ser resguardada na Igreja do Rosário —, a Irmandade de Nossa Senhora Rainha dos Anjos. Ela recebeu autorização do arcebispo para a transferência em 1939. A incorporação se deu “com os poucos bens que lhe [restavam], constantes de um quadro de carneiros nas Quintas e uma casa deixada ultimamente *por uma senhora*”, conforme informado pelo prior da Ordem Terceira do Rosário.⁶⁴¹ Mais uma vez, evidencia-se a diligência dos irmãos com os legados que lhes eram oferecidos e, neste caso, novamente por uma mulher.

O documento mais antigo referente à casa deixada para a Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos corresponde a um orçamento apresentado à Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo em 1941 “para diversos trabalhos a serem feitos no Prédio n. 15, sito ao Largo do Tanque da Conceição, distrito de Santo Antônio e pertencente à Irmandade de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, ereta na Igreja desta Venerável Ordem”.⁶⁴² No acervo documental da Ordem encontrei a caderneta de

⁶³⁸ AOTNR. “Dos devotos da Gloriosa Santa Efigênia que se acha colocada nessa capela” (correspondência de 1836). CX 19 DOC 01-A. No século XVIII, a devoção à Santa Efigênia não parece ter sido tão difundida em Salvador, de modo que a historiadora Lucilene Reginaldo identificou apenas uma agremiação desta invocação, abrigada na Freguesia de São Salvador da Sé. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 123.

⁶³⁹ Em 1933 a igreja da Sé foi demolida para dar passagem a uma linha de bondes, na esteira das obras de modernização da cidade. Ela ficava no local que hoje é chamado de “Praça da Sé”.

⁶⁴⁰ ACMS. “Relatório das Irmandades, Confrarias e Devoções existentes na antiga Igreja da Sé”. Irmandades. Freguesia de São Salvador da Sé. Caixa 1. p. 4.

⁶⁴¹ *Ibidem.* p. 3-4. Grifos meus.

⁶⁴² AOTNR. “Contas (1941)”. CX 12 DOC 03D.

cobrança de impostos do imóvel alocado no mesmo endereço, que estava ainda no nome da doadora, aparentemente: Agueda Moura da Conceição. Em razão dos altos custos, a escritura em nome da irmandade não deve ter sido providenciada e o último registro de pagamento da tarifa é do ano de 1946.⁶⁴³ Em se tratando de um “prédio”, seu aluguel renderia bons frutos às duas agremiações.

As atividades da Irmandade de Nossa Senhora Rainha dos Anjos são menos citadas nas fontes. Não obstante, a experiência de influência que a Ordem da Baixa dos Sapateiros manifestou na negociação pela renda da venda da casa deixada por Joanna me leva a crer que esta incorporação se deu em nome do aproveitamento mútuo atrelado a este bem. Inclusive, até a redação do relatório do cônego de 1938, a mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Anjos não havia pagado o selo de herança. Então, a troca do benefício talvez tenha se dado nesse sentido: enquanto esta não tinha muitos bens, os irmãos do Rosário poderiam oferecer o pagamento do selo. No fim, as duas agremiações se beneficiariam do aluguel do imóvel legado.

Até hoje a festa de Nossa Senhora Rainha dos Anjos compõe o calendário festivo dos irmãos e irmãs do Rosário da igreja no Pelourinho.⁶⁴⁴ Vale notar que a devoção esteve associada à Arquiconfraria do Cordão de São Francisco. Nas filiais instaladas nas vilas de Mariana e Vila Rica no século XVIII, a composição se deu por pessoas leigas identificadas como “pardas”. Por lá, a construção de uma capela promovida por estes devotos causou incômodo aos membros da Ordem Terceira de São Francisco, que também cultuavam a santa, mas como se terceiros fossem. Por ser uma marca de destaque social e político, estes se viam usurpados de um direito que seria exclusivo por seu estatuto.⁶⁴⁵ As vedações se inseriam na necessidade de demarcação de espaços religiosos que também eram informadas pelo quesito racial, a despeito da relação de devotos com o santo. Portanto, em alguma medida, este orago esteve difundido entre a população negra de forma longeva e ampliada espacialmente, o que veio a se reproduzir na capela do Rosário dos Pretos em Salvador a partir do Novecentos.

As experiências recapituladas evidenciam o papel de refúgio que a capela da Baixa dos Sapateiros assumiu para devoções interditas, em alguma medida, pelas reformas romanizadoras e urbanizadoras.⁶⁴⁶ A aquisição posterior do título de Ordem Terceira, a

⁶⁴³ AOTNR. “Recibos 1942-1877 (sic)”. CX 16 DOC 06.

⁶⁴⁴ SANTANA, Analia. *Op. Cit.* p. 158.

⁶⁴⁵ PRECIOSO, Daniel. *Op. Cit.* p. 49-50.

⁶⁴⁶ Além das devoções citadas, também havia uma dedicada à Nossa Senhora das Dores (AOTNR. CX 19 DOC 01). Ao longo do século XX, somaram-se às demais a de Santo Antônio de Categeró e de Santa Bárbara. *In.* SANTANA, Analia. *Op. Cit.* p. 70; 72.

preservação do templo, o protagonismo em uma negociação como a que envolveu rendimentos tais quais o produto da casa de Joanna assinalam, assim, um capital político significativo na comunidade afro-baiana, ainda que os observadores da primeira metade do século XX insistissem em reduzi-las por meio de uma comparação com o que ela não seria mais, considerando os séculos anteriores.

Ponderação nesse sentido foi oferecida por estudiosos de meados do século XX como Thales de Azevedo. Ele avaliou que, naquele momento, as irmandades negras (sem especificar qual/is) “apenas lembravam as brilhantes solenidades do seu período áureo”, associando-o ao período da escravidão.⁶⁴⁷ Por outro lado, as confrarias das “classes mais altas”, antes reservadas a brancos, conservavam-se como as mais prósperas. Nestas, Azevedo pontua, que só “no passado antigo” havia restrições por raça. Ora, só importou pontuar a raça no momento de assinalar o desprestígio das agremiações negras. Para pontuar a fortuna, só se fala de “classe”. O intelectual ignorava o histórico de riqueza associado à raça na constituição dos espaços, por isso chegou à conclusão problemática acerca das relações raciais naquela região, depositando na desigualdade de classe o problema social da região.

O mesmo diagnóstico foi reverberado por outras pesquisas. Em testemunho ouvido pela antropóloga Ruth Landes na década de 1940, o capelão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia declarou que as irmandades estavam “mais fracas porque os negros desde a Abolição não têm tido grande renda”.⁶⁴⁸ O esfacelamento de riquezas de gentes negras evidente nos testamentos apontados aqui e por outras historiadoras corrobora a avaliação do sacerdote. Só que, ao pontuar a abolição da escravidão como um marco, ainda que de forma superficial, ele assinalou a conjunção do fator raça e classe como fenômeno fomentador de desigualdade. É flagrante a ferida aberta pela escravidão, quando a abolição é tida como um sinal de aprofundamento de desigualdade e não o contrário. Entretanto, Landes e Azevedo concluíam em seus trabalhos que as opressões vividas pela população soteropolitana tinham motivações de classe, e nada ou quase nada além disso.

O ânimo no sentido de “provar” que a Bahia era um ideal de “harmonia racial” após a década de 1930 foi embalado pelos elogios ao passado colonial, que passaram a ser emitidos por parte da intelectualidade brasileira. Diferentemente do final do Oitocentos, quando a primeira capital era associada à “mulatice”, à falta de “civildade”

⁶⁴⁷ AZEVEDO, Thales de. *Op. Cit.* p. 138.

⁶⁴⁸ LANDES, Ruth. *Op. Cit.* p. 184.

e a inspiração de modernidade era a França em vez de Portugal, no segundo quartel do século XX, vozes como a de Gilberto Freyre elegiam a Bahia como seio da “tolerância e bondade do povo brasileiro, um paraíso racial”, constituído a partir da empreitada colonial portuguesa.⁶⁴⁹ As expectativas dos pesquisadores reiteraram expressivamente essa perspectiva isentando as estruturas coloniais e racistas, por mais que as obras conservassem valorosos registros de gentes negras no início do século.

Nesse sentido, a identificação de práticas religiosas de matriz africana chamou mais atenção, como elemento mais incontestante dessa “boa vizinhança”, a despeito de toda perseguição que os e as praticantes sofriam e precisavam contornar estrategicamente. Por conseguinte, as irmandades tinham apelo menor como manifestação de “sobrevivências africanas”, porque revelariam vivências menos “puras”, étnica e racialmente falando, das populações negras. Não obstante, o que as conservariam “africanas” seriam os festejos. Então, apesar da rotina sinalizada pelas atas e livros de entrada descrita aqui, a falta daquelas manifestações que assimilavam como carro-chefe era o outro elemento que assinalava a decadência das confrarias leigas negras. A desocupação das ruas pode ser um sinal de que as funções das confrarias teriam sido ressignificadas, diante do ritmo de perda de filiações, recursos e desestímulo por parte das políticas desaffricanizadoras e racistas emanadas da Igreja e do Estado. A transposição da relação com a fé católica para um foro mais privado também mudaria os objetivos da confraria, que continuaram sendo acionados por quem se filiava às religiões de matriz africana em alguma medida. Todavia, a insistência no saudosismo em relação às festas mantém uma leitura que prioriza aquilo que “ela não é mais” naquele tempo, em detrimento do que ela ainda era ou poderia ter passado a ser. Sua sobrevivência se via delimitada pela posição de um artefato de um passado em que elas teriam vivido o seu “auge”, apenas.

Em direção semelhante, Katia Mattoso sugeria que era necessário explorar as evidências existentes para o século XIX através dos testamentos, dos informes de tradição

⁶⁴⁹ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Os avessos do mito: o preconceito contra os baianos. *In*. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. pp. 125-136. Neste cenário foi criada a Frente Negra da Bahia, denunciando as desigualdades raciais e propondo mecanismos de reparação nesse sentido. Thales de Azevedo registrou a presença da organização, mas avaliou suas ações como menos combativas, porque não se articulavam na chave do antagonismo com brancos. AZEVEDO, Thales. *Op. Cit.* p. 190. Este diagnóstico se deu em razão da proximidade da agremiação com as organizações operárias inseridas no trabalhismo, não necessariamente delimitadas racialmente. Para o historiador Lucas Andrade dos Santos, essa aproximação não se deu mediante o silêncio da organização. De forma que ela não deixou de ser propositiva e de tentar lançar suas candidaturas, mesmo que aliada às associações trabalhistas. Até porque a “franquia” baiana da Frente Negra não teve sucesso no registro como partido político — diferentemente da congênere paulista. SANTOS, Lucas Andrade dos. *Op. Cit.* p. 86. Nesse sentido, parece plausível justificar o malogro dos fretenegrinos baianos na eleição de representantes e registro como partido político no racismo, e não na inação de seus agentes.

oral, até então poucos explorados, que possibilitariam descobrir pouco a pouco a importância dessas agremiações como “conservadoras da herança cultural africana”.⁶⁵⁰ É inegável que a irmandade fora fundada a partir da diáspora e que as suas sujeitas são atravessadas por isso, mas elas reelaboraram aquele espaço ao longo do tempo, em um “processo permanente de fazer-se”, como apontou Petrônio Domingues ao analisar os estudos sobre a agência afro-gaúcha. Especificamente em relação ao pós-abolição baiano, Wlamyra de Albuquerque avalia que, da banca do bicho movida por pessoas negras à Ordem Terceira do Rosário, “compreensões acerca das heranças culturais africanas e da cidadania negra estavam sendo elaboradas”.⁶⁵¹ Em contrapartida, houve uma empreitada por parte de elites intelectuais no Novecentos para preservar uma África nos diferentes espaços negros, que acabou lhes definindo como “coisa inofensiva, exótica e em extinção”, porque a sua afirmação era movida pelo decreto de sua morte.⁶⁵²

Observadas as negociações em torno da manutenção da Ordem pela aquisição de bens imobiliários, não foi possível identificar o que poderia ter sobrado da venda da casa operada por Wenceslau Gomes de Mattos. Tendo em vista a quantia avaliada anos antes, a soma negociada em favor dos irmãos e irmãs terceiros foi significativa. Considerando que a Devoção de São Benedito passava a ser abrigada naquela capela, a de São Vicente Ferrer era considerada “praticamente extinta” — Joanna já observava a fragilidade da Capela da Barroquinha — e que das outras legatárias poucas informações foram encontradas para o século XX, há chances de que elas tenham ficado sem a parte que lhes cabia. Com efeito, destacam-se três possibilidades: seus agentes não se mobilizaram para disputar pelos direitos sobre a casa, apesar de a fragilidade apontar para o interesse inerente em qualquer quantia que lhes beneficiasse; ou os/as confrades entraram na disputa sem êxito; ou o próprio prior e seus colegas mesários também entraram em negociação com as demais irmandades, com condições de se impor sobre as outras menos estruturadas.

Nos autos do processo também há vestígios do contato dos oficiais de justiça com as instituições de caridade lembradas no testamento — o que não acontece com as irmandades citadas. Entretanto, não são apresentadas notícias sobre os valores que podem ter chegado ao seu poder. Elas certamente reuniam condições de pleitear por algum direito sobre a herança, haja vista as boas condições de seus beneficiários e a ligação com estratos

⁶⁵⁰ MATTOSO, Katia de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. Pp. 209-210.

⁶⁵¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 221.

⁶⁵² DOMINGUES, Petrônio. *Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. Op. Cit.* p. 49.

hegemônicos da Igreja Católica. Por outro lado, a imprecisão dos valores reservados a elas desfavoreceria o seu pleito.

As condições de distribuição dos patrimônios das associações que fossem dissolvidas previstas na lei que regulamentou o funcionamento das associações na Primeira República podem ter igualmente influenciado no direcionamento dado aos legados que contemplaram diferentes irmandades, incluindo aquelas que tinham menos fôlego. A norma instituiu que, salvo previsão específica no estatuto, poderia haver a partilha entre os membros existentes no momento da dissolução, transferência do saldo para algum estabelecimento público ou outra associação nacional que promovesse fins idênticos ou análogos. Caso a extinção tenha sido resultado da perda de todos os membros, o espólio passaria a pertencer à União.⁶⁵³ Note que, para a comunidade em torno daquelas organizações, poderia ser muito melhor entrar em acordo do que, no limite, chegar a perder as propriedades constituídas por seus familiares para o Estado. Com efeito, a agremiações fortalecidas interessaria assegurar que algum proveito também fosse garantido aos herdeiros necessários.

Sendo assim, a mesa administrativa da Ordem Terceira do Rosário demonstrava mais condições de interditar os interesses de Wenceslau, caso esta não tivesse seus direitos assegurados, e barganhar pela prerrogativa de parte do produto da venda da casa da rua do Tingui. Essa transação também revela que a insistência do escrivão por se provar sobrinho de Joanna não se deu para prejudicar inteiramente a confirmação das últimas vontades da falecida, isto é, anular o testamento para revogá-lo por completo. Evidentemente, se ele vendeu a casa e não favoreceu as demais irmandades de forma alguma, ele descumpriu o testamento, não só devido à venda do bem. Por outro lado, parece plausível que, não aceitando a oferta inicial de 1 conto de réis, o benefício exigido pelos irmãos e irmãs do Rosário ao negociar por uma quantia superior pode ter ferido o repasse às outras confrarias, bem como já feriu parcialmente a garantia que o sobrinho priorizava: uma boa reserva em dinheiro para a segurança de sua família. Logo, a forma que o acordo tomou não dependeu só das vontades do morador da referida casa.

Wenceslau Gomes de Mattos e os irmãos e irmãs do Rosário desafiavam as imposições atribuídas a eles, confrontando o incômodo que suas presenças geravam. Das duas partes foram mobilizadas questões sobre o destino dado a uma herança fundada

⁶⁵³ Art. 11. Lei nº 173 de 10 de setembro de 1893. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>. Acesso em 28 mar. 2024.

durante a escravidão e preservada por relações de dependência gerada em um contexto de vulnerabilidade das liberdades de mulheres negras livres e libertas, ainda que mediante considerável segurança material. Para pessoas que não conviveram diretamente com a escravidão e assimilavam seus direitos, como o filho de Antônia, essas lealdades traziam prerrogativas que não faziam mais sentido. Por isso, mesmo que ferindo as vontades de Joanna (sobre as quais pairam dúvidas), Wenceslau vislumbrava um rompimento com as estruturas escravistas que se impunham sobre o futuro de sua família, usando dos mecanismos judiciais, demonstrando a “disponibilidade da população negra para disputar por seus direitos na forma da lei”.⁶⁵⁴

Ao conseguir reunir condições para manter não só sua própria confraria, mas também abrigar outras enfraquecidas na virada do século, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo, por sua vez, também tensionava as expectativas de setores da Igreja Católica sobre si e suas congêneres. Esta disputa atravessou também as linguagens de assistência social que foram assumidas hegemonicamente no catolicismo brasileiro. Firmá-las dependia do embate, proposições, afirmação de humanidade e da manutenção de lealdades que lhes atribuíam poder de barganha por diferentes objetivos, como a aquisição do direito sobre os imóveis da rua do Tingui, do Largo do Tanque da Conceição, ambos espólios de mulheres, uma delas certamente negra. Essa segurança material para as irmandades negras provida por essas sujeitas já foi verificada em várias localidades em diferentes momentos da história.⁶⁵⁵ De forma geral, suas doações excediam as contribuições localizadas na arrecadação para festas, apesar das funções destacadamente femininas terem sido por muito tempo associadas às festividades. Mesmo aí, o engajamento não se limitava ao sentido do “adorno”, como pontuado por Lucilene Reginaldo.⁶⁵⁶

No caso da família de Juliana Maria da Fé, a família de seu companheiro teve suas riquezas acumuladas também pelo cativo. Do espólio dela, não se sabe qual foi a base. Não obstante, a união com Manoel Galliza a inseriu numa comunidade que comprovadamente se relacionou com negócios escravistas. Assim como em outras irmandades negras, espólios de figuras como essas as beneficiaram. Em larga escala, tais valores podem parecer insignificantes, mas a diligência da mesa em recorrer a esses

⁶⁵⁴ MULLER, Liane. *Op. Cit.* p. 84.

⁶⁵⁵ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* pp. 333-335. KARASCH, Mary. Rainhas e juízas – as negras nas irmandades dos pretos no Brasil Central (1772-1860). XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana. GOMES, Flavio (Orgs.). *Op. Cit.* p. 57. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor... Op. Cit.* p. 149. QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras... Op. Cit.* p. 44-48.

⁶⁵⁶ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 333.

legados demonstra que todo recurso era compensador. No caso da família Galliza, a casa deixada por Manoel e a deixada por Juliana favoreceram a manutenção da Ordem por décadas no século XX.

A trajetória das mulheres e das irmandades se cruzam no ponto da vulnerabilidade, na medida em que seus legados precisavam ser protegidos. A Ordem do Rosário acolheu as devoções desabrigadas, não sem que isso também se revertesse em benefícios. Novos membros sob seu altar acumulavam mais esforços para sustentar o Rosário. Além disso, os legados deixados para aquelas devoções contaram com os mesários do Rosário para requerê-los e não deixar os bens se perderem. Com efeito, a junção de devoções possibilitou uma “concentração de forças” a favor do associativismo leigo afro-baiano.

Por fim, ainda que muitas irmandades negras tenham enfrentado situações piores, é necessário seguir os rastros das famílias e dos descendentes daqueles e daquelas que anteriormente depositavam reservas ali. A contenda encabeçada por Wenceslau e sua relação com a Ordem Terceira do Rosário sugere a fragmentação de pequenas fortunas deixadas por testadoras negras na virada para o século XX. A dispersão se dava em decorrência da compensação dos favores acionados em meio às lealdades anteriores, dificuldades para manter os padrões de acúmulo da riqueza mediante outros modelos de exploração do comércio, insegurança jurídica, reorganização do espaço urbano, do mercado de trabalho e da manifestação da devoção, todos eles processos profundamente mediados por princípios higienizadores racistas e sexistas.

CAPÍTULO 4. “SE A FAMÍLIA DE CORPORAÇÃO PRETA POR SONHO SOUBESSE QUAL A NOBREZA QUE TEM ESTA VENERÁVEL ORDEM”

Citou também um ponto distinto de ser apreciável, dizendo, se a família de corporação preta por sonho soubesse qual a nobreza que tem esta V. O., ele quer crer, que não tenha uma só que não pertencesse a ela. Mas, que a de vir tempo que a Ordem do Rosário é de mostrar as suas grandezas e virtudes, a ponto de ser invejada pelas outras ordens, e por aqueles que não possam fazer parte pelo simples fato de ser de cor. Acrescentou ainda, que diziam que *era difícil encontrar no gênero feminino pessoas que tivessem nos casos de serem professadas*. Porém, que ele pode desaparecer amanhã, mas que nos seus dias já teve o prazer de professarem 145 irmãos e 28 irmãs. E todas estas são dignas, porque ele a bem da ordem só professa as senhoras honestas, casadas e viúvas.⁶⁵⁷

Em 1901, a frase que dá título ao capítulo foi citada indiretamente como fala do então comissário⁶⁵⁸ da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário, o Deão Antonio Teixeira Cezimbra. Ele discursava em agradecimento à mesa pelas homenagens prestadas em comemoração ao seu aniversário. Cezimbra era um monsenhor, o que significa que fora reconhecido pelo papa Leão XIII⁶⁵⁹ e que era uma figura importante para a conquista do breve de Ordem Terceira. Irmãos e irmãs manifestaram diversas vezes a gratidão ao comissário pelo êxito na missão encarregada a ele, que foi também o primeiro comissário desta como terciária. A elevação lhes assegurou não só a manutenção, mas a conservação de um lugar reconhecido entre as demais irmandades negras, que já era evidente desde o Setecentos.

Foi longa a peleja para alcançar o título. A primeira tentativa se deu em 1875, sem sucesso. Um passo importante foi alcançado vinte anos depois, por meio do direito de usar hábito, correia e capa como usavam os terceiros da Ordem de São Domingos. Só em julho de 1899 o Arcebispo d. Jerônimo confirmou a elevação, com o devido aval do papa. Depois de conquistada, a memória em torno do protagonismo neste processo passou a ser disputada pelos irmãos mesários. Os debates da mesa restritos aos homens dificultam encontrar agências femininas nesse sentido. De forma geral, confirma-se o papel de

⁶⁵⁷ AOTNR. “Ata da Sessão de Honra da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora em homenagem ao Exmo. Revdo. Mosenhor Deão Antonio Teixeira Cezimbra, em 8-8-1901”. CX. 4.1 DOC 9-A.

⁶⁵⁸ O comissário era um sacerdote, “superior nato da Ordem”, nomeado pela Diocese e só poderia ser afastado do cargo por esta instituição. Ele deveria ser um irmão professo e teria que celebrar a profissão e sacramento aos demais membros e fiscalizar a atividade dos irmãos em atos internos e externos em nome da agremiação. A mediação entre a Ordem e o Conselho Superior dos Dominicanos no Brasil e em Roma era igualmente obrigação do comissário. ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. *Compromisso Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora... Op. Cit.* p. 16-18.

⁶⁵⁹ SILVA, Candido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000. p. 319-320.

mulheres pelas generosas ofertas de sempre e os legados deixados por testamento, ainda que fossem mais escassos, como foi apontado anteriormente. Mas a trajetória de sujeitos que despontaram na luta pelo breve pode lançar luz sobre intermediações femininas indispensáveis para que os protagonistas lograssem a aprovação.

Uma vez legitimada diante dos superiores, os novos terceiros precisavam do reconhecimento dos iguais e de atrair novos/as integrantes. Nesse sentido, o monsenhor Cezimbra articulou a condição que abre o capítulo se direcionando aos demais membros entendidos como parte de um agrupamento “preto”. Ele dizia que, se a qualidade das famílias pertencentes à confraria fosse reconhecida pelos congêneres, não teria uma só que não procuraria pertencer a ela. E completava, “há de vir o tempo que a Ordem do Rosário é de mostrar as suas grandezas e virtudes, a ponto de ser invejada pelas outras ordens, e por aqueles que não possam fazer parte pelo simples fato de ser de cor”. Ou seja, a despeito do desmonte conservador da escravidão e ascensão de outras formas de hierarquização que foram mobilizadas por meio de denominações raciais por setores conservadores, o monsenhor reproduzia uma positivação de termos criados durante a escravização e a atualização de sua função. Como se dá essa relação entre uma dinâmica de uma identidade negra positivada porta adentro e o racismo expressivo porta afora?

Ocorre que, mesmo com a positivação em termos raciais, o sexismo se fez presente na fala do clérigo. Ele pontuou que a condição das mulheres da “corporação preta” era tida como um entrave para o reconhecimento do estatuto superior da ordem, porque alegava que não haveria entre elas representantes à altura da profissão religiosa. Considerando que o orador caracterizou as professoras como “honestas, casadas ou viúvas”, esperava-se que essas mulheres reproduzissem os valores patriarcais, de modo que o perfil das confradeiras representaria a imagem da Ordem como um todo. Com pouco mais de um ano de terciária, a diferença numérica de professoras em relação aos professores era significativa. Isto porque os critérios para o rito aparentavam ser mais rígidos que os aplicados para a entrada, apenas. Certamente havia exigências impressas ao ingresso feminino que vedavam a participação de porção considerável deste grupo, haja vista as condições e valores desviantes a essas exigências. Por outro lado, a análise das entradas e profissões de mulheres, aderindo ou não a essa expectativa, lança luz sobre formas de existência feminina entre mundos tidos como destoantes.

Além da verificação dos perfis de novos confrades e confradeiras, os debates em torno dos fundamentos exigidos para as entradas permeiam as atas dos primeiros anos da Venerável Ordem Terceira enquanto tal, evidenciando as vulnerabilidades que

encontrariam, todas elas informadas por matizes de preconceito caras àquele contexto. Nesse sentido, o último capítulo da tese relaciona o processo de consolidação da agremiação no nível superior das ordens leigas e o papel que as mulheres desempenharam nesse sentido, ora confirmando expectativas hegemônicas, ora avalizando sentidos estimados pela comunidade afro-baiana incômodos aos setores dominantes.

4.1 Entre Lazara e Maria do Carmo Friandes: uma promessa pelo breve e agências por memória

Apesar da idade que já avançara os sessenta anos, a africana Maria do Carmo Friandes não se furtava de resolver suas pendências sozinha, andando pelas ruas da capital baiana. A duras custas, ela superou parte das agruras da precariedade da liberdade de ser uma africana livre em uma cidade escravista no Oitocentos. Adquirindo vários imóveis em seu nome e ainda tentava acompanhar as demandas relativas às posses de perto. A cidade era mais movimentada do que as lembranças que tinha de quando chegara ali e a situação se intensificava a cada dia. Em uma dessas saídas pela manhã, em fevereiro de 1892, Maria do Carmo sofreu um acidente depois de sair de sua casa, no bairro do Tororó. Ela foi atropelada por um bonde que passava pela rua Carlos Gomes,⁶⁶⁰ próximo ao mosteiro de São Bento.

Infelizmente, acidentes como esse eram muito comuns nas ruas soteropolitanas. A cidade estava mais populosa, as reformas tomavam as ruas, e as mulheres que precisavam se deslocar carregando mercadorias, lavando roupas, saindo da casa onde trabalhavam para o descanso, indo fazer suas preces em alguma capela ou cumprir alguma obrigação em seus terreiros, tinham mais obstáculos para desviar. A ampliação da circulação dos bondes elétricos era algo que certamente custou a ser enraizado no cotidiano dos mais velhos. No caso de Maria do Carmo, ela nem se esforçava para tentar usar o transporte, porque sabia de mulheres negras como ela que tinham sido impedidas de subir no bonde, em razão do racismo arraigado na dinamização do espaço urbano.⁶⁶¹

⁶⁶⁰ HDBN. *Pequeno Jornal* (BA), 06/02/1892.

⁶⁶¹ SANTIAGO, Cybèle Celestino. CERQUEIRA, Karina Matos de Araújo F. *Sobre arcos e bondes: resgatando a memória urbana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 153.

Seu único filho, Manoel Friandes (1817-1904)⁶⁶², era militar e empreiteiro, tendo trabalhado em diferentes partes da cidade.⁶⁶³ Como era figura conhecida em Salvador, rapidamente enviaram um mensageiro para notificar-lhe do acidente. A condição de Maria do Carmo era gravíssima. Dias depois, ela chegou a amputar o braço esquerdo e, não resistindo a esse e outros ferimentos profundos, faleceu em seguida.⁶⁶⁴ A vulnerabilidade de Maria do Carmo informada por sua cor, origem, gênero e idade somava-se à venerabilidade extraída dos valores de seu inventário, que se destacava entre os demais africanos, somando 64:387\$601. Ao lado de outra mulher, este era o maior legado deixado por pessoas nascidas na África em Salvador no imediato pós-abolição, sem indicação de ocupação.⁶⁶⁵

Não se sabe qual a trajetória traçada por Maria do Carmo que possibilitou amearhar tamanha quantia. Como africana que adentra o pós-abolição em condições materiais favoráveis, sua trajetória a aproxima de Joanna Maria Ritta da Conceição. Embora, diferentemente desta, a mãe de Manoel desejasse que seu sepultamento fosse em um “esquife na maior simplicidade, sem gala alguma de prata, nem de ouro, sendo conduzido por pessoas que seu filho designasse”. Apesar da menção à devoção à Santíssima Trindade, o investimento menor na cerimônia fúnebre no modelo cristão poderia ser um indício de que esperava celebração em outras linguagens, possivelmente a que compartilhava com outros africanos em cosmologias mais próximas à de sua terra de origem. Ao contrário de Joanna, Maria do Carmo também não mencionou nenhuma irmandade como herdeira. Assim, enquanto o filho se desdobrava entre o trabalho e a direção de diferentes agremiações, sua mãe não parecia interessada em tomar parte em alguma. De qualquer forma, a relação que foi construída entre mãe e filho ultrapassou o sentido puramente familiar, de modo que é difícil não conferir participação de Maria do Carmo nas ações de Manoel.

Embora tenham noticiado o acidente em 1892 informando que Maria do Carmo era uma “sexagenária”, o ano de nascimento do filho, 1817, indica que ela tinha idade

⁶⁶² O levantamento de dados dos membros da SPD feito por Lucas Campos apresentou um sócio “Manoel Friandes da Silva”, cujo ano de nascimento seria 1835. CAMPOS, Lucas. *Op. Cit.* p. 132. O registro de 1817 é resultado do cálculo da idade de falecimento (87 anos) registrada na certidão de óbito reproduzida nos autos do inventário de Maria do Carmo Friandes. APEB. Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Inventário. Maria do Carmo Friandes. Salvador, 1904-1905. 07/2888/13. Folha 164 (paginação do documento).

⁶⁶³ Chegou a realizar até obras públicas. HDBN, *Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo* (BA), 1885.

⁶⁶⁴ APEB. Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Inventário. Maria do Carmo Friandes. Salvador, 1904-1905. 07/2888/13.

⁶⁶⁵ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças... Op. Cit.* p. 25.

superior aos sessenta anos. Assim, muito provavelmente ela passou pelo cativo e seu sobrenome sugere que ela pertenceria a algum dos escravistas da família Friandes. Havia uma freira do Convento do Desterro a aparecer repetidamente em assentos de batismo da primeira metade do século XIX como proprietária de escravizados chamada Ignacia Friandes. Inclusive, a historiadora Elaine Falheiros identificou uma africana liberta muito próspera, Felicidade Francisca Friandes, que foi alforriada por aquela senhora.⁶⁶⁶

Contudo, o nome do filho de Maria do Carmo sugere que tenha sido outro o escravista que explorou a mão de obra da mãe — talvez, do filho também —: Manoel da Silva Friandes, falecido em 1833. Ele tinha origem portuguesa, era negociante, financiou obras importantes na cidade em favor da monarquia portuguesa e do Império, além de ter sido benfeitor da Santa Casa de Misericórdia.⁶⁶⁷ Suas fontes de renda deveriam ser diversas e o óleo de palma ou azeite de dendê foi um dos gêneros que comercializou,⁶⁶⁸ certamente com participação do trabalho escravizado. Depois de adquirida a liberdade, era comum que pessoas libertas assumissem os sobrenomes dos ex-proprietários e este deve ter sido o caso aqui. Nesse sentido, a prosperidade obtida depois da liberdade poderia ser motivo de reconhecimento do antigo senhor da parte de Maria do Carmo, motivando a escolha do nome do filho, ainda que pareça contraditório. Afinal, a gratidão instituída pela dinâmica das alforrias, sobretudo antes das leis emancipadoras, foi uma forma de conservar a ordem escravista.⁶⁶⁹

Manoel, por sua vez, tinha muito o que agradecer à Maria do Carmo. Quando ditou suas últimas vontades, no final de 1888, a mãe assinalou que o filho lhe devia uma “soma avultada, proveniente de dinheiro que lhe emprestava de longa data”. Ora, se Manoel era um empreiteiro de sucesso, mas devia à mãe, é possível caracterizá-la quase como uma sócia. Portanto, a agência materna propiciou o trabalho e outras atribuições assumidas por Manoel, como as descritas a seguir:

Alguns membros da União Philantropica do Artistas (e de outras associações de auxílio mútuo) jamais deixaram seus vínculos com as irmandades religiosas

⁶⁶⁶ FALHEIROS, Elaine Santos. “Luís e Antônio Xavier de Jesus: mobilidade social de africanos na Bahia oitocentista”. Dissertação (mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. p. 86.

⁶⁶⁷ VALLADARES, Clarival do Prado. TEIXEIRA, Cid. VALLADARES, Kátia do Prado. VALLADARES, Marcos Antônio do Prado. *Nordeste Histórico e Monumental - Vol. IV - Bahia*. Fundação Odebrecht, 1991. p. 238. HDBN. *Idade D'Ouro do Brasil* (BA), 02/08/1811; 21/02/1821. SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. AMARAL, Braz do. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Volume IV. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933. p. 74. Disponível em <https://archive.org/details/memoriashistoric04silvuoft/page/74/mode/2up>. Acesso em 17 mar. 2023.

⁶⁶⁸ WATKINS, Case. *Palm Oil Diaspora*. Afro-Brazilian Landscapes and Economies on Bahia's Dendê Coast. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. [Google Books]

⁶⁶⁹ MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In. FRAGOSO, João [et. al.] (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 144-162.

para trás. O caso mais emblemático é o do pedreiro Manoel Friandes, capitão reformado do 8º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Além de também pertencer ao Centro Operário da Bahia, ele era irmão da Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, da Irmandade dos Quinze Mistérios, da Irmandade de São Benedito, da Irmandade do Rosário João Pereira da Freguesia da Vitória e da Irmandade da Conceição do Tororó.⁶⁷⁰

Soma-se a essas a sua filiação ativada em 1875 à Sociedade Protetora dos Desvalidos.⁶⁷¹ Na Irmandade do Rosário, ele ocupou cargos repetidas vezes e chegou a ser homenageado com retrato colocado na sala da mesa administrativa, ao que consta nas atas, tal qual o provável antigo proprietário da mãe tinha na Misericórdia.⁶⁷² Ele também apadrinhou mais de dez crianças, até onde pude rastrear nos registros paroquiais, estendendo ainda mais sua rede social por meio do compadrio. Toda essa inserção na sociedade soteropolitana lhe valeu, certamente, muito prestígio, que pode ter se firmado a partir de uma boa condição material adquirida pelo seu trabalho, mas que também já seria herdada pelas oportunidades oferecidas por Maria do Carmo.

Como um sujeito que atuava em tantas associações e irmandades, ele precisava ter recursos para arcar com as joias exigidas de todas essas agremiações. Na sua função de pedreiro, ele acumulou muitas rendas, mas, ao que parece, ele precisava de ajuda para cobrir seus investimentos. Inclusive, Maria do Carmo ressaltou que era “vultuosa” a quantia que o filho lhe devia. Certamente, ela não o ajudara sem esperar que a quantia fosse devolvida, pois a inclusão no testamento é incisiva e detalhada quando se refere às dívidas do filho, além de sublinhar o cuidado que teve ao lavrar o débito em escritura pública de agosto do mesmo ano de feitura do testamento. Aliás, ela ainda pedia que se pagasse o valor integral dentro de nove anos a contar da data do registro, com juros de oito por cento ao ano. A despeito do vínculo de mãe, ela demonstrava que não perdoaria a dívida do filho e ainda requisitava juros como forma de pressionar a quitação das contas, depois de tanto tempo sem arcar com seu compromisso financeiro. Sem haver vestígios dos termos que os dois acordaram quando o empréstimo foi feito, o testamento revela que Maria não queria esperar muito para ter o retorno. Manoel, por sua vez, se agilizou na mobilização de recursos para pagar o que devia à Maria. A saída encontrada foi conceder os direitos de posse e senhorio de catorze casas pequenas edificadas na freguesia de

⁶⁷⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)”. In. MAC CORD, Marcelo. BATALHA, Claudio. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associativismo e mutualismo no Brasil (séculos XIX-XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 61.

⁶⁷¹ ASPD. Livro “Entradas 1892-1895”.

⁶⁷² AOTNR. “Ata de Sessão em 10/09/1891”. VALLADARES, Clarival do Prado. [et. al.]. *Op. Cit.* p. 74.

Santana — três na Rua do Mesquita, seis na Rua do Moinho, quatro na Rua da Independência e uma na Travessa do Moinho.⁶⁷³

Além dessas casas que ele lhe entregou para quitar suas dívidas, Maria também tinha “duas casinhas⁶⁷⁴ próprias para criados, seis casas pequenas à Rua da Esperança e quatro casas arruinadas na rua do Lacerda”. Depois de sua morte, todas aquelas casas integrariam os imóveis de usufruto de Manoel, mas o testamento se mostrou útil por outros sentidos. Enquanto pedreiro e empreiteiro, ele poderia cuidar da estrutura de suas casas, já que essas que foram deixadas pela mãe davam sinais de que careciam de reformas e, ao restaurá-las, elas poderiam ser aproveitadas para novos rendimentos. Maria do Carmo sabia que o ofício de Manoel permitia que ele mantivesse os imóveis, mas quis interferir no destino dado aos imóveis em nome de algo que ela se preocupava e o filho parecia ser mais descuidado: os seus netos.

Ela demonstrou receio quanto ao descompromisso do filho com as gerações seguintes, lembrando dos dois netos: Lazara da Silva Friandes e Jovino da Silva Friandes.

Verba sétima. Declaro que dos bens que couberem na minha terça, lego o usufruto ao meu filho Manoel Friandes, e por sua morte passará em usufruto a seus dois filhos *Lazara da Silva Friandes e Jovino da Silva Friandes*, do modo seguinte: *duas partes à Lazara e uma parte a Jovino*, sendo que a casa nobre da Travessa do Moinho seja lançada na parte de Lazara, e por morte deles passarão os mesmos bens a seus filhos, se forem casados, e tiverem filhos legítimos, do contrário passarão aos afilhados do próprio meu filho.

Verba oitava. Declaro que esta disposição será extensiva a outro filho ou filha que porventura tenha o meu filho Manoel Friandes, legítimo ou natural por ele reconhecido, e neste caso, o usufruto dos ditos bens será dividido em partes iguais entre eles depois da morte do meu filho.

Ela não descartava a possibilidade de haver outros netos não reconhecidos até então, garantindo-lhes também uma parte da herança, caso o fossem depois de sua morte. Note que a destinação de uma parte maior a Lazara pode indicar uma preferência da parte de mulheres africanas a depositar bens às descendentes do sexo feminino, tal qual observado nas escolhas de Joanna Maria Ritta da Conceição, analisadas no primeiro capítulo. Ademais, em caso de falecimento dos netos, os afilhados de Manoel seriam os beneficiários do produto dos imóveis após a morte do usufrutuário, que também não poderia aliená-los. Ela reconhecia que o filho realizava gastos com certo desequilíbrio, então queria assegurar que seus netos e bisnetos não ficariam desamparados.

⁶⁷³ APEB. Seção Judiciária. Inventário de Maria do Carmo Friandes.

⁶⁷⁴ “Em muitos becos e travessas, às vezes entre dois sobrados, havia as chamadas ‘casinhas’ que, escorando-se umas nas outras, sem paredes próprias, formavam as ‘avenidas’. Eram casas de porta e janela, ou só porta, sem saída para os fundos, sendo, justamente, uma parede lateral do sobrado”. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Op. Cit.* p. 27.

Outra vulnerabilidade que informou a configuração que o testamento tomou foi o estatuto de mulher africana livre no período imperial. As pessoas nascidas no continente africano que viviam no Brasil não eram consideradas cidadãs pela constituição de 1824 e nem mesmo tinham direitos como estrangeiras, porque as nações/Estados/sociedades de onde vinham não eram reconhecidas como Estados.⁶⁷⁵ Para piorar, depois da Revolta dos Malês irradiada na província em 1835 por pessoas africanas islamizadas, o governo provincial passou a editar leis ainda mais restritivas a esse grupo visando desestimulá-los a permanecer no Brasil depois de adquirida a liberdade, para não fortalecê-los politicamente e reafirmar a condição de permanência nestas terras enquanto escravizado ou escravizada.⁶⁷⁶

Somava-se a isso a sombra do *haitianismo*, que pairava sobre os escravistas, receosos que por aqui se irrompesse uma rebelião tão radical quanto a que ocorreu no Haiti, protagonizada pela aliança da população negra livre e escravizada na virada do século XVIII para o XIX.⁶⁷⁷ Com efeito, entre as restrições provinciais, foi proibida a posse de bens de raiz a pessoas naturais da África na Bahia. Assim, transferir bens para o nome do filho brasileiro, os quais Maria do Carmo cobrava na forma de empréstimos, pode ter sido a alternativa para conservar um patrimônio acumulado enquanto a restrição vigorou. A lei foi revogada em 1872, mas mecanismos para colocá-la em ação atingindo africanos continuaram mobilizados na província.⁶⁷⁸ Manoel, por sua vez, teria tirado proveito da condição fazendo promessas com um dinheiro que não era só seu.

O empenho junto às confrarias das quais ele fez parte justificava a preocupação de Maria do Carmo em relação às despesas que ele acumulava. Em 1894, quando a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo buscava a elevação à Ordem Terceira, ele declarou:

usa de palavra o irmão Juiz Manoel Friandes e declara que ofertada a Nossa Senhora do Rosário a quantia de dois contos de réis com a condição de se tratar de elevar-se a Irmandade à categoria de Ordem 3ª, e autorizando desde esta data ao seu procurador, o nosso irmão Pedro Alcantara, a dar todo o dinheiro preciso para as despesas que fossem ocorrendo para andamento dos papéis. Declarando mais, que ficará de nenhum efeito a sua promessa caso não seja

⁶⁷⁵ BRITO, Luciana da Cruz. “Sob o Rigor da Lei...”. *Op. Cit.* p. 39. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil... Op. Cit.*

⁶⁷⁶ *Ibidem.* Pp. 23-24. REIS, João José. *Ganhadores... Op. Cit.* p. 26; 137.

⁶⁷⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco.* O negro no imaginário das elites – Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista:* o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

⁶⁷⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* pp. 49-51.

possível obter-se o dito breve de 3º, e ficando por sua conta todas as despesas que se fizerem.⁶⁷⁹

O discurso foi proferido dois anos após a morte da mãe e, demonstrando muito ímpeto para assegurar o breve, ele tiraria do próprio bolso recursos para facilitar a negociação com o clero. Se, além do árduo trabalho na construção civil, a mãe lhe assegurou investimentos para suas empreitadas, é impossível não associar a figura de Maria do Carmo à campanha pelo breve. Evidentemente é uma contribuição indireta e a própria figura de Manoel conferia teor político à destinação dos recursos, mas foi a mãe quem lhe possibilitou liberdade e formação para constituir-se dessa forma.

Sua ambição em relação às atividades confrarias foram registradas pelo cronista João da Silva Campos:

Tendo a bolsa farta, que o trabalho não lhe escasseava, por ser perito na arte, e honesto nos seus tratos, dizia sempre: “No dia em que eu *pegá* na vara de juiz da irmandade daquele molequinho preto, na festa dele eu boto todo pessoá em casa *debaixo de foguete*”.⁶⁸⁰

Neste caso, o autor falava da Irmandade de São Benedito que, àquela altura, se instalava no Convento dos Franciscanos e celebrava de forma marcante sua devoção pela cidade. Campos sublinhou que Friandes atingiu seu objetivo e foi juiz daquela irmandade entre 1887 e 1888, quando ele cumpriu com a referida promessa.⁶⁸¹ Ele já fazia parte da Irmandade do Rosário naquele momento. Seu registro mais antigo ali era de 1876.⁶⁸² Pouco tempo depois aplicou seus conhecimentos na comissão que acompanhou as obras da capela.⁶⁸³ Na década de 1890 que sua presença passou a ser mais marcante na administração. Deixada a sua marca com os devotos de São Benedito, ele queria atingir uma nova meta no Rosário.

De que valeria todo este esforço para a elevação da irmandade à venerável ordem terceira? As ordens terceiras distinguiam-se por visar o aprofundamento do modelo de vida cristã de seus membros na Terra, estando vinculadas às ordens conventuais como os franciscanos, dominicanos e carmelitas, o que lhes afiançavam posição de maior prestígio e superior no rol das agremiações leigas.⁶⁸⁴ Elas também precisavam ter uma regra confirmada pela Igreja, isto é,

⁶⁷⁹ AOTNR. “Ata de sessão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo, no dia 25 de fevereiro de 1894”. CX 4 DOC 05.

⁶⁸⁰ CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.* p. 317-318. Grifos do autor.

⁶⁸¹ *Ibidem.* p. 318. O autor não faz menção, mas é possível que o festejo tenha coincidido com as celebrações da abolição da escravidão.

⁶⁸² AOTNR. “Receita e despesa de 1870 a 1877”. CX 14 DOC 03-I.

⁶⁸³ AOTNR. “Ata da sessão da mesa administrativa da Irmandade de N. Senhora do Rosário da Capela às Portas do Carmo que teve lugar na noite do dia 15 de abril do ano de 1879”. CX 04 DOC 05.

⁶⁸⁴ *Ibidem.* p. 19. REIS, João José. *A morte é uma festa...* *Op. Cit.* p. 49.

documentos apostólicos que compendiam universalmente o modo de vida espiritual das ordens terceiras, enquanto os estatutos, cujo raio de ação se limitava a uma dada filial de qualquer uma das ordens terceiras, abarcavam sobretudo os atos do governo temporal das mesas administrativas. Esse conjunto de normas complementares era inexistente nas simples irmandades, cuja organização operava-se apenas em nível local.⁶⁸⁵

Dessa forma, elas aprofundavam uma mediação entre o mundo religioso e o secular, mesmo que seus membros fossem pessoas leigas. Na esteira disso, as ordens terceiras eram tidas como as mais restritivas em termos sociais e raciais, por apresentar filtros muito mais seletivos e, mesmo que muitos dos seus regulamentos se silenciassem a esse respeito, o silêncio pode ser visto como “uma forma de reprodução do preconceito, na medida em que os valores que o sustentavam, de tão internalizados, não necessitavam sequer de explicação”.⁶⁸⁶ Não obstante, a presença de ordens terceiras de pessoas de cor — mesmo que em menor número do que as irmandades — desafiaram estas lógicas, mostrando possibilidades de adentrar nos privilégios de terceiros, a despeito da cor de seus confrades, como apontou Daniel Precioso.⁶⁸⁷ Tal perspectiva foi aventada em análise a respeito de ordens terceiras coloniais de pardos e crioulos em momento anterior, mas abre caminhos para refletir sobre condições que induziram a elevação da irmandade do Pelourinho à ordem terceira, no final do Oitocentos.

O pesquisador William de Souza Martins trabalhou com as ordens terceiras do Rio de Janeiro até a independência e argumentou que, nesse cenário, a configuração destas dependiam menos da reunião de condições sociais, econômicas e demográficas e mais de processos institucionais movidos pelas autoridades religiosas: “da entrada dos religiosos mendicantes na América portuguesa; da organização formal das associações de terceiros seculares; e, por fim, da decisão dos prelados mendicantes em propor a fundação dessas associações na Colônia”. É o que se constata a partir da tentativa dos “crioulos” da devoção de Nossa Senhora das Mercês de Vila Rica, que iniciaram sua contenda para obter o título de terceira em meados do século XVIII. E, mesmo que não citassem no pedido às autoridades portuguesas a sua cor e condição jurídica, essas características não escapariam aos comandos locais, ciosos por controlar a mobilidade social de escravizados, libertos e livres, que essa distinção poderia oferecer.⁶⁸⁸ Sendo assim, as

⁶⁸⁵ MARTINS, William de Souza. *Op. Cit.* p. 55.

⁶⁸⁶ *Ibidem.* p. 137.

⁶⁸⁷ PRECIOSO, Daniel. “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014. p. 9-10.

⁶⁸⁸ *Ibidem.* p. 41-43.

condições de raça e classe acabavam influenciando em larga medida, mas não seriam impeditivos intransponíveis.

Embora se tenda a tratar todas as agremiações como semelhantes sob a definição como “irmandades”, até o Código de Direito Canônico de 1917, foram mantidas as diferentes organizações em níveis de importância.⁶⁸⁹ De modo que estavam abaixo das ordens terceiras as arquiconfrarias, confrarias, pias uniões primárias e outras pias uniões.⁶⁹⁰ Já em relação às ordens regulares, elas se subordinavam àquelas das quais se originavam.⁶⁹¹ No caso da Ordem Terceira do Rosário, era parte do prelado dominicano.

Antes da oficialização como terceira, a Irmandade do Rosário da Baixa dos Sapateiros já havia obtido o “privilégio de usar o hábito, correia e capa como usam os terceiros de São Domingos”, por autorização do arcebispo Jerônimo Tomé da Silva em 1895.⁶⁹² A devoção à Nossa Senhora do Rosário tem vínculo antigo com os dominicanos, pois foi Domingos de Gusmão quem criou a pregação do Rosário em louvor à Nossa Senhora no século XIII, embora o hábito de usar as contas para contabilizar as orações fosse já enraizado entre cristãos e mouros.

A primeira confraria do Rosário foi fundada em Colônia, na Alemanha, em 1475, e a pioneira em Portugal nasceu em um convento dominicano em Lisboa, composta por pessoas brancas, no ano de 1490. O papa Pio V (1566-1572) proibiu que congêneres fossem fundadas ligadas a outra ordem conventual.⁶⁹³ A partir do século XVI, os irmãos e irmãs portuguesas passaram a dividir a instituição com os “pretos forros e escravos de Lisboa”. Com a intolerância entre os dois grupos, os negros fundaram sua própria irmandade e acabaram sendo expulsos do convento dominicano em decorrência do acirramento dos conflitos.⁶⁹⁴ Após o século XVII, o aumento da população africana e

⁶⁸⁹ MARTINS, William de Souza. *Op. Cit.* p. 54.

⁶⁹⁰ “Cânone – 707 - § 1º As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam *pias uniões*; as quais, se estão constituídas em organismos, chamam-se *irmandades*”. “§ 2º E as irmandades que tenham sido eretas ainda mais para o incremento do culto público recebem o nome particular de *confrarias*”. In. SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 49.

⁶⁹¹ MARTINS, William de Souza. *Op. Cit.* p. 60.

⁶⁹² HDBN. *Leituras Religiosas* (BA), 06/10/1895. AOTNR. “Ata de Sessão Extraordinária na tarde do dia 20 de Outubro de 1895”. CX 04 DOC 05. Na parte do documento em que é reproduzida a provisão do arcebispo aos irmãos, a ordem é chamada de “confraria”, o que indica que eles já vinham galgando essa mudança de estatuto perante o clero, considerando as diferenciações das instituições por seus títulos mencionadas anteriormente, apesar de popularmente a referência como irmandade ser generalizada. Mesmo assim, nesse diálogo institucional, essas denominações faziam diferença.

⁶⁹³ CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. “Os Terceiros Dominicanos em Salvador”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1979. p. 4. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 79; 91.

⁶⁹⁴ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 80.

afrodescendente em Portugal levou à proliferação de irmandades negras de outras invocações e, na esteira deste fenômeno, conventos dominicanos de outras cidades abrigaram devoções à Nossa Senhora do Rosário, como ocorreu na Freguesia da Sé de Porto.⁶⁹⁵

Em Salvador, a procissão dedicada à santa realizada em outubro esteve entre as três mais importantes promovidas pelos terceiros de São Domingos.⁶⁹⁶ A ligação devocional aproximava as duas agremiações e o estreitamento referenciado pelo uso do hábito e regra comuns é um entre outros fatores envolvidos na ereção de uma confraria. Condicionar este movimento à abertura da ordem terceira dominicana à irmandade do Rosário pode limitar a ação dos sujeitos históricos atuantes. Afinal, outros tipos de espaços eclesiais receberam a agremiação do Rosário. Ainda assim, parece-me significativo que, no processo de reforma religiosa romanizadora ao final do Oitocentos, a irmandade da Baixa dos Sapateiros tenha se vinculado ao hábito dos dominicanos enquanto buscava efetivar-se como ordem terceira. Era um ato de afirmação dos preceitos católicos que fundavam a devoção à Nossa Senhora do Rosário, isto é, uma enunciação de seu compromisso com um movimento em prol da ortodoxia católica, como o resgate de uma tradição.

A limitação numérica de membros do clero no Brasil e as intervenções do rei nos assuntos da fé fizeram com que as irmandades encarnassem atuação de relevo na missão evangelizadora desde os primórdios da colonização. Com efeito, os leigos tomavam parte do papel devocional, pilar do processo colonizador e escravocrata, ao lado de sacerdotes que também se dividiam entre funções sagradas e profanas. No século XIX, a Igreja buscou organizar a administração de seus deveres por aqui, esforçando-se para que a cristianização fosse mais adequada aos preceitos romanos do Concílio de Trento (século XVI). Para isso, não lhes interessaria o protagonismo leigo no cotidiano católico, pois, além de não apresentarem o “conhecimento oficial” necessário para designar os deveres, o espaço dado às confrarias pela Coroa legou certo poder às suas diretorias, inviabilizando o controle das atividades por parte de clérigos, “prejudicando” o culto e desprestigiando o sacerdócio, bem como as orientações romanas.

Além disso, a ascensão de novas ideias nos grandes centros do império, como o positivismo, e a adesão a outras religiões e seitas, como o protestantismo e a maçonaria,

⁶⁹⁵ *Ibidem*. p. 81. Em Portugal, conventos de outras ordens também sediaram irmandades de pretos, como os franciscanos e carmelitas, cujas devoções variaram de oragos.

⁶⁹⁶ CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. *Op. Cit.* p. 169.

ameaçavam a centralidade que o catolicismo ocupava até então na sociedade, como eixo estruturante que “emprestava consistência e sentido ao mundo e à própria vida”.⁶⁹⁷ A título de reação, um projeto reformador do catolicismo foi colocado em pauta ao longo do Oitocentos. Nele, entre várias outras prescrições, as irmandades não seriam protegidas como outrora. Só que a tradição dessas agremiações e seu vínculo à devoção imprimiram desafios ao propósito da parcela das lideranças católicas militante das reformas.

Esses processos foram classificados como “ultramontanismo” no início do século XIX e, mais tarde, como “romanização”. Ela se define pela política de afirmação da autoridade pontifícia e dos dogmas eclesiais alinhados à Roma, propondo uma organização alternativa à lógica das igrejas nacionais e à cristianização conduzida por leigos. Aqui o fator desafricanizador não deixa de estar presente. A preocupação de setores de elites letradas com a imagem do país na Europa era explícita no século XIX, momento de formação da “nação brasileira”. Nesse sentido, todos os âmbitos que compõem essa nacionalidade passaram a ser orientados para a elaboração de uma experiência a partir do modelo ocidental. A constituição do tipo brasileiro em sua fisionomia, intelecto e espírito deveria atender a esse experimento. Logo, o modelo de catolicismo não teria outra inspiração que não o europeu. Roma, enquanto irradiadora de seus preceitos, naturalmente seria o modelo para reformas.

Em relação às irmandades negras baianas ao final dos Oitocentos, suas manifestações estariam igualmente ameaçadas com o jugo de arcebispos reformadores e a ascensão de outras formas de organizações para a promoção de assistência mútua. Um dos alvos dos reformadores foi a africanização de seus cultos por meio do que as agremiações leigas de pretos construíram tradições no cotidiano festivo. A constituição paralela de ritos cristãos associados a mundividências africanas compôs o fundamento não explícito das atribuições das irmandades. As tradições de um “catolicismo barroco” ibérico, tingido de muita pompa externa, interagiam bem com alguns elementos afrodiáspóricos.⁶⁹⁸

Entre as estratégias acionadas pela Igreja visando à “higienização” ou “reembranquecimento” do catolicismo no final do século XIX, estava a promoção de outras devoções inseridas no calendário festivo e no processo de catequização, como a

⁶⁹⁷ MATTOSO, Kátia. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* Pp. 317-321. NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião no Império e a Igreja.* GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. 1: 1808-1831.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 380.

⁶⁹⁸ REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 98-99. REIS, João José. *A morte é uma festa... Op. Cit.*

Imaculada Conceição e Sagrado Coração de Jesus. A vinda de novas ordens religiosas da Europa, como as vicentinas, substituíra a administração da filantropia e da educação de meninas, tirando-a das mãos das irmandades leigas.⁶⁹⁹ Criava-se aí não só um conflito de “jurisdição devocional”, mas também identitário e ideológico, haja vista que a congregação estrangeira tinha em sua cartilha novidades em sua proposta de ensino. Por isso é necessário considerar as condições locais para entender os caminhos dessa articulação em favor da elevação.

Na década de 1870, irmãos se organizaram para pedir a elevação para confraria professa,⁷⁰⁰ um patamar ainda abaixo da Ordem Terceira. Nesse nível já estava a confraria da Imaculada Conceição da Virgem Maria do Boqueirão, alçada a tal categoria em 1847.⁷⁰¹ Ela se originou como uma irmandade de pardos abrigada no altar da igreja de Santo Antônio Além do Carmo e, só em 1784, passou a funcionar em igreja própria, abrigada na mesma vizinhança. Nesse tempo, os irmãos e irmãs do Rosário já ritualizavam em capela própria e, mesmo mais antiga, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo não teve seu pedido aprovado e os do Boqueirão, sim. Não se trata de condicionar a aprovação de uma à da outra, mas os sentidos “de cor” vigentes podem ter contado a favor dos pardos.

No período colonial, essa demarcação por cor servia como fator diferenciador. Ao passo que, grosso modo, o “preto” era associado à escravidão e o “branco” à liberdade. Tudo isso mediado pela noção de “limpeza de sangue”, que atribuía estatuto social de acordo com a ascendência, principalmente a partir do século XVII. Tal definição delimitaria o local das pessoas em sociedade, eventualmente transcendido a partir de negociações que controlavam a mobilidade em um meio rigidamente hierarquizado.⁷⁰² Com efeito, o “pardo” assinalaria um estado de mestiçagem somada ao afastamento da condição do cativo. Então, uma vez que a pigmentação seria o artifício que daria nome

⁶⁹⁹ COUTO, Edilece. “Tempo de Festas...”. *Op Cit.* p. 79-80. MATTOSO, Katia M de Queirós. *Op. Cit.* p. 385; 405.

⁷⁰⁰ BACELAR, Jeferson. SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974. p. 39.

⁷⁰¹ ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. *Regra da Venerável Ordem Terceira da Imaculada Conceição da Beata Maria Virgem do Boqueirão*. Bahia, Typographia do Bazar 65. 1885. p. III-V. Vale assinalar que, na Bahia setecentista, já havia outra ordem terceira de pardos, a Venerável Ordem dos Cordigérios da Penitência do Patriarca São Francisco de Assis, fundada por pardos livres na cidade de Cachoeira. REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas...* *Op. Cit.* p. 150-151. Me limitei a citar as ordens terceiras negras identificadas na Bahia. O historiador Daniel Precioso fez um levantamento mais amplo das ordens terceiras de “pardos” e “crioulos” na América Portuguesa em sua tese de doutorado. PRECIOSO, Daniel. *Op. Cit.*

⁷⁰² VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas...* *Op. Cit.* p. 150.

àqueles dois estados, um terceiro termo associado a cor seria assimilado para dar conta da especificidade deste grupo não-branco que aspirava à diferenciação. Assim, a adscrição não tinha a ver, necessariamente, com o que há de retinto ou de alvo na pele das pessoas que se identificassem como pardas naquele contexto. Há mais fatores a serem considerados nesta distinção.

Nesse sentido, a ereção de irmandades mobilizou os pardos a reivindicarem devoções próprias, pois Nossa Senhora do Rosário já havia sido enraizada entre os pretos. No século XVIII, Nossa Senhora da Conceição passou a ser um orago apropriado por muitas confrarias deste estrato. Segundo Larissa Viana, a santa era associada à “pureza”, justamente o atributo que estes mestiços ansiavam como forma de distinção.⁷⁰³ Instaurado o culto à santa em Salvador, os devotos quiseram sublinhar a diferença em seu compromisso, instituindo a proibição da filiação de escravizados. A Igreja recusou este termo, mas certamente irmãos executaram a exclusão mesmo assim.⁷⁰⁴ Para estes, então, “a explicitação da condição jurídica era significativamente mais importante que para os pretos”,⁷⁰⁵ os quais, por sua vez, não excluíram escravizados, apenas o despojaram de lugares na administração.

A mesma negociação que permitia a pessoas não-brancas serem aceitas em espaços que lhes eram restritos a priori pode ter sido articulada pelos confrades pardos para adquirir a elevação à confraria professa em 1848 e, mais tarde, à venerável ordem terceira. Na descrição do processo de elevação contida no compromisso, registrou-se que a aquisição do título terciário se deu depois de uma ida do Irmão Secretário ao Rio de Janeiro, em 1873, para resolver “negócio particular” e aproveitou para “resolver a pretensão da confraria e, por intermédio do ilustrado jurisconsulto Dr. José Leandro Godoy Vasconcellos, a quem adiantou a importância precisa do breve”.⁷⁰⁶ Não se falou em autoridades religiosas, de modo que a mediação parece ter se dado por acordos entre lideranças influentes na Corte, com um motivador político e material eficiente.

Além da barganha econômica e política, vale salientar que a santa à qual a confraria do Boqueirão se dedicava estava entre as encarnações marianas evocadas na investida romanizadora. Estas condições podem explicar a “singularidade” apontada por Socorro Martinez. Ela considerou a conquista dos irmãos do Boqueirão como “um caso

⁷⁰³ VIANA, Larissa. *Op. Cit.* p. 122-123.

⁷⁰⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa... Op. Cit.* p. 54.

⁷⁰⁵ REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas... Op. Cit.* p. 144.

⁷⁰⁶ ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. *Regra da Venerável Ordem Terceira da Imaculada Conceição... Op. Cit.* p. V.

singular”, porque para atingir o grau terciário seria necessário existir ordens conventuais da mesma devoção, o que não acontecia em Salvador em relação à Nossa Senhora da Conceição.⁷⁰⁷ Os terciários de São Domingos, por sua vez, obtiveram isenção em relação aos religiosos dominicanos e se submeteram à autoridade do arcebispo da Bahia, a partir de 1771.⁷⁰⁸ Por conseguinte, a partir da aquisição do direito ao hábito de São Domingos, os irmãos e irmãs do Rosário passaram a ter que seguir a regra daquela. Portanto, as orientações para ereção de ordens terceiras eram mais flexíveis, de forma que havia outros recursos a serem mobilizados para a elevação.

Isto também explicaria a negativa recebida pelos irmãos do Rosário em relação a pedido similar e à aprovação, anos depois. O empenho de Manoel Friandes em oferecer quantias para dar “andamento aos papéis”, bem como as dívidas frequentemente lembradas nas atas de reuniões posteriores à aquisição do breve sugerem que alcançar a elevação também era uma questão de custos materiais. Desde a década de 1870, a confraria empregava altas quantias nas reformas da capela, levando à venda de imóveis próprios para arcar com os custos.⁷⁰⁹ A aposta no breve era dispendiosa, mas irmãos e irmãs acreditavam que se tratava de um investimento. Possivelmente observaram o engajamento da congênera no Boqueirão e viram uma boa oportunidade.

A mudança em curso na relação dos leigos com a Igreja e da Igreja com o Estado pode também ter colocado outras peças na mesa de negociação. Afinal, sob a égide do padroado, a autorização passaria também pelas autoridades imperiais e, até a crise implacável da Igreja Católica com o Império na segunda metade do Oitocentos,⁷¹⁰ as duas jurisdições viviam tensões rotineiras desde o domínio português.⁷¹¹ A mesa do Rosário das Portas do Carmo, por sua vez, comprou algumas brigas que foram parar no Tribunal

⁷⁰⁷ MARTINEZ, Socorro Targino. *Op. Cit.* p. 34.

⁷⁰⁸ MARTINS, William de Souza. Em busca de um lugar de distinção: a Ordem Terceira de São Domingos na Bahia colonial (1723 – c. 1800). In. ARAÚJO, Maria Marta Lobo (coord.). *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2019. p. 167.

⁷⁰⁹ FARIAS, Sara. *Op. Cit.* p. 81.

⁷¹⁰ “A ‘Questão Religiosa’ ou ‘Questão dos Bispos’, foi um conflito direto entre a Igreja Católica e o Estado imperial ocorrido entre os anos de 1872 e 1875. Suas origens estão numa luta que excede o território brasileiro, pois a Sé romana proibira a participação de maçons nas associações religiosas. Ora, para a Igreja a maçonaria era uma sociedade secreta e como tal, ela condenava ‘as sociedades clandestinas ou aquelas em que se exige o juramento de manter segredo...’. E assim, indicava que se excomungassem ‘seus adeptos e fautores’.[...] Seguindo, pois, as indicações do pontífice, o bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, emitiu ordem expulsando os maçons das confrarias e ordens terceiras de sua diocese em Olinda, dando início à querela. A questão logo passou de local à nacional e, pela intervenção dos políticos liberais, ligados à maçonaria, o governo imperial anulou as ordens de D. Vital. O bispo não aceitou a decisão do governo e junto com o bispo do Pará, o baiano, D. Antônio de Macedo Costa, que publicara uma instrução pastoral contra a maçonaria, tomando medidas no mesmo sentido, ambos acabaram sendo presos”. SANTOS, Israel Silva dos. *Op. Cit.* p. 14-15.

⁷¹¹ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. p. 19.

da Mesa de Consciência e Ordens, enquanto esta era a mediadora da relação.⁷¹² Na República, entretanto, o poder civil deixou de interferir nas matérias religiosas que envolvessem a regulamentação das atividades das ordens leigas, restando à “direção e governo dos superiores eclesiásticos, especialmente o Bispo Diocesano, ao qual [deviam] obediência e sujeição no espiritual e no temporal”.⁷¹³ Portanto, a movimentação neste tabuleiro abriria novas possibilidades à candidata a terciária.

Em termos sociais, o cenário posterior à erradicação do cativo e o temor das elites quanto ao descontrole desse processo de transição influenciariam as ações da Igreja na Bahia, onde a população liberta era expressiva. O historiador Israel Silva dos Santos pontuou que os integrantes do clero baiano desenvolveram formas de se colocar no espaço público, visando não perder poderes após processo de laicização instaurado na Primeira República. A confirmação do breve de terceiros à confraria do Rosário às Portas do Carmo pode ter sido uma forma de acomodar interesses em torno de uma conciliação, tal como a elevação da confraria do Boqueirão foi avaliada como um “reconhecimento da integração dos mulatos na sociedade baiana” pela Igreja.⁷¹⁴ Em se tratando de uma agremiação com tantos fiéis, no coração da cidade, agradá-la seria de grande serventia para uma Igreja que compreendia que “não poderia viver sem o povo, isto é, sem seus fiéis”.⁷¹⁵ Com efeito, seria mais interessante ganhar espaço entre esse grupo até para tentar emplacar mecanismos antissocialistas, que era uma preocupação do pontífice Leão XIII,⁷¹⁶ papa entre 1878 e 1903, que concedeu o referido breve pelo qual o filho de Maria do Carmo prometia não medir esforços para conquistar.

A presença significativa de membros do Rosário no Centro Operário da Bahia indica que a irmandade não deixava de ter inserção na vida política formal da cidade na Primeira República. O Centro Operário era, conforme descrito por Aldrin Castellucci:

uma organização que surgiu enquanto desdobramento do Partido Operário da Bahia e da União Operária Bahiana, cumpriu papel relevante nos arranjos políticos das elites baianas ao longo da Primeira República, conseguindo mobilizar amplos setores da classe operária para apoiar determinados candidatos e chapas situacionistas ou oposicionistas nas eleições do período.⁷¹⁷

Não era desprezível a relevância política na Bahia de figuras que ocupavam as fileiras da organização. Dos irmãos identificados entre a irmandade do Rosário e o Centro

⁷¹² FARIAS, Sara. *Op. Cit.* pp. 36-59.

⁷¹³ CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. *Op. Cit.* p. 18-19.

⁷¹⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX... Op. Cit.* p. 401.

⁷¹⁵ SANTOS, Israel Silva dos. *Op. Cit.* p. 147.

⁷¹⁶ *Ibidem.* p. 53-54.

⁷¹⁷ CASTELLUCCI, Aldrin. “Trabalhadores, máquina política...” *Op. Cit.* p. 17.

Operário, contabilizaram-se 32 membros.⁷¹⁸ O filho de Maria do Carmo Friandes estava entre eles. Sua proximidade da vida política institucional também se revela na alocação de uma de suas casas no Tororó para servir de seção eleitoral na cidade, nos primeiros pleitos após a instauração da República.⁷¹⁹ Outra figura politicamente relevante que participou dos processos decisórios e de conservação da Ordem foi Adão da Conceição Costa, que começou sua carreira na mesa em 1890, chegando a Prior em 1901.⁷²⁰ Ele foi um dos credores do breve,⁷²¹ que se enriqueceu como empreiteiro de estiva, chegando ao posto de “abastado proprietário que vivia de rendas”, em Salvador.⁷²² Assim, irmãos mostravam-se passíveis de contribuir para o projeto de reintegração ao espaço público posto pelos representantes locais da Igreja Católica, favorecendo a consagração da nova venerável ordem terceira.

Embora tenha herdado investimentos da mãe, Manoel Friandes pavimentou sua trajetória política influenciado pelo modelo do homem em quem Maria do Carmo se inspirara para dar nome à cria. O empreiteiro, por sua vez, não se furtou de participar de organizações de ofício e religiosas, deixando marcas importantes por onde passou. Por admiração ao pai ou por pressão deste, Lazara da Silva Friandes, neta de Maria do Carmo, seguiu os passos e atuou por dois anos como juíza, em 1892 e 1893. Foi o período que o luto pela morte da vó arrebatou os dois e, contemporaneamente, Lazara ofereceu uma orquestra e 250\$000 para a festa da padroeira.⁷²³ Certamente foi uma forma de rogar pela alma da africana. Nos anos seguintes, a neta e filha não apareceu mais de forma atuante. O pai, por sua vez, seguiu até o ano da aquisição do breve, em 1899, cumprindo papéis relevantes na mesa. A promessa teria servido de meta tal qual foi aquela feita para ser eleito juiz da Irmandade de São Benedito, pouco tempo antes? Uma vez cumprida, ele se deu por satisfeito pelo trabalho desenvolvido ali? Manoel já estava em idade avançada e era hora de entregar para os mais jovens os destinos da agremiação. Para continuar se fazendo presente, ele também reservou na capela uma sepultura perpétua para os “restos de si e da sua família” junto à Irmandade do Rosário da Baixa dos Sapateiros.⁷²⁴ Assim,

⁷¹⁸ *Ibidem*. p. 130. MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário: sentidos da cidadania... Op. Cit.* p. 226.

⁷¹⁹ HDBN. *Pequeno Jornal* (BA), 04/02/1891.

⁷²⁰ AOTNR. “Eleição 1889” CX 11 DOC 03-K. AOTNR. CX 4.1 DOC 9-A.

⁷²¹ AOTNR. “Livro de lançamento de recibos da Ordem de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo” (1898-1914). CX 16 DOC 03.

⁷²² CRUZ, Maria Cecília Veslasco. A morte de João de Adão... *Op. Cit.* p. 3.

⁷²³ AOTNR. “Termos de entrada de novos irmãos (1888-1901)”. Livro avulso; CX 04 DOC 05 “Atas 1879-1899”; CX 11 DOC 03-L “Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”, CX 11 DOC 03-L.

⁷²⁴ AOTNR. “Ata da sessão de 10 de julho de 1890”. CX 4.1 DOC 06-A.

o corpo de Maria do Carmo, em algum momento, pode ter sido depositado nas dependências da confraria, reforçando a maior proximidade que aponto aqui, mesmo como ancestral.

Outra forma de validar a memória de irmãos e benfeitores na virada para o século XX era a partir da anexação de retratos na sala de reuniões da mesa administrativa. Manoel Friandes foi um dos fomentadores da prática, principalmente a seu favor. Normalmente, os irmãos sugeriam um nome que mereceria a homenagem, em virtude dos feitos junto à confraria e os mesários colocariam o requerimento em discussão. Houve calorosas discussões na mesa em torno da questão, principalmente quando se referia aos próprios presentes. Figuras externas, como o arcebispo ou comissários, tiveram seus retratos aprovados sem tanta controvérsia. A peleja pelo breve foi um elemento catalisador dessas discussões, antes mesmo da confirmação da aquisição, porque todos envolvidos queriam ter sua participação muito bem lembrada e o retrato exposto validaria isso.

Na sessão do dia 22 de outubro de 1895, o Prior Manoel Friandes mediou uma discussão acalorada acerca do tema:

Um requerimento do Procurador Geral, no qual pedia que fosse colocado no salão da casa da Mesa o retrato do [ilegível] José Martins, tesoureiro da comissão do Breve, pelos serviços prestados, assim como um outro de toda coletividade da mesa, que seja bem visível. Foi posto em voto. Pedia a palavra o mesário Severiano e disse querer explicações a este respeito e, depois de ouvi-las, disse por satisfeito. Obteve também a palavra o mesário Theodoro, fazendo boa exposição e disse em termos cabíveis que não concordava que se colocasse um retrato separado da coletividade da mesa. Houve fervorosa discussão, tomando parte outros mesários. Ficou, portanto, decidido que deveria ser um quadro que contivesse todos os mesários, votando contra os senhores Cleto, Theotônio e Eloy. Falou em seguida o irmão José Martins, declarando que ele tem sido incansável em empregar todos os esforços para apresentação desse Breve e desejava que os seus serviços fossem aceitos pela mesa remunerando-o com o seu retrato em separado. E, se fosse em coletividade, não seria com sua pessoa, pelo que pedia ao Sr. Prior que lhe desse licença para retirar-se da sessão depois de sentir relutância do prior com tudo retirou-se.⁷²⁵

O reconhecimento da coletividade da mesa entrava em choque com os desejos por reconhecimento individual e esse impasse esteve na pauta até o final daquela década. Note que a homenagem era explicitamente tratada como recompensa pelas contribuições, mas as relações que os filiados tinham fariam diferença na efetivação do tributo. No Rio Grande do Sul, as críticas dirigidas ao “mal” das associações negras em valorizar

⁷²⁵ AOTNR. “Ata da sessão da Venerável Ordem de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo 22 de Outubro de 1895”. CX 4.1 DOC 07-B. Note que, conquistado o direito de uso do hábito de São Domingos em 1895, irmãos já aparecem utilizando vocabulário dos cargos e a autodenominação distinta daquele das irmandades, adotando o nome “venerável ordem” e “prior”.

“personalidades” em detrimento da “coletividade” foram veiculadas no jornal *O Exemplo*.⁷²⁶ A “construção de um consenso” não era simples⁷²⁷ e a existência de divisões internas na Ordem do Rosário revela-se com a desconfiança e descrédito a sujeitos homenageados expressa nas atas, conforme a composição da mesa. Em 1898, por exemplo, mesários apontavam suspeitas em relação à ocasião em que Friandes teve seu retrato colocado, em 1894.⁷²⁸ A homenagem veio antes da promessa pelo breve, ofertada e paga por mesários.⁷²⁹ Teria sido o reconhecimento que ele precisava para, então, entregar maior dedicação à negociação pela elevação à ordem terceira? Teria sido a irmandade a recompensada pela homenagem com a elevação, em ordem inversa?

O testemunho de João da Silva Campos a respeito do filho de Maria do Carmo e a garantia prévia da homenagem demonstram todo seu empenho em constituir uma memória, tal qual os irmãos tentavam fazer para validar a própria confraria, visando conferir-lhe a titularidade terciária. Na irmandade de São Benedito, ele deixou sua marca promovendo um festejo memorável. A campanha com o Rosário seguia um sentido além: a elevação à Ordem Terceira. Com efeito, a homenagem a Manoel, mesmo antes da conquista, já demonstrava um grande reconhecimento, o que gerava certa concorrência e reprovação por parte de alguns.

No geral, a colocação dos retratos era um dos elementos de contenda interna. Apesar da solidariedade constituída a partir do caractere da “cor preta”, naturalmente diferenças internas e projetos de constituição de legado e memória criavam dinâmicas verticalizadas, bem como evidenciavam dissonâncias na percepção dos papéis da agremiação.⁷³⁰ No quesito do retrato, em 1896 houve as primeiras tentativas de regulação

⁷²⁶ Periódico fundado em 1892 por intelectuais negros, em Porto Alegre. Os fundadores, Alfredo Souza, Arthur de Andrade, Arthur Gama, Marcílio Freitas e os irmãos Sérgio de Bittencourt e Aurélio Júnior, Florêncio e Esperidião Calisto, nasceram livres nas últimas décadas da escravidão e compunham agremiações de diversos tipos. Mobilizados pelo desejo de enfrentar a imposição dos critérios de raça e de cor enquanto elementos hierarquizantes na sociedade recém-saída da escravidão fundaram o semanário e pautaram, sobretudo, a afirmação da identidade de gente negra e o combate a estereótipos divulgados na imprensa hegemônica. PERUSSATTO, Melina Kleinert. “*Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Cf. ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010. Pp. 137-171.

⁷²⁷ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Op. Cit.* p. 279-280.

⁷²⁸ AOTNR. “Ata da sessão da mesa administrativa da Ordem de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo (13 ago. 1898)”. CX 04 DOC 5.

⁷²⁹ AOTNR. Receitas e despesas (1892-1899). CX 10 DOC 07.

⁷³⁰ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Op. Cit.* p. 276-277. Sobre contendas em torno de retratos de lideranças do associativismo negro no pós-abolição ver RIBEIRO, Jonatas Roque. “A classe de cor...”. *Op. Cit.* p. 242-247.

da prática. Um mesário propôs que apenas aqueles que contribuíssem com mais de 1 conto de réis ou objeto de valor equivalente fossem homenageados.⁷³¹ No primeiro estatuto como terciária não houve regulamentação nesse sentido, mas no compromisso impresso de 1905 a prática foi regularizada.

Para as mulheres, a homenagem seria mais uma peça no muro que dividia os gêneros passíveis de obtenção de títulos internamente. É o que se revela ao se dar conta que os termos da exigência contemplariam diretamente pelo menos uma das irmãs citadas aqui: Joanna Maria Ritta da Conceição. Afinal, a casa legada pela irmã e negociada entre Wenceslau e os mesários rendeu 3 contos de réis aos cofres da Venerável Ordem Terceira do Rosário. Manoel Friandes, por seu turno, devia grande parte de seus rendimentos aos investimentos feitos pela mãe, Maria do Carmo.

Pelo levantamento dos bens de Joanna para inventário, foi pontuada a existência de retratos da falecida em sua casa. No caso de Manoel, a imagem foi materializada a partir de pintura a óleo. Por que não um tributo similar à irmã que proveu tamanho rendimento? O próprio Wenceslau poderia ter mobilizado isso junto à mesa ou demais agenciadores do recolhimento do produto da venda da casa. O que se observa pelas atas da mesa é que as homenagens nesse formato se concretizaram só para os homens. O reconhecimento das suas ações, seja pela via da organização dos eventos ou pelas contribuições materiais não tinham as mesmas “recompensas” em razão da ausência feminina nos espaços decisórios. Nem mesmo por demanda externa parece ter chegado à mesa requerimentos nesse sentido. Com efeito, deu-se a interdição à memória das irmãs.

Para o infortúnio de confrades e profissionais da História, a iniciativa dos irmãos não surtiu por completo o efeito esperado, porque os retratos não parecem ter sido conservados integralmente até os nossos dias. Nos salões da Igreja do Rosário no Pelourinho, há duas imagens depositadas em destaque (Imagem 13 e 14), de um homem e de uma mulher trajados com elementos rituais da Ordem. Pelo que apurei, não se conhece os nomes do retratado e da retratada. Entretanto, outras mutualistas conservaram registros que dão rosto a figuras já comentadas na historiografia atinente aos mundos do trabalho e associativismo negro em Salvador. Nas sedes vizinhas da Sociedade Protetora dos Desvalidos e do Montepio dos Artistas, encontram-se expostos retratos de alguns sócios, individuais e coletivos, sobretudo do século XX. Do Oitocentos, conservam-se na sede da SPD os retratos em óleo sobre tela de Felipe Benício, Affonso João Maria de

⁷³¹ AOTNR. “Ata da sessão de 5 de junho de 1896”. CX 4.1 DOC 07-C.

Freitas e Manuel Nascimento de Jesus, todos eles confrades da agremiação sobre a qual nos debruçamos aqui primordialmente.⁷³² Ainda, em relatório comemorativo pelos cinquenta anos da Sociedade Bolsa de Caridade, foram impressas fotografias de sócios-gestores da agremiação. Entre eles, constam alguns membros negros, como Claudelino Ferreira Rodrigues, Florencio da Silva Friandes, Faustino da Silva Friandes,⁷³³ Honoratto de Britto Lima, Faustino do Sacramento Senna.⁷³⁴

Nos terreiros de candomblé da primeira metade do Novecentos, os retratos de alguns integrantes ilustres também ocupavam as paredes. A pesquisadora Lisa Castillo considera essa exposição como uma afirmação da longa genealogia espiritual de cada casa. Mas não era só o capital simbólico atrelado à longevidade que interessava. Afinal, “as fotografias antigas também protegem a casa, através de um apelo à memória das que deixaram este mundo para o *orun*⁷³⁵”, que “ainda se preocupam com o bem dos seus descendentes espirituais”.⁷³⁶ Não me parece insensato considerar que sentidos semelhantes passaram a ser acionados dentro do espaço da Igreja do Rosário, especialmente na sala da mesa, que é um lugar restrito de imposição de respeito, semelhante a graus de hierarquia e de segredo que se reproduzem também no cotidiano do povo de santo.

No espaço das religiões de matrizes africanas, as sacerdotisas não deixavam de ter seus retratos posados expostos abertamente, inclusive como fundamento religioso. Nas ordens católicas, os irmãos conseguiram se valer de uma restrição avalizada pela Igreja para invisibilizar as irmãs, o que não se reproduziria nos terreiros. A garantia da presença masculina emoldurada nas paredes da sala da mesa assegurava o legado que os irmãos pretendiam consolidar. Esse tipo de preocupação poderia se justificar pelo crescimento do protagonismo feminino na liderança de casas de matriz africana, o que será tratado na próxima sessão. De todo modo, o predomínio de irmãos era favorecido pelo apoio das

⁷³² Os retratos também estão em VALLADARES, Clarival do Prado. TEIXEIRA, Cid. VALLADARES, Kátia do Prado. VALLADARES, Marcos Antônio do Prado. *Nordeste Histórico e Monumental... Op. Cit.* p. 133.

⁷³³ Não há comprovação sobre vínculo familiar entre ambos e Manoel da Silva Friandes. Possivelmente eram libertos ou descendentes de liberto/as do escravista homônimo de Manoel, já descrito. Faustino era também irmão da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo. AOTNR. “Termo de posse de Mesa Administrativa (1900)”. Folhas avulsas.

⁷³⁴ APEB. Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Relatórios. Sociedade Bolsa de Caridade (1922). Outras fotografias deixam em dúvida a identificação racial pelo fenótipo, mas certamente havia mais fotografados negros nesta publicação.

⁷³⁵ No candomblé keto, a palavra *orun* se refere ao mundo dos ancestrais, em detrimento ao *aiyê* onde habitam os seres vivos.

⁷³⁶ CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita... Op. Cit.* [E-book].

normas eclesiásticas a serem seguidas, cuja execução era observada pelo comissário e de forma ainda mais rigorosa, por se tratar de uma ordem terceira.



Imagem 13 e 14. O irmão Júlio César Soares da Silva e a irmã Maria das Graças Ramos dos Santos levam os retratos de seus antecessores na confraria, em novembro de 2022. Fonte: Conta oficial da Ordem do Rosário na rede social *Instagram*. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CkrTgaMpQky/?igsh=cDltZmE3MmJnc29i>. Acesso em mai. 2024.

Por outro lado, essa mesma rigidez mobilizaria ações em prol da memória de irmãs à sombra da vigilância eclesiástica. Nesse sentido, o registro de encaminhamentos em atas lançaria luz sobre o feito em favor das irmãs. A existência de, pelo menos, uma representação feminina produzida em meados do século XX, aproximadamente, revelase pelos eventos atuais da Ordem Terceira. Em algumas das procissões realizadas, são carregados retratos de um antigo irmão e uma antiga irmã (Imagem 13 e Imagem 14, respectivamente). As representações revelam que houve espaço para mulheres na constituição da memória, não só pelos jazigos da capela. Com efeito, nota-se uma ressignificação do vínculo com a confraria, que não se dava mais motivada só pela morte, mas pela atuação em vida incorporada na constituição de uma recordação de ascendências, que poderia ser institucionalizada e protegida para as gerações sucessivas conhecerem melhor seus antepassados e reverenciá-los.

Os documentos não evidenciam movimentações diretas de irmãs para a aquisição do título terciário. Contudo, Manoel Friandes, uma figura que se destaca nas fontes atinentes a esse processo, era filho e devedor da mãe. Maria do Carmo Friandes não aparece como filiada à irmandade, mas certamente seus recursos intermediaram as promessas feitas pelo filho nas tensas reuniões do consistório da década de 1890. Ele buscava afirmar relevância política, sobretudo entre a comunidade negra soteropolitana, através da contribuição ativa à conservação e prosperidade de espaços de constituição de

dignidade e de agência sociorreligiosa de gente negra. O ímpeto por assinalar seus feitos se deu de diferentes formas e os rastros de sua presença nem se comparam ao que aparece da mãe, cujo evento noticiado no jornal foi a fatalidade que levou-a falecer, pouco tempo depois. Certamente ela era mais conhecida e ativa do que a nota pôde informar, tendo em vista a possibilidade de acumular tantos bens e o ativismo do filho. Teria sido esta liberdade que a afastara dos lugares delimitados a mulheres nas irmandades?

Ela pode ter escolhido não compor aquelas fileiras, mas seu filho o fez, depositando ali suor e dinheiro. Entretanto, as dívidas que o inventário de Manoel deixou entrever indicam que ele tinha mais obrigações a cumprir, enquanto oferecia dinheiro para o progresso da associação. Maria do Carmo Friandes, que mandou redigir suas últimas vontades sublinhando que não devia a pessoa alguma, foi parceira de Manoel nos negócios como sua credora. Com efeito, não foi desprezível a contribuição que ela oferecia para que os intentos de Manoel também se concretizassem. As atas das reuniões, por serem redigidas por homens e entre homens, inviabilizavam o reconhecimento das agentes do sexo feminino.

Joanna Maria Ritta da Conceição, cujo legado aproveitado pela Ordem na década de 1920 atendia os requisitos para ser lembrada como uma benfeitora honorária digna de retrato na sala da mesa, não teve o mesmo tipo de reconhecimento obtido por Friandes e outros irmãos homenageados na mesma época. Se o arbítrio em torno dos retratos era tão polêmico em relação aos homens, a ideia de dar lugar às mulheres na sala da mesa deveria passar longe dos anseios dos mesários, diferentemente quando se tratava do recolhimento dos espólios deixados por elas, como foi salientado no capítulo anterior. Ainda assim, o retrato de uma irmã que se apresenta em procissões contemporâneas sugere que a presença em representações imagéticas pode ter sido a primeira forma de um rosto feminino ocupar lugar fixo nos salões da capela.

A moldura e a falta de cor no retrato da irmã em relação ao do irmão também denotam um investimento menor na representação da mulher. Apesar disso, as situações citadas anteriormente demonstraram que, mesmo por meio das pequenas menções, os agenciamentos de mulheres no pós-abolição são incontestes. Maria do Carmo, que nem mesmo filiada era, trilhou uma trajetória que elucida formas indiretas de colaboração de mulheres com agremiações e lideranças políticas negras importantes de Salvador no período em questão.

4.2 “A senhora não nos traz embaraço algum, e os homens é fácil de trazê-lo”:⁷³⁷ raça e gênero na consolidação da Venerável Ordem Terceira de Pretos (1890-1920)

No dia 12 de maio de 1901, a mesa administrativa vivenciou uma discussão acalorada em torno da aceitação da profissão do irmão João Pedro. Como Ordem Terceira, a agremiação passava a ter a atribuição de professar irmãos e irmãs. Quem professava, declarava explicitamente seu compromisso com os votos da religião de pobreza, obediência e castidade.⁷³⁸ O e a proponente passava por um período de noviciado coroadado com o proferimento de juramento que lhe assegurava a profissão. Por se tratar de uma ordem composta por leigos, a promessa se fazia de forma que os sujeitos não deixassem de viver uma vida comum — diferentemente dos professos nas ordens conventuais. Segundo o compromisso, a etapa da profissão só poderia acontecer depois de um ano como irmão e mediante a aprovação da mesa.

No caso de João Pedro, a mesa havia resolvido negar-lhe a profissão. O definidor Innocencio fez “grande exposição” para contornar a decisão. Parece confuso o motivo em torno da contenda, mas ao longo da ata fica evidente que o impasse se deu por conta da cor da pele do candidato. Os opositores traziam à tona o primeiro artigo do compromisso, aquele que definia que a ordem era composta por pessoas de cor preta. O definidor Affonso de Freitas afirmava que, uma vez professado, mais tarde João Pedro viraria mesário e isso tiraria a dignidade dos irmãos. “Sua opinião era que não se abra uma válvula”, registrou o secretário. Certamente era o temor em relação às dificuldades conhecidas do tempo em que brancos ocupavam lugares na mesa,⁷³⁹ quando “tratavam com total desprezo os outros mesários pretos”.⁷⁴⁰ No início do século XX, em tempos de racismo científico e exclusões cada vez mais explícitas, as investidas contra os irmãos e irmãs poderiam ser ainda mais duras caso homens brancos retomassem espaço.

Para embasar a discussão, outro mesário, Severiano Carlos Ferreira, relatou o caso de uma irmandade que “excluiu do seu seio uma senhora só pelo simples fato de não ser clara, sem que esta não lhe daria prejuízo algum”. E acrescentava que haveria “além deste, muitos outros”. A manifestação do mesário dá a entender — também por um viés racista e sexista — que as mulheres “não-claras” poderiam gerar “prejuízos” pelas condições de vulnerabilidade social que sofriam, o que faria despender recursos para socorro de

⁷³⁷ AOTNR. “Ata da 4ª Sessão da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de Nossa S. 12-5-1901”. CX 4.1 DOC 9-A.

⁷³⁸ VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. 4º vol. Porto: 1878. p. 961.

⁷³⁹ REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas... Op. Cit.* pp. 178-180.

⁷⁴⁰ AOTNR. Apud. FARIAS, Sara. *Op. Cit.* p. 49.

imediatamente, como foi discutido no segundo capítulo. Por outro lado, evidenciava-se pela denúncia que as outras confrarias não faziam a devida avaliação do comportamento e trajetória de candidatas a irmãs, como normalmente se procederia de acordo com os estatutos. Pelo contrário, a cor de pele acrescida ao sexo seria decisiva, por mais que os compromissos tenham sido considerados menos excludentes nestes termos explicitamente.⁷⁴¹ Sendo assim, seria indigno para a instituição dar mais espaço concedendo a profissão de fé a um homem branco ou “não-preto”, além do benefício que ele já tinha como irmão, uma vez que o racismo e sexismo da parte das confrarias brancas ou “claras” continuavam excluindo gente preta.

Por fim, o mesário Eloy Franco propôs que “ficasse patente nesta ata que daquela data em diante ficava vedado todos aqueles irmãos e irmãs que não fossem de cor preta não poderão ser professados”. A proposta foi aprovada com unanimidade. Assim, eles entendiam que, por mais que os antecessores tivessem permitido a entrada e destaque político aos brancos, os irmãos que inauguravam as profissões na nova ordem terceira não viam mais motivos para tal. Inclusive, não havia mais fundamento — há algum tempo, na verdade — na falta de irmãos negros letrados para o desenvolvimento das atividades dos cargos, sobretudo após a abolição, onde a restrição de liberdade não era oficialmente um impeditivo. Havia um receio de que o novo expediente conferido pela elevação servisse para criar um espaço para ser capturado por não-negros. Com efeito, definir uma dinâmica de filiações o quanto antes contribuiria para reafirmarem-se como agremiação negra independente de pessoas brancas, além de possibilitar a configuração de projetos e destinação de recursos gestados pelos irmãos e irmãs a favor dos seus iguais.

O embasamento da exclusão ia ao encontro do projeto de contorno racial da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário. Na esteira do processo, a forma que o monsenhor Cezimbra se referiu ao conjunto de pessoas pretas, dois meses depois do debate acima, é carregada de sentido: “a família de corporação preta”. Em dicionário da década de 1870, o sentido do termo “corporação” era “reunião de pessoas que formam um corpo, tendo regulamentos, direitos ou privilégios particulares”.⁷⁴² O termo em si não remete à hierarquização, mas alude à lógica de reconhecimento de um grupo com características comuns, próximo ao formato corporativo de sociedade, que foi assimilada pela Igreja Católica. Neste esquema, consideravam-se as diferenças como mediadoras das

⁷⁴¹ COUTO, Edilece. O clero reformador e as associações leigas na Bahia (1893-1924). *Revista del CESLA*, núm. 20, 2017. p. 216.

⁷⁴² VIEIRA, Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. 2º vol. Porto: 1878. p. 534.

divisões do “corpo”, onde o lugar ocupado por cada sujeito vinha do que fosse socialmente reconhecido.⁷⁴³

Segundo William de Souza Martins, esta perspectiva sociológica assimilava “o lugar capital que Cristo ocupa no corpo místico da Igreja”, e que a “unidade desta seria obra da infinita graça que, emanando da cabeça, se estenderia por todas as partes do organismo eclesiástico”.⁷⁴⁴ Então, no sentido teológico, emanaria de Jesus Cristo a divisão. Estas ideias alcançam também o século XX a partir da percepção do monsenhor, a qual pode ter sido explorada na proposta do breve apresentada ao arcebispado e ao sumo pontífice, como uma justificativa para delimitar as fronteiras raciais da confraria que, ao fim, acabava sendo definida pelo filtro dos irmãos.

O fundamento da diferenciação não aparenta ser o mesmo que ecoava na imprensa no final do Oitocentos, baseado no racismo científico e opiniões adjacentes, ainda que possa se afirmar que antes já se carregasse a raça e o racismo como elementos definidores de hierarquias na sociedade.⁷⁴⁵ Os sacerdotes enquanto corpo social dificilmente estariam inertes à reprodução do racismo. De qualquer forma, o conteúdo da fala do comissário descrito pelo secretário Francisco José da Costa, responsável por redigir a ata da Sessão de Honra, positivava este lugar dos pretos a partir do reconhecimento da “nobreza” daqueles e daquelas que compunham aquela agremiação. Afinal, se fora informado de forma divina, divino era. Corroborando tal perspectiva, a historiadora Micol Siegel analisou a repercussão de uma missa promovida pela Irmandade de Nossa do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos de São Paulo, na década de 1920, quando elites políticas e ativistas negros da região se mobilizaram para erguer um monumento em homenagem à “mãe preta”. O apoio à campanha silenciava a violência sofrida pelas mulheres negras durante a escravização em nome da elaboração de uma “fraternidade universal”. No bojo das ações, o discurso dos irmãos pretos da agremiação paulistana alinhado ao do celebrante da missa explorava a teologia para que “a fraternidade espiritual atingisse o campo político”.⁷⁴⁶ Sem sintonia, a abordagem de Cezimbra arrematou o sentido dado à diferença afirmando que chegada a hora “de mostrar as suas grandezas e virtudes”, ela seria “invejada pelas outras ordens, e por aqueles que não [pudessem] fazer parte pelo simples fato de ser de cor”. A opinião não estava necessariamente equiparada

⁷⁴³ MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português... *Op. Cit.* p. 159.

⁷⁴⁴ MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico...* *Op. Cit.* p. 71-72.

⁷⁴⁵ BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: Das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Pp. 298-312.

⁷⁴⁶ SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão...* *Op. Cit.* p. 327.

a um senso de harmonia e igualdade racial,⁷⁴⁷ mas lança luz sobre um significado compartilhado em torno de uma noção de honra atribuída às irmãs e aos irmãos “de cor preta”.

O uso do critério da cor de forma positiva em vez do silenciamento foi identificado em diferentes experiências associativas negras no pós-abolição. Em Minas Gerais, a ideia de “classe de cor” sintetizou sentidos políticos da União Operária Sabarense quando expressavam uma “afirmação de unidade entre eles, que os conectava enquanto classe”,⁷⁴⁸ por exemplo. Identificações similares foram verificadas por todo o país, sobretudo na imprensa negra. A definição da ordem em seu compromisso como “pessoas católicas de ambos os sexos, de cor preta” associada ao conceito de “corporação” marcada por “grandezas e virtudes”, evoca à noção de um grupo coeso e honrado, que demandava a um filtro de filiações para que se conservasse da mesma forma. Sendo assim, a definição de “cor preta” teria a ver só com a pigmentação? Quem arbitrava sobre quem era “preto”? João Pedro, barrado pela decisão da mesa, era indiscutivelmente branco ou teria marcas de negritude? As dinâmicas diárias e a relação com as fileiras pareciam contar muito mais para a aprovação, deixando essas fronteiras imprecisas.

No mês seguinte à sessão que findou com a proposta de Eloy Franco, a mesa se reuniu novamente e o debate voltou com mais turbulência, porque a profissão de João Pedro havia sido confirmada.⁷⁴⁹ O mesmo mesário ponderou que a aprovação era legítima em virtude das benevolências do irmão à instituição anteriores à elevação. Ao final, outro irmão declarou que concordava com a maioria, mas manter os irmãos anteriores à titulação como terceiros foi uma condição negociada com o arcebispo D. Jerônimo. Tendo que aceitar a condição, eles sugeriram que houvesse “igualdade, porém com restrição” na abertura a “cidadãos de cor clara”. O definidor Manoel Santiago procurou corroborar o argumento, declarando que quando esteve na cidade de Lisboa, em Portugal, chegou a ser irmão da Ordem Terceira de São Domingos — à qual a Ordem do Rosário era filiada. Chegando em Salvador, a filial local da mesma ordem não o recebeu até que recorreu aos coirmãos portugueses: “lá usava de seu hábito, porém aqui os homens fingidos porque têm nos lábios o riso, no rosto o disfarce, e no peito a traição [ilegível], tolheram o direito de usar o seu hábito por ser de cor preta”. Tendo vivido a discriminação racial entre os terceiros dominicanos da Bahia, majoritariamente comerciantes portugueses e luso-

⁷⁴⁷ *Ibidem*. p. 324.

⁷⁴⁸ RIBEIRO, Jonatas Roque. “A Classe de Cor...”. Op. Cit. p. 167.

⁷⁴⁹ AOTNR. “Ata da 5ª Sessão da Mesa Administrativa da Venerável Ordem 3ª do Rosário de N. S, 18 de Junho de 1901”. CX 4.1 DOC 9-A.

brasileiros, Manoel Santiago acreditava que os irmãos tinham legitimidade para selecionar pela cor seus novos integrantes, sem se deixar enganar pela simpatia aparente dos outros.

O borrão nos sentidos da cor e da identificação étnica e racial se revela nas previsões da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, por exemplo. Ela se originou como confraria jeje e, em compromisso aprovado em 1914, ela não restringiu a entrada de pessoas pela cor ou pela raça. No entanto, em relação à participação na Mesa Administrativa, foi assinalado que “não dará entrada a pessoa alguma de cor preta (crioulo) nascido em outro país que não seja a África”.⁷⁵⁰ As linguagens herdadas do pré-abolição articulam identidades e organizações, só que dificilmente elas teriam um sentido literal e estrito.

No bojo do requisito posto por esta irmandade, vale salientar que a população africana se diluía no século XX entre os soteropolitanos. Os africanos que chegaram na Bahia no pós-abolição não se atraíram, necessariamente, pela Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção. Foi o caso de Felisbertus Sowzer, que se filiou à Ordem Terceira do Rosário. Mesmo que se tratasse de africanos mais velhos, desembarcados via tráfico escravista, a presença destes em fileiras da Ordem da Baixa dos Sapateiros também indica que a definição pela cor em detrimento da origem não afastou filiações e filiados desta origem, como se viu na trajetória de Justina Ricarda da Costa, apresentada no primeiro capítulo. Sua filiação sugere que a diferenciação como “africano” ou “africana” não foi um fator determinante para se distanciarem do Rosário, quando esta passou a se orientar para a “corporação de cor preta”. Inclusive, esta irmandade contou com expressiva presença jeje em suas fileiras, revelando a partilha de um pertencimento que não se traduzia, necessariamente, na integração aos mesmos espaços. A restrição, portanto, seria um recurso afirmativo de uma identidade africana dentro de um entendimento próprio de identidade brasileira e baiana, tal qual aventada pela historiadora Wlamyra de Albuquerque em relação às Áfricas elaboradas pelos blocos carnavalescos em período próximo.⁷⁵¹

Com efeito, a “cor” ou a referência à “África” parece mais um elemento de diferenciação associada às histórias e ascendência familiar dos grupos e dos sujeitos, do

⁷⁵⁰ ACMS. Irmandades. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia. *Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redempção. Erecta, em 1775, na Capella de S. Pedro Gonçalves do Corpo Santo. Freguezia da Conceição da Praia. Aprovado, por Provisão do Exm. Snr. Arcebispo Metropolitano da Bahia e Primaz do Brazil, aos 26 de Dezembro de 1913*. Bahia: Estabelecimento Graphico Baptista Costa, 1914. p. 6.

⁷⁵¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R de. *O jogo da dissimulação... Op. Cit.* p. 198.

que à pigmentação porta adentro. Os irmãos que reivindicavam essa exclusividade tinham no passado uma aliança não só religiosa, mas também de negócios, conforme verificado pelo historiador Luis Nicolau Parés.⁷⁵² Portanto, a separação visava resguardar uma história de respeitabilidade na praça de Salvador a um grupo específico. Joanna Maria Ritta não se identificou em termos raciais em seu testamento, mas era irmã da confraria de “pretos” e foi classificada como “crioula” pelo agente de cartório que registrou Wenceslau Gomes de Mattos, em 1890. Este, por sua vez, foi identificado como “cabra” e, em virtude das negociações pelo espólio da tia, também estabeleceu um vínculo com a ordem de pretos. Essa breve recapitulação serve para demonstrar que o arbítrio sobre o que seria aceito nessa acepção parecia estar nas mãos dos irmãos que aprovavam ou não a entrada de candidatos.

Nesse sentido, a tentativa de regulamentação definitiva sobre as profissões de brancos retornou à pauta em fevereiro de 1902, para dizer que a discussão seria adiada por ser de “certa importância”.⁷⁵³ A delicadeza do tema tirou-o da pauta nos próximos anos. Não identifiquei mais discussões semelhantes nas atas seguintes. Os mesários entenderam que essa seria uma questão difícil de ser regulamentada e, certamente, tiveram seus meios para selecionar os candidatos à profissão, à revelia do que estaria nos códigos e sob fiscalização.

Para pensar a situação das mulheres, outro ponto nas atas citadas é digno de nota. Quando ainda tentava convencer os mesários sobre a profissão de João Pedro, o irmão Innocencio justificava: “uma irmã das mesmas condições daquele, a qual é professada e irmã condigna. Portanto, propunha qual a razão de ser professada a senhora e não poder ser professado o irmão!”. Innocencio denunciava que, se havia irmãs brancas — ou “não-pretas” — professoras, não haveria razão para excluir seu candidato. Ao que os demais responderam: “a senhora não nos traz embaraços algum, e os homens é fácil trazê-lo”. Em razão do fator sexo-gênero, os irmãos consideraram que a cor ou raça não seria uma variável para desconsiderar a entrada de mulheres. Só que essa é a fala de uma mesa composta exclusivamente por homens. As mulheres pretas da Ordem do Rosário pensariam assim? A presença de professoras brancas do sexo feminino não restringiria ainda mais as agências das professoras negras? Elas teriam sido consultadas? Importaria mais ter outras mulheres, independentemente da cor?

⁷⁵² PARÉS, Luis Nicolau. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade... *Op. Cit.*

⁷⁵³ AOTNR. “Ata da 1ª Sessão da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. S., 12 de Fevereiro de 1902”. CX 4.1 DOC 9-B.

Assim como os irmãos, já existiam integrantes não-negras antes da elevação à Ordem Terceira, então a elas também estaria reservado o direito por antecedência. É possível que a noção de feminilidade vigente, discutida no capítulo dois, também colocasse a abertura a mulheres brancas como elemento favorável ao reconhecimento da confraria. Além disso, como a função feminina se concentrava mais na arrecadação de rendimentos para a festa e no cuidado, os irmãos se viam menos interditados pela presença de mulheres de cor clara. De todo modo, a existência de obras de caridade onde as senhoras das elites conseguiam agenciar projetos próprios de assistência social tornava menos atraente o exercício da caridade por meio das confrarias negras, como constatado pela historiadora Katia Mattoso.⁷⁵⁴ Ainda, em muitas dessas o objetivo se concentrou na formação de mão-de-obra para atuar nos lares destas senhoras, valendo-lhes isenções fiscais e reconhecimento público.⁷⁵⁵ Sendo assim, em termos raciais, provavelmente as mulheres negras continuaram sendo a maioria nas fileiras do Rosário. Dessa forma, elas poderiam se manter influentes naquele espaço, ainda que em menor número do que os homens, o que será discutido também neste capítulo.

Vale destacar que casos como o da Condessa Pereira Marinho evidenciam que as doações de mulheres brancas e de posses não vinham em decorrência de uma filiação, necessariamente. Assim, as benfeitorias chegavam e não precisavam servir como uma interferência dessas mulheres no cotidiano e destinação dos recursos. Diferentemente de Joanna e outras mulheres que, via testamento, especificaram a forma de uso das doações, não havia registros de que as doações originadas porta afora foram manejadas da mesma forma. Os irmãos e irmãs pareciam receber de bom grado, sem que isso significasse renunciar a sua independência enquanto gestores da agremiação, se valendo da titulação de “protetor” e “protetora” para separar a doação de intervenções sobre a gestão.

Outro fator que poderia mobilizar o contato inter-racial porta adentro era a filiação de casais estimulada pela ordem, pois condicionava as entradas ao arbítrio das uniões dos/as candidatos/as. No compromisso manuscrito de 1900, definia-se que as mulheres deveriam ser “casadas, honestas, filhas de família e senhoras de boa conduta, ficando as antigas irmãs gozando das regalias anteriores”.⁷⁵⁶ No impresso de 1905, o tom não era muito diferente: “as senhoras devem ser donzelas, casadas, ou viúvas, de uma vida

⁷⁵⁴ MATTOSO, Katia. *Bahia, uma província... Op. Cit.* p. 402.

⁷⁵⁵ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão... Op. Cit.* p. 386-387.

⁷⁵⁶ AOTNR. “Compromisso Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo (1900)”. CX 01 DOC 03.

moralizada e costumes puros”.⁷⁵⁷ O trecho no estatuto era uma expressão incontestada do patriarcado, sintonizado aos preceitos da Igreja Católica, a quem irmãos e irmãs não podiam prescindir da aprovação do compromisso para se conservarem como agremiação. Com efeito, a exigência favorecia esposos/as não-pretos em nome do matrimônio e reputação da Ordem Terceira.

O historiador João José Reis verificou que, na vigência da escravidão, algumas irmandades de africanos que privilegiavam a entrada conforme a etnia foram menos exigentes nesse sentido especificamente em relação às irmãs. Isso se deu devido à escassez de mulheres no “mercado afetivo” dos homens, abrindo exceções para as “crioulas” integrarem irmandades jejes, por exemplo.⁷⁵⁸ Em relação ao imediato pós-abolição, o censo de 1890 para a cidade de Salvador apontou a frequência de casamentos de “pretos” e de “mestiços”, chegando ao número de 4.852 homens casados e 4.458 mulheres na mesma condição. Se for para obedecer ao critério de adscrição da Ordem do Rosário seguindo o recenseamento, são 1.599 homens e 1.397 mulheres pretas vivendo casados na capital baiana. Para comparar, o mesmo índice sobre brancos era de 5.813 e 5.066, respectivamente.⁷⁵⁹

Nota-se que a prática entre a população negra era menos acionada, em decorrência de fragilidades sociais e/ou por menor procura, como se discutiu no primeiro capítulo. A disparidade do número conforme o gênero confirma a preterição de mulheres negras na consolidação dessas relações. Por outro lado, para mulheres que construíram uma relativa autonomia financeira, poderia ser mais seguro manter-se em relações não oficiais. A interferência masculina em um lar vulnerável cujo principal suporte era a mãe, provocava conflitos pelo anseio do companheiro em desempenhar o papel de “chefe da família”. Comumente, para as trabalhadoras domésticas, por exemplo, não ter uma família era um requisito importante para fixá-las à casa do patrão.⁷⁶⁰ Todos esses fatores informavam a relação de mulheres negras e de estratos inferiores com o casamento e a maternidade, que fugia do perfil previsto no estatuto da Ordem Terceira. Ao mesmo tempo, se seguido à risca, a organização perderia filiações e se afastaria de muitas e muitos daqueles que correspondiam ao perfil privilegiado em termos de raça.

⁷⁵⁷ ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. “Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” (1905). p. 14.

⁷⁵⁸ REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas... *Op. Cit.* p. 8.

⁷⁵⁹ BIBLIOTECA IBGE. “Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890”. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=225490&view=detalhes>. Acesso em abr. 2024.

⁷⁶⁰ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. “Fogões, Pratos e Pannelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. Pp. 124-133.

Há que se considerar ainda que, certamente, a exigência confrarial dizia respeito ao casamento religioso. O contrato civil foi priorizado por famílias negras que preferiram regularizar sua situação junto ao Estado, visando garantir direitos e boa reputação para o grupo, simultaneamente.⁷⁶¹ Nesse sentido, há que se questionar qual a relação com a exigência sacramental. Um diploma de irmão e irmã (Imagem 15) poderia cumprir a função de respeitabilidade e reconhecimento de uniões pela comunidade, à revelia de uma formalização nupcial. Assim, considerando a fragilidade da identificação racial e a imprecisão da oficialização do casamento pela adesão ou não às normas civis e/ou laicas, os dados censitários ainda podem ser pouco verossímeis para considerar a relação à comunidade do Rosário com o interesse por oficializar uniões afetivas entre homens e mulheres.



Imagem 15. Título de irmã Maria Joaquina do Espírito Santo. O juiz responsável por assinar o termo foi Manoel Friandes. Fonte: AOTNR. “Títulos de irmãos” (1895). CX 11 DOC 01-B.

Além disso, casos como o de Joanna Maria Ritta da Conceição, que não se casou e viveu amasiada com um homem branco, demonstram que essa exigência não era tão excludente assim porta adentro. No manuscrito de estatuto de 1900, irmãos deixaram a

⁷⁶¹ RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. pp. 170-198.

brecha para que essas cobranças fossem consideradas só para as filiações executadas a partir da sua vigência, revelando que estavam cientes de que seria um requisito delicado para ser aplicado efetivamente. Assim, reafirma-se a imprecisão de recenseamentos para considerar o casamento racialmente endogâmico como requisito à filiação fielmente seguido.

A resistência dos mesários à profissão de um homem “de pele clara” e a abertura para senhoras nestas condições revelam uma questão orientada por gênero e raça. Nesse sentido, um dos casos de relação inter-racial que merece destaque é o do irmão Felisbertus Americus Sowzer com Damazia Topazio Sowzer (Imagens 16 e 17). A entrada do casal na Ordem do Rosário firmou-se em 1921. Damazia Topazio era a segunda esposa de Felisbertus e, ao que consta, a segunda união oficial não se deu por viuvez do marido.⁷⁶² Segundo o pesquisador José Beniste, a primeira companheira era uma africana também sacerdotisa de candomblé e chamada Damazia, com quem teve dois filhos.⁷⁶³ A companheira, que se filiou à Ordem na década de 1920, era filha de portugueses e, quando se casou com Felisbertus, foi “deserdada pela família”.⁷⁶⁴ A primazia do casamento, neste caso, revela a abertura para pessoas brancas, que já era comum desde os primórdios da confraria.

Damazia construiu prestígio nos espaços de religião de matriz africana, tendo sido também mãe de santo, conforme apuração de Beniste, e era conhecida como Mãe Dada. Ela foi iniciada pela mãe de Felisbertus, Dona Julia. Essa pode ter sido a ocasião que aproximara os dois. Da união, nasceram quatro filhos biológicos, que também deram prosseguimento aos trabalhos religiosos da família de sangue e de santo. Por tabela, Damazia acabou sentindo os efeitos, no limite que sua raça e origem ainda a protegia, do racismo atrelado às práticas religiosas de origem africana. Por outro lado, a recusa do reconhecimento dos pais da esposa em consequência da união com um homem negro interseccionava vulnerabilidades associadas à raça do marido e as expectativas patriarcais quanto à possibilidade de interferência familiar nas escolhas afetivas de uma mulher.

⁷⁶² BENISTE, José. *História dos candomblés do Rio de Janeiro: o encontro africano com o Rio e os personagens que construíram sua história religiosa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. [Google Livros]. Acesso em 22 abr. 2024.

⁷⁶³ *Ibidem*.

⁷⁶⁴ *Ibidem*.



Imagens 16 e 17. Damazia Topázio Sowzer e Felisbertus Americus Sowzer. Fonte: Acervo particular da família. In. GOMES, Elaine Cristina Marcelina. “Mãe Regina de Bamboxê: diálogos entre Rio de Janeiro e Salvador, uma história social do axé”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Salgado de Oliveira. Niterói, 2012. p. 20; 23. As datas dos retratos originais não foram registradas pela pesquisadora referenciada.

No caso de Damazia, o engajamento de uma mulher branca aos candomblés fugia aos padrões desenhados pela ideia de feminilidade. Evidentemente, sua origem e raça protegeram-na de muitas das vulnerabilidades vividas por mulheres negras, mas sua vinculação às religiões de matriz africana a aproximava das irmãs negras do axé. A opinião hegemônica sobre candomblés e afins concebia-os como curandeirismo e, por isso, os/as praticantes eram alvo de políticas punitivas.⁷⁶⁵ Em relação às mulheres — sobretudo às brancas —, também era comum a percepção de que seu “espírito era fraco” e se tornavam suscetíveis à “charlatanismos” e “fanatismos” de líderes religiosos, ignorando a sensibilidade e subjetividade da questão da fé do indivíduo.⁷⁶⁶ Contando que a união civil ainda corou a hostilidade racista e sexista da família quanto às devoções da filha, a rejeição não significou só desacolhimento, neste caso. Afinal, Damazia optou por viver em espaços que lhe proporcionaria outros laços em consonância com sua religiosidade.

Não foi só em Salvador onde lhe restou abrigo. Possivelmente em decorrência da divisão das atividades da família entre o Rio de Janeiro e Bahia e pelos mesmos motivos

⁷⁶⁵ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em jun. 2024.

⁷⁶⁶ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Pp. 54-66.

que os irmãos recusaram a profissão a João Pedro, ela não foi escolhida para cargos designados a mulheres na Ordem do Rosário. O filtro de cor pode ainda ter incidido sobre seu lugar na confraria ou ela simplesmente optou por não pleitear tal posição. Seu marido também não recebeu nenhuma atribuição da mesa. Então, ambos podem não ter sido acionados para ocupar posições mais significativas internamente.

Dado que a citação de maior relevo referente à atuação de Damazia como sacerdotisa se insere no contexto fluminense, sua atuação no meio afro-religioso da Bahia pode ter sido menos disseminada. Entretanto, o processo de partilha de bens em seu nome⁷⁶⁷ e o jazigo reservado por Felisbertus junto aos irmãos do Rosário assinalam que as famílias constituídas por africanos viam Salvador como um lugar para “morrer entre os seus”, como verificado pela historiadora Gabriela Sampaio fazendo referência ao título de estudo anterior de Maria Inês Côrtes de Oliveira.⁷⁶⁸

Havia outras mulheres que viviam o mesmo trânsito, como mãe Aninha, que tinha casas de candomblé na capital baiana e no Rio de Janeiro. Assim, Damazia estava informada por valores referentes à genealogia religiosa afro-baiana e foi reconhecida como liderança de religião de matriz africana, ainda que fosse uma mulher branca.⁷⁶⁹ Seu lugar como irmã do Rosário se dava por essa condição aliada à união com o marido, corroborando os princípios “alternativos”, nos termos propostos por Kim Butler, que também informaram as ações organizadas de pessoas negras no pós-abolição.

A recorrência de casamentos inter-raciais foi tema assinalado pelos pesquisadores que analisaram a sociedade baiana na primeira metade do século XX, como Donald Pierson e Thales de Azevedo. Ambos utilizaram estes dados para validar a tese de que não haveria racismo na Bahia, mas opressões por classe, apenas. Pierson entendia que as pessoas mais prósperas não eram assimiladas enquanto negras e isso favorecia as uniões mistas. O obstáculo apareceria, ao seu ver, quando os cônjuges apresentavam distinções de classe. Em sua percepção, o fenômeno de ascensão social de pessoas negras interromperia a delimitação de classe através da raça. Então, o fator racial estaria fadado a “perder terreno” enquanto elemento orientador de ordenamento social.⁷⁷⁰ Contudo, o caso de Felisbertus evidencia que a distinção social obtida com o trabalho não isentou a

⁷⁶⁷ APEB. Seção Judiciária. Inventários. Partilha amigável. Damazia Topazio Aquino; Eduardo Topazio Sowzer. Salvador, 1955. 06/2502/3002/04.

⁷⁶⁸ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Africanos em trânsito... *Op. Cit.*

⁷⁶⁹ Pode-se perguntar também sobre como não é citado, em relação ao casamento de Alvaro Mac Dowell com Mãe Menininha do Gantois, um efeito que lhe restringiu em algum sentido enquanto indivíduo e/ou cidadão, sendo ele um homem branco casado com uma mulher negra e iyalorixá.

⁷⁷⁰ PIERSON, Donald. *Op. Cit.* p. 209.

filha de portugueses de ser preterida pela família porque se casou com um homem negro africano. Além disso, a esposa seguiu um caminho que, a depender da referência, lhe rendeu vulnerabilidades, em razão de sua conversão às religiões de matrizes africanas e a geração de uma descendência passível de sofrer com o racismo.

Thales de Azevedo avaliou os casamentos inter-raciais tomando por princípio os extremos no contraste cromático. Com efeito, os números coletados eram pequenos para uma sociedade que ele acreditava ser racialmente democrática. A criatividade retórica não foi suficiente para negar a preterição por homens negros e mulheres negras quando ele reproduzia as opiniões coletadas que concordaram dizendo que “praticamente só existe preconceito de cor na Bahia quando se trata de casamento”.⁷⁷¹ O sociólogo concluiu que a intolerância maior partiu dos brancos, tentando convencer que os efeitos seriam menores por serem “socialmente brancos”. Ora, a definição era suficientemente racista, apesar do esforço para comprovar que na Bahia o fenômeno era inexistente.

Essas interpretações interessam aqui porque o casamento era uma das questões que influenciariam a adesão feminina à Ordem. A análise dos números de tentativas e as taxas de realização de profissão dão notícias sobre a relação que irmãs e irmãos estabeleciam com os novos expedientes atribuídos pelo título terciário. A possibilidade de realizar profissões era uma forma de fincar mais raízes no campo católico institucionalizado na capital baiana, além de criar mais um mecanismo de atração a novas filiações. Pela transmissão do comissário Cezimbra citada no início do capítulo, apresenta-se o dado mais antigo em relação às e aos componentes que passaram pelo novo rito. Foram identificadas mais duas listas de professos no período estudado: de 1900 e 1920, que apresenta um anexo anunciando irmãos que professariam em 1923 (Tabela 4). Então, para verificar outros indícios da requisição por essa iniciação, foi preciso varrer registros avulsos. Neste processo, foi encontrada uma ficha de profissão com o nome de Damazia,⁷⁷² embora não conste nas listas identificadas. A data que seria a da profissão registrada no formulário coincide com a anotada como “entrada” em outra lista,⁷⁷³ o dia 15 de maio de 1921. Sem mais informações preenchidas, é de se duvidar se a irmã realmente chegou ou se dispôs a fazer os votos da profissão religiosa.

⁷⁷¹ AZEVEDO, Thales de. *Elites de cor na Bahia... Op. Cit.* p. 90.

⁷⁷² AOTNR. Formulário de registro de profissão de Damazia Conceição Topazio Sowzer. CX 09 DOC 01-B.

⁷⁷³ AOTNR. “Mapa Demonstrativo dos novos Irmãos que pagaram as suas joias na Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, no ano de 1921, que foram propostos e aceitos para a mesma”. CX 12 DOC 02.

Em tempo, teria sido o vínculo das irmãs com os candomblés que levaram o monsenhor Cezimbra a afirmar que “era difícil encontrar no gênero feminino pessoas que tivessem nos casos de serem professadas”? O sexismo dos irmãos confirmaria uma pretensa “supremacia” diante das mulheres independentemente da raça? A confiança na posição masculina de “chefe” facilitava a permissão para profissão a mulheres brancas? Como a ideia de profissão religiosa continha uma entrega ainda mais rígida aos preceitos católicos e patriarcais, o clérigo poderia encontrar ali um desafio em professar mulheres a Ordem Terceira, o que também era uma condição para a conservação da instituição. Nesse sentido, os números dizem menos respeito à disponibilidade e vontade das irmãs do que ao desejo do clero. Com efeito, o contraste entre o número de mulheres e de homens citado pelo orador para o ano de 1901 — 28 e 145, respectivamente — pode indicar uma baixa adesão aos critérios mais rígidos recaídos sobre as irmãs (Tabela 4).

Tabela 4. Profissões religiosas realizadas na Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (1900-1923)

	Homens	Mulheres	Total
1900	112	15	127
1901	145	28	173
1920-1923	88	63	151
Total	345	106	451

Fonte: AOTNR. “Relação dos Irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo que fizeram profissão para serem Irmão Terceiros da Venerável Ordem Terceira da mesa Senhora, do dia 17 de dezembro de 1899 a 27 de Maio de 1900”. CX 10 DOC 05. AOTNR. “Ata da Sessão de Honra da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora em homenagem ao Exmo. Revdo. Mosenhor Deão Antonio Teixeira Cezimbra, em 8-8-1901”. CX. 4.1 DOC 9-A. AOTNR. “Relação das irmãs e dos irmãos professados existentes (1920)”. CX 10 DOC 07. AOTNR. “Lista dos caríssimos irmãos que vão professar na festa de N. S. do Rosario em 25 de Novembro de 1923”. Documento avulso.

Além de outros fatores já citados como desmobilizadores da filiação às irmandades negras, para a historiadora Rachel Harding, a questão da religiosidade de matriz africana foi primordial para as perdas nas fileiras, sobretudo de irmãs, o que, consequentemente, afetaria as profissões na Ordem do Rosário. A partir de análises de processos criminais onde o candomblé figurava entre os elementos penais, Harding aferiu uma amostragem da representação por gênero do povo de santo na Bahia. O resultado apontou que mais de 60% das pessoas citadas eram mulheres. Observando esses registros produzidos entre 1800 e 1888, ela identificou que a participação feminina nos candomblés era superior no início do século XIX, diferentemente do que se verificaria nas irmandades, a seu ver. Por conseguinte, ela aposta que a decadência das confrarias negras fomentou a

busca masculina por lugares de prestígio nos candomblés no fim do século, quando as mulheres já haveriam ultrapassado os homens em número de líderes de terreiros. Portanto, uma concorrência por espaço nos candomblés teria arrematado a falência das irmandades negras com a evasão masculina.⁷⁷⁴

Luis Nicolau Parés e João José Reis, por seu turno, concordam que as lideranças masculinas eram majoritárias nos candomblés baianos oitocentistas em virtude da maior presença numérica de africanos do mesmo sexo na população como um todo. Nesse sentido, a rarefação de pessoas nascidas no continente africano no século XX foi um elemento que propiciou a predominância feminina na liderança das casas de matrizes africanas. Parés também pondera que era comum a co-liderança entre homens e mulheres no pré-abolição, tensionando a percepção dos lugares por gênero na realidade observada por Harding. Além disso, havia questões simbólicas do rito que diferenciavam o alcance de mulheres e homens a esse status.⁷⁷⁵ Essas ponderações indicam complicações na tese da correlação direta da maior presença quantitativa de mulheres nos primeiros anos dos candomblés baianos com o que acontece internamente nas irmandades de Salvador.

Retomando o histórico de composição das fileiras da Irmandade do Rosário, em particular, verifica-se condições distintas à apontada pela pesquisadora estadunidense. A tendência era de irmãs superando significativamente os irmãos por um longo período. É o que mostram os levantamentos mais recentes feitos pela historiadora Lucilene Reginaldo para o século XVIII e primeiras décadas do XIX: as mulheres formavam 68,4% das filiações entre 1719 e 1826.⁷⁷⁶ Embora a dinâmica de adesão ao candomblé por gênero seja um dado importante, não me parece que as entradas na irmandade foram automaticamente transferidas para os candomblés. No início do século XX, as lideranças femininas nos terreiros efetivamente se sobressaíram numericamente, mas algumas delas estiveram também ligadas às irmandades. Em se tratando de uma prática assumida pelas sacerdotisas, que também exerciam influência sobre a comunidade, não parece que a presença em uma agremiação excluiria a outra, necessariamente. O caso da Irmandade da Boa Morte de Cachoeira, citada anteriormente, é ainda mais emblemático nesse sentido.

⁷⁷⁴ HARDING, Rachel E. *A Refuge in Thunder: Candomblé and Alternative Spaces of Blackness*. Bloomington: Indiana University Press, 2003. p. 126-127.

⁷⁷⁵ PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé...* *Op. Cit.* p. 135-136. REIS, João José. Candomblé in Nineteenth-Century Bahia: Priests, Followers, Clients. In: MANN, Kristin. BAY, Edna G. (Orgs.) *Rethinking the African diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil*. Londres: Frank Cass, 2001. [E-book].

⁷⁷⁶ REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro... *Op. Cit.* p. 203. A crítica ao mesmo argumento com base nas obras que se concentraram nos testamentos e inventários de escravizados e libertos, como a de Kátia Mattoso e a de Maria Inês Côrtes de Oliveira, também foi feita por João José Reis em REIS, João José. Candomblé in Nineteenth-Century Bahia... *Op. Cit.*

À revelia da Igreja, as irmãs constituíram um espaço hegemonicamente feminino voltado para devoção à santa católica, sem se afastarem dos *candomblés*. Isso é viável porque as obrigações no trabalho para uma confraria leiga católica e para um terreiro são diferentes, a hierarquia se opera de outras formas, o tempo de cada função tem preceitos próprios. Logo, associar o crescimento do movimento de filiações em uma para explicar o esvaziamento de outra me parece insuficiente — em relação a homens e mulheres.

Havia no compromisso da irmandade normas que dificultariam a autorização para filiação dessas pessoas. Contudo, as brechas no entendimento levam a crer que este quesito por si não foi um impeditivo tão acionado. No compromisso manuscrito de 1900, instituiu-se que o membro que “mudasse de religião” poderia ser eliminado da Ordem. Este é o elemento mais evidente que poderia ser associado a um veto por filiação às religiões de matriz africana. Entretanto, conforme já foi apontado pela historiadora Sara Farias, a escolha das palavras diz muito. Já que, onde se trata de uma relação de um irmão ou irmã com outra religião, fala-se em “mudar” e não em “praticar”.⁷⁷⁷ No impresso de 1905, a condição é a mesma. Ou seja, não seria vetado as vinculações simultâneas, mas só uma conversão. A linguagem demonstra permissividade e busca por legitimidade para abrir-se ao povo de santo. A relação estabelecida com o monsenhor Cezimbra parece ter sido substancial na compreensão das demandas de filiados da confraria, já que os documentos revelam grande admiração por ele e uma relação bastante próxima, cuja similaridade em outro mandato de comissário não foi encontrada nos arquivos. Assim, o clero fez vista grossa confirmando as práticas religiosas correntes das/os confrades.

A diversificação de organizações estava acontecendo no imediato pós-abolição, como se evidenciou no segundo capítulo. As iniciativas envolviam mulheres negras, como a Sociedade Humanitária de Senhoras, por mais que as agremiações identificadas não tenham atingido um grau de longevidade e relevância social assinalado pela identidade negra tal qual os terreiros. Harding, por sua vez, entende que o *candomblé* cumpriu sozinho a função de ressignificação da identidade negra e ancestral no Brasil e que só ele correspondeu a um espaço hegemonicamente feminino, ao final do século XIX.⁷⁷⁸ No entanto, a abertura para filhos de santo e o debate citado anteriormente sobre o atributo racial para profissão demonstram a afirmação identitária dos integrantes como um meio de proteção à Ordem, entendida também como um bem deixado pelos antepassados. Comportamento semelhante foi identificado entre membros da Irmandade

⁷⁷⁷ FARIAS, Sara. *Op. Cit.* p. 21-22.

⁷⁷⁸ HARDING, Rachel E. *Op. Cit.* p. 127.

do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, que buscaram manter privilégios para quem fosse “africano”. Sendo assim, é difícil desconsiderar o tom afirmativo das experiências enunciadas a partir dos consistórios de capelas dirigidas por gente negra no pós-abolição baiano.

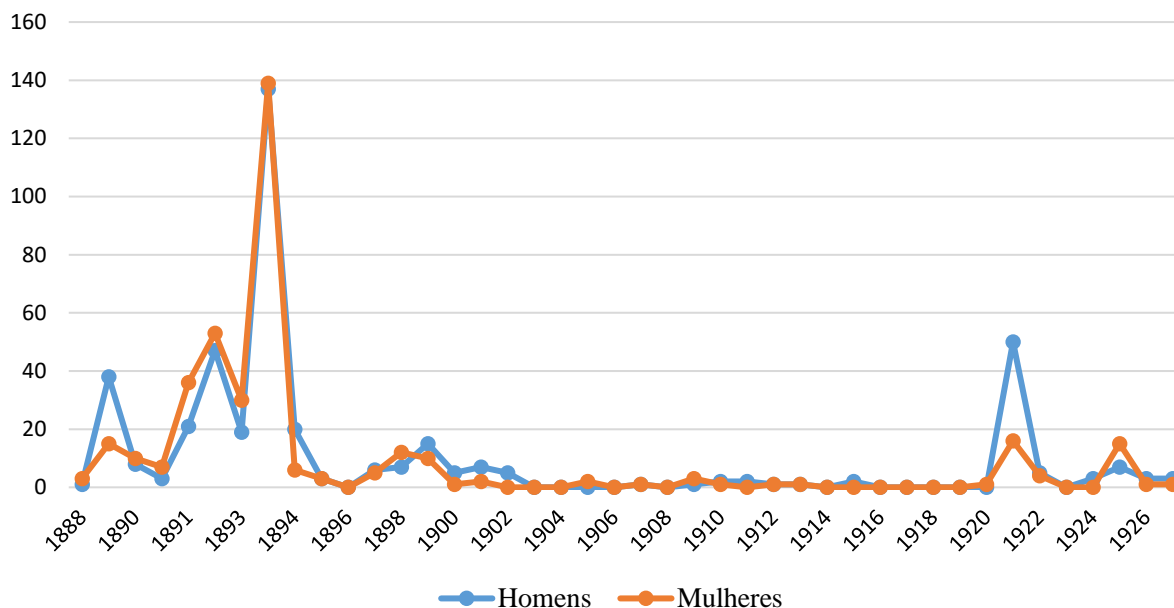
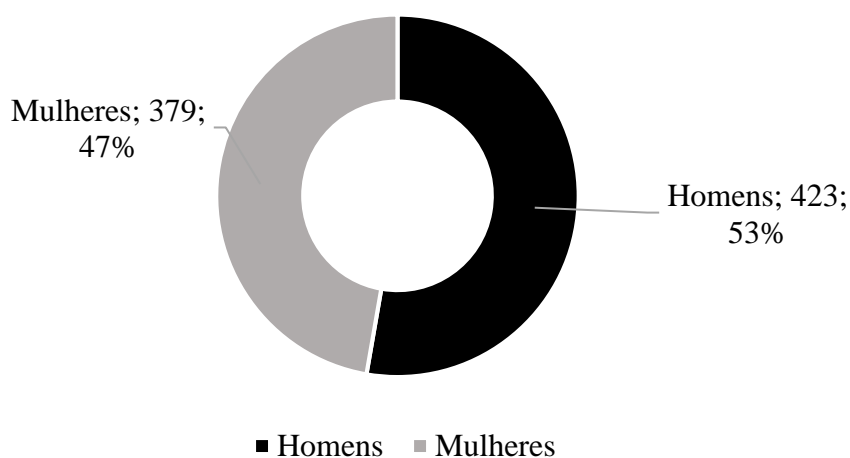
Observadores do início do Novecentos apontaram que “com muita paciência, a Igreja Católica conseguiu incorporar a sua organização todos os membros do culto afro-brasileiro na Bahia”.⁷⁷⁹ Portanto, ainda que gerasse incômodo nas instâncias superiores, os mesários e demais lideranças encontravam meios para que isso não fosse uma barreira. Da parte da Igreja Católica na Bahia, a perda seria maior caso desconsiderasse parcela expressiva e influente de fiéis. Figuras como Felisbertus — e, possivelmente, a esposa — apresentaram um cosmopolitismo capaz de reunir símbolos das religiões de matriz africana, maçonaria e catolicismo, nos primeiros anos novecentistas.⁷⁸⁰ O irmão famoso nas lembranças de João da Silva Campos, Bibiano Soares Cupim, obteve profissão,⁷⁸¹ mesmo tendo sido ogã do terreiro do Gantois e fundador de bloco de carnaval.

Enquanto a Igreja Católica resistia, aos poucos, os irmãos e as irmãs conseguiam imprimir e disputar por demandas próprias à dinâmica de confrades da Ordem Terceira do Rosário. As autoridades se abriam mais, à revelia das exigências colocadas no compromisso para demonstrar obediência ao arcebispo. Esse movimento aparece quando se nota que o número de homens caiu enquanto o de mulheres aumentou consideravelmente entre os primeiros vinte anos das profissões (Tabela 4), ainda que elas perdessem o posto de maioria numérica (Gráfico 2). Um aumento seria inviável se o sentido da presença na irmandade fosse apenas o do arrefecimento, em virtude da difusão dos candomblés em Salvador.

⁷⁷⁹ PIERSON, Donald. *Op. Cit.* p. 330-331.

⁷⁸⁰ CASTILLO, Lisa. *Entre a oralidade e a escrita... Op. Cit.* [E-book].

⁷⁸¹ AOTNR. “Relação das irmãs e dos irmãos professados existentes (1920)”. CX 10 DOC 07.

Gráfico 1. Filiações à Ordem do Rosário por ano e gênero (1888-1927)**Gráfico 2.** Entradas por gênero (1888-1927)

Fonte: AOTNR. “Termos de posse de novos irmãos” (dois livros avulsos). “Mappa Demonstrativo dos novos Irmãos que pagaram as suas joias na Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, no anno de 1921, que foram propostos e aceitos”. CX. 12 DOC 02. “Prestação de contas da Irmandade 1890 a 1899”. CX 11 DOC 09. “Ata da sessão da Mesa Administrativa da V. O. 3 do Rosário de Nossa Senhora, 27 de Abril de 1902”. CX 4.1 DOC 9-B. “Receita de 1926”. CX 7 DOC 06. “Ata da sessão da Mesa Administrativa da Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora em 26 de outubro de 1927”. CX 5 DOC 03. Não constam registros de entrada de irmãos ou irmãs dos anos de 1923, 1919, 1918, 1917, 1916, 1914, 1908, 1906, 1904, 1903 e 1896.

O estímulo familiar à prática de filiação e de profissão religiosa pode ter sido um instrumento de conservação de ambos os expedientes, a entrada seguida da profissão religiosa. As filiações tiveram um ritmo significativo para a confraria — em vista da conservação dos registros —, verificado entre os derradeiros anos de 1890 e os primeiros de 1900. Elas voltaram a crescer de forma equilibrada entre os gêneros praticamente vinte anos depois (Gráfico 1 e 2)⁷⁸². Portanto, aparentemente, uma geração de irmãos e irmãs gerou a seguinte.

O contraste é muito significativo em termos de gênero quando se refere à profissão (Tabela 4), diferentemente da filiação que parece manter certo equilíbrio (Gráfico 1 e 2). Quando se observa um aumento nas entradas, ele se reproduz nos dois grupos, ainda que as mulheres tenham deixado de ser maioria, como se verificou entre os séculos XVIII e XIX. Quando os números são muito reduzidos ou crescem, o ritmo é semelhante, como se vê no gráfico a partir de 1896. É possível que seja um indício da entrada “em família”, isto é, de casais e mais algum membro adjacente. Foi o caso de Wenceslau, que se filiou acompanhado da esposa e da sogra; Damazia com Felisbertus; Maria Honorata de Abreu, Domingos do Espirito Santo Abreu e Escolastica Maria de Abreu; Malaquias Antonio Bahia e Francisca Assis Bahia, residentes no mesmo endereço. Leovicia Luiza Camorogipe e Maria Innocencia Sant’Anna que eram igualmente vizinhas no número 32, da Rua do Alvo.

Observa-se também a entrada sucessiva de mulheres de uma mesma família, sem sinal de homens com o mesmo sobrenome, como os registros de “Anna Ritta e suas três filhas”; três mulheres, Paulina Bernardina Costa Farias, Profina Bernardina Costa Farias e Cecilia Bernardina Costa Farias. Todas essas entradas foram assentadas no dia 10 de outubro de 1891, provavelmente dia da festa de Nossa Senhora do Rosário. No caso das mulheres da família Bernardina Costa Farias, possivelmente correspondiam a filhas de Manoel Bernardino da Costa Farias, que completava naquela data dois anos de filiação e transmitia a prática e devoção pelas gerações da família.⁷⁸³

⁷⁸² Levantamento similar foi registrado na dissertação de mestrado, que foi publicada posteriormente em formato de livro. A continuação da pesquisa e a coleta de novas fontes mobilizaram a atualização dos dados. Ainda que as mudanças tenham se mostrado diminutas de lá para cá, confirmou-se a superioridade masculina, sem que isso significasse a interrupção do engajamento feminino. Ver SANTOS, Mariana de Mesquita. “Pelos Contas do Rosário...”. *Op. Cit.* p. 103. MESQUITA, Mariana. *Pelos contas do rosário...* *Op. Cit.* p. 146. Além dos livros de termos de entrada, foram acrescentados dados de filiação presentes em atas e balancetes avulsos. Os registros não cobrem exatamente todos os anos, de modo que há intervalos que podem ter, de fato, passado sem novos ingressos e outros que os registros se perderam.

⁷⁸³ AOTNR. Termos de Entrada de Novos Irmãos (1888-1901). Livro Avulso.

Situação semelhante se deu em 1909, com a entrada simultânea de Liberata Francisca das Chagas e Victor Francisco das Chagas, podendo ser mãe e filho ou pai e filha, ou marido e mulher. Neste ano, foram 4 entradas registradas e só uma delas representada por um irmão. Provavelmente, os ingressos reduziram significativamente como um resultado de exigências mais rígidas, bem como valores que podem ter levado a comunidade a deixar de ver sentido no investimento naquele espaço, não necessariamente relacionado aos candomblés, como o custo material da manutenção do posto de irmão e irmã.

Para o ano de 1921, o arquivo oferece uma lista bem mais detalhada que permite algumas conclusões. Trata-se de uma série registrada pelo Prior José Maria da Conceição, onde foram anotados nome, endereço, idade, estado civil e situação do pagamento da joia de entrada. Embora nem todos os dados estejam preenchidos a cada entrada, é a lista mais detalhada entre os registros analisados. Das informações que interessam para verificar a situação familiar das mulheres, detive-me ao estado civil, aos sobrenomes e à idade como indício de vínculos oficiais nesse sentido.

As 63 entradas do ano dividem-se em 15 mulheres e 48 homens. De todos os ingressantes, apenas 23 apresentaram informação sobre o estado civil. Destes, 10 eram mulheres e 13 eram homens. Apenas uma das mulheres era casada, 6 eram solteiras e 3, viúvas. Da parte do gênero masculino, a maioria era composta por casados, com 8 irmãos nessa situação. O resto divide-se entre 4 solteiros e 1 viúvo. A maioria de homens com a união nupcial firmada evidencia a frequência maior desse evento entre homens negros do que entre as mulheres, como o recenseamento citado apontou em período anterior.

As idades foram registradas para 6 irmãs e 4 irmãos. É digno de nota as idades das irmãs, que variou entre 11 e 47 anos, sendo que 5 delas apresentavam faixa etária entre 11 e 23 anos. Evidencia-se um perfil mais jovem. No caso de Alzira Brazilia de Santa Ritta, Albertina Alcantara de Santa Ritta e Almerinda Simôa de Santa Ritta, certamente eram irmãs, com idades entre 11 e 14 anos. Todas elas solteiras. No mesmo ano, aquele que parece ser o pai das jovens irmãs, Bernardo Francisco de Santa Ritta ingressou na Ordem. Neste momento ele já integrou a mesa administrativa como definidor,⁷⁸⁴ revelando o empenho em construir uma carreira para si e para a família dentro da

⁷⁸⁴ AOTNR. “Ata da sessão extraordinária da Mesa e Junta da V. O. 3ª do Rosário de N. Senhora às Portas do Carmo, para eleição da Mesa Administrativa no ano compromissal do primeiro de novembro de 1921 a 30 de outubro de 1922”. CX 5 DOC 03. “Atas (1917-1936)”.

agremiação, além de assegurar os respectivos benefícios que a filiação possibilitava para a família.

Considerando que Bernardo foi inventariante de Manoel Friandes, essa entrada se deu de forma relativamente tardia. É possível que Bernardo tenha atuado em favor da agremiação a partir do inventário do antigo prior, semelhante à agência de Wenceslau, uma vez que o inventariante alocava bens ao patrimônio da Ordem Terceira do Rosário e ao de outras irmandades nas últimas vontades.⁷⁸⁵ O pai das jovens demonstrou, igualmente, preocupação em relação às filhas ao vinculá-las a uma rede de assistência, em vista das vulnerabilidades no horizonte de jovens negras, no início do século XX. A convivência com as irmãs mais velhas também proporcionaria uma formação a partir da representatividade de mulheres pretas que exprimiam signos de respeitabilidade, como foi discutido no segundo capítulo.

As idades declaradas dos homens não permitem afirmar que as entradas se davam nos mesmos termos. O irmão mais jovem tinha 24 anos e os demais passavam da faixa etária dos trinta. Com efeito, a funcionalidade do convívio para a busca por parceiros não parece ter sido eficaz. Ou, ressalta como a busca pelo refúgio para as mulheres era precoce em relação ao gênero masculino, assinalando expectativas em relação à função da Ordem na vida das jovens desde cedo. Por fim, o número significativo de registros sem a informações sobre o estado civil de mulheres demonstra como este não era um fator tão fundamental, a despeito de exigências colocadas pelo estatuto. Por certo, disputas internas em torno de gênero asseguraram o lugar das mulheres,⁷⁸⁶ de forma que o enfrentamento evidencia a abertura que se impusera em nome do fortalecimento da agremiação, levando em conta o perfil que se priorizava naquele espaço: mulheres trabalhadoras a quem o casamento nem sempre era algo priorizado ou viabilizado.

Os dados de entrada e atuação de mulheres na Ordem Terceira do Rosário da década de 1920 acrescentam outro elemento importante para a configuração do perfil de associadas e a pavimentação da terceira geração de uma família chefiada por uma “preta ganhadeira”. No primeiro capítulo, conhecemos Martinha Jacinta do Rosário, filha de Luiza Pinto, mãe de Alexandrina Lydia da Conceição. Foi com ela que se deu o ponto de partida das filiações à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo na família. O livro em que consta o nome de Martinha não está datado, mas apresenta uma

⁷⁸⁵ APEB. Seção Judiciária. Inventário. Manoel Friandes. Bernardo Francisco de Santa Ritta. Salvador, 1904-1906. 06/2684/05.

⁷⁸⁶ CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). *Afro-Ásia*, 46 (2012), 163-191. p. 190.

configuração distinta dos que priorizei na análise serial.⁷⁸⁷ Levando em conta que ela nasceu em 1853, é possível que sua entrada tenha se dado na virada do terceiro quartel para o último do Oitocentos.

A identificação como “preta” somada à data do nascimento indicam a possibilidade da passagem pelo cativo, o que teria sido interrompido por meio do espólio acumulado mediante o trabalho como ganhadeira e o suporte material e espiritual que a filiação a uma irmandade negra oferecia. Diferentemente de outras mulheres analisadas aqui, ela acumulou um rendimento social menor advindo de apadrinhamentos, a partir do compromisso como comadre de Maria da Lapa Conceição, exclusivamente. Maria da Lapa era mãe do menino “pardo” Felix, nascido pouco depois da erradicação da escravidão, em abril de 1889.⁷⁸⁸ Com a idade mais avançada, buscou acumular mais proteção e filiou-se à Irmandade de São Benedito do Convento dos Franciscanos, em 1894.⁷⁸⁹

Foi nessa época que ela também despontava na Irmandade do Rosário, ocupando cargos na mesa destinada às mulheres. A primeira aparição de “D. Martinha” neste espaço se deu assim, sem sobrenome, em 1890. Em se tratando de um documento interno, a dispensa do sobrenome evoca o reconhecimento da irmã. Daí em diante, até 1894, ela consta com nome completo, ocupando as posições de 1ª juíza, mordoma e 2ª juíza.⁷⁹⁰ O reconhecimento adquirido no universo confrarial negro mostrava-se incontestado.

Alexandrina, por sua vez, ocupou espaços de destaque acionando menos um ofício e mais os sentidos de uma feminilidade hegemônica, em alguma medida. Porta afora, o casamento com o capitão José Maria da Conceição revelava prestígio social acentuado pela constituição de uma família no formato “oficial”,⁷⁹¹ algo que sua mãe, aparentemente, não atingiu ou não buscou. As felicitações natalícias impressas em jornal evidenciavam distinta posição que pode ter sido herdada de Martinha e ressignificada,

⁷⁸⁷ AOTNR. “Lista de irmãos sem data (parte de um livro)”. CX 8 DOC 06. Suspeito que sejam as entradas levantadas sobre o ano de 1872, em BACELAR, Jeferson. SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho... Op. Cit.* p. 16.

⁷⁸⁸ ACMS. “Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007,” database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-2LSR-S6?cc=2177272&wc=M7ZR-QWL%3A369564601%2C369564602%2C369689003> : 24 February 2022), Santo Antônio > Santo Antônio Além do Carmo > Batismos 1883, Jun-1891, Jan > image 133 of 156; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía). Acesso em jun. 2022.

⁷⁸⁹ ACMS. “Demonstrativo da Receita que tem a Irmandade de São Benedito ereta no Convento de S. Francisco no ano compromissal de 1894 a 1895”. Irmandades. Freguesia de São Salvador da Sé. Caixa 2.

⁷⁹⁰ AOTNR. “Atas 1879-1899”. CX 04 DOC 05 . “Eleição 1889”. CX 11 DOC 03-K. “Eleição 1890”. CX 11 DOC 03-L. “Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. CX 11 DOC 03-L. “Eleição 1893”. CX 11 DOC 03 N.

⁷⁹¹ HDBN. *A Notícia* (BA), 27/03/1915.

sobretudo entre a comunidade negra soteropolitana. Nesse sentido, a proximidade do advogado de Lagos estabelecido em Salvador Maxwell Alakija assinalaria a diversidade dos campos por onde ela circulou dentro das sociabilidades negras, no pós-abolição.

Porta adentro, a definição como irmã se oficializou em 1892. Ela devia ter idade próxima à que as filhas de Bernardo Francisco de Santa Ritta apresentavam quando entraram na agremiação, décadas depois. Em 1901, assim que a irmandade assumiu o posto de Venerável Ordem Terceira, Alexandrina Lydia da Conceição ocupou seu primeiro posto na mesa de honra, como condigna. A partir daí, foram mais 11 participações em algum cargo.⁷⁹² Ela demorou mais que a mãe para atingir o cargo de Priora — o que trato aqui como equivalente ao de juíza, por serem os dois os mais importantes reservados às irmãs na condição de irmandade e ordem terceira.⁷⁹³

Seu companheiro também atingiu destaque, apesar de ter chegado mais tarde na agremiação. Sendo assim, é provável que a convivência proporcionada pela atividade leiga tenha os aproximado, até chegar à constituição de uma família. A candidatura do capitão José Maria da Conceição proposta à mesa para ingresso se deu em 1901.⁷⁹⁴ Depois de aceito, ele se repetiu 9 vezes em cargos eleitos para a mesa administrativa, sendo que, na primeira oportunidade, já assumiu o lugar de vice-prior, o segundo nível na hierarquia da equipe gestora.⁷⁹⁵ No mesmo ano que Alexandrina chegou ao cargo de Priora, José Maria era o Procurador Geral, função que reunia atribuições executadas dentro e fora da capela, visando representar os interesses da agremiação em instâncias externas, bem como fiscalizar os demais servidores da mesa administrativa.⁷⁹⁶ Nessa posição, José Maria colocou em discussão em sessão de 10 de agosto de 1922 a seguinte questão:

⁷⁹² AOTNR. “Posse da mesa de 1903”. CX 10 DOC 06. CX 4.1 DOC 9-A. CX 12 DOC 01. “Contas – Receita e Despesa (1903-1922)”. “Ata - 27/12/1904”. CX 4.1 DOC 10-A. “Lista de mesa 1908-1909”. CX 10 DOC 06-A. “Relação das Exmas. Senhoras as quais compõem as dignidades auxiliares à mesa administrativa desta V. O. 3ª em 14 de novembro de 1909”. CX 08 DOC 02-B. “Ata – 14/11/1912”. CX 05 DOC 01-C. “Atas 1917 a 1936”. CX 05 DOC 03.

⁷⁹³ O compromisso de 1820 delimitava a função das juízas o financiamento de novena, festa e procissão. O cargo de Priora ou Prioreza exigia das ocupantes o comparecimento a todas as solenidades e visitação de membros enfermos, especialmente mulheres. Vale destacar que em outras irmandades era comum que existisse o cargo de “rainha”. Na Bahia, a prática foi proibida ainda no século XVIII, sob a alegação de que “a gente preta, para fazerem aquele ato com grandeza roubam até os próprios altares”. Com efeito, a vedação junto à rarefação congo e angola e a preponderância ioruba podem ter sublimado as coroações de reis e rainhas negros. FARIAS, Sara. *Op. Cit.* p. 127. ACMS. Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo (1905). *Op. Cit.* p. 26-27. REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas... Op. Cit.* p. 210-211.

⁷⁹⁴ AOTNR. “Ata da 9 sessão da Mesa Administrativa da V. O. 3ª do Rosário de Nossa Senhora, em 10 de setembro de 1901”. CX 4.1 DOC 09-A. “Atas 1901”.

⁷⁹⁵ AOTNR. CX 05. DOC 01-B.

⁷⁹⁶ ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. “Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” (1905). Pp. 23-24.

fazendo uma observação em referência ao nome da exma. senhora priora, que tem de dirigir os destinos no ano compromissal de 1922 a 1923, julgando incompatível este lugar. E, não havendo contestação, deu um aparte o irmão secretário pedindo ao irmão vigário do culto por ser conhecedor destas irmãs, qual se acha em condições de substituí-la.⁷⁹⁷

Jose Maria já havia ocupado o cargo de prior e agora queria interditar o acesso da esposa ao cargo de priora, se aproveitando do lugar privilegiado de mesário. Ou teria sido outra mulher vetada do cargo para dar espaço à Alexandrina? Qual seria a justificativa para o veto? Ele fazia esse pedido como marido ou como mesário? O esposo de Alexandrina Lydia da Conceição se afirmava na Ordem do Rosário pela condição de sujeito de posses. Sua postura no encaminhamento do inventário da sogra demonstrou que ele buscava explorar brechas a seu favor, sobretudo a favor do seu bolso. Em nenhum dos documentos foi indicado qual seria a ocupação de Alexandrina, se ela tinha algum emprego remunerado. Sem essa menção expressa, acredito que ela tenha sido dona de casa, ficando condicionada de forma significativa aos proventos do marido. Sendo assim, é provável que o mesário quisesse se ver livre da obrigação de pagar uma joia de 50 mil reis para que a esposa cumprisse o que o compromisso exigia da priora.⁷⁹⁸

O irmão já arcava com pesados custos como credor da Ordem. Em 1923, o mesário Benigno de Padua chamava atenção para a dívida da instituição com Jose Maria por conta de um empréstimo de 3 contos de réis.⁷⁹⁹ No entanto, um empréstimo tinha alguma garantia de retorno da quantia, diferentemente do pagamento da joia. A condição de Alexandrina na Ordem, portanto, foi cerceada pela divisão do espaço com o esposo, que não só era uma figura influente como também dava segurança devido às reservas financeiras. Apesar de ter alcançado uma posição diversa da mãe em relação à família e condição social, o casamento parece ter lhe privado do exercício de todas as funções que a experiência do Rosário proporcionaria a uma mulher — por mais que não fosse tão ampla quanto às possibilidades masculinas.

Condições para atingir maior dignidade como trabalhadora e mulher foram oferecidas à neta de Martinha Jacintha do Rosário: Olga Lydia da Conceição. A filha de Alexandrina e José Maria cresceu recebendo também as atenções externas ao âmbito familiar. O jornal *A Notícia* registrou igualmente as felicitações pelo aniversário, quando ela ainda era criança, pois receberia “manifestações por parte das suas amiguinhas”,

⁷⁹⁷ AOTNR. “Ata da sessão extraordinária da mesa administrativa da V. O. 3ª do Rosário de Nossa Senhora, em 10/08/1922”. CX 05 DOC 03.

⁷⁹⁸ ACMS. Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. “Compromisso da Venerável Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo” (1905). Pp. 26-27.

⁷⁹⁹ AONTR. “Ata da sessão ordinária da mesa administrativa da Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, em 18 de Março de 1923”. CX 05 DOC 03.

segundo o periódico.⁸⁰⁰ Pelos dados encontrados a seu respeito, não é possível precisar a idade de Olga. A tradição familiar de filiação à confraria da Baixa dos Sapateiros foi mantida, e Olga receberia seu título durante os festejos da padroeira do ano de 1920. O pai e mãe estavam plenamente ativos na instituição e constituíam uma verdadeira linhagem, ao passo que, no ano seguinte, a filha já fora colocada para atuar como condigna, o que se repetiria em 1922.⁸⁰¹

A respeitabilidade de Olga Lydia viria não só da presença e do engajamento como irmã, ou por um casamento próspero, porque, paralelamente à intervenção do pai sobre o exercício de priora da mãe, Olga se formava em Farmácia, na Faculdade de Medicina da Bahia (Imagem 18). Era um investimento da família na formação e independência da filha, que ocorria em sintonia com a interrupção das atividades da jovem junto à confraria, já que seu nome não apareceu mais em atos nos anos imediatamente seguintes. Certamente a proximidade entre a capela e a faculdade facilitava o acompanhamento e execução das funções leigas. Ademais, o aprendizado poderia ser muito bem aproveitado por aqueles e aquelas que sentiam falta do serviço que um asilo administrado pela Ordem do Rosário poderia prover.



Imagem 18. Retrato de Olga Lydia da Conceição no anuário de formandos no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia, turma de 1923. Fonte: HDBN. *Renascença* (BA), Outubro 1923, nº 108. p. 17.

⁸⁰⁰ HDBN. *A Notícia* (BA), 25/05/1915.

⁸⁰¹ AONTR. "Atas 1917 a 1936". CX 05 DOC 03.

Na condição de mulher da ciência, talvez tenha se tornado difícil para Olga conciliar certos valores apreendidos no curso de farmácia e no catecismo. De qualquer forma, a capela, irmãos e irmãs do Rosário poderiam servir-lhe também de refúgio. Afinal, pesquisadores e pesquisadoras têm lançado luz sobre a trajetória de diferentes personagens negros formados na Faculdade de Medicina da Bahia e a experiência não se mostrava livre dos efeitos violentos dos enunciados racistas. Na verdade, era daquela instituição que saía muitas das ideias que fomentaram o racismo científico no país. Para ir além das especulações sobre a relação de Olga com a Ordem e outros espaços de sociabilidade, novas incursões nos arquivos precisam ser mobilizadas, filtrando a busca para o encontro com a médica e farmacêutica.

Em tempo, vale destacar que, apesar de ter vivido em uma família negra próspera, tido pais com atuação política e social relevante e de ter sido colocada também em postos representativos para a sua comunidade, no âmbito da formação, Olga ainda se via tolhida pela condição de mulher negra em um espaço predominantemente branco, masculino e racista. É o que se percebe na descrição do comportamento dela escrita por um colega no anuário dos formandos: “é de lamentar, entretanto, que sobrecarregue demais essa atmosfera de respeito, em que é envolvida, tratando aos colegas, aos seus amigos de série, por um enfático e dissonante *Senhor*”.

A posição de subserviência era um resquício da sociedade escravista que decerto compôs a formação de Olga, além dos conteúdos formais das ciências da saúde. Uma vez entre sujeitos que se entendiam enquanto superiores por uma questão racial e de gênero, ela se via assimilando esse lugar de inferioridade, quase como se estivesse ali autorizada e não por direito e merecimento. Dessa maneira, tratar os colegas pela forma de “senhor” representava a internalização da estigmatização.

Certamente fora uma formação atravessada por desafios cotidianos e tais condições não intimidaram a jovem o suficiente para desviar dos objetivos profissionais. Trajetórias anteriores e a companhia de uma colega também negra foram um suporte importante para atravessar uma formação naquele ambiente de rejeição. Ela seguiu com os estudos para se formar médica, título que alcançou em 1932.⁸⁰² O caminho para formação de médicas negras na Faculdade de Medicina da Bahia já havia sido aberto por Maria Odília Teixeira, primeira médica negra graduada na instituição. O título foi

⁸⁰² ALENCAR, Gualter Martiniano Pereira de. “O protagonismo feminino na Faculdade de Medicina da Bahia: Uma visão história”. Monografia (Conclusão de Curso de Medicina). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. p. 67.

conquistado em 1909 e, segundo levantamento da historiadora Mayara Priscilla de Jesus dos Santos, havia apenas 29 homens negros entre alunos e estudantes daquela faculdade até 1888.⁸⁰³ Este dado revela como a trajetória para as mulheres ainda esbarraria com mais dificuldades, uma vez que a questão de gênero acentuava a gravidade dos impeditivos informados pelo racismo.

No curso de medicina, ela foi colega da filha de Maxwell Alakija, Cleonice Assumpção Alakija.⁸⁰⁴ E, considerando que Alexandrina Lydia da Conceição era contemporânea à Henriqueta Saturnina Tavares, é suspeitável que tenha existido também alguma proximidade da família de Alexandrina com a do advogado. Com efeito, a presença em par lhes proporcionaria alguma segurança em um ambiente hostil, ainda que algumas figuras ressonantes dos círculos letrados soteropolitanos considerassem os “nagôs” e sua descendência como “distintos/as” dos demais inferiorizados pelo racismo.⁸⁰⁵ Embora essas origens não apareçam diretamente, a relação da família de Olga com este círculo não parece distante.

A agência evidente da farmacêutica junto à Ordem do Rosário parece ter parado nos anos 1920. Menções mais tardias ao seu nome apareceram nas análises dos cursos oferecidos nos primórdios do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Federal da Bahia, mais especificamente na década de 1960. A pesquisa da historiadora Luiza Nascimento dos Reis apresentou a “Dra. Olga Lydia da Conceição” como uma “senhora membro da classe de iorubá” oferecida pela instituição. Na descrição de um dos eventos promovidos em celebração ao aniversário da Nigéria, ela atuou traduzindo sentenças do iorubá para o português.⁸⁰⁶

Olga teve meios para instruir-se na língua africana, seja pela convivência com a família Alakija, com a própria família ou escutando e lendo o idioma nas ruas da cidade, o que não era incomum no início do século passado.⁸⁰⁷ Além disso, o contato poderia ter se iniciado ou ter sido estimulado porque ela integrou terreiros de candomblé keto, onde o idioma é enunciado em grande parte da rotina das casas. Ela, assim, manteve-se em

⁸⁰³ SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. “Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019. p. 53.

⁸⁰⁴ SANTOS, Sivaldo Reis. Cleonice Assumpção Alakija... *Op. Cit.* p. 6. O autor fez menção a Olga Lydia da Conceição, supondo que ela era branca. A filiação à Alexandrina, participação na Ordem do Rosário e, por fim, o retrato não deixam esconder que tratava-se de uma mulher negra.

⁸⁰⁵ RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.* p. 202-203. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Africanos de pequena fortuna”... *Op. Cit.* p. 88.

⁸⁰⁶ REIS, Luiza Nascimento. *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)*. Recife: Editora UFPE, 2021. p. 47-48.

⁸⁰⁷ RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.* p. 201.

contato de forma fluida e contínua entre diferentes elementos da cultura afro-diaspórica na Bahia. A trajetória no Rosário pode ter sido interrompida por diferentes motivos, principalmente quando se trata de uma médica em formação. Aspectos diversos podem afastar da rotina de uma devoção leiga, como um apego maior à ciência, a necessidade de mais tempo para estudo, restrições de liberdade provocadas pelo trabalho ou pela família. Então, o ritmo das filiações teria seguido movimentos diversos.

A racialização e a relação de irmãos e irmãs com as noções de feminilidade aparecem primordialmente pelos documentos produzidos por mãos masculinas. Dessa forma, fica evidente que a linguagem patriarcal e machista tendia a estabelecer a Ordem Terceira do Rosário como um espaço excludente para as mulheres pretas. O cotidiano e o fundamento masculino da gestão efetivamente inviabilizavam o reconhecimento das irmãs, ainda que as suas contribuições se apresentassem de forma bastante evidente, como se nota ao analisar a constituição dos investimentos de Manoel Friandes e o papel fundamental que sua mãe, Maria do Carmo, exerceu nesse sentido. Por mais que o protagonismo masculino na administração tenha colocado as contribuições de mulheres como algo acessório, elas se conservaram presentes e eram acionadas em diferentes momentos. O suporte material e o estímulo de familiares à filiação eram indispensáveis em razão da garantia de longevidade da agremiação, o que exigia que fossem constituídas novas gerações de irmãos e irmãs para continuar movimentando a confraria. Tudo isso contava com agências femininas. Por isso, a evasão de mulheres compõe um movimento que não é unidirecional. Ele foi complexo e precisa ser entendido a partir dos demais elementos que constituem as experiências negras no pós-abolição soteropolitano, em sua diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sessão da mesa administrativa do dia 8 de junho de 1879, foi apresentado o requerimento do irmão Paulo Alves da Conceição. Ele pedia para que sua filha pudesse “exercitar no órgão desta irmandade nos domingos e dias santificados, propondo também tocar gratuitamente as missas desta irmandade, logo que ela achar-se apta, até que a mesa entenda dar uma remuneração pelos referidos trabalhos”.⁸⁰⁸ Os mesários não deixaram escapar mais informações sobre a musicista que queria praticar utilizando o instrumento da capela do Rosário da Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço e aprovaram o requerimento.

A preocupação de Paulo revela um investimento na carreira e reputação da filha, a partir da mobilização dos serviços da confraria à qual fazia parte. Ela certamente viraria figura bastante conhecida quando começasse seus exercícios e se estabelecesse como organista por ali. Dessa forma, Paulo também investiria nas próximas gerações da confraria. Sem saber mais da história da jovem, a intervenção e atendimento ao pedido do pai permitem concluir que se tratava de pessoa livre. Desse ponto de partida poderia estar se delineando uma primeira geração de livres da família, pela qual o pai trabalhava para afastá-la de certos estigmas da escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi acionada como mecanismo favorável nesse sentido. Ou seja, ela enquanto confraria tinha uma eficiência confirmada para um mundo de libertos, que já era muito amplo àquela época em Salvador.

A análise da trajetória de outras famílias negras e a respectiva relação com a Irmandade do Rosário lançou luz sobre continuidade e descontinuidades de horizontes de expectativa entre grupos que presenciaram os últimos momentos do cativo enquanto pessoas negras livres e quem já nascia como “cidadão”. No caso da família chefiada pela próspera negociante Joanna Maria Ritta da Conceição, falecida em 1919, a vasta lista de beneficiados no testamento sugere a prioridade dada às lealdades firmadas pela testadora no mundo dos negócios, que influenciou também nos vínculos de compadrio que ela firmou. Somava-se a estes, um número expressivo de irmandades religiosas, a serem beneficiadas de forma equânime. No entanto, a única que fora efetivamente beneficiada foi a Ordem Terceira do Rosário. O dado confirma a relevância social da agremiação entre gente negra prestigiosa estendida aos anos 1920, o enfraquecimento de outras

⁸⁰⁸ AOTNR. “Atas 1879-1899”. CX 04 DOC 05.

irmandades outrora relevantes e o papel provedor que algumas irmãs continuavam desempenhando internamente. Mesmo assim, a vontade de Joanna não foi totalmente respeitada e o valor da sua doação não recebeu o mesmo reconhecimento que doações feitas por figuras masculinas recebiam.

Assim como Paulo Alves, Wenceslau Gomes de Mattos, sobrinho-neto de Joanna que agenciou a transferência do produto de casa legada para a irmandade, poderia estar preocupado com o futuro das filhas, em uma sociedade que, via de regra, oferecia oportunidades pouco dignas às mulheres de cor. O pertencimento à confraria seria uma estratégia importante para driblar constrangimentos estruturais, e a fartura das fileiras femininas poderiam conferir mais prestígio para a consolidação da Ordem Terceira que se estabelecera como tal em 1899.

Sem ser necessariamente um escape das agremiações católicas, a relação com os candomblés pontua o duplo pertencimento a essas confrarias operado por suas integrantes como signo de liberdade em relação às instituições clericais e do Estado — na medida em que as religiões de matrizes africanas eram também criminalizadas. Observou-se, ainda, que os percursos de irmãs do Rosário conectam mais mundos ocupados por mulheres negras no início do século XX. Entre eles, estava, inclusive, associações não necessariamente marcadas pela ligação explícita com o continente africano ou expressamente identificadas por uma linha de cor ou de raça, como ocorrera com a Sociedade Humanitária de Senhoras e as sócias Anna Rosa da Cunha Café e Henriqueta Saturnina Tavares. Por ora, podem parecer descobertas diminutas, mas elas confirmam que essas mulheres disputavam pelo espaço de agenciadoras de uma feminilidade pressuposta frequentemente como branca. Porém, ao não deixarem de pertencer à Ordem de “pessoas de cor preta”, elas mantinham uma afirmação identitária e demonstravam seus anseios em pautar também a assistência social em Salvador, não só para extrair prestígio, mas também para inserir demandas da população negra, já que pela via da Ordem do Rosário não havia sido possível elevar um asilo próprio.

Essa vulnerabilidade pautava, em alguma medida, a necessidade de reforço da venerabilidade da Ordem para que continuasse de pé. Essa posição dúbia era comum também a muitas mulheres negras, que sustentavam famílias e a cidade, mas eram indesejadas a partir da manifestação do racismo e de suas interdições sociais. Nas funções internas da irmandade negra, as mulheres não receberam as mesmas honrarias que os homens, revelando a tensão interna por fatores de gênero e raça. Diante dessas disputas,

as irmãs analisadas nesta tese, assim como a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo por si, podem ser entendidas como vulneráveis veneráveis.

FONTES

Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador – Laboratório Eugenio Veiga (ACMS)

Registros da Igreja Católica, 1598-2007.

Irmandades. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia.

Irmandades. Caixas 1-2. Freguesia de São Salvador da Sé.

Irmandades. Freguesia do Santíssimo Sacramento da Rua do Paço.

Irmandades. Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo.

Arquivo da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (AOTNR)

“Ata da Sessão de 13 de Novembro de 1913”. Caixa 05 DOC 01D. Caixa 10 DOC 06-C.

“Atas 1879-1899”. Caixa 04.

“Atas – 1917 a 1936” Caixa 05 DOC 03. Caixa 10 DOC 06F. Caixa 12 DOC 02-B.

“Balancete Geral da Receita da Venerável Ordem Terceira de N. Senhora do Rosário, de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1926”. CX 12 DOC 02-D.

“Compromissos”. CX 01.

“Contas (1903 a 1953)”. CX 12 DOC 1.

Correspondência ao intendente da Câmara Municipal em nome de Amelia da Costa Pinto. CX 4.1 DOC 06-A.

“Correspondência enviada ao Escrivão da Irmandade do Rosário” – 1857. CX 23 DOC 04-E.

“Correspondência enviada ao Juiz de Capelas” – 1857. CX 23 DOC 04-C.

“Dos devotos da Gloriosa Santa Efigênia que se acha colocada nessa capela” (correspondência de 1836). CX 19 DOC 01-A.

“Eleição 1889”. Caixa 11 DOC 03-K.

“Eleição 1890”. Caixa 11 DOC 03-L.

“Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. CX 11 DOC 03-L.

“Eleição 1893”. Caixa 11 DOC 03-N.

“Eleição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo para o ano de 1892”. Caixa 11 DOC 03L. “Atas 1879-1899”. Caixa 04 DOC 05.

“Entradas 1892-1895”. Livro avulso.

Formulário de registro de profissão de Damazia Conceição Topazio Sowzer. CX 09 DOC 01-B.

“Irmãos que compõem a mesa de 1920/1921”. Caixa 10 DOC 06-D.

“Jornal – 1919”. CX 20 DOC 03-A.

“Lista de irmãos sem data (parte de um livro)”. CX 8 DOC 06.

“Lista de mesa 1908-1909”. CX 10 DOC 06-A.

“Lista dos caríssimos irmãos que vão professar na festa de N. S. do Rosario em 25 de Novembro de 1923”. Documento avulso.

“Livros de ata (1879-1899)” (sem paginação).

Livro de Termos de Posse de Mesa Administrativa.

“Mappa Demonstrativo dos novos Irmãos que pagaram as suas joias na Venerável Ordem 3ª do Rosário de Nossa Senhora às Portas do Carmo, no anno de 1921, que foram propostos e aceitos”. CX. 12 DOC 02.

“Posse de mesa de 1903”. Caixa 10 DOC 06.

“Prestação de contas da irmandade (1890-1891)”. Caixa 11 DOC. 09 (sem paginação).

“Proposta de manutenção de um testamento de acordo com a vontade da testadora. 1924”. CX 20 DOC 04-A.

“Receita do mês de agosto de 1925”. CX 07 DOC 06.

“Receita de 1926”. CX 7 DOC 06.

“Receita e despesa de 1870 a 1877”. CX 14 DOC 03-I.

Receitas e despesas (1892-1899). CX 10 DOC 07.

“Recibos (1849-1983)”. CX. 16.

Registros de pagamento pela festa do ano 1918, realizada em 22 de dezembro. Folhas avulsas.

Registro de recibo de proposta para venda de casa nº 10 à Rua das Laranjeiras. 1923. CX 19 DOC 03-R.

“Relação das Exmas. Senhoras as quais compõem as dignidades auxiliares à mesa administrativa desta V. O. 3ª em 14 de novembro de 1909”. CX 08 DOC 02-B.

“Relação das irmãs e dos irmãos professados existentes (1920)”. CX 10 DOC 07.

“Relação dos Irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo que fizeram profissão para serem Irmão Terceiros da Venerável Ordem Terceira da mesa Senhora, do dia 17 de dezembro de 1899 a 27 de Maio de 1900”. CX 10 DOC 05.

Requerimento que faz a Sra. D. Clara Mara do Monte Falco, 1856”. Caixa 19 DOC. 03-F.

“Sobre a Irmandade do Glorioso S. Benedito ereta na Igreja do Rosário dos Pretos em 12 de fevereiro de 1830”. CX 21 DOC 04.

“Termos de Entrada” (1888-1901). Livro Avulso.

“Termos de entrada de novos irmãos (1921-1925)”. Livro Avulso.

“Títulos de irmãos (1895)”. CX 11 DOC 01-B.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Biblioteca Francisco Vicente Vianna. Relatórios. Sociedade Bolsa de Caridade (1922).

Indicador Baiano. Anuario de Informações e Propaganda da Bahia. Rio de Janeiro: Typographia de Fernando Barretto, 1938. Disponível em <https://archive.org/details/indicador-baiano-1938/page/n31/mode/2up>. Acesso em 10 jul. 2023.

Registro Civil, 1877-1976.

Relações de passageiros e imigrantes, 1855-1964.

Seção Colonial. Correspondência Chefe de Polícia. 1870. maço 6178.

Seção Colonial e Provincial. Governo da Província. Irmandades (da Capital) 1847-1889. Maço 5249.

Seção Judiciária. Inventários. Clara Maria do Monte Falco; Matias Joaquim do Nascimento. Estante 5, Caixa 1910, DOC. 1, Maço 2382, Folha 68. Salvador, 1876-1876.

Seção Judiciária. Inventário. Manoel Friandes. Bernardo Francisco de Santa Ritta. Salvador, 1904-1906. 06/2684/05.

Seção Judiciária. Inventário. Martinha Jacinta do Rosário; José Maria da Conceição. Salvador, 1908-1909. 01/100/122/04.

Seção Judiciária. Inventário. Partilha amigável. Damazia Topazio Aquino; Eduardo Topazio Sowzer. Salvador, 1955. 06/2502/3002/04.

Seção Judiciária. Processo Cível. Despejo. Ordem 3^a do Rosário; Moyses Fernandes Galiza. Salvador, 1916. 75/2698/27/20.

Seção Judiciária. Processo Cível. Hipoteca. Senhorinha Gomes Andrade Bittencourt; Moyses Fernandes Galiza. Salvador, 1916-1917. 62/2210/16/24.

Seção Judiciária. Recurso Extraordinário, Wenceslau Gomes de Mattos e Ignacio de Almeida Gouvêa. 95/3402/01, Salvador, 1923.

Seção Judiciária. Tribunal de Apelação e Revista. Inventário. Luiza Francisca da Conceição; Henriqueta Saturnina Tavares. Estante 5, Caixa 2070, Maço 2541, Folha 18, DOC. 14. Salvador, 1908.

Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Inventário. Maria do Carmo Friandes. Salvador, 1904-1905. 07/2888/13/283.

Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciária. Inventário. Silvino Gomes de Mattos. Firmino Fernandes da Silva. Salvador, 1910. 01/360/694/04.

Seção Judiciária. Tribunal de Apelação e Revista. Testamento Manoel do Bomfim Galliza. Salvador, 1903-1908. 07/2966/34.

Seção Judiciária. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Inventário. Juliana Maria da Fé Galisa. Salvador, 1898-1901. 01/110/132/04.

Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01.

Arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos (ASPD)

“Livro de Socorros (1898-1901)”. Disponível em <https://www.memoriaarte.com.br/maosnegrasmaoshabeis>. Acesso em mar. 2024.

Livro “Entradas 1892-1895”.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Jornal *A Bahia* (BA)

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN)

Almanak do Estado da Bahia (BA)

Anais da Câmara dos Senhores Deputados do Estado Federado da Bahia (BA)

Archivo Illustrado (BA)

A Capital (BA)

A Capital (RJ)

A Notícia (BA)

A União Liberal (SE)

Cidade do Salvador (BA)

Correio da Manhã (RJ)

Correio do Brazil: Orgão Democrata, (BA)

Correio do Brasil (RJ)

Diário da Bahia (BA)

Correio do Povo (BA)

Gazeta de Notícias (BA)

Idade D'Ouro do Brazil (BA)

Jornal do Brasil (RJ)

Jornal de Notícias (BA)

Jornal do Commercio (AM)

Jornal do Commercio (RJ)

Jornal do Recife (PE)

Leituras Religiosas (BA)

O Abolicionista (BA)

O Alabama (BA)

O Asteroide (BA)

O Monitor (BA)

O Paiz (RJ)

Pequeno Jornal (BA)

Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), 1871.

Renascença (BA)

Revista do Brasil (BA)

Revista dos Franciscanos do Nordeste (BA)

Unica (BA)

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

Correio de Notícias (BA)

Gazeta de Notícias (BA)

Leis, códigos, constituições e decretos

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 19 mar. 2024.

Decreto N° 10.044, de 22 de Setembro de 1888. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-publicacaooriginal-52347-pe.html>>. Acesso em 18 ago. 2022.

Decreto n° 181, de 24 de Janeiro de 1890. Promulga a lei sobre casamento civil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 set. 2023.

Decreto n° 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em jun. 2024.

Lei n° 3.071, de 1° de janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm. Acesso em 10 jul. 2023.

Lei n° 173, de 10 de setembro de 1893. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>. Acesso em 21 ago. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Referência

BARROS, J. Teixeira. Extinctas Capellas da Cidade de Salvador. IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº 56, 1930. p. 243. Disponível em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/capelas-extintas.htm>. Acesso em 20 mar. 2024.

BIBLIOTECA IBGE. “Synopsis do recenseamento de 31 de dezembro de 1890”. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=225490&view=detalhes>. Acesso em abr. 2024.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SOUZA, Raymundo Camillo de. *Guia da Cidade do Salvador: dados de todas as ruas, praças, avenidas etc.* (Estado da Bahia – Brasil). 1935.

VIEIRA, Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. 4º vol. Porto: 1878.

Bibliografia

ABREU, Sávio da Silva. CAMPOS, Mauro Macedo. ALVES, Taís de Cássia Badaró. A atuação do STF na Primeira República: uma análise sobre a *path dependency* nos anos 1914 a 1924. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021. pp. 1-36.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. “O civismo festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889-1923)”. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

_____. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *De que lado você samba? – Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021. *E-book Kindle*.

ALENCAR, Gualter Martiniano Pereira de. “O protagonismo feminino na Faculdade de Medicina da Bahia: Uma visão história”. Monografia (Conclusão de Curso de Medicina). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Selo Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. “A tradição das *tias pretas* na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio”. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ANDRADE, Urano. CASTILLO, Lisa Earl. Famílias africanas em tempos do tráfico atlântico: o resgate de parentes em cinco cartas de alforria (Bahia, 1818-1830). In. *Afro-Ásia*, 60, 2019.

ALVES, Vinicius Bonifacio Santos. “Os engenhos centrais no Recôncavo Baiano: 1874-1890”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

AZEVEDO, Thales. *As Elites de Cor: Um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

_____. A Frente Negra Brasileira na Bahia. In.: *Afro-Ásia*, n. 17, Salvador, 1996, pp. 73-85.

_____. SOUZA, Maria Conceição Barbosa de. *O Rosário dos Pretos do Pelourinho*. Salvador: Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1974.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Iuri Ricardo Passos de. “O Alagbê: Entre o terreiro e o mundo”. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

BARROS, J. Teixeira. Extinctas Capellas da Cidade de Salvador. IGHB. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. nº 56, 1930. p. 243. Disponível em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/capelas-extintas.htm>. Acesso em 20 mar. 2024.

BENISTE, José. *História dos candomblés do Rio de Janeiro: o encontro africano com o Rio e os personagens que construíram sua história religiosa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. [Google Livros].

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: Das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BRANDÃO, Silmária Souza. “No lar e no balcão. As mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)”. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

BRASIL, Eric. “Carnavais Atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-Of-Spain, Trinidad (1838-1920)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

BRITO, Jailton. “A abolição na Bahia: Uma história política – 1870-1888”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

BRITO, Luciana da Cruz. “Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

BUTLER, Kim. *Freedoms Given, Freedoms Won*. Afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

_____. From Black History to Diasporan History: Brazilian Abolition in Afro-Atlantic context. *African Studies Review*, Abr., 2000, Vol 43, No. 1, pp. 125-139.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. “Os Terceiros Dominicanos em Salvador”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.

CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, 2001.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: Mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Dissertação (Mestrado em História) – Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2018.

CARVALHO, Daniel Rebouças. “A Liberdade em cena: Teatro, humor e racismo no tempo da abolição e além (Salvador, Bahia; 1884-1906)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTELLUCCI, Aldrin. “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”. In.: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010. Pp. 40-77.

_____. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 131-166, 2005.

_____. “O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930)”. In. MAC CORD, Marcelo. BATALHA, Claudio. *Organizar e Proteger: trabalhadores, associativismo e mutualismo no Brasil (séculos XIX-XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. “Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia”. Universidade Federal da Bahia — Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 2001. p. 40.

_____. “Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República”. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

CASTILLO, Lisa Earl. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica. *Tempo*, Vol. 22, n. 39, p. 126–153. jan-abr., 2016.

_____. *Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. O Terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 176, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COLLINS, Jane-Marie. *Emancipatory Narratives & Enslaved Motherhood: Bahia, Brazil, c. 1830-1888*. Liverpool: Liverpool University Press, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. "Educar para bem servir: Entre a Abolição e a República: as elites baianas e a educação de escravos e libertos". In. BACELAR, Jeferson. PEREIRA, Cláudio (Orgs.). *Política, Instituições e personagens da Bahia (1850-1930)*. Salvador: EDUFBA; CEAO, 2013. pp. 17-42.

_____. "O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista". Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

CÔRTEZ, Giovana Xavier da Conceição. "Leitoras": gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915-1916). *Afro-Ásia*, 46 (2012), 163-191.

COSTA, Valéria Gomes. Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista. In. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flávio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 99-111.

_____. *Ôminira: mulheres e homens libertos da Costa d'África no Recife (c. 1846 – c. 1890)*. São Paulo: Alameda, 2021.

COUTO, Edilece. O clero reformador e as associações leigas na Bahia (1893-1924). *Revista del CESLA*, v. 20, 2017.

_____. "Tempo de Festas: Homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Tese (Doutorado em História) – Assis: Universidade Estadual Paulista, 2004.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CRUZ, Itan. *Jogo de Damas Amanda Paranaguá: memória, baianismo e poder na corte do Brasil e além, 1849-1931*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “A morte de João de Adão e a Memória Operária”. In. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2011. Disponível em <https://silo.tips/download/a-morte-de-joao-de-adao-e-a-memoria-operaria>. Acesso em 14 fev. 2024.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Clubes negros no Brasil: *puzzle* de um campo emergente. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1-22, 2023.

_____. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. In. GOMES, Flávio. DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. Pp. 45-78.

_____. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*, n. 23, julho/2007. pp. 100-122.

ELIAS, Norbert. “Da relação entre família e comunidade”. In. ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FALHEIROS, Elaine Santos. “Luís e Antônio Xavier de Jesus: mobilidade social de africanos na Bahia oitocentista”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

FARIA, Sheila de Castro. “Mulheres negras, família e pecúlio no Brasil escravista: contribuição para a história da família brasileira”. In. FARIA, Sheila de Castro. REIS, Adriana Dantas (Orgs.). *Mulheres negras em perspectiva: identidades e experiências de escravidão e liberdade no espaço atlântico (séculos XVIII-XIX)*. Feira de Santana: UEFS Editora; Cantagalo, RJ: Editora Cantagalo, 2021. Pp. 223-264.

_____. “Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1700-1850)”. Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

FARIAS, Juliana. “Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX”. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. Pp. 112-131.

FARIAS, Sara. “Irmãos de cor, de caridade e de crença: a Irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). In. *Afro-Ásia*, n. 21-22 (1998-1999), pp. 239-256.

_____. “Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1994.

FONSECA, Jealva A. L. Patrimônio imobiliário urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos séculos XVIII-XX. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2004. pp. 55-68.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. *Memórias históricas da Faculdade de Medicina: relativas aos anos de 1916 a 1923 e 1925 a 1941*. Faculdade de Medicina; Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Anexo 2. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24837>. Acesso em 6 mai. 2023.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. O 13 de maio e as celebrações da liberdade na Bahia, 1888-1893. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANCO, Vitor Hugo Monteiro. *Escravos da religião: família e comunidade na Fazenda de São Bento de Iguassú (Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX)*. Curitiba: Appris, 2021.

FREIRE, Jonis. “Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2004. Disponível em <https://silo.tips/download/compadrio-em-uma-freguesia-escravista-senhor-bom-jesus-do-rio-pardo-mg>. Acesso em jan. 2024.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In. GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994, pp. 169-178.

GOMES, Flavio. CUNHA, Olívia Maria Gomes (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 141. (Publicado originalmente em 1988).

GOMES, Flávio dos Santos. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as Quitadeiras...”. Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, p. 3-16, jul/dez 2002. p. 3-14.

GRAHAM. Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Os avessos do mito: o preconceito contra os baianos. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. pp. 125-136.

HARDING, Rachel E. *A Refuge in Thunder: Candomblé and Alternative Spaces of Blackness*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

HÉBRARD, Jean. Esclavage et Dénomination: Imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, nº 53/54.

HOLANDA FILHO, Pedro. O testamento e a morte ideal de um bom cristão: o registro testamentário de Guilherme Chambly Studart. In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2017, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFC; ABHO, 2017. Disponível em http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494034811_ARQUIVO_Otestamentoeamorteidealdeumbomcristao_Completo.pdf. Acesso em 27 jul. 2023.

KARASCH, Mary. Rainhas e Juízas: as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860). In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 52-65.

JESUS, Padre José Enes. A resistência negra ao projeto de exclusão social. In: SANTOS, Helio (Org.). *A resistência negra ao projeto de exclusão racial*. São Paulo: Jandaíra, 2022. pp. 227-237.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KITTLESON, Roger A. Women and Notions of Womanhood in Brazilian Abolitionism. SCULLY, Pamela. PATON, Diana (Orgs). *Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World*. Durham; Londres: Duke University Press, 2005. pp. 99-120.

KOTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. No estúdio do photographo, o rito da pose Brasil, segunda metade do século XIX. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, 2007. pp. 1-25.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*". Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

LACERDA, David Patrício. "Trabalho, política e solidariedade operária: uma história social do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (c. 1860 – c. 1890)". Tese (doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas: Bahia: 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITE, Douglas Guimarães. “Mutualistas, graças a Deus’: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX”. Tese (doutorado) – São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

LESSA, Luciana Falcão. “Senhoras do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 133-161.

LIMA, Celina Batalha Oliveira. Do Arsenal de Guerra para o mundo operário mais amplo: estudo centrado na Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1930). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 11, 2019. Pp. 1-29.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MARTINEZ, Socorro Targino. “Ordens Terceiras: ideologia e arquitetura”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. *GÊNERO*. Niterói. v.15, n.2. p. 13 – 28. 1.sem.2015.

_____. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e feminilização da bondade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.

_____. “Disciplina e Piedade: o movimento feminino católico no início do século XX”. In.: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IX, n. 26, Set./Dez. de 2016. pp. 185-207.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, William de Souza. Em busca de um lugar de distinção: a Ordem Terceira de São Domingos na Bahia colonial (1723 – c. 1800). In. ARAÚJO, Maria Marta Lobo (coord.). *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2019. pp. 141-170.

_____. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MATORY, J. Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. *Revista MANA – Estudos de Antropologia Social*, vol. 5, nº 1 abr. 1999. Pp. 57-80.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In. FRAGOSO, João [et. al.] (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 144-162.

_____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MESQUITA, Mariana. *Pelas Contas do Rosário: sentidos da cidadania na irmandade de pretos de Salvador no pós-abolição (1888-1930)*. Teresina: Editora Cancioneiro, 2022.

MULLER, Liane. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Editora Pragmatha, 2013.

MULVEY, Patricia. Black Brothers and Sisters: Membership in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil. *Luso-Brazilian Review*, 1980, vol. 17, No. 2.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, pp. 607- 626, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Maria do. “O Distrito Soteropolitano de Brotas na Primeira República (1889-1930): conflitos sociais na produção, apropriação e uso do seu espaço urbano”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião no Império e a Igreja. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, vol. 1: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NISHIDA, Mieko. *Slavery and Identity: ethnicity, gender and race in Salvador, 1808-1888*. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

NÓBREGA, Cida. ECHEVERRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois: uma biografia*. Salvador: Corrupio; Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

OLIVEIRA, Fernanda. *Luciana Lealdina de Araújo e Maria Helena Vargas da Silveira: história de mulheres negras no pós-abolição ao sul do Brasil*. Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 2. Niterói: Eduff, 2020. [Livro Eletrônico].

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

_____. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo (28), Dezembro/Fevereiro 95/96.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Donas, pretas livres e escravas em Luanda (Séc. XIX). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 447-456, set.-dez. 2018.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Entre Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: RAGGI, Giuseppina. FIGUERÔA-REGO, João. STUMPF, Roberta (Orgs). *Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2017. pp. 13-50.

_____. Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830). *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 20, 2014. pp. 1-32.

_____. O mundo atlântico e a constituição da hegemonia nagô no candomblé baiano. *Revista Esboços*, Vol. 17, n. 23, 2010. pp. 165-185.

PEREIRA, Leonardo Affonso. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. “*Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)*”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552–1944*. São Paulo: Brasiliana; Instituto Nacional do Livro; Fundação Pró-Memória, 1982.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

_____. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. “Temporalidades, história e memória”. SANTANA, Bianca. CARNEIRO, Natália (Orgs.). *Insumos para ancoragem de memórias negras*. São Paulo: Oralituras, Casa Sueli Carneiro, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. pp. 11-26.

PINTO, Ana Paula Magno. “Assistência, Saúde e Sociedade: A sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)”. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2017.

PINTO, Surama Conde Sá. CASTRO, Tatiana de Souza. O Poder Judiciário na Primeira República: revisitando algumas questões. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.37-58, 2019.

PRECIOSO, Daniel. “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência* (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

REGINALDO, Lucilene. Em torno de um registro: o livro de irmãos do Rosário das Portas do Carmo (1719-1826). In. SOUZA, Evergton Sales. MARQUES, Guida. SILVA, Hugo R (Orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA; Lisboa: CHAM, 2016. Pp. 191-222.

_____. Irmandades. In. SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 268-274.

_____. *Os Rosários dos Angolas: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-descendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In. XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto. GOMES, Flavio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. Pp. 31-32.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Candomblé in Nineteenth-Century Bahia: Priests, Followers, Clients. In. MANN, Kristin. BAY, Edna G. (Orgs.) *Rethinking the African diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil*. Londres: Frank Cass, 2001. [Livro Eletrônico].

_____. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de História* (São Paulo), n. 174, p. 15-68, jan-jn, 2016.

_____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras: 2019.

_____. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. In.: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996.

_____. SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. In.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 95-141.

_____. “Por sua liberdade me oferece uma escrava”: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850. *Afro-Ásia*. n. 63 (2021). pp. 232-290.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Luiza Nascimento. *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)*. Recife: Editora UFPE, 2021.

REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices da Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, 13 (26), 2008. pp. 101-117.

RIBEIRO, Jonatas Roque. “A *Classe de Cor*: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2022.

RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In. *Topoi*. v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. pp. 170-198.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)”. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. “Prestige, Power, na Piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador”. In. *The Hispanic American Historical Review*, Fev. 1989, Vol. 69, N. 1. pp. 61-89.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Africanos de pequena fortuna”: discussões sobre raça relativas aos africanos no Brasil, finais do século XIX. In. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. LIMA, Ivana Stolze. BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019. pp. 69-93.

_____. Africanos em trânsito entre Salvador e Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. In. SOUZA, Evergton Sales. MARQUES, Guida. SILVA, Hugo R (Orgs.). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016. Pp. 313-340.

_____. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. “Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900/1950”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

SANTANA, Analia. “A participação política das mulheres na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho (1969-2001)”. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2013.

SANTIAGO, Cybèle Celestino. CERQUEIRA, Karina Matos de Araújo F. *Sobre arcos e bondes: resgatando a memória urbana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTIAGO, Fernanda Lucas. “Mulheres negras: trajetórias de (re)existências em rede (Curitiba, 1922-1963)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

SANTOS, Israel Silva dos. “Igreja Católica na Bahia: a reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

SANTOS, João Batista dos. 21 Cartas e um Telegrama de Mãe Aninha a suas filhas Agripina e Filhinha, 1935-1937. *Afro-Ásia*, 36, pp. 265-310, 2007.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. “Ingênuas(os) e libertas(os) nas escolas noturnas da Bahia no final do século XIX”: euforia abolicionista e escolas para ingênuas(os) na Bahia”. In. MACHADO, Maria Helena P. T. [et al.]. (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2021. Pp. 511-530.

_____. SILVA, Fabiano Moreira de. SANTOS, Sivaldo dos Reis. Mulheres e homens além da sala de aula: sociabilidades de docentes na Bahia entre a escravidão e o pós-abolição. *Revista Ágora*, v. 31, n. 2, 2020. Pp. 1-27.

SANTOS, Lucas Andrade dos. “*Em que a raça precisa de defesa?* A Frente Negra da Bahia (1932-1934)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

SANTOS, Mariana de Mesquita. “Pelos Contas do Rosário: Cidadania na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Pelourinho no Pós-Abolição (Salvador, 1888-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, 2018.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *RUA: Revista De Urbanismo E Arquitetura*, 3(1). pp. 20-29.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. “Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)”. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

SANTOS, Sivaldo dos Reis. Cleonice Assumpção Alakija: a trajetória de uma das primeiras médicas negras de Salvador (1910-2000). *Revista Ágora*, v. 32, n. 1.

_____. “*Como negro que sou!* A trajetória e militância de um africano na Bahia: Maxwell Assumpção Alakija (1871-1933)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020. pp. 1-16.

SANTOS, Taina Aparecida Silva. “Mulheres negras, mercado de trabalho, racismo e sexismo (Campinas, 1876-1892)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2023.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Juliano Moreira: o médico negro na fundação da psiquiatria brasileira*. Niterói: Eduff, 2020 [livro eletrônico].

SARAIVA, Luiz Fernando. NABARRO, Wagner. GODFEDER, Pérola (Orgs.). *Atlas histórico e econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Escala em Salvador de Todos os Santos. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. pp. 89-117.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. GUDEMAN, Stephen. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. pp. 33-59.

_____. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2): 71-99. Jul. dez. 1995.

SIEGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 315-346.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000.

SILVA, Cláudia Neves da. LANZA, Fabio. Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais? *História*. São Paulo, 29(1), 2010. pp. 40-55.

SILVA, Fernanda Oliveira da. “As Lutas Políticas nos Clubes Negros: Culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

_____. Pós-abolição ao Sul: balanços e perspectivas. In. SILVA, Lúcia Helena. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix Silva (Orgs.). *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. [Livro eletrônico]. pp. 273-296.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. AMARAL, Braz do. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Volume IV. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933. Disponível em <https://archive.org/details/memoriashistoric04silvuoft/page/74/mode/2up>. Acesso em 17 mar. 2023.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Dos afazeres de meninas de cor”: trabalho doméstico, infância e situações de exploração (1920-1950). SILVA, Lúcia Helena Oliveira. RODRIGUES, Jaime. SOUZA, Airton Felix. *Escravidão e liberdade: estudos sobre gênero & corpo, memória & trabalho*. São Paulo: FFLCH, 2023. [Livro eletrônico]. pp. 65-75.

SILVA, Maciel Henrique. *Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia; Fundação Cultural; EGBA, 1998.

SILVA, Ricardo Caires. “Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)”. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

SILVEIRA, Renato da. Antecedentes europeus nas irmandades do Rosário dos Pretos na Bahia colonial. In. REIS, João José. AZEVEDO, Elciene (Orgs.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012. pp. 15-64.

_____. *O Candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

SOARES, Cecília Moreira. “As Ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX”. In: *Afro-Ásia*, v. 17. Salvador, CEAO-UFBA, 1996.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII”. In. CARVALHO, José Murilo de. CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Pp. 411-434.

SOUSA, Adriano Ferreira de. Salvador das comerciantes: as mulheres na praça mercantil da Bahia (1872-1889). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 1-21, 2021.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870-1890”. Tese (doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____. OLIVEIRA, Daiane Silva. “Levá-los em seu poder, para não perderem eles o seu amor, e estima [...] e criando-os como se fossem seus filhos, com muito amor e afago”: contendas entre mães ex-escravas e patronas pelos serviços de menores ingênuos e livres – Vahia (1852-890). In. MACHADO, Maria Helena P. T [et al.] (Orgs.). *Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021. pp. 489-509.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. “A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia”. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Christiane. “Em socorro aos desvalidos: o papel das mulheres das elites na constituição de bens de saúde na Bahia”. In. *Gênero*, Niterói, v. 15, n. 2, pp. 47-70.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. “Pós-abolição na Bahia: Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus. 1888/1930”. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, George Evergton Sales. “Entre o Religioso e o Político: uma história do Círculo Operário da Bahia”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

SOUZA, Felipe Galiza Pereira de. “Evidência Irrefutável: Racismo e Controle do Trabalho na Atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1965)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

STASI, Lucas. “Expressões leigas da fé católica: irmandades religiosas na freguesia de Santana em Salvador (1876-1926)”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

VALENCIA VILLA, Carlos. FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v. 35, e. 78, 2016.

VALLADARES, Clarival do Prado. TEIXEIRA, Cid. VALLADARES, Kátia do Prado. VALLADARES, Marcos Antônio do Prado. *Nordeste Histórico e Monumental - Vol. IV - Bahia*. Fundação Odebrecht, 1991.

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO ROSÁRIO DE NOSSA SENHORA ÀS PORTAS DO CARMO. *Irmandade do Rosário dos Pretos: Quatro Séculos de Devoção*. Salvador: Secretaria de Cultura; IPAC; Fundação Pedro Calmon [et al.], 2018.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

XAVIER, Giovana. Esculpindo a “Nova Mulher Negra”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). *Cadernos Pagu* (40), janeiro-junho de 2013. pp. 255-287.

XIMENES, Cristiana Ferreira Lyrio. “Conde Pereira Marinho”. In. *Salvador Escravista*. Disponível em <https://www.salvadorescravista.com/homenagens-controversas/conde-pereira-marinho>. Acesso em abr. 2023.

_____. “Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887”. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

WATKINS, Case. *Palm Oil Diaspora. Afro-Brazilian Landscapes and Economies on Bahia's Dendê Coast*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. [Google Books]

Conferências

VALERIO, Miguel. Afro-Brazilian Catholic Brotherhoods and their Abolitionism. In. *Questioning Slavery: Catholic Perspectives.*, In: H-Soz-Kult, 02.06.2023, www.hsozkult.de/event/id/event-136658.

ANEXOS

Transcrição do testamento de Joanna Maria Ritta da Conceição⁸⁰⁹

Primeiro Traslado. Testamento em notas que faz Joanna Maria Ritta da Conceição na forma abaixo.

Livro nº 280 Fls. 17º

Saibam quantos este público instrumento de testamento em notas virem que, no ano de mil Novecentos e dezoito, aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro, nesta cidade de Salvador, Capital do Estado Federado da Bahia, em a casa de residência de Joanna Maria Ritta da Conceição, à rua do Tingui, sob número vinte e um, no distrito de Sant'Anna, desta cidade, onde eu Tabelião interino, a chamado vim, aí perante mim compareceu a referida Joanna Maria Ritta da Conceição, conhecida própria de mim e das cinco testemunhas abaixo nomeadas e no fim assinadas, que também reconheço; do que dou fé; e logo, perante as mesmas testemunhas, pela mencionada Joanna Maria Ritta da Conceição me foi dito que, estando com saúde e em seu perfeito juízo e entendimento e considerando que é certa a morte quanto incerta a hora em que Deus Nosso Senhor Jesus Cristo seja servido chama-la a sua presença, de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum, deliberou fazer o seu testamento e disposições de última vontade, pela maneira seguinte: **Primeiro:** Declara que é natural deste Estado da Bahia, moradora nesta cidade, solteira e filha da africana Ritta, já falecida; que é Católica, Apostólica Romana e como tal tem vivido e espera morrer, recomendando sua alma a Deus, em quem firmemente crê. **Segundo:** Declara que não tem filhos e, na ausência de herdeiros, descendentes ou ascendentes, pode dispor livremente do que possui. **Terceiro:** Declara que nomeia para testamentários, em primeiro lugar, ao Snr. Ignacio d'Almeida Gouvêa, em segundo, ao Senhor José Cypriano Rebouças e, em terceiro, ao senhor Manoel Joaquim dos Santos Patury, aos quais solicita que aceitem esta testamentaria, na ordem em que vão colocados. **Quarto:** Declara que possui duas casas, sendo uma à rua do Tingui, hoje Zuavos, número vinte e um municipal no distrito de Sant'Anna, e outra à rua Ladeira do Carmo, número trinta e um municipal, no distrito da rua do Paço, e mais uma caderneta de número dois, da casa comercial Santos & Companhia, estabelecidos na praça desta capital, com a quantia de cinco contos e Oitocentos mil réis (5:800\$000), a juros de oito por cento (8%) ao ano da qual retira semestralmente os respectivos juros. **Quinto:** Declara que possui uma mobília de jacarandá completa, quadros, espelhos, enfeites de salas, relógio de parede e mais um relógio para algibeira; de ouro, com correntes do mesmo metal, e um outro relógio de prata. **Sexto:** Lega, em usufruto, a sua casa, à rua do Tingui, hoje Zuavos, sob número vinte e um municipal, no distrito de Sant'Anna, a seu afilhado Wenceslau, filho legítimo de Silvino Gomes de Mattos e Antonia Gomes de Mattos, ambos já falecidos, com a condição de pagar pontualmente as décimas, e, por falecimento do dito usufrutuário Wenceslau Gomes de Mattos, seu referido afilhado, passará a mencionada propriedade a pertencer às Irmandades do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Barroquinha, Santa Barbara do Corpo Santo, São Benedicto do Convento de São Francisco, São Vicente Ferrer, que se venera na Igreja da Sé, e Nossa Senhora do

⁸⁰⁹ APEB. Seção Judiciária. Tribunal Superior de Justiça. Testamento. Joanna Maria Ritta da Conceição. Salvador, 1919-1924. 08/3296/01.

Rosario da Baixa dos Sapateiros, de todas as quais é irmã, podendo, as referidas irmandades, vender a dita casa e dividir o produto em partes iguais, com a condição de mandarem celebrar, anualmente, missas por su'alma, e a parte que tocar ao Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Barroquinha será destinada para o concerto do altar do mesmo senhor e o restante para a compra de uma apólice da Dívida Pública Fderal que ficará pertencendo à supra dita Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios da Barroquinha.

Sétimo: Caso o seu pré-mencionado afilhado Wenceslau não satisfaça o pagamento das décimas da casa legada, ao mesmo usufrutuário, durante dois semestres seguidos, ficam as Irmandades citadas devidamente autorizadas a entrar na posse da referida casa, sendo, então, cumprido tudo quanto reza a cláusula sexta, perdendo, então, o seu dito afilhado Wenceslau todo o direito e o usufruto instituído da mesma casa.

Oitavo: O seu aludido afilhado Wenceslau não poderá, seja qual for o motivo alegado, hipotecar ou fazer qualquer outra transação com a casa que lhe é legada, sob pena de, além da nulidade de semelhante transação, incorrer o mesmo Wenceslau nas penas constantes no final da cláusula anterior à presente.

Nono: Lega aos seus afilhados de batismo a quantia de vinte e cinco mil réis (25.000) para cada um, livre de selo.

Décimo: Lega a sua afilhada de batismo e comadre Judith, filha do falecido ourives Angelo de Oliveira, a quantia de duzentos mil réis (200\$000).

Décimo-primeiro: Lega a sua afilhada, filha de sua comadre Judith, de que fala a cláusula anterior, a quantia de duzentos mil réis (200\$000).

Décimo-segundo: Lega às suas afilhadas de crisma Mathilde e Veridiana a quantia de cem mil réis (100\$000) para cada uma, e à sua afilhada, também de crisma, de nome Julia, a quantia de quarenta mil réis (40\$000); estes legados são livres de selo.

Décimo-terceiro: Lega à Irmandade de Nossa Senhora da Bôa Morte, que se venera na Igreja da Barroquinha, e da qual foi juíza, a quantia de trezentos mil réis (300\$000) que será aplicada para ser feiro esquife da mesma Nossa Senhora da Boa Morte.

Décimo-quarto: Deixa as suas roupas, de todo o seu uso, para serem distribuídas pelo seu testamenteiro às pessoas necessitadas, e, no caso de sobra de roupas, o seu testamenteiro fará oferta da mesma ao Asylo de Mendicidade desta Capital.

Décimo-quinto: Deixa o seu testamenteiro encarregado de entregar ao Diário de Notícias a quantia de cem mil réis (100\$000) para ser distribuída, no trigésimo dia do falecimento com cem (100) famílias pobres, sendo mil réis (1.000) em prata, para cada família, e mais a quantia de cem mil réis (100\$000) para ser distribuída com os pobres, na Confraria de São Francisco, sendo quinhentos réis (500rs) para cada pobre.

Décimo-sexto: Deixa ao bom amigo e protetor José Cypriano Rebouças o seu relógio de ouro para algibeira e a cadeia do mesmo metal, e ao seu afilhado Wenceslau Gomes de Mattos deixa o relógio de prata.

Décimo-sétimo: Deixa a Francisco, menor, filho da falecida Idalina, a quantia de duzentos mil réis (200\$000).

Décimo-oitavo: Deixa a Paulo Ricardo dos Santos a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e, também a Evilázio de Souza Dantas, Francisco Iglesias Caballeiro, Jacintho Oliveira e Rodrigo Bispo dos Anjos, também, a quantia de duzentos mil réis (200\$000) para casa um.

Décimo-nono: Deixa a Manoel Ricardo dos Santos a quantia de cem mil réis (100\$000), bem como deixa para Presidio, filho de Maria Secundina, também, a quantia de cem mil réis (100\$000).

Vigésimo: Deixa toda a mobília existente no prédio, onde reside, bem como quadros e enfeites, ao seu afilhado Wenceslau Gomes de Mattos.

Vigésimo-primeiro: Deixa a Sizinia Maria da Conceição a quantia de cem mil réis (100\$000).

Vigésimo-segundo: Deixa para seu afilhado Wenceslau Gomes de Mattos a quantia de quinhentos mil réis (500\$000), bem como deixa para Aristotelina, filha do mesmo seu afilhado Wenceslau, também a quantia de quinhentos mil réis (500\$000).

Vigésimo-terceiro: Deixa para Carlos Pereira Rebouças, filho de José

Cypriano Rebouças, a quantia de quinhentos mil réis (500\$000). **Vigésimo-quarto:** Deixa para Aladia, filha de seu testamenteiro Ignacio d'Almeida Gouvêa, a quantia de dois contos de réis (2:000\$000); na falta desta legatária, passará para os irmãos da mesma, homens e mulheres, a dita quantia de dois contos de réis. **Vigésimo-quinto:** Declara que todos os legados acima feitos são livres de selos. **Vigésimo-sexto:** Declara que, cumpridas as suas disposições e ficando ainda de seus bens algum remanescente, passará esse mesmo remanescente a pertencer, em partes iguais, às seguintes instituições: Santíssimo Coração de Jesus, Providência, Nossa Senhora do Salete e Asylo do Bom Pastor. **Vigésimo-sétimo:** Declara que nada deve a pessoa alguma, nem mesmo a médicos ou farmácia. **Vigésimo-oitavo:** Declara que todos os seus bens estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus. **Vigésimo-nono:** o seu testamenteiro mandará celebrar, onde achar conveniente, dez (10) missas por su'alma, dez (10) por alma de Firmino Fernandes da Silva, cinco (5) por alma de sua mãe Ritta e cinco (5) por alma de Antonia, mãe de Wenceslau Gomes de Mattos. **Trigésimo:** o seu enterramento e sufrágio por sua alma, ficam à disposição do testamenteiro fazer com a devida decência, sendo o seu corpo sepultado em carneiro perpétuo. **Trigésimo-primeiro:** Arbitra em 10 por cento (10%) a [ilegível] do seu testamenteiro. E por esta forma disse ela Joanna Maria Ritta da Conceição, testadora, havia por feita a sua última disposição, a qual queria que valesse como testamento, ficando sem nenhum efeito, como se nunca existisse, todo e qualquer outro anterior ao presente, e pedia às justiças do Estado o seu cumprimento, como nele se contém e declara. Foram testemunhas presentes o Tenente Arthur Macieira, Bacharel Agenor Martinelli, solicitador Abelardo Rodrigues Santos, Alberto Cesar Gaspar e Alberto de Sousa Bandeira de Melo, todos domiciliados nesta cidade e maiores, que assistiram a todo este ato e assinam com Manoel Joaquim Neves Silva e este a rogo da testadora Joanna Maria Ritta da Conceição, por esta não saber ler nem escrever, depois de lido este instrumento, em voz alta, perante todos por mim Jovino Baptista Leitão, Tabelião interino, que escrevi, assino e dou fé de terem sido observados todas as formalidades legais. Estão coladas duas estampilhas federais de trezentos réis cada uma e no valor coletivo de seiscentos réis, inutilizadas da maneira seguinte: Bahia 24 de Dezembro de 1918. Manoel Joaquim Neves Silva”.